

RAQUEL RODRIGUES LAGE

**AS CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS E SUA INSERÇÃO
NA ECONOMIA CATARINENSE NOS ANOS 90**

Florianópolis/SC, março de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Raquel Rodrigues Lage

**As Corporações Multinacionais e sua inserção
na Economia Catarinense nos anos 90**

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Espíndola

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, março de 2009

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos José Espíndola pela paciência e disponibilidade em todos os momentos, pela alegria e entusiasmo no decorrer do trabalho, pela autonomia que concedeu na condução da pesquisa e, principalmente, pelo incentivo e conhecimento ao indicar os caminhos que viabilizaram esta dissertação.

Ao Editor Chefe do Joranal Diário Catarinense, Claudio Thomas, que permitiu acesso irrestrito aos arquivos e às funcionárias: Lucila Pereira de Azambuja e Rosane Walda Rayche Bittencourt, responsáveis pelo arquivo e Daniele Gelbcke do departamento de atendimento ao leitor; pelo carinho e colaboração na fase de pesquisa e aquisição dos dados.

Às amigas Clarice Rohden de Souza e Vilma Machado, coordenadoras da Biblioteca OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil), pela paciência e enorme ajuda nas fases de compilação e montagem dos dados.

À Tatiani Leal, do CIN-FIESC (Centros Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), pelo fornecimento de dados e indicação de fontes e referências utilizadas neste trabalho.

À Jornalista e Economista Estela Benetti, redatora da coluna “Informe Econômico” do Jornal Diário Catarinense, por mostrar diferentes pontos de vista e novos caminhos, fundamentais para compreensão e interpretação dos dados.

Aos Professores José Messias Bastos, Armen Mamigonian e Marcos Aurélio da Silva que sempre estiveram presentes e muito auxiliaram no decorrer de todo meu curso e à Professora Carla Boneti pelo incentivo nos primeiros momentos do mestrado.

A todos os professores e colegas de Pós-graduação e funcionários e alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, que coviveram comigo e colaboraram com minha pesquisa e a CAPES (Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa de estudo que viabilizou a realização de parte deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho procura traçar um panorama histórico das empresas multinacionais contemporâneas, sob a ótica dos fenômenos recentes de concentração de capital. Destaca-se os mecanismos desenvolvidos por esses agentes na busca de operações de fusões, aquisições e o investimento externo direto. Para tanto, foram reunidos, além de registros relativos ao início e evolução das empresas transnacionais, dados atuais sobre os processos de fusão e aquisições das empresas contemporâneas, em escala mundial e regional de 1990 até os dias de hoje. Diante deste diagnóstico, o trabalho em pauta visa lançar contribuições para a compreensão do papel desempenhado pelas empresas multinacionais na redefinição de fronteiras geográficas e a intensidade dos fluxos financeiros, principalmente na dinâmica da economia catarinense.

ABSTRACT

This work presents a contribution to the study of current multinational companies. It offers a historical overview illustrating the temporal evolution of the power of these agents. Looking at the recent phenomena of capital concentration, it focuses on the mechanisms developed for this transformation to be achieved, such as mergers and acquisitions and direct foreign investment. It brings together recent data about current business processes of mergers and acquisitions, as well as collecting information about the onset and evolution of trans-national enterprises at a world and regional level, focusing on the recent period from 1990 to the present. Geographical borders in the modern world are subjected to the power of multinational companies. The intensity of the financial flux of markets, which are more and more integrated, is at a level never seen in the history of the world, mainly in the context of the Santa Catarina economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Capital Investido em Filiais no Exterior (BEAUD, 1989)	45
Tabela 2	As 100 Maiores Economias do Mundo (ANDERSON; CAVANAGH, 2000)	47
Tabela 3	As 100 maiores empresas das Américas (FORTUNE, 2005)	48
Tabela 4	As Maiores Transnacionais em 2005 (UNCTAD,2006)	50
Tabela 5	Locações Favoritas das Transnacionais em 2005 (UNCTAD,2006)	51
Tabela 6	Fluxos de IED segundo Países de origem dos recursos (US\$ milhões e em %) nos anos de 2002 e 2003 (SOBEET, 2004)	72
Tabela 7	Indústria de Transformação - Ingressos de Participação no Capital por Atividade em US\$ milhões (IEDI, 2007)	74
Tabela 8	Projetos de empresas transnacionais no Brasil desde 2002 (LOCO Monitor, 2007)	75
Tabela 9	Classificação das Principais Economias em Termos de Índice de Confiança de IDE (A T Kearney, 2006)	78
Tabela 10	Composição do PIB brasileiro 1949-1969 (RANGEL, 1982)	82
Tabela 11	Investimentos diretos de origem americana. Setorial em 1943 (DOELINGER, 1979)	83
Tabela 12	Investimentos estrangeiros / Movimentos de capitais estrangeiros diretos no Brasil (SUMOC apud PEREIRA, 1984)	84
Tabela 13	Composição do capital estrangeiro no Brasil em 1969 (DOELINGER, 1979)	85
Tabela 14	Porcentagem de novas subsidiárias das empresas multinacionais americanas estabelecidas através de compras de empresas locais (DOELINGER, 1979)	86
Tabela 15	Taxas de crescimento anuais médias por setor no Brasil 1966-73 (DOELINGER, 1979)	88
Tabela 16	Tipo de empresa por setor (DOELINGER, 1979)	89
Tabela 17	Investimentos e reinvestimentos estrangeiros por setor em US\$ milhões em 1969 e 1973 (DOELINGER, 1979)	91
Tabela 18	Crescimento da economia mundial em % ao ano (RANGEL, 1985)	94
Tabela 19	Produção industrial x PIB x Inflação de 1967 a 1973 em % ao ano (RANGEL, 1985)	95
Tabela 20	Estrutura industrial por categoria de uso valor da transformação industrial em % (CASTRO, 2001)	104
Tabela 21	Os 100 maiores grupos do Sul 2006 - Parte 1 (Revista Amanhã, 2007)	109
Tabela 22	Líderes para cada indicador em Santa Catarina (Revista Amanhã, 2007).	120
Tabela 23	Indicadores de desempenho de Santa Catarina 2004 a 2006 (Revista Amanhã, 2007)	122
Tabela 24	Indicadores de desempenho de Santa Catarina 2004 a 2006 (Revista Amanhã, 2007)	123
Tabela 25	Os 100 maiores grupos de Santa Catarina (Revista Amanhã, 2007)	124
Tabela 26	Empresas com faturamento acima de US\$ 50 milhões (elab. Autora – DEPLA, 2008)	128
Tabela 27	Número de empresas x Município x Ano. (Autora – DEPLA, 2008)	129

Tabela 28	Principais produtos exportados por Santa Catarina - 1854-55 e 1880 66 Valor em Contos de Réis (BOSSLE, 1988)	133
Tabela 29	Principais indústrias exportadoras de Santa Catarina US\$ milhões FOB (ROCHA, 2004)	134
Tabela 30	Exportadoras de Santa Catarina - Capital / local / Produtos (ROCHA, 2004)	135
Tabela 31	Número de indústrias exportadoras catarinenses por região em 2001 (ROCHA, 2004)	138
Tabela 32	Indústrias exportadoras de Santa Catarina por gêneros em 2001 (ROCHA, 2004)	138
Tabela 33	Expansão do parque fabril de indústrias exportadoras catarinenses (ROCHA, 2004)	139
Tabela 34	Principais municípios (de SC) consumidores de eletricidade (MAMIGONIAN, 1986)	145
Tabela 35	Participação dos ramos (%) nos valores industriais totais de SC e BR (MAMIGONIAN, 1986)	146
Tabela 36	Participação dos ramos industriais de transformação no Brasil (%) e em Santa Catarina (%), de 1940 a 1980, conforme valor da produção (MAMIGONIAN, 1986)	146
Tabela 37	Centros industriais e seus principais ramos, 1980 em % do valor da produção (MAMIGONIAN, 1986)	147
Tabela 38	Principais produtos exportados por SC - Valores em Contos de Réis (BOSSLE, 1988)	149
Tabela 39	Estabelecimentos fundados e part em relação ao Brasil (BOSSLE, 1988)	150
Tabela 40	Crescimento da produção industrial Catarinense: 1920 - 1929 (em %) sobre o valor total da produção de cada ano (BOSSLE, 1988)	150
Tabela 41	Produtos exportadas por Santa Catarina 1938-1942 (BOSSLE, 1988)	151
Tabela 42	Empresas industriais fundadas na década de 1920 (BOSSLE, 1988)	152
Tabela 43	Aquisições da Tupy no setor de plásticos (GOULARTI, 2002)	170
Tabela 44	Aquisição no setor eletro-metal-mecânico (ESPÍNDOLA, 2002)	170
Tabela 45	Aquisições em agroindústrias 1990-2000 US\$ mil (ESPÍNDOLA, 2002)	171
Tabela 46	Processo de aquisições no complexo agroindustrial de carne (ESPÍNDOLA, 2002)	172
Tabela 47	Agroindústrias do Sul do Brasil (ESPÍNDOLA,2002)	174
Tabela 48	Investimentos das Agroindústrias no Sul do Brasil (ESPÍNDOLA,2002)	175
Tabela 49	Complexos industriais de Santa Catarina (FIESC, 2008)	191
Tabela 50	Valor do faturamento e investimentos em 2005 e 2006 (FIESC, 2007)	194
Tabela 51	Valor do faturamento e investimentos em 2005 e 2006 (FIESC, 2007)	195
Tabela 52	Quantidade de notícias x Objeto	198
Tabela 53	Quantidade de notícias x Ano x Objeto	199
Tabela 54	Quantidade de notícias x Setor x Objeto	200
Tabela 55	Quantidade de notícias x Setor x Região	201
Tabela 56	Quantidade de notícias x Empresa x Objeto	203
Tabela 57	Descrição cronológica das notícias	205

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Os Ciclos de Kondratieff	38
Figura 2	Primeiro Período	40
Figura 3	Segundo Período	41
Figura 4	Terceiro Período	42
Figura 5	IED de Países Desenvolvidos e Em Desenvolvimento (IEDI, 2007)	53
Figura 6	Fusões e Aquisições no Brasil de 1992 a 1998 (SIFERTI; SILVA, 1999)	56
Figura 7	Fusões e Aquisições no Brasil (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)	56
Figura 8	Presença de Empresas Européias em Fusões e Aquisições no Brasil de 2002 a 2006 (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)	57
Figura 9	Fusões e Aquisições no Brasil de 2003 a 2006 - Principais Modalidades (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)	57
Figura 10	Transações em 2005 e 2006 Segundo Setores Específicos (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)	58
Figura 11	Número de transações entre empresas de 1994 a 2000 (KPMG, 2001)	59
Figura 12	Percentual de transações por estado - de 1994 a 2000 (KPMG, 2001)	59
Figura 13	As “forças” ou elementos da estrutura industrial (PORTER, 1989)	66
Figura 14	Interação entre os tipos de vantagem competitiva (PORTER, 1989)	66
Figura 15	Cadeia de Valores Genérica (PORTER, 1989)	67
Figura 16	Subdivisão da cadeia genérica (PORTER, 1989)	67
Figura 17	Elos entre as cadeias de valor do comprador e do fornecedor (PORTER, 1989)	68
Figura 18	IED: Participação no Capital e Empréstimos Intercompanhias em US\$ bilhões (IEDI, 2007)	71
Figura 19	Origens (países) dos investimentos multinacionais no Brasil desde 2002 com base nos projetos de IED (LOCO Monitor, 2007)	75
Figura 20	Número de projetos com IDE em cada setor (LOCO Monitor, 2007)	76
Figura 21	Ingresso de IDE de Participação no Capital por Setor Econômico - US\$ mi (IEDI, 2007)	76
Figura 22	Ingresso de IDE de Participação no Capital por Setor Econômico - % (IEDI, 2007)	77
Figura 23	Economias Selecionadas - Participação no IDE Líquido dos Países em Desenvolvimento em anos selecionados (IEDI, 2007)	77
Figura 24	Modelo de desenvolvimento brasileiro 1930-1961 (PEREIRA, 1984)	80
Figura 25	Região Sul - Físico, político e distribuição dos setores industriais (SIMIELLI, 2001)	107
Figura 26	Distribuição das 500 maiores empresas do Sul (Revista Amanhã, 2007)	108
Figura 27	Indicadores das empresas do Sul em 2006 por Estado (Revista Amanhã, 2007)	111
Figura 28	Soma resultados positivos empresas do Sul em 2005-2006 (Revista Amanhã, 2007)	112
Figura 29	Soma de VPGs e Patrimônio Líquido (Revista Amanhã, 2007)	112
Figura 30	Receitas / Rentabilidade / Liquidez / Endividamento (Revista Amanhã, 2007)	113
Figura 31	Mapa de Santa Catarina (Governo de Santa Catarina, 2008)	114

Figura 32	Regiões de Santa Catarina (Governo de Santa Catarina, 2008)	116
Figura 33	Indicadores de desempenho de Santa Catarina 2004 a 2006 (Revista Amanhã, 2007)	120
Figura 34	Faturamento x número de empresas x ano (elaboração da Autora – DEPLA, 2008)	127
Figura 35	Complexos industriais de Santa Catarina (FIESC, 2008)	190
Figura 36	Participação dos gêneros de atividade nos investimentos: 2005-2007 (FIESC, 2008)	196
Figura 37	Origem do capital nos investimentos: 2005-2007 (FIESC, 2008)	196

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 - Panorama Mundial	32
1.1 As Corporações Multinacionais	32
1.1.1 Corporações Multinacionais: conceito, gênese e aspectos históricos	36
1.1.2 Periodização da evolução das corporações multinacionais	38
1.1.3 Características principais das corp. multinacionais contemporâneas	46
1.2 O Investimento Externo Direto (IED)	51
1.3 Grandes Grupos Empresariais - fusões e aquisições - concentração	55
1.4 Reestruturação Mundial pós 1973 (fase “B” depressiva do 4º Kondratieff)	60
Capítulo 2 - Brasil e sua inserção na economia mundial	69
2.1 Resgate histórico, periodização e políticas econômicas	79
2.1.1 Período 1930-1973	80
2.1.1.1 A Internacionalização	82
2.1.1.2 O Trabalho de Doellinger e Cavalcanti	88
2.1.2 Período 1973-1980	94
2.1.3 Período 1980-1994	97
2.2 Reestruturação e Reorganização	100
Capítulo 3 - Economia Catarinense	105
3.1 Região Sul do Brasil – Panorama Geral	105
3.1.1 Grandes empresas da Região Sul no período recente	108
3.2 Regiões de Santa Catarina – Panorama Geral	114
3.2.1 As grandes empresas de Santa Catarina no anos 2000	119
3.2.2 Empresas exportadoras de Santa Catarina	126
3.2.3 Contribuições de Isa de Oliveira Rocha	132
3.3 Resgate histórico da formação da econômica catarinense	140
3.3.1 Contribuição de Armen Mamigonian - Pequena Produção Mercantil	142
3.3.2 Contribuição de Ondina Pereira Bossle	147
3.3.3 Contribuição de Alcides Goularti Filho	154
3.4 Resgate histórico da inserção do capital estrangeiro em Santa Catarina	161
3.5 Os investimentos externos recentes e a reestruturação patrimonial	167
3.5.1 Fusões e aquisições	168
3.6 A dinâmica industrial catarinense: investimentos recentes	189
3.7 Resumo dos dados coletados no Jornal Diário Catarinense	197
Capítulo 4 - Considerações Finais	256
Capítulo 5 - Referências Bibliográficas	273
ANEXO 1 - Tabela de dados completa	283

INTRODUÇÃO

As transformações do mundo, atualmente regido pelos princípios globalizadores, têm direcionado as formações socioespaciais contemporâneas em torno do poder econômico e financeiro. A globalização¹, sob a perspectiva de processos sucessivos de desregulamentação e liberdade dos fluxos de capital, gerou tanto uma acirrada disputa pelo controle dos principais mercados consumidores do mundo quanto à hegemonia financeira no cenário internacional.

As corporações multinacionais, um dos motores da economia capitalista mundializada, disputam entre si fatias do mercado, visando à ampliação da acumulação do capital, constituindo um novo sistema de acumulação.

Nesta perspectiva, as poderosas corporações multinacionais são as verdadeiras detentoras do poder econômico², atingindo em muitos casos dimensão financeira igual ou superior a de alguns Estados nacionais. São as corporações multinacionais que, ora apoiadas pelo poder político ora por cima das unidades estatais, comandam as decisões do mercado mundializado, movidas pela política do máximo lucro a menor custo, tornando-se grandes potências mundiais.

François Chesnais³ traz a contribuição para o entendimento do fenômeno da concentração do capital vivido nas últimas décadas e do crescimento dos investimentos externos diretos (IEDs) realizados principalmente na tríade Japão, EUA e União Européia,

¹ Segundo Paul Hirst, a “globalização” tornou-se um conceito em moda nas ciências sociais, assim como entre os teóricos da administração. Hirst questiona a validade e a precisão de muitas declarações mais enfáticas sobre a “globalização”. Aponta os seguintes problemas para as teses da globalização: em primeiro lugar, que poucos paladinos da globalização desenvolvem um conceito coerente da economia mundial em que forças e agentes supranacionais sejam decisivos; em segundo lugar, que apontar a evidência da intensificação da internacionalização das relações econômicas, desde a década de 70, não é em si prova da emergência de uma estrutura econômica nitidamente “global”; em terceiro, que a economia internacional tem estado sujeita a maiores mudanças estruturais, no último século, e que houve períodos anteriores de internacionalização do comércio, de fluxos de capital e do sistema monetário, especialmente de 1870 a 1914; quarto, que as transnacionais realmente globais são, relativamente, poucas e que a maior parte das corporações multinacionais bem-sucedidas continuam a operar a partir de nítidas bases nacionais; e por último, que as perspectivas de regulação por meio da cooperação internacional, a formação de blocos comerciais e o desenvolvimento de novas estratégias nacionais que levem em conta a internacionalização, de modo algum, estão esgotadas. HISRT, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. 3ª edição. Editora Vozes, 1998.

² Para Mamigonian há um exagero na expressão “verdadeiras detentoras de poder”. Segundo o autor são as nações e suas políticas econômicas que detêm o poder de decisão nacional. MAMIGONIAN exemplifica a afirmação com o seguinte dado - “A americana Chrysler já foi a terceira maior produtora de automóvel mundial e foi engolida pela alemã Mercedes-Benz e na época o governo americano não julgou necessário proteger a Chrysler.” MAMIGONIAN, Armen. **Neoliberalismo X Projeto Nacional do mundo e no Brasil**. Revista Paraná Geografia - Curitiba-PR nº 6 p. 15-23, 2001

³ CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, Ed Xamã, 1996.

num processo caracterizado pela supremacia das aquisições e fusões sobre os investimentos criadores de novas capacidades produtivas.

Historicamente, ele se refere ao fato de que o rápido incremento dos investimentos dos Estados Unidos e a expansão mundial das multinacionais americanas a partir de fins dos anos 1950 suscitaram, ao longo da década seguinte, intensas discussões teóricas e estudos que propuseram instrumentos conceituais para pensar as relações entre o “espaço das nações” e o espaço próprio da grande companhia ou unidade “interterritorial”. Uma das questões já dizia respeito à natureza mais coercitiva das interdependências criadas pelos Investimentos Externos Diretos (IEDs) e pela presença das multinacionais, em lugar dos vínculos criados pelo intercâmbio comercial.

Para o autor, em meados da década de setenta, houve uma série de incentivos e restrições para que as empresas optassem por fusões e aquisições. Em muitos setores, principalmente os de alta intensidade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ou os de produção em massa, a evolução tecnológica reforçou o peso dos custos fixos, fazendo com que as empresas buscassem recuperar esses investimentos na produção de mercados mundiais ou adquirindo vantagens de poderem ter acesso a certos insumos, especialmente os de ordem científica e tecnológica.

Em outros ramos industriais, o objetivo das fusões e aquisições consiste em adquirir uma parcela maior de mercado pela aquisição de marcas comerciais, redes de distribuição e clientes cativos. Chesnais conclui afirmando que, no contexto da conjuntura econômica mundial marcada pela instabilidade, incerteza e intensificação da concorrência, devido à abertura dos oligopólios nacionais e ao reduzido crescimento da demanda, as fusões e aquisições têm uma forte preferência.

Chesnais propõe uma análise que une elementos e dados importantes de duas correntes teóricas que se complementam (C-A. Michalet e M. Beaud). A contribuição relevante de Michalet⁴ foi pensar a internacionalização do capital em três dimensões: intercâmbio comercial, investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário ou capital financeiro.

⁴ MICHALET, C-A. **Le capitalisme mondial**. Paris: Presses universitaires de France, col. Economie em liberte, 2.ed. 1985.

As relações entre essas três modalidades de internacionalização devem ser buscadas ao nível das três formas ou ciclos da movimentação do capital, definidos por Marx: o do capital mercantil; o do capital produtor de valor e de mais-valia; o do capital monetário capital-dinheiro. Essa abordagem é utilizada para definir os períodos do movimento da internacionalização, em particular para situar o momento quando se passa à “economia mundial”.

Já a abordagem de M. Beaud⁵, ao complementar o primeiro, enfatiza em suas análises as relações políticas entre os Estados, em particular, focando as grandes potências do centro do sistema. Para ele a economia mundial é um conjunto fortemente hierarquizado a nível político, bem como econômico, de modo que, a cada etapa, é a partir das “economias nacionais dominantes” que as tendências de funcionamento da economia capitalista vão atingir as “economias nacionais dominadas”. Estas conhecerão as conseqüências juntamente com os efeitos da dominação política à qual estão submetidas.

Referencial teórico e metodológico

O tema proposto, *Anos 1990: A inserção das corporações multinacionais na economia catarinense*⁶, apresenta-se sob o viés da Geografia, enquanto ciência que tem como objeto principal sociedade e natureza que se manifestam no espaço. Assim é que mais profundamente dentro de uma perspectiva metodológica marxista, mamigoniana e miltoniana, o tema se inclui na dinâmica do movimento geral de expansão do sistema capitalista, tendo como objeto a formação socioespacial⁷, em suas diferentes escalas, mundo, Brasil e regiões.

⁵ BEAUD, M. **Le système national-mondial hierarchies**. Paris: La Découverte, 1987

⁶ Os anos 1990 constituem um marco de transição da política econômica brasileira, após um longo período de conflitos ideológicos. Trata-se de periodização didática, para facilitar o corte temporal da pesquisa. Na realidade a questão da *inserção* das empresas na região é o foco mais importante do estudo. Até porque se trata de um processo dinâmico que vem se formando ao longo das últimas décadas.

⁷ O referencial teórico é a formação econômica e social como objeto de estudo da geografia. Ao aproximar a categoria Marxista formação econômica e social à geografia Milton Santos considerou a interdependência e a inseparabilidade entre modo de produção, formação social e espaço. Santos reduziu o espaço como objeto de estudo da geografia, sendo este concebido como reunião dialética de fixos e fluxos; o espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e o espaço é formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo. Hucitec, 1996. Entretanto, é oportuna a advertência de MAMIGONIAN sobre o debate, contribuindo para a amplitude e maior complexidade do objeto da ciência, acrescentando os fenômenos naturais e humanos. Para MAMIGONIAN (2007) o objeto da geografia é sociedade e natureza que se manifestam no espaço.

Relaciona-se, ainda, com os aspectos históricos, estes como uma seqüência definida por períodos correspondentes a modos de produção e a transformação dos modos de produção ao longo do tempo e espaço.

O trabalho procura trazer em suas análises, implícitos, os aportes teóricos da lógica dialética marxista e seus desdobramentos metodológicos, tais como a idéia de ciclos longos como ferramentas de análise econômica. A abordagem epistemológica de ciclo segue um percurso de apropriação dialética, pois o processo dialético não é apreendido de forma linear e evolutiva, mas por saltos e recuos, diferenciando o principal do secundário. Apesar de toda a polêmica que envolve ciclo e sua utilização variada – ciclo histórico, ciclo econômico, ciclo político-institucional, considera-se interessante levar em consideração algumas reflexões de Ignácio Rangel e Joseph Schumpeter por internalizarem a idéia de ciclo na teoria do desenvolvimento econômico e nos permitir desenvolver aspectos teóricos⁸.

Rangel concede infinita contribuição para o conhecimento da formação e desenvolvimento econômico brasileiro. Suas descobertas, reflexões e debates consagrados em todos os seus textos são fundamentais. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*⁹ e *História da dualidade brasileira*¹⁰ são ferramentas imprescindíveis para a compreensão da gênese, evolução e consolidação do parque industrial brasileiro e da sociedade brasileira de uma forma geral.

Quanto aos estudos de 1955 a questão capital para a qual se busca uma resposta é: por que se desenvolve o Brasil, busca-se responder a um desafio da prática, do cotidiano da industrialização do Brasil.

Para o Rangel de “Introdução...” é necessário identificar qual o processo? É preciso que se conheça o processo - condição para que se possa comandá-lo. A experiência dos primeiros vinte e cinco anos do século XX provava que a economia está cheia de energias desconhecidas, cuja intervenção eventual subverte de alto a baixo o balanço de forças.

⁸ A idéia é de que o capitalismo desenvolve-se em ciclos de várias durações e etiologia. Segundo Armen Mamigonian, a Revolução Industrial dos fins do século XVIII inaugurou os ritmos industriais nas atividades econômicas, de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva (“a”) e fase depressiva (“b”). Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada “longa depressão do final do século XIX” e a sistematização estatística dos ciclos lentos foi feita entre 1918-21 por N. Kondratieff (1926). MAMIGONIAN, Armen. KONDRATIEFF, **ciclos médios e organização do espaço**. Geosul, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157, jul./dez.1999.

⁹ RANGEL, Ignácio. **Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro**. Livraria Progresso Editora, 1955.

¹⁰ RANGEL, Ignácio. **História da Dualidade Brasileira**, in: Revista de Economia Política vol. 1 n° 4, 1981

Todo o processo econômico pode ser reduzido a um único movimento circular: produção de mão de obra, que não é outra coisa senão o consumo, porque é consumindo que os homens se produzem e reproduzem, isto é que criam um fluxo constante de mão de obra, para subsequente utilização na produção de novos bens; consumo de mão de obra que não é outra coisa se não a produção de bens para subsequente consumo humano e por tanto para nova produção de mão de obra. E as matérias-primas, os combustíveis e o equipamento, eles desaparecem no interior do próprio processo produtivo. Nem toda a mão de obra é diretamente absorvida pela produção de bens, porque uma parte e não pequena é empregada na produção da própria mão de obra.

Quanto aos estudos de “História da dualidade...” o principal é a análise histórica da formação social brasileira e as suas relações com o centro do sistema capitalista criando uma interpretação original. Sua interpretação pressupõe a formação de dois pólos na sociedade brasileira, um interno e outro externo, e que cada um deles possua um lado interno e um externo.

Na gênese da formação social brasileira, na Europa havia um modo de produção que era constituído por uma dualidade: um pólo externo feudal na relação com as colônias e outro pólo interno mercantil característico da época. No Brasil, nessa mesma época, havia um pólo interno composto por um lado externo feudal nas relações entre Donatários e o Rei e um lado interno composto por modos de produção pré-feudais.

Porém, apenas com a abertura dos portos em 1808, foram formados os quatro pólos e lados da dualidade brasileira, pois isso só foi possível com a formação de um capitalismo mercantil brasileiro no pólo externo, do lado interno, com relações com o lado externo, do mesmo pólo externo, que era composto pelo capitalismo industrial europeu.

Segundo Rangel, a dualidade brasileira muda obedecendo algumas leis específicas:

Quando as forças produtivas crescem, existem as pré-condições necessárias de passagem para um estágio superior, porém com um modo peculiar, pois apenas um dos seus pólos muda;

Alternadamente mudam o pólo interno e externo. O pólo muda pelo processo de passar para o pólo interno o antigo lado externo. O lado externo também muda, passando a adotar instituições características de um modo mais avançado que irá compor nova união dialética.

Como formação periférica que é, as mudanças da dualidade são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico, em torno do qual gira nossa economia.

O centro do sistema capitalista cria movimentos periódicos ou cíclicos que condicionam e regulam a amplitude do nosso comércio externo. Esses ciclos foram batizados por Schumpeter¹¹ como os ciclos de Kondratieff¹².

Os ciclos de Kondratieff são de longa duração, com cerca de meio século, com um quartel de fase A (ascendente) e outro de fase B (descendente).

A teoria dos ciclos longos de Kondratieff ferramenta nas análises da dinâmica da acumulação capitalista interpreta este fenômeno como um movimento cíclico cuja expansão geral do capitalismo possui correlações de estruturas temporais de cada estágio com as estruturas espaciais correspondentes.

Vários autores estudaram a dinâmica econômica da vida capitalista mencionando a existência de movimentos, ondas e ciclos ondulatórios antes de Kondratieff. Este, porém, foi pioneiro em acusar a existência de ciclos maiores de cinquenta anos, sendo os primeiros vinte e cinco anos correspondentes a uma fase expansiva da economia e os vinte e cinco anos subsequentes, a fase depressiva.

O material histórico sobre o desenvolvimento da vida econômica e social confirma a tese dos ciclos longos, podendo-se apresentar algumas proposições gerais que caracterizam o aparecimento das ondas e indicam sua importância no desenvolvimento econômico e social:

- as ondas longas se dão realmente num processo dinâmico e completo.
- durante a queda das ondas longas ocorrem descobrimentos e inventos de técnicas de produção, que podem ser aplicadas, em grande escala quando começa o novo ciclo.

¹¹ “Qualquer explicação dos processos subjacentes que estão determinando a presente crise econômica deve, em particular, levar em consideração a teoria dos ciclos longos proposta por Joseph Schumpeter (1939) que, mais do que qualquer outro economista do século XX, procurou explicar o crescimento principalmente em termos de inovação tecnológica. Enquanto, na estrutura keynesiana, a ênfase recai sobre a administração da demanda, em Schumpeter ela aponta pra o investimento autônomo, incorporando inovações técnicas que constituem a base do desenvolvimento econômico. Numa estrutura como esta, o crescimento econômico deve ser encarado primeiramente como um processo realocação de recursos entre indústrias.” FREEMAN, Christopher. **Inovações e ciclos longos de desenvolvimento econômico**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 5 (1): 5-20,1984.

¹² KONDRATIEFF, N. **As ondas longas da conjuntura**. Revista de Occidente, Madrid, 1946 (1926).

- durante o período da fase de crescimento ocorre a maior parte das guerras e revoluções
- os ciclos longos possuem simultaneidade de sua flutuação com os distintos elementos da vida econômica e política, modificações da técnica, guerras e revoluções, incorporação de países novos na economia mundial entre outros¹³.

Na análise do movimento geral do capitalismo, tem-se o centro do sistema que é o local mais dinâmico, centro da acumulação de capital, onde se dá o progresso da ciência pura, é o local gestador e propagador das inovações.

Tendo como base a teoria dos ciclos longos a partir da Primeira Revolução Industrial, quando a economia mundo passou a depender cada vez menos dos fatores da natureza e depender mais das máquinas, iniciou-se um aumento desenfreado da produção.

Para os teóricos dos ciclos o motor responsável pela economia são inovações tecnológicas. O sucateamento torna necessárias mais inovações. As inovações generalizam-se, dissipam-se e a produção retrai-se.

Segundo Kondratieff,

- primeira fase expansiva (ascendente) – utilização de máquinas que revolucionam a economia – alta lucratividade.
- segunda fase depressiva (descendente) – baixa lucratividade e necessidade de mais inovações.

As técnicas novíssimas avançam setor por setor, existem setores e territórios para serem desbravados até o momento em que há uma uniformidade em todos os setores e territórios.

Outro ponto a ser salientado é a questão de um Estado nacional ativo como elemento fundamental num contexto de acumulação e centralização do capital. Inácio Rangel mostrou este papel ativo do Estado brasileiro, sob um novo ciclo jurídico-institucional, para um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

¹³ MAMIGONIAN, Armen. **Ciclos econômicos e organização do espaço**. Geosul, Florianópolis, v.14, n.28, p.152-157, jul./dez. 1999

Retornando ao caso da realidade brasileira, para Ignácio Rangel, dentro da perspectiva periférica nacional, o volume físico do nosso comércio exterior merece a devida atenção. Desse modo, nossa economia é atraída ou repelida pelo centro do sistema, ou seja, somos chamados a participar mais intensamente da divisão internacional do trabalho ou, ao contrário, somos obrigados a buscar, pelos nossos próprios meios, auto-suficiência. Sendo assim, na fase A, investimos mais na aplicação de excedentes exportáveis e, na fase B, investimos mais na chamada substituição de importações com absorção maior de técnicas de vanguarda oriundas do centro do sistema.

A sociedade dual - abarcando a tese da dualidade brasileira como fundamento da formação socioespacial brasileira juntamente a tese dos princípios norteadores que regem o movimento cíclico da expansão capitalista mundial - não é constituída apenas pelos pilares da economia, mas, sobretudo também constituída por classes dirigentes associadas num pacto de poder. O lado externo do pólo externo encontra-se no estrangeiro e, apesar de exercer influência na economia nacional, o faz por intermédio de uma ou de ambas as classes dirigentes. A influência dos negócios do estado é exercida pelo pólo interno do lado externo e pelos dois lados do pólo interno.

O pólo interno está inserido em apenas uma classe e não em duas, enquanto que o pólo externo é composto por duas ordens diferentes típicas dos modos elementares de produção nesse pólo associados em uma unidade dialética. Enquanto for possível, quando uma opção é feita, muda o pólo, a dualidade e o regime político.

Quando as pré-condições para essa mudança amadurecem, ocorre uma cisão na classe dual de cima para baixo entre uma dissidência progressista, partidária da ordem e de interesses correspondentes ao lado externo do pólo, e uma fração retrógrada apegada ao estado das coisas. Para nosso interesse, é importante destacar a chamada terceira dualidade, pois foi a fase em que ocorreu a chamada construção do parque industrial brasileiro.

Na realidade, durante a segunda dualidade começaram a existir as condições para o desenvolvimento de atividades artesanais de transformação e construção civil nas áreas urbanas expandindo o mercado e mostrando capacidade de crescimento mesmo nas fases recessivas do Kondratieff.

A terceira dualidade marcou a substituição no lado interno do pólo externo do chamado capitalismo mercantil brasileiro pelo capitalismo industrial nacional. Esse

capitalismo industrial nascente teria que abrir caminho contra o seu homônimo, o capitalismo industrial do centro, sendo óbvia sua substituição por uma formação superior, o capitalismo financeiro, sendo este uma fusão entre o capital bancário e o industrial.

Esse capital financeiro emergiu como dominante, seus interesses podiam coincidir com os do capital industrial metropolitano ou suscitar o aparecimento de outros capitalismos industriais fora da metrópole. O capital financeiro norte americano tinha pouco a perder com o desenvolvimento de alguma indústria no Brasil, representando assim o pólo externo da terceira dualidade.

A terceira dualidade estava assim representada:

- pólo interno – lado interno (feudalismo) – lado externo (capital mercantil)
- pólo externo – lado interno (capital industrial) – lado externo (capital financeiro)

Esses industriais, na origem, julgavam-se comerciantes agrupados em associações comerciais, pelas quais compravam insumos e vendiam produtos introduzindo cada vez mais capital adicionado com fatores nacionais, sendo assim montado o esquema das substituições de importações. Essa burguesia industrial fortalecia-se a cada momento em que o mercado externo fechava as nossas possibilidades de exportações, pois isso implicava uma diminuição da capacidade de importar e estabelecia uma reserva de mercado para o uso das substituições de importações.

A eficácia da substituição de importações media-se em termos de parcela de insumos que pudessem ser supridos pela economia nacional e na medida em que as novas indústrias pudessem se apoiar na preexistente economia nacional.

Com a terceira dualidade, ocorreu um fato novo que foi a criação de um novo ciclo próprio, que ocorria apenas em países integrados no centro dinâmico com ciclos médios tipo Juglarianos¹⁴.

Durante a terceira dualidade, a industrialização começou na fase recessiva do ciclo longo, porém ela não foi interrompida com a passagem para o quarto Kondratieff, pois o Brasil passou a possuir o seu próprio centro dinâmico.

¹⁴ O ciclo Juglar é o ciclo curto de aproximadamente seis a dez anos de variações alternadas na atividade econômica.

O processo de substituição de importações iniciou-se com a produção de bens de consumo leves e posteriormente teve continuidade com a produção industrial de peças, bens de consumo duráveis, bens de investimento e de insumo e, por volta do final dos anos setenta, segundo Rangel, já possuíamos um parque industrial razoavelmente completo.

Além de criar a teoria da dualidade, Rangel procura concatenar os vários aspectos da dinâmica de nosso sistema econômico. Contribui para uma interpretação em profundidade do funcionamento da economia brasileira através de dados da realidade econômica nacional.

Análises interpretativas genuínas sobre a estrutura arcaica da agricultura brasileira, sobre os problemas de capacidade ociosa e de demanda efetiva do nosso parque industrial, sobre a necessidade de expansão financeira da economia brasileira e sobre a estrutura monopsônica e oligopsônica da comercialização de produtos agrícolas; tudo isso desembocando no início dos anos 60, numa explicação inédita da inflação brasileira (de suas causas e consequências), que se distinguia das interpretações predominantes no debate teórico dessa época, como a monetarista (inflação de demanda) e a estruturalista (inflação de custos devido aos pontos de estrangulamento)¹⁵.

Na interpretação de Rangel, os principais problemas do capitalismo brasileiro surgem do fato de que nossa industrialização empreendeu-se sem a devida modificação da estrutura agrária do país. E, assim permaneceu uma velha organização feudal, ainda responsável pela maior parcela do campo brasileiro, que tem sido incapaz de absorver os grandes contingentes populacionais agrários, parte dos quais não encontra outra solução para fazer frente a suas precárias condições de vida senão a de emigrar para os centros urbanos em busca de trabalho. Assim, a acumulação industrial brasileira dispôs de um enorme exército industrial de reserva que resultou em fraco poder de barganha para os trabalhadores e permitiu praticar altas taxas de exploração. Tal situação era agravada pela própria capitalização da agricultura brasileira (com a transformação do latifúndio feudal em latifúndio capitalista) que liberava novos contingentes de trabalhadores a engrossar o caudal de força de trabalho que se dirigia às cidades.

Em síntese, com base do quadro traçado por Rangel, a economia brasileira tinha tudo para ficar estagnada, com uma agricultura manietada pelos monopsônios ou oligopsônios e

¹⁵ RANGEL, I. **A Inflação Brasileira**. 4ª ed., 1978. Obra que sintetiza anteriores trabalhos como *A Dualidade Básica da Economia Brasileira (1958)*, *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1955-57)*, *Recursos Ociosos na Economia Brasileira (1960)* e *A Questão Agrária Brasileira*.

pelo latifúndio feudal, e com o setor industrial às voltas com uma capacidade ociosa crônica em face da demanda insuficiente. Porém, isso não acontecia graças, nada mais nada menos, ao fenômeno inflacionário. O autor se distinguia da maioria de seus contemporâneos, todos empenhados em combater a “grande ameaça” para o desenvolvimento representada pela persistente alta de preços da economia brasileira.

Para Rangel era justamente a inflação que sustentava o ânimo da economia, estimulando as imobilizações de capital ou de novos investimentos mesmo na falta de mercado consumidor para absorver os produtos adicionais. Para ele, a inflação era a maior garantia de altas taxas de imobilização, vale dizer, de investimentos renovados, na falta de mecanismos mais eficientes, permitindo a manutenção de taxas razoáveis de crescimento, mesmo diante das dificuldades econômicas do país.

É que a inflação corrói os ativos monetários que porventura permaneçam nas mãos dos empresários e da alta classe média, impelindo ambos a transformar o seu dinheiro em bens materiais, menos sujeitos à desvalorização. Então esses segmentos sociais preferiam realizar investimentos mesmo sem mercado garantido (às vezes na aquisição de terrenos, construções) ou aplicar o seu dinheiro em bens de consumo duráveis, mesmo sem a iminente necessidade de consumi-los com o único fito de resguardar-se da corrosão inflacionária. Nota-se que, naquela época, não havia alternativas financeiras para a aplicação de dinheiro no precário sistema financeiro brasileiro, uma vez que as taxas de juros eram regidas pela lei da usura e situavam-se muito abaixo do índice inflacionário. Dessa maneira, os capitalistas brasileiros exerciam a política do mal menos, minimizando suas perdas com a inflação.

Para Rangel, por volta do final dos anos setenta, o Brasil já possuía um parque industrial razoavelmente completo. No mesmo período, segundo Milton Santos¹⁶, ou seja, também por volta dos anos setenta, a produção de aço no Brasil aproximava-se de 10 milhões de toneladas; a capacidade de produção de energia elétrica era superior a 11 milhões de KW; o número de estabelecimentos comerciais já ultrapassava a casa dos trinta e sete mil e as exportações rendiam cerca de 11 bilhões de dólares.

¹⁶ SANTOS, Milton. Brasil: **País subdesenvolvido industrializado**, 1975. (POSO, Antonio T. Relatório de qualificação. *Gênese e Estrutura do Parque Siderúrgico Brasileiro: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*. USP, julho/2006.

Ainda no mesmo texto, foi relatado que, no ano de 1969, no Brasil já havia uma frota de 280.000 automóveis e 49.890 quilômetros de estradas asfaltadas e já se supria cerca de 90% da demanda interna de produtos industrializados no mesmo ano.

Uma vez compreendido o objeto de análise formação socioespacial, há que inseri-lo na dinâmica do movimento cíclico do capitalismo mundial para captarmos a compreensão da totalidade deste movimento econômico-financeiro global, suas características, prerrogativas e conseqüências para o desenvolvimento desigual da acumulação capitalista.

Neste estudo procura-se reunir dados históricos e econômicos contemporâneos dentro de uma escala, preliminarmente, mundial, em seguida nacional e que visem, finalmente a contribuir para pesquisa empírica de dissertação e ampla coleta de dados dentro do universo da Geografia sobre a complexa problemática que vem interferindo radicalmente na formação social catarinense nos últimos vinte anos aproximadamente.

De acordo com Manuel Correia de Andrade¹⁷, “A teoria e a busca de uma temática em geografia estão profundamente ligadas ao trabalho de campo, ao trabalhar com a ciência geográfica, devemos estar sempre preocupados com uma série de dualidades, como espaço e tempo, visão global e local, aspectos teóricos e empíricos, tecnologia e observação direta, competência científica e compromisso social etc.

A ciência só existe como tal quando ela mantém compromissos com a sociedade e quando procura atender a demandas sociais. Também ela não pode ser encarada de forma isolada, porque não existem várias ciências, mas apenas uma ciência que é fragmentada, quanto aos seus enfoques, por questões de ordem metodológica. A totalidade é assim essencial ao verdadeiro pensamento científico, daí a necessidade de se dar uma maior sustentação à interdisciplinaridade.”

Busca-se ainda uma interpretação que leve em consideração os ensinamentos de André Cholley¹⁸:

“(…) os fatos geográficos, quaisquer que sejam, aldeia, economia agrária, subúrbio em expansão, forças erosivas, etc., resultam de uma combinação de influências vaiadas, físicas,

¹⁷ ANDRADE, Manuel C. de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 1994. 4ª Edição 2002.

¹⁸ CHOLLEY, Andre. **Deux siècles de géographie française**. CTHS, 1984. apud MAMIGONIAN, Armen. **A escola francesa de geografia e o papel de A. Cholley**. Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. Florianópolis, n.6 (maio 2003)

biológicas, humanas, mentais, etc., cujas interações são tão complexas que, as vezes tocar num elemento da combinação consiste em modificar o todo, por uma série de reações em cadeia. a análise dos elementos de tais combinações, a observação de sua vitalidade, fornecem à geografia o seu método, o qual define nossa ciência em oposição às ciências setoriais (geologia, botânica, etc.). Trata-se, assim, de descobrir o dinamismo numa combinação, sua extensão espacial, seu crescimento em detrimento das combinações vizinhas, e depois sua própria degenerescência. Não só é a visão sistêmica antes dela se generalizar, como é a visão de múltiplas determinações de Marx.”

Finalmente, em toda a pesquisa procura-se seguir o que ensina Armen Mamigonian¹⁹ sobre o objeto da disciplina geográfica, para o autor, que abraça a teoria miltoniana sobre formação socioespacial e acrescenta temas relevantes e questões polêmicas contemporâneas sobre a crise na Geografia, esta se revela em dois grandes paradigmas e sistemas, a formação socioespacial que é um sistema social e o paradigma geossistema²⁰, um sistema natural. Ambos são caminhos a serem percorridos que exigem uma análise concreta de fatos concretos. É preciso jogar com múltiplas determinações e combinações sobre as teorias. Trabalhar e decifrar as combinações do geossistema e formação socioespacial.

Ao analisarmos o tema da presente dissertação sob o viés da Geografia, Milton Santos²¹ nos traz a importante contribuição, utilizando a categoria marxista de formação sócio-econômica, pois diz respeito à evolução diferencial das sociedades no seu quadro próprio e em relação às forças externas, sendo a produção, ou seja, o trabalho do homem, um referencial importante para a transformação do espaço.

O interesse do estudo sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que elas oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, porém sempre um conhecimento específico apreendido num dado momento da evolução.

¹⁹ MAMIGONIAN, Armen. **A Geografia e A Formação Social Como Teoria e como Método**. In O mundo do Cidadão. Um cidadão do mundo, 1996.

²⁰ A idéia de geossistemas foi trabalhada no Brasil, a partir de 1960, principalmente, por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. **Os geossistemas como elemento de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente**.

²¹ SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método** in Espaço e Sociedade (ensaios). Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

A definição da especificidade de cada formação, a apreensão do particular como cisão do todo e a distinção entre modo de produção e formação social aparecem como uma necessidade metodológica.

Para o geógrafo, o modo de produção seria o gênero e apenas uma possibilidade de realização e as formações sociais seriam as espécies e as possibilidades realizadas. A noção de formação econômica e social é indissociável do concreto, sendo que, para entendê-la é necessário compreender as relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada.

A formação social compreende uma estrutura produtiva e uma técnica, trata-se de uma estrutura técnica produtiva, expressada geograficamente, sendo as formações espaciais uma linguagem do modo de produção na sua determinação geográfica reforçando a especificidade dos lugares.

Esta distribuição deve-se tanto às heranças de outros modos de produção como à organização do modo atual; sendo assim, o movimento do espaço é uma condição e um efeito do movimento da sociedade como um todo. A unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico é largamente evidenciada na formação espacial, sendo a evolução das formações sociais dependentes da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço.

Milton Santos conclui afirmando que não nos podemos esquecer da inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e espaço inerentes à categoria formação social e não podemos mais falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais, por isso, uma categoria mais adequada seria a de formação sócio espacial.

Com o presente estudo pretende-se, então, trabalhar aspectos relevantes ligados à Formação Socioespacial Catarinense. Em Santa Catarina o capital industrial é um comando político. A formação catarinense também revela os aspectos dos pólos da dualidade rangeliana. O capital industrial é um poder político.

Nas primeiras décadas do sec. XX iniciou-se a estruturação dos principais ramos da indústria catarinense, ou seja, têxtil, metal-mecânico, madeireiro e alimentar. A origem fabril catarinense ocorreu sob a égide dominante da Pequena Produção Mercantil, que ascendeu à posição de grandes estabelecimentos capitalistas industriais, graças à estruturação de um

contexto geográfico e econômico favorável, alicerçado em acirrada concorrência interfirmas, local e regionalmente.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) muitas indústrias catarinenses consolidaram-se no mercado nacional, pela dificuldade de importação (por exemplo: as conexões de ferro maleável da Fundição Tupy substituíram as importadas) e pela extensão do mercado consumidor decorrente do processo de urbanização, principalmente no sudeste do país, constituindo-se no principal mercado consumidor para indústrias como Tupy, Sadia, Hering etc. Aliás, tal inserção das indústrias de Santa Catarina, por exemplo, no mercado do sudeste não ocorre de forma complementar ou periférica, mas sim de forma extremamente dinâmica no que se refere a produtos (em muitos casos fabricados pioneiramente no país, o que lhes garante um certo monopólio) e processos, com produtos fabricados a preços mais competitivos, apesar da distância²².

Nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (fase “a” do 4º ciclo Kondratieff 1948-1973) a economia capitalista entrou num período extremamente próspero com a chamada revolução técnico-científica gestada na fase b do ciclo anterior pelo centro dinâmico. Nesta fase expandiu o intercâmbio entre os países do mundo capitalista desenvolvido e muito pouco destes com os países subdesenvolvidos, ocorreu significativa substituição de importação no quadro economia brasileira principalmente nas indústrias de bens de consumo durável e bens de capital, porque as indústrias de bens tradicionais já haviam progredido razoavelmente até os anos 1940²³.

A efetiva participação do Estado de Santa Catarina no planejamento econômico do país (os planos nacionais) é verificada pela construção de infra-estruturas urbano-industrial (rodovias, sistema de energia elétrica etc.) para viabilizar os investimentos do capital industrial (nacional e externo) através da promoção da integração nacional (mercados consumidores e fornecedores de matéria prima). Apesar da concentração industrial em São Paulo, destaca-se na periferia a indústria catarinense que ingressa no mercado externo, tomando o lugar das tradicionais exportações de madeira.

O presente texto tem como foco questões ligadas à indústria contemporânea regional catarinense, levando-se em consideração:

²² ROCHA, Isa de Oliveira. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia, da Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

²³ RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- As grandes mudanças da dinâmica da acumulação capitalista ocorridas a partir dos anos 90 do século XX em âmbito internacional, nacional e regional;
- A concentração do capital, através de fusões e aquisições e a formação de oligopólios industriais;
- As recentes inovações/mudanças tecnológicas nos processos produtivos como critérios na compreensão da realidade no capitalismo.

Deste modo, procura-se, como objetivo principal desta dissertação, analisar os impactos da conjuntura econômico-financeira global na economia catarinense quanto aos aspectos da inserção das corporações multinacionais pós 1990.

Ou, seja, busca-se, aqui, analisar e apresentar a relação da economia regional com as megacorporações e a maneira como esta se apresenta, reunindo elementos que favoreçam uma avaliação criteriosa e atualizada sobre os diferentes aspectos da experiência catarinense dentro do fenômeno da concorrência com as mega empresas que se estabeleceram através de filiais ou fusões e aquisições de capital acionário.

Tendo em vista a economia e indústria catarinense como objeto principal de análise de dissertação, uma referência importante para o estudo é a do geógrafo francês, Jean Chardonnet²⁴ sobre complexo industrial (o autor estuda os complexos, circuitos espaciais, aglomerados, setores e distritos). Este pode ser caracterizado, inicialmente, pela sua forte tonelagem de produção, pela massa de mão de obra empregada e, até mesmo, pela extensão dos capitais investidos. Porém, o que realmente o diferencia de uma região industrial é a existência de uma função econômica importante exercida e a presença de uma ou várias indústrias de base.

Um complexo industrial não pode ser concebido como um emaranhado de indústrias independentes, mas com a criação de relações de dependência entre as principais indústrias-chaves, relações estas, de várias ordens, tais como: dependência técnica; dependência econômica e dependência de fatores comuns, como, por exemplo, fonte de energia ou mão-de-obra.

²⁴ CHARDONNET, Jean. **Os Grandes Tipos de Complexos Industriais**, Boletim Geográfico, 1965.(POSO, Antonio T. Relatório de qualificação. *Gênese e Estrutura do Parque Siderúrgico Brasileiro: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*. USP, julho/2006).

A formação de um complexo industrial pode ocorrer mesmo com a atração de indústrias que parecem não ter nenhum elo econômico, técnico ou humano; é o que podemos chamar de atração por osmose econômica. Nesse caso, já existe uma infra-estrutura de transporte, organismos de crédito e bancos, uma organização comercial para a importação de matérias primas e a exportação dos produtos fabricados, além de um mercado de mão-de-obra, como, por exemplo, os complexos industriais de Xangai e Nova Iorque.

Outra característica importante de um complexo industrial é o espaço reduzido no qual suas respectivas indústrias estão inseridas, com uma concentração espacial muito mais carregada que as dos centros regionais. Chardonnet define três grupos de fatores de base para determinar a criação e o desenvolvimento de complexos industriais; são elas: as possibilidades de extração de recursos, como fontes de energia ou minerais metálicos; a existência de uma rede de comunicações; e elementos humanos, incluindo os políticos.

Armen Mamigonian²⁵ traz também a contribuição para o estudo de Geografia industrial, em seu estudo sobre a região industrial de Blumenau. Mamigonian acredita que um estudo de Geografia industrial deve responder a três fundamentais perguntas: Como é a gênese das indústrias em uma determinada região? Quais são as características geográfico-econômicas dessa região? Quais são as conseqüências da atividade industrial para o quadro espacial dessa região?

Para o geógrafo, a definição das características geográfico-econômicas de uma região passa pela análise, do ponto de vista espacial, da estrutura financeira das empresas nela inserida, a estrutura dos estabelecimentos, a mão-de-obra, a maquinaria, o consumo de eletricidade, os mercados de matérias-primas e de consumo, a produtividade e a conjuntura econômica.

Almeja-se focar a realidade catarinense de uma perspectiva que consiga integrar e contextualizar os setores economicamente envolvidos pela desnacionalização da economia, bem como os relacionando à ação de instituições governamentais.

Para tanto o presente trabalho apresenta-se dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo busca-se fazer um panorama mundial sobre o tema, mostrando as principais

²⁵ MAMIGONIAN, Armen. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia, 1965.

tendências e estratégias utilizadas pelas empresas multinacionais para garantir sua perpetuação e crescimento ao longo dos anos.

No segundo capítulo procura-se explorar os aspectos das indústrias em âmbito nacional. Faz-se uma breve síntese sobre as políticas econômicas brasileiras e como tais medidas maneira contribuíram para o desenvolvimento industrial.

O terceiro capítulo aborda aspectos da economia Catarinense e sua dinâmica atual frente à ação das empresas multinacionais. Apresenta-se uma síntese sobre os processos de inserção das principais empresas catarinenses através de indicadores bem como lista-se os principais investimentos externos recentes na região.

A compilação dos dados de campo adquiridos pela autora durante a fase pesquisa aparece em todos os capítulos do texto sintetizada em quadros e tabelas. No terceiro capítulo concentra-se a maioria dos dados coletados pela autora.

O quarto capítulo apresenta as considerações finais do trabalho, embasadas nos referenciais teóricos apresentados e nos dados coletados em campo. O quinto e último capítulo apresenta as referências bibliográficas utilizadas bem como as referências consultadas.

Principais fontes de informação empírica

A base e os dados iniciais que serviram de ponto de partida para o aprofundamento deste trabalho, foram levantados em pesquisas em diversas publicações acadêmicas tais como Dissertações, Teses, Artigos Científicos, *Journals*, entre outros.

Para os dados de 1990 a 2008, a principal fonte de informação foi uma pesquisa realizada nos junto aos arquivos do Jornal Diário Catarinense. Efetuou-se uma minuciosa busca de informações em todos os exemplares do jornal no período de janeiro de 1990 a julho de 2008.

Para os exemplares de janeiro de 1990 até dezembro de 2003, o jornal conta apenas com a versão em papel. Para seleção dos dados, as páginas relevantes foram digitalizadas e tratadas. Do ano de 2004 em diante, o Diário Catarinense disponibiliza um versão já digitalizada dos exemplares, o que facilitou a compilação dos dados.

Além da consulta ao Jornal, foram feitas pesquisas junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - SECEX-DEPLA (Secretaria de Comércio Exterior – Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Comércio Exterior). Foram utilizadas bases de dados sobre empresas exportadoras de Santa Catarina.

Dados da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também foram utilizados para validar dados e efetuar comparações entre empresas e setores. Também foram adquiridos dados em revistas (Exame, Amanhã, Fortune). Estas publicações, em edições especiais, apresentam *rankings* de empresas com informações sobre faturamento, lucratividade, endividamento entre outras.

Na internet, efetuou-se uma busca em sites de organizações e de nações, tais como a BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ONU (Organização das Nações Unidas), SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica) e IEDI (Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial) além de pesquisas disponibilizadas por empresas de consultoria tais como KPMG, PriceWaterhouse & Coopers.

CAPÍTULO 1 - PANORAMA MUNDIAL

A competição global é mais do que rivalidade entre firmas. A competição entre empresas privadas é apenas sua manifestação mais visível. A competição global conduz a um confronto contínuo entre diferentes sistemas de produção, esquemas institucionais e organizações sociais, no interior dos quais as empresas têm lugar de destaque, mas apenas como um dos componentes de uma rede que as vincula ao sistema educacional, à infraestrutura tecnológica, à estrutura de relações de trabalho, aos padrões de relacionamento entre setor público e privado, e ao sistema financeiro²⁶.

1.1 As Corporações Multinacionais

A empresa multinacional está assumindo, cada vez mais, o papel de regente da orquestra, em relação a diversas atividades de produção e transações, que se dão no interior de uma rede de relações transnacionais, tanto internas como externas às companhias, e que podem incluir ou não um investimento de capital, mas cujo objetivo consiste em promover seus interesses globais²⁷.

O papel real das corporações multinacionais é controvertido. Conforme assinala Marcel Merle²⁸ uma corrente concebe que elas já atingiram uma dimensão e uma capacidade financeira superiores às de muitas coletividades estatais, com base na comparação, por exemplo, do orçamento; seria o surgimento de um novo poder. Outra corrente concebe as corporações multinacionais como projeções de governos nacionais ou agentes de política de governos nacionais; seria o surgimento de uma espécie de imperialismo renovado.

²⁶ ERNST, Dieter e O'CONNOR David. **Technology and Global Competition**. The Challenge for Newly Industrialising Economies/OECD, 1989.

²⁷ DUNNING, J.H. **The new style multinationals - Circa the Late 1980s and 1990s**. In J.H. Dunning, Explaining Multinational Production, Londres, Unwin Hyman, 1988.

²⁸ MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Trad. Ivonne Jean. Brasília: UnB, 1981.

A adoção de mecanismos de escape ao controle estatal, em termos comerciais, fiscais, tributários, trabalhistas, etc. é a introdução do conceito de corporação multinacional²⁹ propriamente dita, porque são verdadeiros atores autônomos que realizam uma estratégia independente e cuidam, através de sua ação internacional dos seus próprios interesses.

Segundo David C. Korten³⁰ “as corporações têm surgido como instituições controladoras predominantes no planeta, elas alcançam virtualmente todos os países do mundo e superam em tamanho e poder muitos governos”. Seu único interesse é centralizar o aumento de seus próprios lucros protegendo a si mesmas das incertezas do mercado. Elas surgem de uma combinação de competição de mercado, da demanda dos mercados financeiros e dos esforços dos indivíduos dentro delas para promover suas carreiras e aumentar seus ganhos.

Segundo Getúlio Carvalho³¹, pioneiro ao organizar estudos sobre a amplitude e profundidade da contribuição das multinacionais, é fundamental a compreensão da crescente importância do papel desempenhado pelas empresas multinacionais na economia dos países em desenvolvimento sob uma perspectiva crítica.

Segundo Milton Santos³², só as empresas multinacionais poderiam objetivar as tendências iminentes do período e impor em toda parte essa forma de universalização perversa que caracteriza a vida mundial em nossos dias. As empresas transnacionais, instrumentos de concentração e acumulação, respondem a um duplo objetivo: utilizar a mão-de-obra barata dos países subdesenvolvidos para produzir a baixo custo produtos de exportação e elevar as taxas de lucro, que desceram a um nível bastante baixo nos países que integram o centro do sistema.

²⁹ O fenômeno das corporações multinacionais apresenta dificuldade de definição e conceituação. Adriano Benayon observou que se denominam empresas multinacionais ou transnacionais para as corporações econômicas com atividades em vários países. Segundo François Chesnais, a corporação invariavelmente começou por constituir grande empresa no plano nacional, sendo resultado de um processo, mais ou menos longo e complexo, de concentração e centralização do capital. (BENAYON, Adriano. **Globalização versus desenvolvimento: o jogo das empresas transnacionais - ETNs e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros** - IDES. Brasília: LGE, 1998. CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.)

³⁰ KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo**. Trad. Anna Terzi Giova. São Paulo: Futura, 1996.

³¹ CARVALHO, Getúlio (coord.). **Multinacionais: os limites da soberania**. 3.ed.Rio de Janeiro:FGV, 1980.

³² SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 2. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1986.

Estes dois objetivos não poderiam ser atingidos sem uma mundialização da produção e do consumo, das trocas e do mercado, do capital sob todas as suas formas e do trabalho. O próprio Estado torna-se internacionalizado, não apenas por suas funções externas mas também por suas funções internas, como a de assegurar as condições do crescimento econômico ao nível mundial.

Entretanto, segundo Marcos Aurélio da Silva, contrapondo os argumentos supramencionados sobre a *utilização de mão-de-obra barata dos países subdesenvolvidos para produzir a baixo custo produtos de exportação e elevar as taxas de lucro*, em pesquisa sobre a gênese e dinâmica competitiva da indústria brasileira, em especial a região sul: “as firmas que são sistematicamente exportadoras, brasileiras ou filiais de multinacionais, apresentam em geral um desempenho cujo dinamismo se reflete em elevados coeficientes de exportação e/ou amplo alcance geográfico das vendas. São estes em geral os casos que partiram de uma história anterior de sucesso no mercado doméstico - sendo que, em um caso específico (grupo Weg), o processo de internacionalização das vendas registrado nos anos mais recentes é o resultado direto da aplicação de um potencial interno de acumulação que em muito supera as possibilidades de investimentos oferecidas no mercado doméstico, já amplamente oligopolizado pela firma”³³.

Procura-se trazer no presente estudo diferentes interpretações a respeito das conjunturas econômicas atuais por que passa o capitalismo contemporâneo. Muitos teóricos acreditam no enfraquecimento do Estado Nacional Capitalista e no desaparecimento das fronteiras nacionais.

Para Susan Strange e John M. Stopford³⁴, as grandes mudanças da economia política internacional ocorridas desde a década de 1980 têm alterado sobremaneira as relações entre estados e empresas multinacionais. O crescimento da interdependência passou a significar que a rivalidade entre Estados e a rivalidade entre as empresas por um lugar seguro no mundo tornou-se mais feroz. Assim, governos têm cada vez mais reconhecido sua gradativa dependência aos recursos controlados pelas empresas.

³³ SILVA, Marcos Aurélio da. *Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil*. São Paulo:USP, 2005.

³⁴ STOPFORD, John M. and STRANGE, Susan. *Rival states, rival firms: competition for world market shares*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

As complexas e dinâmicas transformações do cenário mundial estão ligadas ao processo da globalização³⁵. De um lado, uma das essências da idéia de globalização é exatamente a superação ou transposição das fronteiras, as quais são um dos elementos basilares do conceito de nação; assim globalizar, mesmo indiretamente, introduz a idéia de superar a própria nação, pelo menos na sua estrutura moderna. De outro, a globalização envolve a participação ativa importante de outros atores ou agentes que não o Estado.

Este fenômeno tem uma condição de processo em marcha e em desenvolvimento, não ultimado ou estático. Existem diversas linhas teóricas que encontram respaldos em inúmeros pesquisadores quanto à concepção de globalização. De um lado, há uma concepção fundada no liberalismo econômico ou neoliberalismo – mercados livres. Visão otimista ou passiva de todo o processo em curso, em que a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. De outro lado, há uma concepção de que o fenômeno não é isonômico nas oportunidades geradas aos participantes e tampouco cumpre suas promessas de desenvolvimento, notadamente no Terceiro Mundo. Visão negativa ou crítica desse processo. Essa corrente também destaca a possibilidade e necessidade de controle do processo por mecanismos políticos e econômicos variados.

Ligando a idéia de globalização ao capitalismo, Octavio Ianni³⁶ divide em três fases a evolução histórica desse fenômeno: a primeira inicia com as grandes navegações – nos séculos XV e XVI. A segunda, com o registro da Revolução Industrial do século XVIII. A terceira, nos anos cinquenta do século XX, registra-se depois da Segunda Guerra Mundial, com a reconstrução da Europa destruída pelos dois conflitos mundiais, e através do impulso e do domínio das empresas multinacionais e seu controle sobre os mercados mundiais.

As mudanças, em escala e intensidade inéditas a partir do final da década de 1980, permitiram uma recuperação das taxas de lucro e recuperação das taxas de crescimento da produtividade principalmente para o setor do capital privado dentro do sistema capitalista

³⁵ É um fenômeno peculiar no qual há várias fases ou dimensões a serem analisadas para sua compreensão integral e complexa, cujo marco inicial remete a muitas datas cuja delimitação está diretamente relacionada com o conteúdo do próprio conceito de globalização. Na perspectiva de José Eduardo Faria a globalização não é um fenômeno novo ou original na história, tendo estado sempre presente, por exemplo, nos antigos impérios, provocando sucessivos surtos de modernização econômica, cultural e jurídica. Para esse autor, o efetivamente novo consiste na sua aplicação em um processo tido por inédito em que se superam as restrições de espaço pela minimização das limitações de tempo, graças ao vertiginoso aumento da capacidade de tratamento instantâneo de um gigantesco volume de informações; a um fenômeno complexo e intenso de interações transnacionais, onde a empresa privada progressivamente substitui o Estado como ator principal criando algo qualitativamente diferenciado de quase tudo o que se teve até agora em matéria de ordenação sócio-econômica e de regulação político-jurídica. FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.

³⁶ IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

mundial. Houve um aumento extraordinário dos fluxos de investimento externo direto, assim como da atuação das corporações multinacionais. Na realidade, as estratégias pela busca por novos mercados produtores e consumidores passaram a ser adotadas após a crise mundial dos anos 1970 quando poder político e privado, governos e empresas reiniciaram processos de pressão político-econômica visando à abertura e exploração de novos mercados externos como jamais visto antes. Ocorreu uma liberalização muito ampla do comércio exterior, facilitando as operações dos grupos multinacionalizados.

A despeito das várias interpretações contemporâneas supramencionadas, conclui-se este item com as teses apresentadas por Armen Mamigonian que, em nosso entendimento, melhor esclarecem a realidade.

Segundo Mamigonian, os intelectuais de esquerda deveriam se perguntar se não são imposturas as afirmações a respeito do enfraquecimento do Estado capitalista e se verdadeiras, em que setores e quais seus significados; do enfraquecimento ou desaparecimento das fronteiras nacionais e se verdadeiras, em que caso ocorrem e por quais razões; da tendência ao desaparecimento das relações centro-periferia no sistema capitalista, substituídas pela homogeneização das sociedades (o primeiro mundo e o terceiro mundo se misturariam em todos os países); se o imperialismo acabou ou está mais poderoso e atuante e quais suas manifestações; como todas estas perguntas se manifestam no período depressivo atual do capitalismo.³⁷ Ainda segundo Mamigonian, o *imperialismo americano* deve ser interpretado sob o olhar crítico, analisando-se os fatos por todos os lados e vieses. Mamigonian traz para o debate contemporâneo a reflexão acerca do hiper-imperialismo prenunciado por Karl Kautsky³⁸ devido à concentração dos grupos financeiros e econômicos manifestada pelas fusões e aquisições.

1.1.1 Corporações Multinacionais: conceito, gênese e aspectos históricos

As corporações multinacionais atualmente são poderosos atores internacionais, dentro do fenômeno da mundialização do capital que marcha, que está em curso, e que traz consigo grandes transformações principalmente na área financeira. Elas deixam de ser meras exportadoras de mercadorias e serviços. Bancos e firmas de capital privado mantêm vínculos entre si, entre estados individualmente e com setores do governo. As corporações multinacionais movimentam recursos que chegam a ultrapassar o PNB de alguns países e

³⁷ MAMIGONIAN, Armen. *Neoliberalismo X Projeto Nacional do mundo e no Brasil*. Revista Paraná Geografia - Curitiba-PR nº 6 p. 15-23, 2001

agem defendendo seus próprios interesses no sistema internacional e fazem ligação entre a política doméstica de vários países. Estas mega empresas estão no comando das decisões sobre os rendimentos da poupança, taxa de juros, câmbio e investimentos, em meio a um quadro de relativo enfraquecimento dos Estados (como são formalmente constituídos) mal e mal tem capital para arcar com as necessidades básicas nacionais – saúde, educação básica.

Segundo Manuel Correia de Andrade³⁹, as empresas transnacionais são grandes firmas que manejam capital próprio e de outros (têm fácil e grande acesso ao crédito) na aquisição de matéria-prima, de maquinaria, de tecnologia e levam a sua produção às diversas partes do globo, em face da racionalização, na organização de seus serviços e de sua administração, e da influência junto aos órgãos governamentais. Elas geralmente têm seu alto comando no país-sede Estados Unidos, países industrializados da Europa e Japão - onde possuem escritórios, empresas de administração e investimentos em setores econômicos variáveis, assim como indústrias.

Ainda segundo Andrade, é no país-sede, em face do tamanho populacional e do nível de renda da população, que se encontra uma parte ponderável de sua clientela. Não podem ficar, porém, dependentes do mercado de um único país; por isso procuram instalar as suas atividades em outros países, adquirindo ações de empresas privadas aí existentes ou implantando novas empresas ou construindo grandes estabelecimentos para se beneficiar da economia. Não existe uma única definição deste instituto, havendo também uma diversidade na terminologia – empresas internacionais, multinacionais, transnacionais. Apresenta-se uma definição mais ampla de Duran Herrera sendo toda aquela empresa (unidade microeconômica de decisão estratégica) que gestiona e controla atividade (de produção, comercialização, distribuição e financiamento) em mais de um país, empresa envolvida com a produção de bens e serviços no exterior e que, em consequência, opera nos mercados de fatores e de produtos em vários países⁴⁰. A base da produção destas corporações está no princípio da maximização da acumulação do capital e do lucro ao menor custo. Em 1970, numa estimativa mundial havia aproximadamente 391 empresas multinacionais. Em 1990, este número já havia saltado para 7.000 empresas matrizes com mais de 26 mil filiais.

³⁸ KAUTSKY, Karl; LENIN, Vladimir Ilitch. **A ditadura do proletariado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 195p.

³⁹ ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia econômica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

⁴⁰ OLIVEIRA, Odete M. de. **Relações internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2001.

1.1.2 Periodização da evolução das corporações multinacionais

Sendo uma das características principais estarem ligadas a momentos de notável aceleração e inovações tecnológicas, avanços científicos, descobertas e invenções, o nascimento das corporações multinacionais está ligado à fase “b” do segundo ciclo Kondratieff.

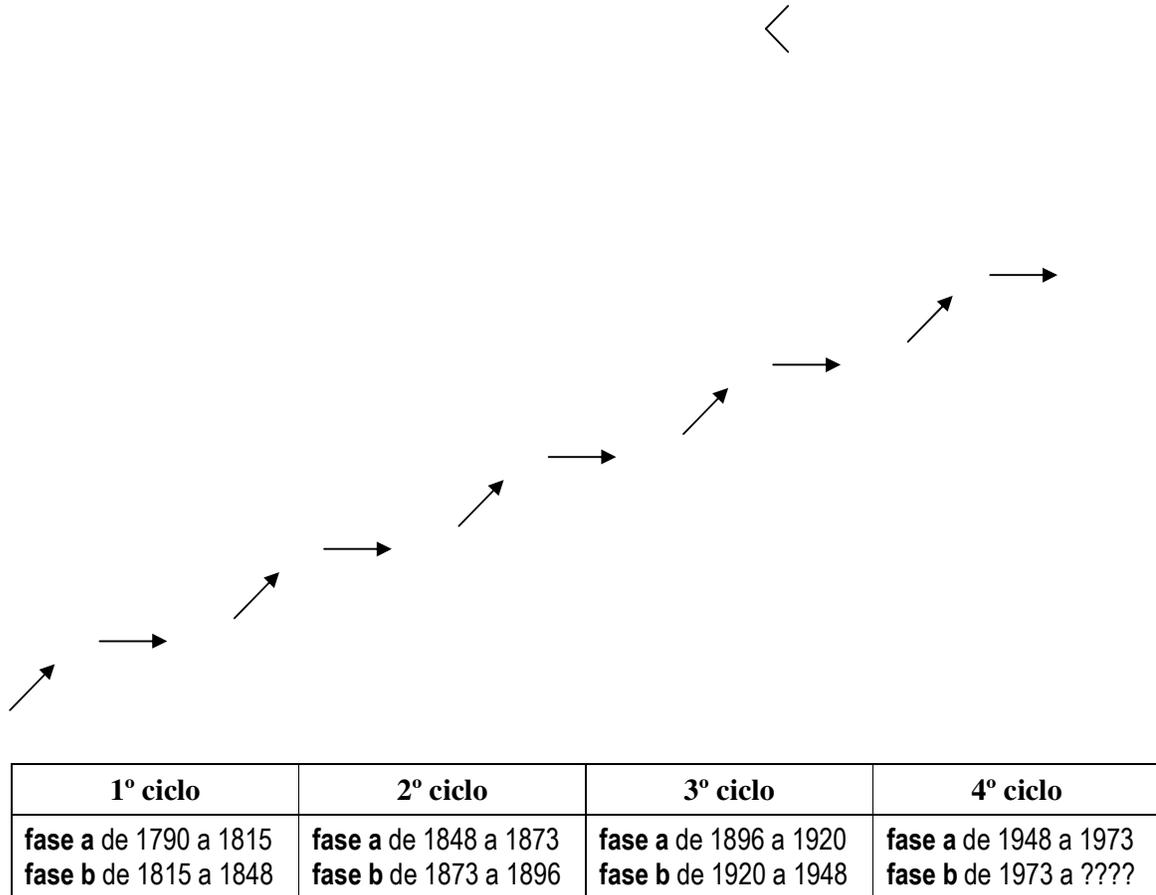


Figura 1 - Os Ciclos de Kondratieff

Também na fase “b” do segundo ciclo Kondratieff a maioria das inovações que ocorreram na Europa durante o século XIX, a energia elétrica, motor a vapor que deu origem à revolução industrial e dos transportes telégrafo, telefone, rádio, motor.

Segundo John Atkinson Hobson⁴¹, na a Evolução do Capitalismo Moderno, foi na indústria do transporte que se encontraram os resultados mais expressivos da influência concentradora da maquinaria. A substituição da carroça e da diligência pela estrada de ferro, do barco a vela pelo navio a vapor, evidenciou o maior avanço do capitalismo moderno. Foi o fato de todas as ferrovias dirigidas pela iniciativa privada, a vapor ou elétricas, serem empresas de capital acionário e de todo o transporte marítimo ter adotado a mesma forma tipicamente capitalista comprovou a tendência concentradora desse segmento da indústria. Depois do transporte, o setor empresarial em que as forças concentradoras operaram com maior força e em âmbito maior geral foi o das finanças, incluindo nesse termo as operações bancárias e de seguros, corretagem de ações e de câmbio e toda espécie de empréstimo de dinheiro. Essas empresas financeiras constituíram o berço do capitalismo moderno: foram as primeiras a adotar a forma de sociedade anônima e a terem um campo de ação internacional. Nessas empresas, a expansão do capital não guarda nenhuma relação com a mão-de-obra e, nelas a vantagem de um capital vultoso é normalmente maior do que em qualquer outra operação financeira.

No século XX, após uma verdadeira revolução tecnológica (descoberta do transistor pelos americanos nos anos 1940) foi possível a execução de equipamentos cada vez menores e com menor consumo de energia. Esta revolução afetou praticamente todas as áreas da ciência e da tecnologia (computadores, telecomunicações, eletrônica de consumo, aviação e a exploração espacial). Os circuitos integrados (microchips-anos 1960) que a partir do final da década de 1970 levou à miniaturizações cada vez maiores, computador digital (anos 40) permite invenções derivadas – Internet, multimídia, a TV e as telecomunicações digitais, os CDs, os aparelhos domésticos inteligentes, os bancos de dados.

O computador é o motor das economias pós-industriais, ou da chamada “sociedade da informação”, ou “economia baseada no conhecimento”. A Internet em menos de cinco anos atingiu mais de 200 milhões de pessoas é a mais impactante de todas as invenções pelo efeito sobre o comércio eletrônico o *e-business*. Para uma melhor compreensão didática trabalha-se com a periodização ilustrada a seguir⁴².

⁴¹ HOBSON, John Atkinson, 18558-1940. **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada**. Trad. Benedicto de Carvalho. 2a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985

⁴² OLIVEIRA, Odete M. de. **Relações internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2001.

Primeiro período: últimas décadas do século XIX



Figura 2 - Primeiro Período

Neste período (fase b do 2º Kondratieff – período depressivo de 1873 → em diante, para frente) surgem as grandes e as empresas são europeias e, embora migrando para os Estados Unidos⁴³, o local de concentração é Europa.

As pequenas empresas artesanais e familiares foram absorvidas pelas grandes empresas, desapareceram do mercado, facilitando a evolução das empresas transnacionais. E o desaparecimento de muitas empresas e formação de grandes *trustes*.

Setor de atividade

- Exploração de matérias-primas (carvão e aço)
- Produtos alimentares
- Indústria Farmacêutica

Exemplos Nestlé, Unilever, Bayer, Air Liquide

⁴³ Segundo Silva, este é o grande *boom* das multinacionais. Quando nos EUA surgem as grandes ferrovias, elas se internacionalizam imediatamente. As firmas surgem e se internacionalizam. Ainda segundo o autor (que cita Chandler) o processo se dá simultaneamente na Europa e nos EUA. SILVA, Marcos Aurélio da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil**. São Paulo:USP, 2005

Segundo Período: Segunda década do século XX até meados da década de 40

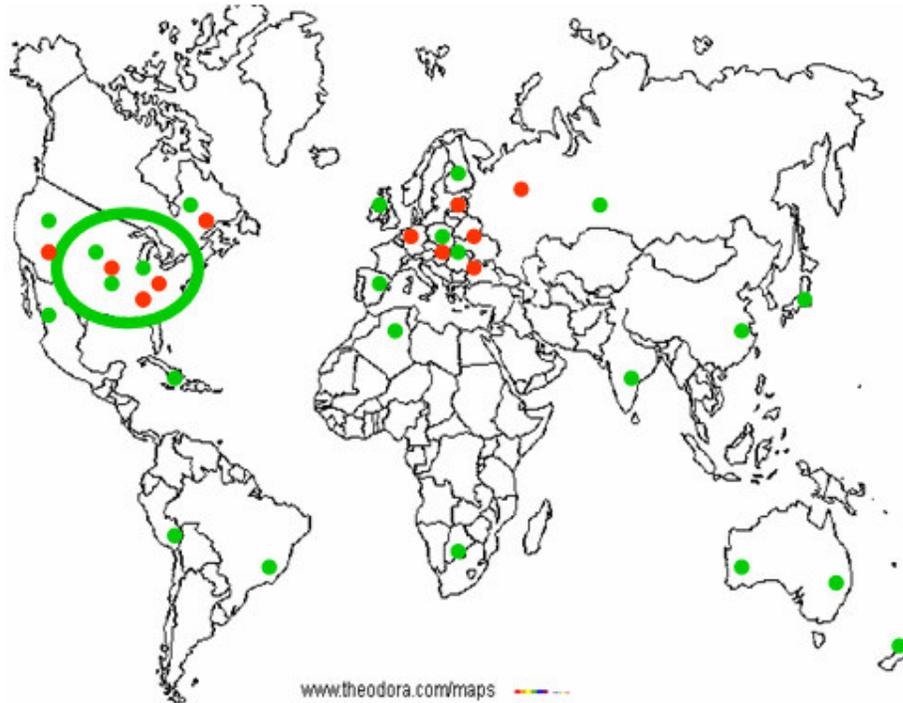


Figura 3 - Segundo Período

As empresas constituem-se também nos Estados Unidos⁴⁴ e ocorre uma maior dispersão da concentração.

Setor de atividade

- Petróleo – extração, transformação e comercialização
- Setores da indústria transformadora
- Automóvel, química, farmacêutica, aeronáutica
- Indústria Farmacêutica

Exemplos

- Esso, Mobil, Texaco, Shell, Ford, General Motors

⁴⁴ Silva acrescenta ainda o seguinte dado, as americanas multinacionais surgem para estrangular as européias. Destacando o papel na Alemanha de Hitler, com sua política de reerguer as européias com a Volkswagen. SILVA, Marcos Aurélio da. *Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil*. São Paulo:USP, 2005

Terceiro Período: pode ser dividido em duas fases

- Após a Segunda Guerra Mundial até os anos 1960
- A partir dos anos 1970

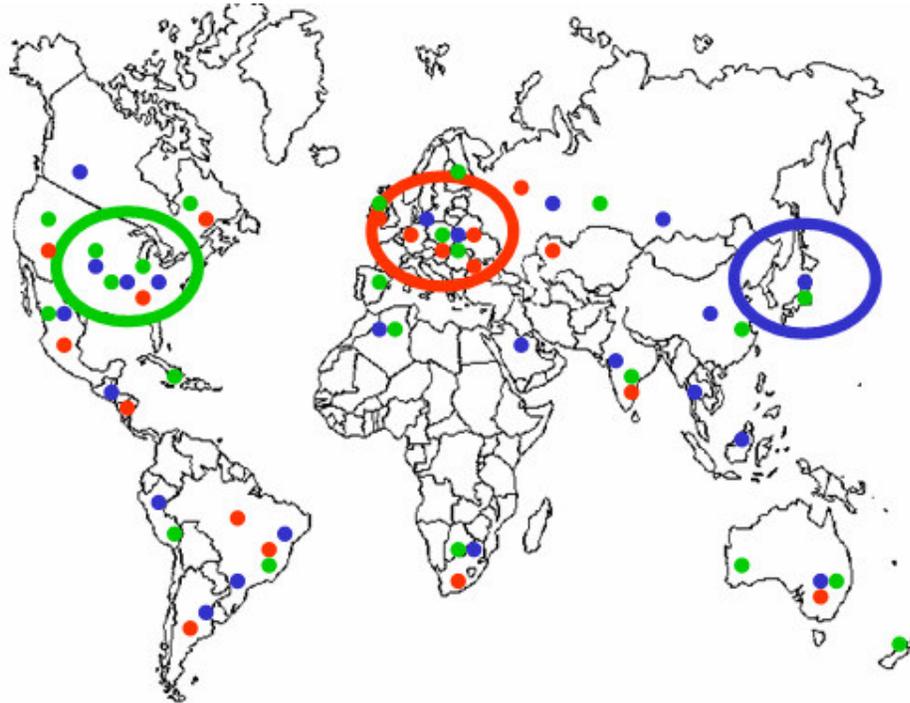


Figura 4 - Terceiro Período

É o período da universalização das corporações multinacionais. A primeira fase deste terceiro período compreende o setor dos serviços. Bancos americanos, europeus e japoneses que se espalham universalmente. Já a partir dos anos 1970

Setor de atividade (trata-se de economia da gerência em que os serviços estão relacionados à indústria)

- Seguradoras americanas, européias e japonesas
- Empresas de Recrutamento e Gestão de RH
- Multinacionais de eletrônica

Exemplos Grandes superfícies comerciais McDonalds, Makro, Carrefour.

Logo no pós-guerra até o final dos anos 1960 por maior que tenha sido a amplitude das destruições da 2ª Guerra Mundial, o esforço de guerra, o ampliamto da mobilização dos trabalhadores com vista na produção, a sistematização dos métodos de organização do trabalho e os progressos de produtividade foram tais que, na década de 1938-48, 1948-1971 a taxa do crescimento atingem 5,6% ao ano em média para a produção industrial e 7,3% para os intercâmbios comerciais⁴⁵. O crescimento do após-guerra é o maior já conhecido pelo conjunto dos países capitalistas.

Houve nesta época o tipo de organização econômica fordista (Henry Ford) de lógica tayloriana – um modelo de desenvolvimento de acumulação fundamentado em uma produção industrial estandardizada, apoiada no consumo e produção em massa e ajudada de forte intervenção do Estado visando regular a demanda efetiva em virtude do crescimento da produção.

Há neste modelo a limitação da variabilidade das tarefas; subdivisão do trabalho em elementos simples que se encadeiam; aplicação de um método de observação rigoroso; responsabilidades da direção na preparação do trabalho. No fordismo-taylorismo, os operários não qualificados se especializam numa tarefa que eles executam a um ritmo imposto. Há uma separação nítida entre engenharia e a execução desqualificada (as cadeias de montagem).

O mercado visava a satisfazer o mercado doméstico e vender no mercado mundial produtos a baixo custo de mão de obra.

A lógica do crescimento capitalista implica a crise. No próprio movimento da acumulação se desenvolvem os obstáculos contra os quais este vai se chocar. Na prosperidade dos anos 1960 já estavam os germes da crise dos anos 1970.

Na produção: aumento da recusa de uma certa forma de organização do trabalho: recusa do trabalho desqualificado, parcelizado, repetitivo; revoltas contra as “cadências infernais”, contra os ritmos da linha de montagem.

As baixas de rendimento, os aumentos de custo acontecem num momento em que a concorrência se torna mais acirrada sobretudo porque o modelo de consumo dos anos 1950-60 também está se corroendo.

⁴⁵ BEAUD, Michael. **História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias**. 1989.

A desigualdade aparece como inerente às sociedades capitalistas. O desenvolvimento capitalista da economia, que engendra e mantém essa desigualdade, tropeça mais uma vez nela.

No total, a tendência de conjunto é, em cada grande país capitalista, ao aumento dos custos, à saturação dos mercados, à intensificação da competição, o que explica as tendências à baixa da rentabilidade que se observa desde os anos 1960.

Os mercados externos continuam. Para cada capitalismo nacional, o esforço para a exportação apreça que deve servir ao menos como paliativo à saturação progressiva dos mercados internos: de 1967 a 1971, as exportações progredem a taxas anuais de 9% nos EUA, 12% para a Grã-Bretanha, 16% para a França e para a Alemanha, 23% para o Japão.

Intensificou-se a concorrência entre os produtores industriais de cada país com os produtores estrangeiros, aliás, tanto nos mercados estrangeiros quanto nos mercados nacionais. Para vender, aumenta cada vez mais a necessidade de estar presente no país; nele efetuar as montagens, até mesmo produções. Então, desenvolve-se o que continuará até aqui uma forma excepcional de internacionalização do capital: a implantação de filiais ou a tomada de controle de empresas no estrangeiro. De 1967 a 1971, o investimento no exterior aumenta em taxas anuais de 8% para a Grã-Bretanha, 10% para os EUA, 12% para a França, 24,5% para a Alemanha e 32% para o Japão. No mesmo período o capital investido no estrangeiro passa de 108 para 165 milhões de dólares (Tabela 1 - próxima página).

A partir dos anos 1970, segunda fase do terceiro período da universalização – era de economias de variedades - ocorre a deslocalização do processo industrial- nova distribuição das atividades produtivas em escala mundial. Mobilização de certos setores como o têxtil, elétrica e eletrônica, construtoras de automóveis – dos países industrializados aos em desenvolvimento. Deslocamento do Norte para o Sul: mão de obra de nível tecnologicamente baixo, custos de produção baixos e os mercados de maior dimensão.

Também passa a ocorrer uma maior flexibilidade nos processos de produção, de desenvolvimento dos produtos, na regulação das relações de trabalho. Entretanto, estas características não se generalizam em todos as formações sociais, levando-se em conta as desigualdades e particularidades de cada sistema e suas estruturas econômicas. Cita-se como exemplo o Japão que “... mesmo no setor automobilístico do Japão, não se verificou a adoção

unânime do toyotismo(...) concorrentes da Toyota, como a Nissan, se mostraram refratárias aos métodos, preferindo estratégias diferentes, com ênfase na tecnologia de vanguarda...”⁴⁶

Com relação ao debate da denominação deste fenômeno que vem a ser o novo paradigma industrial – se pós-fordismo, niponização, ohnismo, japonização, etc. – Espíndola afirma que, na realidade atual, é mais prudente considerar que o que vivemos hoje é, sem sombra de dúvida, o momento de emersão de um novo paradigma industrial, mas que ainda está longe de se constituir em regime. Isso deriva da ausência de seu modo de regulação correspondente.

Tabela 1 - Capital Investido em Filiais no Exterior (BEAUD, 1989)

	Estados Unidos	países de origem dos capitais				
		Grã Bretanha	França	RFA	Suíça	Japão
<i>distribuição* por país de origem, no valor total do capital investido no exterior:</i>						
1967	55,0	16,2	5,5	2,8	3,9	1,3
1971	52,0	14,5	5,8	4,4	4,1	2,7
<i>número de filiais no exterior, em 1969, para cada país de origem</i>	9691	7116	2023	2916	1456	n.d.
<i>distribuição* dessas filiais segundo sua implantação:</i>						
outros países capitalistas	74,7	68,2	59,7	82,2	85,7	n.d.
Terceiro Mundo	25,3	31,6	40,3	17,8	14,4	n.d.
<i>distribuição* para as filiais do Terceiro Mundo:</i>						
África	8,3	40,0	66,6	21,8	15,8	
Ásia	18,8	31,5	9,2	28,3	23,9	
América Latina	72,8	28,5	24,1	49,9	60,3	

* Em porcentagem.

Fontes: C. A. Michalet, *op. cit.*, p. 30; C. Palloix, in *La France et le Tiers Monde*, p. 92.

1.1.3 Características Principais das Corporações Multinacionais Contemporâneas

A rápida aceleração do poder das corporações multinacionais está ligada a políticas liberais de intercâmbios comerciais, ao desaparecimento do controle das trocas, à desregulamentação dos mercados e ao enfraquecimento das políticas macroeconômicas tradicionais.

⁴⁶ ESPÍNDOLA, Carlos J. *Análise crítica do pós-fordismo no Brasil a partir da perspectiva* de Elizabeth B. Silva. Florianópolis, fevereiro de 1998.

Constatam-se semelhanças entre as filosofias econômicas que imperavam no final do século XIX - apogeu do movimento liberal, cuja filosofia do individualismo liberal atacava a política mercantilista do controle público da produção e do comércio – buscava o livre jogo da concorrência e da não intervenção estatal, princípio do *laissez-faire*, ao qual se incorporaram as concepções de livre produção, direito de livre contrato, legitimidade de propriedade privada, cada indivíduo busca satisfazer o seu próprio interesse - e final do século XX. Desde os anos 1980 inicia-se um período de flexibilidade crescente – dominação da filosofia neoliberal da plena realização econômica com a eliminação de todas as barreiras.

Considerando os aspectos sociais, elas são poderosos agentes de transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas, revolucionando a economia tradicional, ao criar novos modos de desenvolvimento e produção. Já em termos legais, podem ser consideradas juridicamente desnacionalizadas - administradas por indivíduos de origens nacionais diferentes. Boa parte do montante de seu ativo e resultados estão descentralizados e no estrangeiro.

Por se tratar de processo cujas dimensões universais são praticamente recentes, o fenômeno ainda é ignorado pelo direito, pelo fato das corporações multinacionais deterem filiais em outros países - as atividades desenvolvidas no exterior ficam desprovidas de uma personalidade internacional/escapam de ordenamentos específicos e só podem ser regidas pelo direito através de suas atividades nacionais. A tecnologia, a eletrônica, a comunicação e os transportes oportunizaram novos tipos de mobilidades altamente dinâmicas e sem precedentes na história, inovando a execução das atividades através da cibernética, de robôs, e das transações e fluxos além das fronteiras, sem a participação, influência ou vigilância dos Estados, forjando novos atores mundiais, com novas competências e interesses.

Sarah Anderson e John Cavanagh⁴⁷ do IPS (Institute for Policy Studies) em seu relatório sobre as 200 maiores corporações mundiais realizado no ano de 2000, observam que, já em 1996, havia 51 corporações no topo das 100 maiores economias mundiais. No ano de 2000, apesar da ordem ter sido alterada, das 100 maiores instituições/organizações mundiais, 51 são ainda corporações e 49 são Estados-nações. Na Tabela 2, apresenta-se a primeira parte da tabela, listando-se os 60 primeiros colocados (grafando-se as corporações em itálico).

⁴⁷ ANDERSON, S.; CAVANAGH, J. their **Report on the Top 200 corporations**. December 2000. <<http://www.corporations.org/system/top100.html>>Acesso em 15/01/2007

Tabela 2 - As 100 Maiores Economias do Mundo (ANDERSON; CAVANAGH, 2000)

Pos	País / Corporação	PIB / vendas (US\$ mil)	Pos	País / Corporação	PIB / vendas (US\$ mil)
1	United States	8,708,870.00	31	Indonésia	140,964.00
2	Japan	4,395,083.00	32	South Africa	131,127.00
3	Germany	2,081,202.00	33	Saudi Arabia	128,892.00
4	France	1,410,262.00	34	Finland	126,130.00
5	United Kingdom	1,373,612.00	35	Greece	123,934.00
6	Italy	1,149,958.00	36	Thailand	123,887.00
7	China	1,149,814.00	37	Mitsui	118,555.20
8	Brazil	760,345.00	38	Mitsubishi	117,765.60
9	Canadá	612,049.00	39	Toyota Motor	115,670.90
10	Spain	562,245.00	40	General Electric	111,630.00
11	México	474,951.00	41	Itochu	109,068.90
12	Índia	459,765.00	42	Portugal	107,716.00
13	Korea, Rep.	406,940.00	43	Royal Dutch/Shell	105,366.00
14	Austrália	389,691.00	44	Venezuela	103,918.00
15	Netherlands	384,766.00	45	Iran, Islamic rep.	101,073.00
16	Russian Federation	375,345.00	46	Israel	99,068.00
17	Argentina	281,942.00	47	Sumitomo	95,701.60
18	Switzerland	260,299.00	48	Nippon Tel & Tel	93,591.70
19	Belgium	245,706.00	49	Egypt, Arab Rep.	92,413.00
20	Sweden	226,388.00	50	Marubeni	91,807.40
21	Áustria	208,949.00	51	Colombia	88,596.00
22	Turkey	188,374.00	52	AXA	87,645.70
23	General Motors	176,558.00	53	IBM	87,548.00
24	Denmark	174,363.00	54	Singapore	84,945.00
25	Wal-Mart	166,809.00	55	Ireland	84,861.00
26	Exxon Móbil	163,881.00	56	BP Amoco	83,556.00
27	Ford Motor	162,558.00	57	Citigroup	82,005.00
28	DaimlerChrysler	159,985.70	58	Volkswagen	80,072.70
29	Poland	154,146.00	59	Nippon Insurance	78,515.10
30	Norway	145,449.00	60	Philippines	75,350.00

Fontes: Sales: Fortune, July 31, 2000. GDP: World Bank, World Development Report 2000.

A Revista Fortune (2005) publica anualmente um ranking com as 500 maiores empresas das Américas a Tabela 3 mostra o ranking dos anos de 2005 e 2008.

Tabela 3 - As 100 maiores empresas das Américas (FORTUNE, 2005)

2005			2008				
Rank	Company	Revenues (\$ millions)	Profits (\$millions)	Rank	Company	Revenues (\$ millions)	Profits (\$millions)
1	Wal-Mart Stores	287.989,0	10.267,0	1	Wal-Mart Stores	378.799	12.731
2	BP	285.059,0	15.371,0	2	Exxon Mobil	372.824	40,61
3	Exxon Mobil	270.772,0	25.330,0	3	Royal Dutch Shell	355.762	31.331
4	Royal Dutch/Shell Group	269.690,0	18.193,0	4	BP	291.438	20,845
5	General Motors	193.517,0	2.805,3	5	Toyota Motor	230.201	15,042
6	DaimlerChrysler	176.687,5	3.067,1	6	Chevron	210.783	18,688
7	Toyota Motor	172.616,3	10.998,2	7	ING Group	201.516	12,649
8	Ford Motor	172.233,0	3.487,0	8	Total	187.28	18,042
9	General Electric	152.866,0	16.819,0	9	General Motors	182.347	-38,732
10	Total	152.609,5	11.955,0	10	ConocoPhillips	178.558	11,891
11	ChevronTexaco	147.967,0	13.328,0	11	Daimler	177.167	5,446
12	ConocoPhillips	121.663,0	8.129,0	12	General Electric	176.656	22,208
13	AXA	121.606,3	3.133,0	13	Ford Motor	172.468	-2,723
14	Allianz	118.937,2	2.735,0	14	Fortis	164.877	5,467
15	Volkswagen	110.648,7	842,0	15	AXA	162.762	7,755
16	Citigroup	108.276,0	17.046,0	16	Sinopec	159.26	4,166
17	ING Group	105.886,4	7.422,8	17	Citigroup	159.229	3,617
18	Nippon Telegraph & Telephone	100.545,3	6.608,0	18	Volkswagen	149.054	5,639
19	American Intl. Group	97.987,0	9.731,0	19	Deixa Group	147.648	3,467
20	Intl. Business Machines	96.293,0	8.430,0	20	HSBC Holdings	146,5	19,133
21	Siemens	91.493,2	4.144,6	21	BNP Paribas	140.726	10,706
22	Carrefour	90.381,7	1.724,8	22	Allianz	140.618	10,904
23	Hitachi	83.993,9	479,2	23	Crédit Agricole	138.155	8,172
24	Assicurazioni Generali	83.267,6	1.635,1	24	State Grid	132.885	4,423
25	Matsushita Electric Industrial	81.077,7	544,1	25	China National Petroleum	129.798	14,925
26	McKesson	80.514,6	-156,7	26	Deutsche Bank	122.644	8,861
27	Honda Motor	80.486,6	4.523,9	27	ENI	120.565	13,703
28	Hewlett-Packard	79.905,0	3.497,0	28	Bank of America Corp.	119,19	14,982
29	Nissan Motor	79.799,6	4.766,6	29	AT&T	118.928	11,951
30	Fortis	75.518,1	4.177,2	30	Berkshire Hathaway	118.245	13,213
31	Sinopec	75.076,7	1.268,9	31	UBS	117.206	-3,654
32	Berkshire Hathaway	74.382,0	7.308,0	32	J.P. Morgan Chase & Co.	116.353	15,365
33	ENI	74.227,7	9.047,1	33	Carrefour	115.585	3,147
34	Home Depot	73.094,0	5.001,0	34	Assicurazioni Generali	113.813	3,991
35	Aviva	73.025,2	1.936,8	35	American International Group	110.064	6,2
36	HSBC Holdings	72.550,0	11.840,0	36	Royal Bank of Scotland	108.392	15,103
37	Deutsche Telekom	71.988,9	5.763,6	37	Siemens	106.444	5,063
38	Verizon Communications	71.563,3	7.830,7	38	Samsung Electronics	106.006	7,986
39	Samsung Electronics	71.555,9	9.419,5	39	ArcelorMittal	105.216	10,368
40	State Grid	71.290,2	694,0	40	Honda Motor	105.102	5,254
41	Peugeot	70.641,9	1.687,8	41	Hewlett-Packard	104.286	7,264
42	Metro	70.159,3	1.028,6	42	Pemex	103.96	-1,675
43	Nestlé	69.825,7	5.405,4	43	Société Générale	103.443	1,296
44	U.S. Postal Service	68.996,0	3.065,0	44	McKesson	101.703	990
45	BNP Paribas	68.654,4	5.805,9	45	HBOS	100.267	8,093
46	China National Petroleum	67.723,8	8.757,1	46	International Business Machines	98.786	10,418
47	Sony	66.618,0	1.524,5	47	Gazprom	98.642	19,269
48	Cardinal Health	65.130,6	1.474,5	48	Hitachi	98.306	-509
49	Royal Ahold	64.675,6	-542,3	49	Valero Energy	96.758	5,234
50	Altria Group	64.440,0	9.416,0	50	Nissan Motor	94.782	4,223
51	Pemex	63.690,5	-2.258,9	51	Tesco	94.703	4,253
52	Bank of America Corp.	63.324,0	14.143,0	52	E.ON	94.356	9,861
53	Vodafone	62.971,4	-13.910,4	53	Verizon Communications	93.775	5,521
54	Tesco	62.458,7	2.511,3	54	Nippon Telegraph & Telephone	93.527	5,562
55	Munich Re Group	60.705,5	2.279,8	55	Deutsche Post	90.472	1,901
56	Nippon Life Insurance	60.520,8	1.886,3	56	Metro	90.267	1,129
57	Fiat	59.972,9	-1.972,6	57	Nestlé	89,63	8,874
58	Royal Bank of Scotland	59.750,0	8.267,4	58	Santander Central Hispano Group	89,295	12,401
59	Zurich Financial Services	59.678,0	2.587,0	59	Statoil Hydro	89,224	7,526
60	Crédit Agricole	59.053,8	4.936,5	60	Cardinal Health	88,364	1,931
61	Credit Suisse	58.825,0	4.529,0	61	Goldman Sachs Group	87,968	11,599
62	State Farm Insurance Cos	58.818,9	5.308,6	62	Morgan Stanley	87,879	3,209
63	France Télécom	58.652,1	3.462,6	63	Petrobras	87,735	13,138
64	Electricité De France	58.367,2	1.667,9	64	Deutsche Telekom	85,57	779
65	J.P. Morgan Chase & Co.	56.931,0	4.466,0	65	Home Depot	84,74	4,395
66	UBS	56.917,8	6.509,5	66	Peugeot	82,965	1,211
67	Kroger	56.434,4	-100,0	67	LG	82,096	2,916
68	Deutsche Bank	55.669,5	3.074,6	68	Electricité de France	81,629	7,69
69	E.ON	55.652,1	5.396,7	69	Aviva	81,317	2,655
70	Deutsche Post	55.388,4	1.975,1	70	Barclays	80,347	8,837
71	BMW	55.142,2	2.763,6	71	Fiat	80,112	2,673
72	Toshiba	54.303,5	428,4	72	Matsushita Electric Industrial	79,412	2,468
73	Valero Energy	53.918,6	1.803,8	73	BASF	79,322	5,565
74	AmerisourceBergen	53.179,0	468,4	74	Credit Suisse	78,206	6,467
75	Pfizer	52.921,0	11.361,0	75	Sony	77,682	3,235
76	Boeing	52.553,0	1.872,0	76	Telefónica	77,254	12,19
77	Procter & Gamble	51.407,0	6.481,0	77	UniCredit Group	77,03	8,159
78	RWE	50.951,9	2.657,9	78	BMW	76,675	4,279
79	Suez	50.670,1	2.244,2	79	Procter & Gamble	76,476	10,34
80	Renault	50.639,7	4.416,6	80	CVS Caremark	76,33	2,637
81	Unilever	49.960,7	2.333,3	81	UnitedHealth Group	75,431	4,654
82	Target	49.934,0	3.198,0	82	Hyundai Motor	74,9	1,722
83	Robert Bosch	49.759,2	1.950,2	83	U.S. Postal Service	74,778	5,142
84	Dell	49.205,0	3.043,0	84	France Télécom	72,488	8,623
85	ThyssenKrupp	48.756,1	1.100,3	85	Vodafone	71,202	13,366
86	Costco Wholesale	48.107,0	882,4	86	SK Holdings	70,717	1,505
87	HBOS	47.755,7	5.601,4	87	Kroger	70,235	1,18
88	Johnson & Johnson	47.348,0	8.509,0	88	Nokia	69,886	9,862
89	Prudential	47.055,8	765,9	89	ThyssenKrupp	68,799	2,796
90	Tokyo Electric Power	46.962,7	2.104,5	90	Lukoil	67,205	9,511
91	BASF	46.686,6	2.342,0	91	Toshiba	67,145	1,116
92	Hyundai Motor	46.358,2	1.472,6	92	Repsol YPF	67,006	4,364
93	Enel	45.530,4	3.522,3	93	Boeing	66,387	4,074
94	Marathon Oil	45.444,0	1.261,0	94	Prudential	66,358	2,045
95	Statoil	45.440,0	3.697,3	95	Petronas	66,218	18,118
96	NEC	45.175,5	631,5	96	AmerisourceBergen	66,074	469
97	Repsol YPF	44.857,5	2.425,3	97	Suez	64,982	5,37
98	Dai-ichi Mutual Life Insurance	44.468,8	1.301,7	98	Munich Re Group	64,774	5,275
99	Fujitsu	44.316,0	296,9	99	Costco Wholesale	64,4	1,083
100	Time Warner	42.869,0	3.364,0	100	Merrill Lynch	64,217	-7,777

Apesar de constituírem em tese um canal privilegiado de transmissão das inovações tecnológicas de um país para outro, de um “pólo de crescimento” para os pontos periféricos de assimilação e difusão, o desenvolvimento e a conquista da tecnologia se torna ainda mais difícil, em face do alto custo e pela falta de condições técnico-científica especializadas, praticamente inexistentes nos países do Terceiro Mundo, caracterizados normalmente pela disparidade na distribuição de renda e baixo nível de educação, saúde, habitação, somando ainda a farta, barata e desorganizada mão de obra, um entrave às altas tecnologias, cuja automação exigem cérebros de raciocínios abstratos, conhecimentos não-codificados, mão de obra altamente qualificada e estrutura organizacional compatível.

Tais fatores dificilmente localizados junto às nações periféricas e que de uma certa forma são resultantes da dominação das economias mais desenvolvidas sobre as economias periféricas.

Todavia é mister trazer para a presente pesquisa dados empíricos recentemente sistematizados por teóricos catarinenses cujas análises sobre a indústria brasileira da região sul se contrapõem em muitos aspectos ao quadro negativo apresentado sobre a (des)qualificação e (in)capacidade tecnológica de países periféricos revelado em pesquisas cujas fontes são oriundas de Organizações Internacionais Oficiais.

Contrapõem-se às teses supramencionadas os trabalhos de Marcos Aurélio da Silva (2005), Isa de Oliveira Rocha (1997 e 2004) e Fábio Napoleão (2005), cujas pesquisas comprovam a existência de uma outra realidade industrial, principalmente na região sul do Brasil.

Retornando às considerações sobre o mercado financeiro globalizado, é internacionalizando o capital que as corporações multinacionais obtêm mais lucro na movimentação e especulação financeira do que no investimento da produção. Assim dinamizado o mercado possibilita transferências de bilhões de dólares de um país para outro, em minutos, eletronicamente, o que relativiza a capacidade do Estado Nacional de controlar e regular esse tipo de atividade, perdendo parcialmente seu poder político soberano.

A UNCTAD⁴⁸, no *investment brief* nº 5 de 2006, lista as maiores transnacionais presentes em mais de 40 países (Tabela 4). Percebe-se, assim, que tal estratégia (de ter sedes

⁴⁸ UNCTAD **Investment Brief** n 5 2006 <http://www.unctad.org/en/docs/webiteiia200610_en.pdf> Acesso em 12/01/2006

em vários países) vem sendo largamente utilizada pelas maiores transnacionais. Por exemplo, nota-se que a BASF, uma grande transnacional Alemã líder na maioria dos segmentos que atua (plásticos, química, alimentação, entre outros), está presente em 79 países (dentre os quais o Brasil).

Tabela 4 - As Maiores Transnacionais em 2005 (UNCTAD, 2006)

TNCs from all countries		TNCs from developing economies	
Company name	Number of host countries	Host economy	Number of host countries
Deutsche Post	103	Samsung	29
Nestlé	96	Flextronics	27
Royal Dutch/Shell	92	SingTel	21
BASF	79	CapitaLand	21
Bayer	70	LG Electronics	20
Siemens	69	Acer	19
Procter and Gamble	68	Hutchison Whampoa	15
AstraZeneca	67	Neptune Orient Lines	14
Total	65	Datatec	12
IBM	64	Hon Hai Precision Industries	12

Source: UNCTAD, based on Dun and Bradstreet's *Who Owns Whom* database.

Neste mesmo documento, esta organização apresenta os países que mais atraíram as mega-corporações em 2005 (Tabela 5). Do ponto de vista dos países que mais atraem as transnacionais, percebe-se que os Estados Unidos exercem enorme atração. Tal fato pode ter relação com o tamanho, dinamismo e força da economia americana. Analisando-se especificamente o Brasil, percebe-se que nosso país ocupa a sétima posição (intensidade = 81,0) quando analisado sob a ótica de atratividade de transnacionais do mundo todo, porém, quando a análise é feita com base na atratividade de economias desenvolvidas, o Brasil ocupa a 17ª posição (intensidade = 10,4).

Isso pode demonstrar que nossa nação, em 2005, exerceu menor atração à empresas de economias desenvolvidas. Isso pode estar relacionado com o fato das empresas multinacionais de economias desenvolvidas já estarem instaladas no Brasil e, portanto, o fluxo de instalação dessas empresas serem menor.

Tabela 5 - Locações Favoritas das Transnacionais em 2005 (UNCTAD,2006)

TNCs from all countries		TNCs from developing economies	
Host economy	Location intensity	Host economy	Location intensity
United States	92.0	United States	50.0
United Kingdom	91.0	Hong Kong, China	33.9
Netherlands	89.6	United Kingdom	33.7
Germany	87.4	China	30.0
France	83.5	Singapore	26.4
Italy	81.4	Netherlands	25.0
Brazil	81.0	Japan	22.5
Belgium	80.0	Malaysia	20.3
Switzerland	79.4	Canada	16.2
Mexico	78.0	Australia	15.0
Canada	77.3	Germany	15.0
Spain	76.4	Cayman Islands	13.7
Singapore	73.7	Taiwan Province of China	13.2
Poland	72.0	Virgin Islands (UK)	12.5
Japan	70.3	Bermuda	11.2
Czech Republic	70.0	France	11.2
Australia	69.7	Brazil	10.4
Argentina	68.0	Belgium	10.0
China	66.0	Mexico	9.5
Hong Kong, China	65.6	Poland	8.8
Austria	64.0	Czech Republic	7.5
Portugal	64.0	Italy	7.5
Denmark	61.0	Spain	7.5
Finland	55.1	Korea, Republic of	6.7
Hungary	55.0	Austria	6.2

Source: UNCTAD, based on Dun and Bradstreet's *Who Owns Whom* database.

Note: *Location intensity* is defined as the total number of TNCs having at least one affiliate in the host country, divided by 100 minus the number of TNCs from this country listed in the top 100 lists.

1.2 O Investimento Externo Direto (IED)

O crescimento do IED adquiriu magnitude na década de 1980 e sua importância na constituição das interdependências entre países tornou-se perceptível nas estatísticas. Seu papel mostra-se significativo quando se consideram as dimensões qualitativas, bem como seus traços característicos, em comparação aos do comércio.

Em primeiro lugar, diferentemente do comércio exterior, o IED não tem uma natureza de liquidez imediata (pagamento à vista) ou diferida (crédito comercial). Não se reduz a uma transação pontual. Pelo contrário, sua segunda característica é introduzir uma “dimensão intertemporal” de grande importância, pois a “decisão de implantação dá origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem necessariamente por vários longos períodos. A terceira particularidade é implicar transferências de direitos patrimoniais e,

portanto, de poder econômico, sem medida comum à simples exportação”⁴⁹. Por último existe um componente estratégico evidente na decisão de investimento da companhia. Não somente seu horizonte é sensivelmente mais amplo como também as motivações subjacentes são muito mais ricas; a idéia de penetração seja para depois esvaziar os concorrentes locais, seja para sugar as tecnologias locais, faz parte desse aspecto estratégico do investimento direto e está inserido num processo complexo de tentar antecipar as ações e reações dos concorrentes.

Segundo François Chesnais⁵⁰, historicamente, a expansão internacional deu-se, sobretudo, através do comércio exterior e sucessivamente, nos anos 1980, por um desenvolvimento considerável do investimento externo direto (IED) e da colaboração interempresas. O que há de novo é que as empresas recorreram a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação internacional interempresas coligadas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações.

Ainda segundo o autor, as estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias mult-domésticas, assentadas na produção e venda no exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transfronteiras: exportações e suprimentos externos, investimentos e estrangeiros e alianças internacionais. As empresas que adotam essas estratégias podem tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local.

O autor também observa, segundo uma perspectiva crítica ou negativa do processo, a questão da adaptação à globalização pelas regiões extra “Tríade” (Estados Unidos, Japão e União Européia) que pressupõe que a liberalização das forças de mercado e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado. No plano industrial, é aos novos modos de organização da produção, adotados pelas empresas multinacionais, que se deveria fazer a inevitável adaptação nos países em desenvolvimento.

Sobre a questão da “Tríade”, Armen Mamigonian⁵¹ ressalta que é necessário assinalar que as grandes multinacionais americanas, européias e japonesas realizam um gigantesco esforço de participação em todos os mercados da chamada “Tríade” (EUA, Europa e Japão),

⁴⁹ BOURGUINAT, H. **Finance internationale**. Paris, Presses Universitaires de France, col. Thémis, 1992. (Chesnais, 1992)

⁵⁰ CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

⁵¹ MAMIGONIAN, Armen. **Neoliberalismo ou Projeto nacional do mundo e no Brasil**. Repgeo n.6, 2001.

tentando participar do seletivo e pequeno grupo dos futuros sobreviventes das fusões que se estão acelerando, procurando estar entre os cinco ou seis grupos mundiais de cada setor (telecomunicações, automóveis, equipamentos elétricos, etc.) nos próximos dez anos. Quando isto ocorrer haverá tendência ao aparecimento de uma nova cartelização mundial e assim nos aproximaremos do superimperialismo constituído de poucas empresas globais.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)⁵² observa que: “O UNCTAD Investment Brief (n.1 de 2006), observa-se que em 2005 o IDE atingiu US\$ 916,1 bilhões, superando bastante os patamares de 2003 e 2004 (US\$ 656,8 bilhões e US\$ 757,2 bilhões). Pela série iniciada em 1970, o volume de IDE líquido global em 2005 só foi superado pelos de 1999 e 2000, quando a grandeza atingiu a casa do US\$ 1 trilhão”. Este mesmo Instituto apresenta um gráfico que condensa as informações sobre o IDE no mundo de 1990 a 2005, dividindo dados entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (Figura 5).

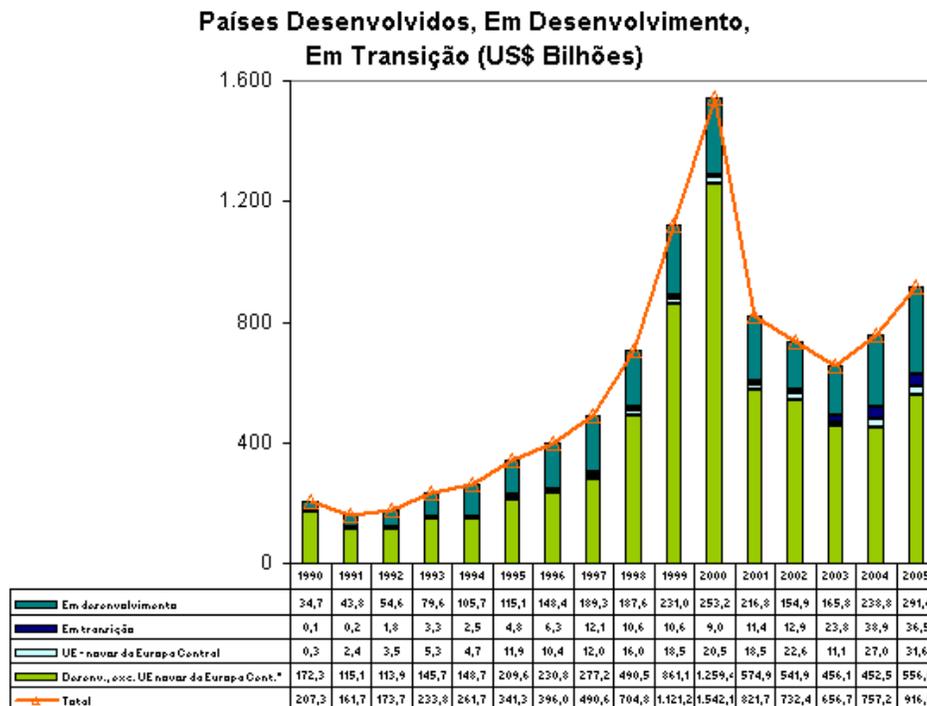


Figura 5 - IED de Países Desenvolvidos e Em Desenvolvimento (IEDI, 2007)

Percebe-se que após o ano de 1995, a economia mundial começa a aquecer. Tal marco pode estar relacionado com as quebras de barreiras comerciais e tarifárias instituídas pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

⁵² IEDI O descuido com o investimento produtivo cobra o seu preço. < <http://www.iedi.org.br>>. Acesso em 18/01/2007.

O site Galiza CIG transcreve algumas passagens de um discurso que o presidente de Cuba, Fidel Castro, pronunciou em 2001, através da televisão cubana. um importante discurso em que analisava a situação política internacional, a crise econômica mundial e a possíveis conseqüências para Cuba. Para o site, “após demonstrar, com abundantes exemplos, que ‘a crise econômica não é conseqüência dos ataques de 11 de Setembro nem da guerra contra o Afeganistão’, Fidel conclui que ‘a crise é conseqüência do estrondoso e irreversível fracasso de uma concepção econômica e política imposta ao mundo: o neoliberalismo e a globalização neoliberal’.

Mais adiante, em seu discurso, Fidel Castro ressalta que: Desde Outubro de 2000, começou a cair a produção do sector industrial. Apesar disso, no final do ano 2000, os pontos de vista sobre as perspectivas e os prognósticos da economia mundial eram ainda bastante otimistas. A realidade logo começou a mostrar-se francamente adversa e desde o princípio de 2001, o FMI, o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Européia, bem como instituições privadas, viram-se na necessidade de ajustar em baixa as suas previsões de crescimento para 2001, nas diversas regiões. O FMI prognosticou, em Maio, 3,2% de crescimento global no ano 2001. Para os Estados Unidos, em particular, a projeção de crescimento nesse mês era de 1,5%, e para a zona de euro, era de 2,4%. O Japão atravessava a sua quarta recessão em 10 anos, e prognosticava-se um decréscimo de menos 0,5% ao ano”.

A partir de 2000, o aquecimento da economia global começa a cair e, talvez, as informações e premissas apresentadas pelo presidente Fidel Castro atestem o que se observa no gráfico.

1.3 Grandes Grupos Empresariais - fusões e aquisições - concentração

Nelson S. Filho e Carla S. E. Silva⁵³, observam que as fusões e aquisições se referem às transações que são realizadas visando à junção de duas ou mais empresas em uma única firma (fusão) ou à compra de participação acionária em uma empresa já existente, sem que isso implique necessariamente seu controle por meio da posse total das ações (aquisição). Dessa forma, embora os valores das transações relacionadas a fusões e aquisições sejam de

⁵³ SIFERTI Fº, Nelson S.; SILVA, Carla S. E. **As Grandes Empresas nos Anos 90: Respostas Estratégicas a um Cenário de Mudanças** In: *A Economia Brasileira nos anos 90.s Organizadores:* Fabio Giambiagi, Maurício Mesquita Moreira. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 1999 <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_11.pdf> Acesso em 05/01/2007.

natureza distinta, sua avaliação conjunta permite obter, em um dado período e numa determinada região, uma seção do mercado corporativo, no qual as mercadorias são as próprias firmas. Ao definir suas estratégias de diversificação e de posicionamento no mercado, as firmas se deparam com trade offs entre os custos de transação associados a uma operação de fusões ou aquisições e os benefícios decorrentes dessa estratégia.

Entre as principais motivações do movimento de fusões e aquisições, destacam-se:

- a penetração em novos mercados, em curto período de tempo;
- a consolidação do market share a nível global;
- as oportunidades de investimento, em função da desregulamentação dos mercados;
- a alteração no padrão tecnológico, proporcionando amplas escalas de produção e a redução de custos;
- a obtenção de sinergias de natureza tecnológica, financeira, mercadológica e organizacional; e
- a possibilidade de ganhos de natureza financeira.

ESPÍNDOLA (1999) comenta sobre a liderança em mercados como estratégia de atuação. “Uma das formas de se alcançar a liderança é através da fusão com uma empresa melhor posicionada. Por outro lado, algumas corporações preferem sair de certos mercados quando não atingem a liderança nesses setores”. Ainda observa que se uma grande empresa não é líder em seu setor, mas quer sê-lo, “faz fusão com uma melhor posicionada”. O pensamento é se não será a líder, desfaz-se da atividade.

SIFERTI Fº e SILVA (1999) ainda apresentam um gráfico com o número de fusões e aquisições de empresas no Brasil entre 1992 e 1998 (Figura 6). Percebe-se um crescimento acelerado no número de fusões e aquisições, sejam elas domésticas ou transfronteiriças de 1992 até 1997, com ligeira queda do número total de fusões em 1998.

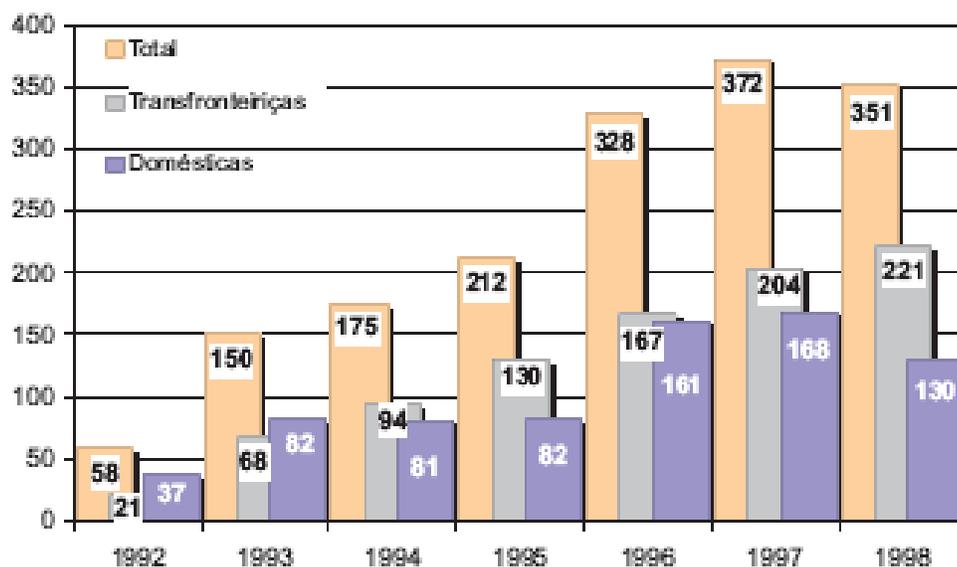


Figura 6 - Fusões e Aquisições no Brasil de 1992 a 1998 (SIFERTI; SILVA, 1999)

Da mesma forma, a consultoria PriceWaterhouse&Coopers⁵⁴ apresenta um documento com uma série de informações sobre as fusões e aquisições ocorridas no Brasil de 2002 a 2006. Os principais gráficos são apresentados nas Figuras 7, 8, 9 e 10, na seqüência.

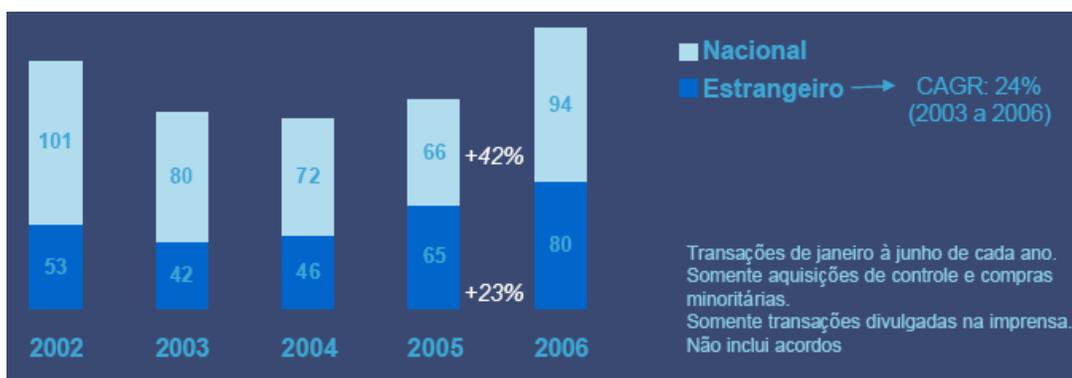


Figura 7 - Fusões e Aquisições no Brasil (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)

De 2002 a 2004, o número de fusões e aquisições no Brasil teve uma sensível desaceleração, voltando a aquecer em 2005. No ano de 2006, o número de fusões entre empresas nacionais cresceu 42%, enquanto para as transfronteiriças o crescimento foi de 23%.

⁵⁴ PriceWaterhouse&Coopers **Fusões e Aquisições no Brasil**. Junho, 2006. < http://155.201.240.62/images/bz/FA_062006.pdf> Acesso em 06/01/2007

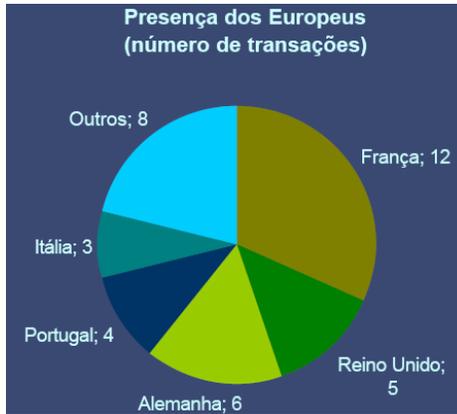


Figura 8 - Presença de Empresas Europeias em Fusões e Aquisições no Brasil de 2002 a 2006 (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)

Em 2006, as empresas Europeias estiveram presentes em grande parte das fusões e aquisições ocorridas no Brasil. Só a França teve 12 de suas empresas envolvidas em processos de fusões ou aquisições no Brasil.



Figura 9 - Fusões e Aquisições no Brasil de 2003 a 2006 - Principais Modalidades (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)

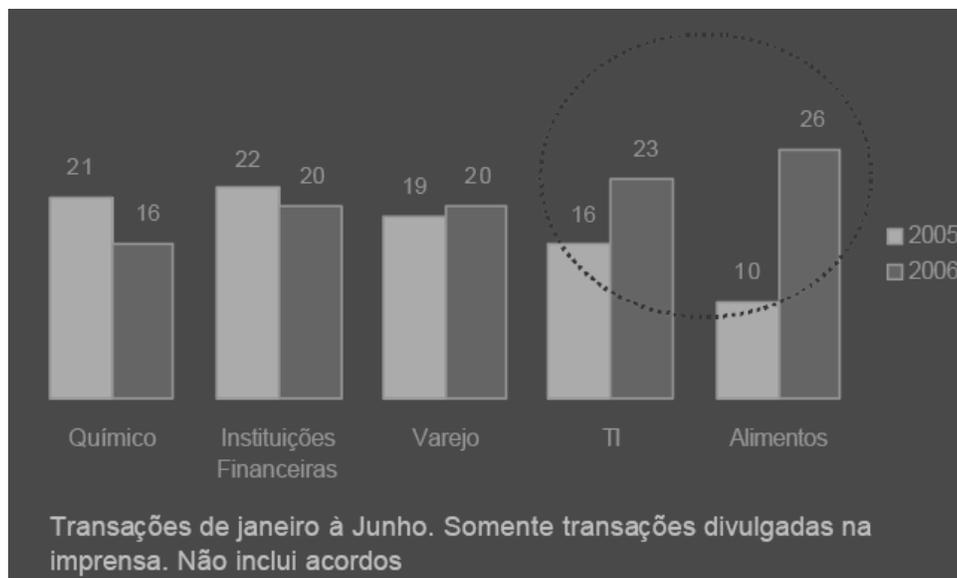


Figura 10 - Transações em 2005 e 2006 Segundo Setores Específicos (PriceWaterhouse&Coopers, 2006)

Com se pode observar, os Setores de Tecnologia da Informação (TI) e Alimentos foram os responsáveis pelo sensível crescimento no número de fusões e aquisições do ano de 2006.

A consultoria KPMG Corporate Finance⁵⁵ apresenta outros aspectos relacionados com as fusões e aquisições realizados no Brasil. Inicialmente, esta entidade mostra o número de transações realizadas de 1993 a 2000 (figura 11). Percebe-se a mesma tendência informada por SIFERTI Fº e SILVA (1999), que relatam um grande crescimento do número de fusões até 1997.

⁵⁵ KPMG Corporate Finance **Fusões & Aquisições no Brasil - Análise dos anos 90** . Fevereiro 2001 <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/corporatefinance/structuredfinance/fa_90s.pdf>

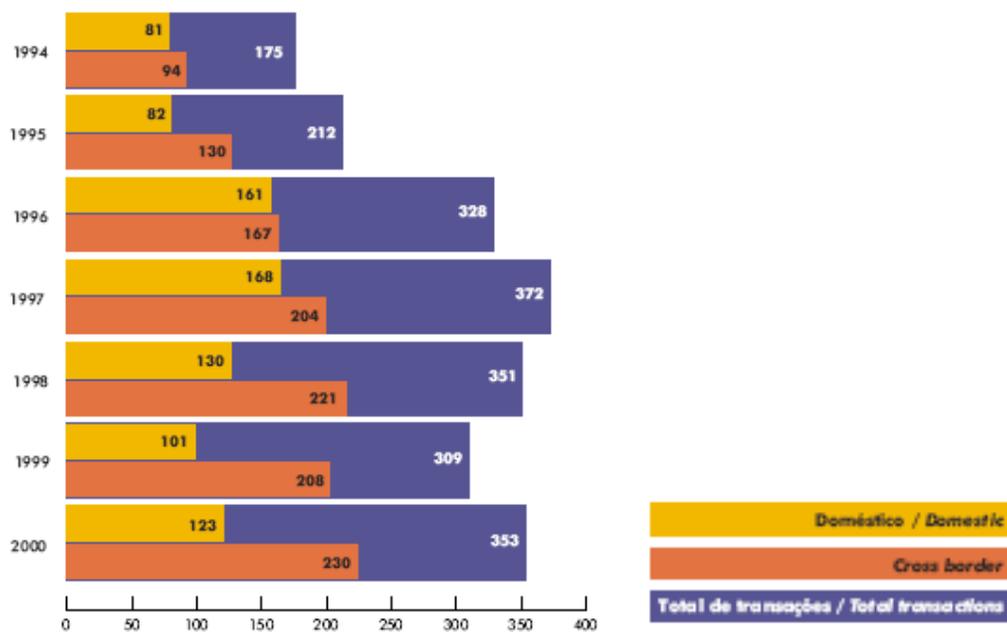


Figura 11 - Número de transações entre empresas de 1994 a 2000 (KPMG, 2001)

A KPMG também ilustra (Figura 12) a distribuição geográfica das transações no Brasil por Estado da Federação. São Paulo, pela grande concentração de empresas naturalmente destaca-se na liderança por número de fusões e aquisições. Santa Catarina ocupa a sétima posição, com percentual de 3%.

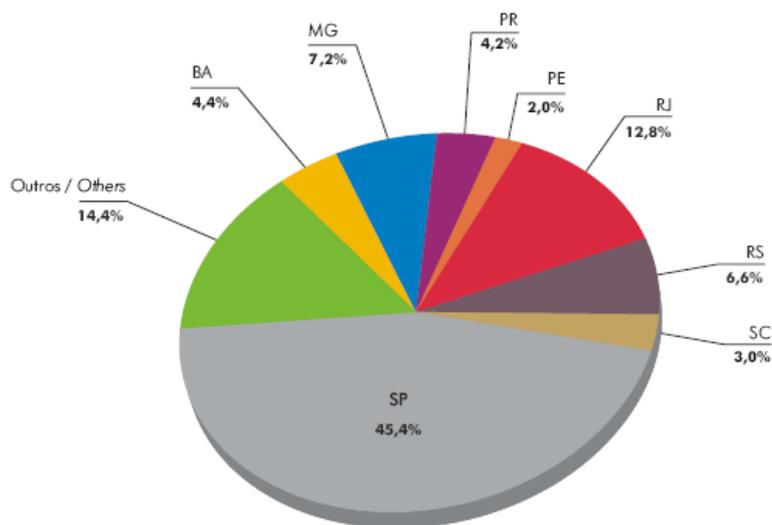


Figura 12 - Percentual de transações por estado - de 1994 a 2000 (KPMG, 2001)

1.4 Reestruturação Mundial pós 1973 (fase “B” depressiva do 4º Kondratieff)

Desde o início dos anos 1970 a economia mundial atravessa um período de reestruturação profunda, no curso do qual as configurações de poder expressas nas relações de cooperação e conflito entre empresas e nações estão sendo drasticamente redefinidas. Aspecto dos mais salientes desse processo é a transformação revolucionária a que se assistiu no campo da tecnologia com as inovações combinadas que vêm se produzindo em ritmo extraordinariamente rápido nas áreas de microeletrônica e informática, telecomunicações, transporte, biotecnologia e novos materiais.

Esses avanços têm acarretado mudanças significativas na forma de organização, funcionamento até então predominantes em diferentes setores de atividade econômica, alterando estruturas de mercado, erodindo fatores tradicionais de vantagens comparativas.

Segundo Sebastião Cruz⁵⁶, ao tornar mais fácil o acesso e o processamento de informações, ao possibilitar o estabelecimento de contatos eletrônicos instantâneos por todo o globo, ao reduzir dramaticamente o tempo e o custo do transporte a longa distância, as novas tecnologias dão um novo ímpeto à internacionalização do capital, cujo processo – no tocante ao capital produtivo – desde os anos 1950 avançava a passos largos. Isso em virtude: a) das elevadas exigências, materiais e humanas, que o seu desenvolvimento envolve – principal fator a induzir o estabelecimento das modalidades novas de cooperação interfirmas recobertas pela noção de “alianças estratégicas”; b) da possibilidade inédita que elas oferecem, através da automação computadorizada, de combinar simultaneamente flexibilidade e economia de escala, diversificação de produtos e produção de massa; c) das condições que elas criam para a conformação de um mercado de capitais abrangente, capaz de aglutinar recursos e canalizá-los para aplicações remuneradas em escala mundial; em virtude, enfim, d) da capacidade que proporcionam às empresas de coordenar estritamente suas atividades, configurando-as especialmente em função de estratégias compreensivas que tendem a apagar as diferenças entre espaços domésticos e externos.

Até o final dos anos 1960, avançado como já se encontrava o processo de internacionalização, a economia mundial podia ser esquematicamente representada como um conjunto de mercados nacionais discretos, embora interligados, nos quais as empresas – locais

ou internacionais – se confrontavam com base nas condições vigentes em cada um deles, escassamente afetadas que eram pelo resultado da concorrência intra-setorial em outros países.

Segundo Cruz, no quadro das transformações antes referidas, essa imagem se estilhaça: para muitas indústrias as fronteiras nacionais se diluem, os mercados interpenetram-se, o resultado da concorrência em qualquer um deles passa a ser condicionado pela evolução das disputas travadas nos demais, e a rivalidade entre os contendores passa a ser perseguida em termos verdadeiramente globais.

A mudança tecnológica, porém, não explica por si só esses desenvolvimentos. E não se esgota neles a reestruturação em curso na economia mundial. Em nível mais profundo, o que está posto em questão nesse processo é todo o conjunto de regularidades que depois da Segunda Guerra Mundial conferiram aos capitalismo centrais a sua fisionomia própria e por quase 30 anos asseguraram às suas economias um dinamismo sem paralelo na história. A literatura sobre os fundamentos técnicos e institucionais do padrão singular de desenvolvimento que caracteriza esse período bem como os fatores que levaram à sua dissolução na grande crise inaugurada pelo primeiro choque do petróleo é vastíssima.

Tendo alcançado o conjunto das nações capitalistas desenvolvidas, a crise atinge com particular intensidade os Estados Unidos, minando as bases econômicas da hegemonia exercida por este país depois da Segunda Guerra Mundial. Indicações de fragilidade manifestavam-se já no final dos anos 1960 na crescente dificuldade encontrada pelo governo americano para assegurar a paridade do dólar e em 1971, os EUA decretariam unilateralmente a falência do mesmo ao desvincularem do outro a sua moeda.

Resultado do esgotamento do paradigma tecnológico existente, de um lado, e, de outro, do custo montante da força de trabalho – salários diretos e indiretos, garantias sociais e dispêndio requerido para a manutenção da ordem – ao contrário do que ocorrera nos anos 1930 o fundamento da crise agora não residia na insuficiência da demanda agregada, mas nas condições de valorização do capital: por toda parte, as taxas médias de lucro sofrem uma violenta queda.

⁵⁶ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. A conjuntura e a nova agenda da política industrial in **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política**. RJ: Relume Dumará. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997

Dada sua natureza, a crise desencadeia – primeiro na Inglaterra e nos EUA, depois nos demais países capitalistas avançados uma intensa ativação política do meio empresarial, que se expressa numa verdadeira cruzada contra a pressão fiscal, os “preconceitos igualitaristas” que justificavam os crescentes gastos sociais, a excessiva regulamentação das atividades econômicas, o poder sindical. Contra essas mazelas, identificadas como fatores estruturais da crise, esses setores passam a advogar a plena restauração das virtudes do mercado: com a remoção dos entraves corporativos, o estímulo à concorrência, uma presença menor do Estado – as condições estariam criadas para a recuperação dos lucros, a retomada dos investimentos e redescoberto o caminho para o crescimento sustentado. Consagrado política e ideologicamente no início dos anos 1980, era este o programa da contra-reforma neoliberal.

Produto de uma história intelectual e política parcialmente distinta, a mudança que se verifica simultaneamente na agenda dos organismos financeiros internacionais – o FMI e o Banco Mundial sobretudo -, inscreve-se na mesma tendência: rompendo os limites estreitos de seu discurso pretérito, essas instituições apropriam-se seletivamente dos temas de seus adversários ideológicos (o estruturalismo cepalino) e invertem o seu significado primitivo, ao servi-los como ingredientes básicos de uma versão adaptada da plataforma defendida em seu local de origem pelo neoliberalismo.

Com toda sua exaltação da liberdade econômica e do funcionamento desimpedido dos mercados, a retórica neoliberal encobre o trabalho de uma vontade política que mobiliza sistematicamente a aparelhagem do Estado para a consecução de seus fins, nos planos interno e externo. E não poderia ser de outra forma. No contexto da globalização antes aludida, a competição econômica solicita mais do que no passado, o concurso do Estado.

Assim é que os fenômenos recentes - (alguns antigos e bem conhecidos, porém renovados em sua forma de atuação) apontados nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 deste capítulo: as corporações detentoras de parcelas cada vez maiores da produção; os dinâmicos e, por vezes, inevitáveis processos de fusões de grandes, médios e pequenos grupos e o avanço surpreendente dos números de investimentos externos dentro e fora do centro do sistema capitalista - vêm atingindo as estruturas das formações sociais, principalmente das orbitantes dos grandes centros do sistema capitalista mundial, em suas diferentes esferas e escalas.

Este cenário mundial tem levado as FSE ao enfrentamento de uma nova realidade de adaptação às regras impostas pela “globalização dos mercados” e pelas recentes crises mundiais.

Ao longo das últimas décadas as economias capitalistas (em seus diversos setores) vêm adquirindo novas feições - mais internacional, menos empregados, mais concentrada em poucos grupos e também mais preocupada em adaptar-se às novas e complexas questões ambientais.

As transformações têm ocorrido tanto a nível organizacional - privatizações, especialização e concentração da produção e desenvolvimento tecnológico - e produtivo - racionalização dos investimentos, redução de custos e modernização da produção, aos quais foram agregados valiosos investimentos na qualidade, competitividade e produtividade.

Essas transformações estão associadas a um processo de reestruturação das formas de organização em nível internacional que se caracteriza por uma nova onda de difusão de inovações tecnológicas e organizacionais ao longo das mais diversas cadeias produtivas, bem como por um processo de internacionalização das empresas, de integração e homogeneização dos mercados, definindo um novo padrão de relações interfirmas e imprimindo uma nova dinâmica na concorrência intercapitalista.

Revisitando as correntes teóricas sobre o papel das inovações tecnológicas, observa-se que um dos aspectos centrais das análises marxistas é que as inovações nos processos produtivos alteravam não só a base técnica da produção, mas também os requerimentos da qualificação da força de trabalho e a necessidade de trabalho vivo. O desenvolvimento das Forças Produtivas (FP) leva às alterações nas Relações de Produção (RP).

Contudo, será Schumpeter, que na análise do desenvolvimento econômico esboçará de forma definitiva a íntima relação que há entre inovação e desenvolvimento, podendo-se inclusive tomar um pelo outro. O *locus* preferencial da inovação são as firmas, porém, uma firma contextualizada numa determinada estrutura de mercado, região e/ou país, com estratégias competitivas definidas, história e, que, portanto, acumulam experiências suas, conhecimentos seus, não só nos equipamentos mas também em seus trabalhadores, técnicos, gerentes, etc.

Em face, pois, das mudanças ocorridas no cenário mundial nas últimas décadas, as corporações necessitaram passar por processos de adaptação para fim de continuarem competitivas. A velocidade destas constantes reestruturações passou a ser uma vantagem competitiva num cenário altamente dinâmico e globalizado. Procura-se neste item abordar os mecanismos utilizados pelas empresas para encontrar os caminhos de suas próprias sobrevivências no mercado mundial nos últimos anos.

É importante entender que estes processos de renovação e reorganização ocorreram em tempos e ritmos diferentes. Nos países que constituem o centro do sistema capitalista, ou seja, no mundo desenvolvido e naquele que se desenvolvia emergentemente (países do leste asiático) a renovação dos métodos de organização e gerenciamento, bem como novas técnicas produtivas ganhavam vigor ao longo dos anos 1980.

Uma idéia de revitalização – e multiplicação das oportunidades – em curso à época no mercado internacional pode ser dada pelos seguintes fatos: as exportações mundiais de manufaturas, que de 1980 a 1985 haviam crescido 1,0% ao ano, passaram a se expandir a 12,5% ao ano de 1985 a 1990⁵⁷.

Por contraste, a econômica brasileira, perdia market share nos mercados mundiais, enquanto as suas empresas industriais, em regra, apenas sobreviviam, permanecendo à margem da onda de renovação e mudanças que varria as regiões industrializadas. Cabe registrar, no entanto, que algumas empresas domésticas iniciaram, antes de 1990, a adoção dos novos métodos organizacionais e gerenciais, retomaram o crescimento produtivo e driblaram deficiências econômicas. Entre estas, citam-se exemplos de empresas do sul como Sadia, Weg⁵⁸ entre outras.

Segundo Liana Carleial⁵⁹, no atual estágio de reestruturação produtiva no nível das firmas, uma das práticas comuns entre as empresas que se reestruturam é a externalização dos processos produtivos, ou seja, a terceirização/subcontratação da produção para outras

⁵⁷ A informação encontra-se em Lal, Sanjaya, “**Políticas de Ciência, Tecnologia e Innovación en el Suleste Asiático: lecciones para Argentina después de la crisis**”. Em Seminario Internacional: Políticas para Fortalecer el Sistema Nacional de Ciencia, Tecnologia e Innovación. Secretaria de Ciencia, Tecnologia e Innovación Productiva, 2000. Ali se vê como os países do leste asiático (dotados de uma macroeconomia bem-comportada) praticavam políticas industriais e tecnológicas super-ativas (e drasticamente reduziam a distância que os separava dos países desenvolvidos) enquanto a Argentina e o Brasil febrilmente se debatiam, reféns da alta inflação.

⁵⁸ A Weg, que compete com as gigantes General Electric, Siemens, Mitsubishi e Toshiba, está posicionada entre as cinco maiores do mundo, exportando para mais de 100 países.

⁵⁹ CARLEIAL, Liana M. da F. **Sistemas regionais de inovação (SRI) e a relação entre firmas: as pistas para um formato de desenvolvimento regional**. anais da Anpur, 1997.

empresas (em geral pequenas). Esse procedimento dá origem a redes ou cadeias de firmas as quais demandarão força de trabalho, energia, equipamentos, matérias-primas, suprimento em geral, serviços, apoio técnico e tecnológico, treinamentos, pagamento impostos etc. o que poderá significar a ampliação do tecido produtivo de um determinado espaço regional.

Ursula Wetzel⁶⁰ descreve outra nova ferramenta organizacional que passou a ser utilizada – o downsizing que é definido como uma eliminação planejada de postos de trabalho e de cargos. Em inglês, o termo tem o sentido de diminuição de tamanho. No contexto administrativo, significa, via de regra, que se está diminuindo ou enxugando estruturas organizacionais. Pode implicar demissão de pessoas ou reorganização do trabalho em que funções, níveis hierárquicos e mesmo unidades são eliminados. Representa uma estratégia que afeta o tamanho da força de trabalho, os custos e os processos de trabalho.

Há que observar que não se incluem neste processo as demissões ou aposentadorias que normalmente ocorrem em uma organização. O downsizing é intencional e pode ser implantado quer a organização esteja crescendo ou diminuindo. Empresas em declínio reduzem o número de funcionários, por exemplo, com o objetivo de mudar a situação negativa. Empresas saudáveis e mesmo em crescimento podem, igualmente implementar um programa de downsizing como estratégia defensiva contra problemas futuros.

Michael Porter⁶¹ descreve o modo como uma empresa pode escolher e implementar uma estratégia genérica - método fundamental para a vantagem competitiva que uma empresa está buscando e fornece o contexto para a tomada de ações em cada área funcional - a fim de obter e sustentar uma vantagem competitiva. Para este autor, os elementos da estrutura organizacional são denominados “forças” e cada uma das cinco forças elencadas são fundamentais para obtenção da vantagem competitivas. A figura 13 apresenta o esquema das forças idealizado por Porter.

⁶⁰ WETZEL, Ursula. **Histórias de recomeço: privatização e downsizing**. Rio de Janeiro: Mauad: COPPEAD, 2000

⁶¹ PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

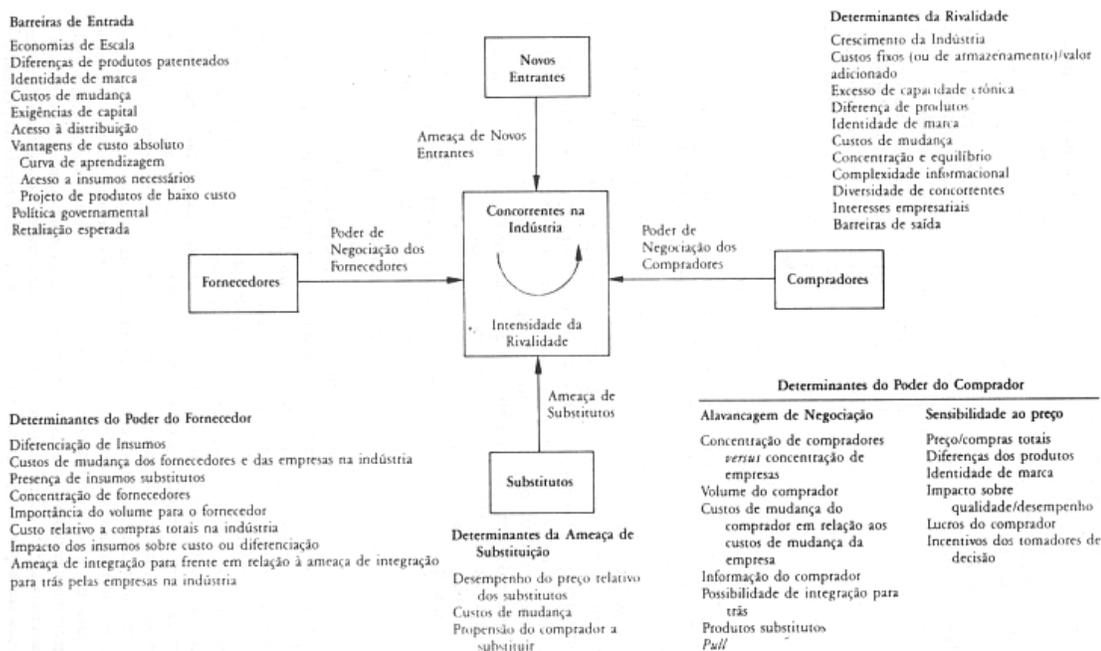


Figura 13 - As “forças” ou elementos da estrutura industrial (PORTER, 1989)

Porter aborda a interação entre os tipos de vantagem competitiva - custo e diferenciação - e o escopo das atividades de uma empresa (Figura 14). O instrumento básico para diagnosticar a vantagem competitiva e encontrar maneiras de intensificá-la é a cadeia de valores que divide uma empresa nas atividades distintas que ela executa no projeto, produção, marketing e distribuição de seu produto (Figura 15).

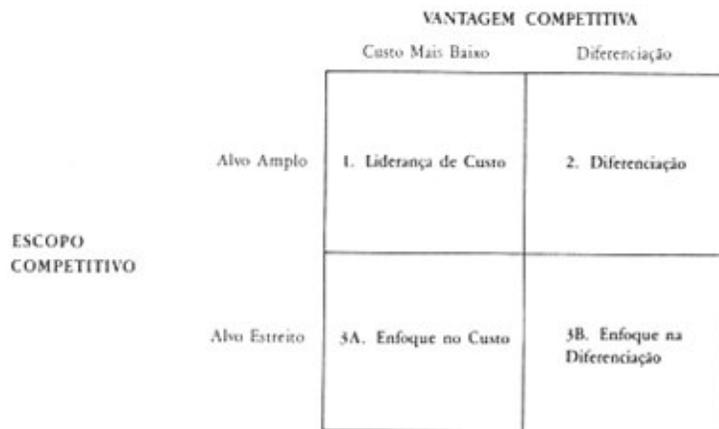


Figura 14 - Interação entre os tipos de vantagem competitiva (PORTER, 1989)

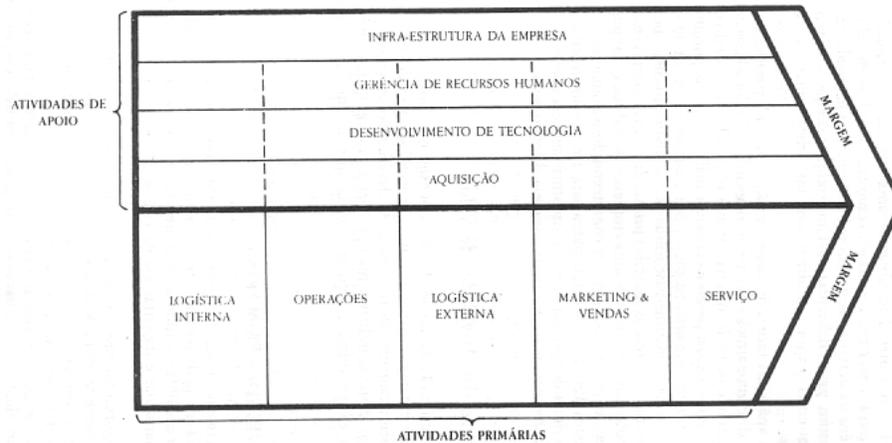


Figura 15 - Cadeia de Valores Genérica (PORTER, 1989)

A cadeia de valores genérica vai sendo detalhada em cada um de seus elementos. A figura 16 apresenta um exemplo de subdivisão da cadeia genérica.

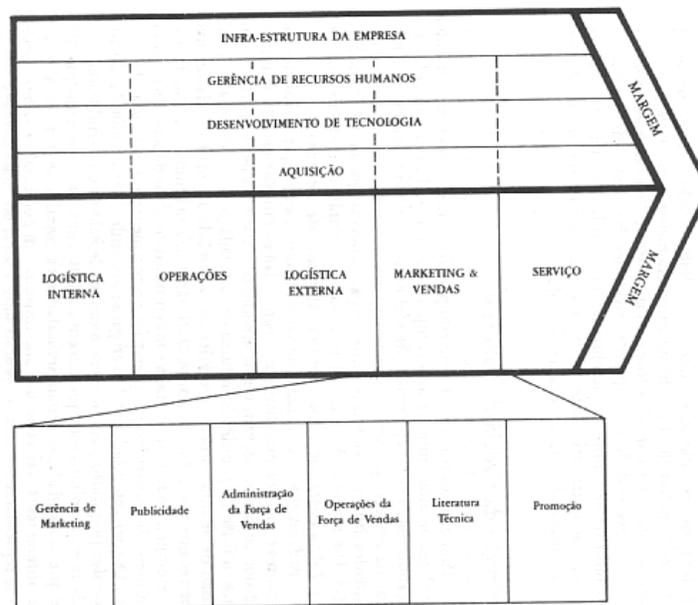


Figura 16 - Subdivisão da cadeia genérica (PORTER, 1989)

As análises das cadeias de valores dos vendedores e compradores busca identificar pontos-chave a fim de subsidiar a formação de planos estratégicos (figura, 17). Ou seja os

planos estratégicos são relações de ações com uma articulação clara da vantagem competitiva que uma empresa tem ou busca conseguir.

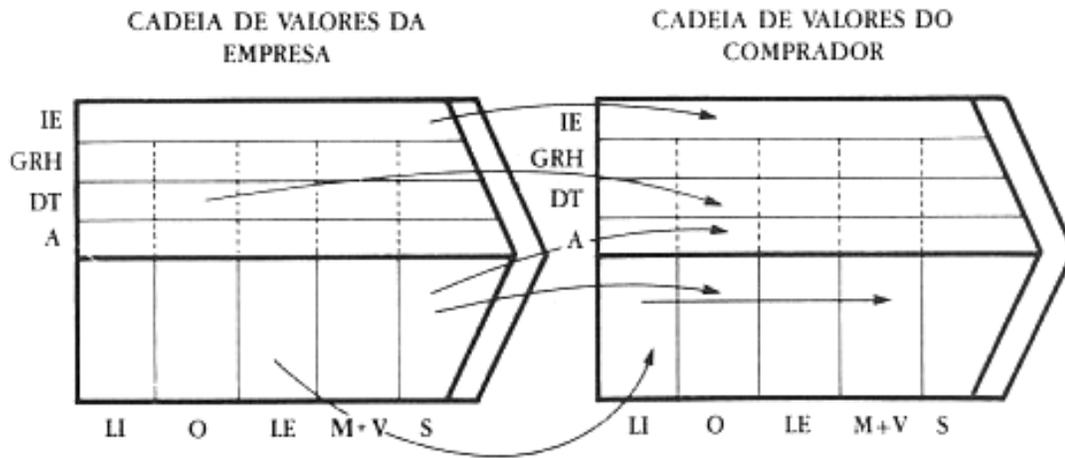


Figura 17 - Elos entre as cadeias de valor do comprador e do fornecedor (PORTER, 1989)

Sumariando, as diversas cirurgias atingiram não só o lastro de produtos, pessoal, máquinas e espaço, como também um conjunto de prática de gestão. Isto permitia sem dúvida melhorar o posicionamento em termos competitivos – mas pouco trazia como solução para um dos maiores problemas enfrentados pelas empresas. Numerosas indústrias descobriram (desde pequenas e médias até, por exemplo, uma Ford ou uma GM) que não tinham produtos para o mercado renovado. E este tipo de questão só passaria ao primeiro plano na fase subsequente da reestruturação.

CAPÍTULO 2 - BRASIL E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

A economia brasileira tem passado pelos processos de adaptação apontados no primeiro capítulo deste estudo, e desde os anos 1990 tem experimentado um forte processo de liberalização comercial, que levou a mudanças na conduta, no desempenho e nas estratégias empresariais. Além das privatizações⁶² no setor industrial, desde 1994 houve um forte movimento de fusões e aquisições envolvendo empresas estrangeiras.

Esse período representa uma fase de extinção das restrições ao investimento externo direto (IED) na economia brasileira, com alterações profundas e importantes na legislação brasileira. Em 1995, por exemplo, a revisão constitucional (após decisão do órgão que delibera sobre a circulação mundial do comércio - OMC) veio eliminar restrições setoriais para a entrada de capital estrangeiro na economia brasileira.

A globalização econômica com estratégias nacionais liberalizantes gera um processo desnacionalizador e subordina a economia brasileira às estratégias e ao comportamento do capital internacional. Através das fusões das grandes empresas com as nacionais, através das aquisições de muitas de nossas indústrias pelo capital externo, vai se manifestando a destruição das empresas nacionais.

Segundo Mamigonian⁶³, os EUA para atender seus interesses de potência mundial difundiram a idéia de que o mundo vive a época da “globalização” e do neoliberalismo. “Globalização” passou a ser entendida como o enfraquecimento das fronteiras nacionais quanto aos fluxos de mercadorias, capitais, idéias, etc., enquanto o neoliberalismo corresponde ao enfraquecimento do Estado, paralelamente ao fortalecimento do mercado. Na verdade, os EUA praticam, desde o governo Reagan (1980-88), uma estratégia planejada pelo Estado combinando internamente medidas Keynesianas (corrida armamentista, etc.) e neoliberais (desregulação nas leis trabalhistas, etc.) e exportam para o mundo idéias radicais de “globalização” e neoliberalismo, sobretudo para a periferia latino-americana (Brasil, etc.). Finalmente, segundo o geógrafo, deve-se entender que o fenômeno se trata de uma abertura controlada e não global.

⁶² A Usiminas foi privatizada em 1991. A Acesita e a Companhia Siderúrgica de Tubarão no Espírito Santo, em 1992. A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda/RJ - criada em 1942 por Getúlio Vargas - foi privatizada em 1993, assim como a Cosipa (Cia Siderúrgica Paulista) e a Açominas.

⁶³ MAMIGONIAN, Armen. **Capitalismo e socialismo em fins do século XX** (visão marxista).

As radicais mudanças no aparato regulatório – desregulamentação; a abertura de setores ao capital estrangeiro e a liberalização financeira têm sido fatores determinantes da entrada de investimento externo direto na economia brasileiro desde a década de 1990. Segundo Rangel, trata-se de um período depressivo diferente das ondas depressivas pretéritas, pois houve uma abertura intensiva do comércio internacional. Diante destas especificidades conjunturais, ocorrem fenômenos como medidas para se restabelecer uma certa ordem econômica, por exemplo, é necessário se estabelecer a concorrência entre as empresas multinacionais, daí a destruição de algumas delas e as fusões entre outras. No caso brasileiro, as multinacionais têm apresentado uma característica de destruição das indústrias nacionais.⁶⁴ Boa parte das multinacionais que se instalam no Brasil (nos setores de pneus, alumínio, alimentos, etc.) são compras das indústrias nacionais. Não há espaço para uma empresa brasileira concorrer com as grandes mundiais.

Os mercados e os concorrentes que estão surgindo são os fatores principais para elas se instalarem em determinadas regiões. Como as empresas multinacionais possuem capacidade ociosa demais, elas estão investindo em setores diversos. A capacidade ociosa está fazendo a diversificação ao contrário. Por exemplo, ao longo dos anos 1980 e 1990, a indústria automobilística japonesa investira nos EUA. Assim, a GM e a Ford ficaram com capacidade ociosa excessiva, o que corresponde à queda da produtividade. Elas tiveram de “correr atrás dos prejuízos”.

Pode-se dizer que nunca na história brasileira houve um processo de desnacionalização tão rápido, amplo e profundo quanto o que ocorreu a partir de 1995, tendo ocorrido materialmente a legalização da abertura nacional ao capital externo, principalmente com a promulgação de várias emendas constitucionais revogatórias de artigos que tinham por fundamento a proteção e preferência a empresas com capital exclusivamente nacional. Como consequência algumas empresas multinacionais controlam atualmente, por exemplo, todos os serviços de telecomunicações no Brasil⁶⁵.

⁶⁴ Desde a inserção das primeiras multinacionais, instalando filiais no Brasil, em todos os setores que atuavam (desde os mais poderosos até os mais insignificantes) as multinacionais de uma maneira ou de outra vieram a frear a industrialização nacional.

⁶⁵ Neste contexto, lembra MAMIGONIAN que, devido à falta de uma econômica planejada, como no caso de países socialistas, o fenômeno dos anos 1990 engendrou a capacidade ociosa no próprio centro do sistema, nas grandes multinacionais, que foram “pegas” pela crise também. É o caso, por exemplo, da indústria automobilística, onde 40% da capacidade é ociosa. Acrescenta que este dado não é isolado, mas geral. No Brasil, embora periferia do sistema, também há capacidade ociosa em vários setores. Uns com mais capacidade ociosa e outros com menos. Diferentemente do que ocorre na China, onde o regime permite o planejamento econômico, o Estado Chinês planeja para se evitar, ao máximo, a capacidade ociosa industrial. (2007).

Segundo Reinaldo Gonçalves⁶⁶ o tipo de desnacionalização desse período é inusitado, pois envolve o enfraquecimento generalizado dos blocos de capitais nacionais. No Brasil o estoque de capital estrangeiro na forma de investimento externo direto (IED) aumentou de aproximadamente U\$ 45 bilhões no final de 1994 para U\$ 72 bilhões em 1997 e U\$ 90 bilhões no final de 1998, como resultado das privatizações. É curioso, contudo observar uma sutil diminuição no ano de 1993, época do governo do Presidente Itamar Franco (Figura 18).

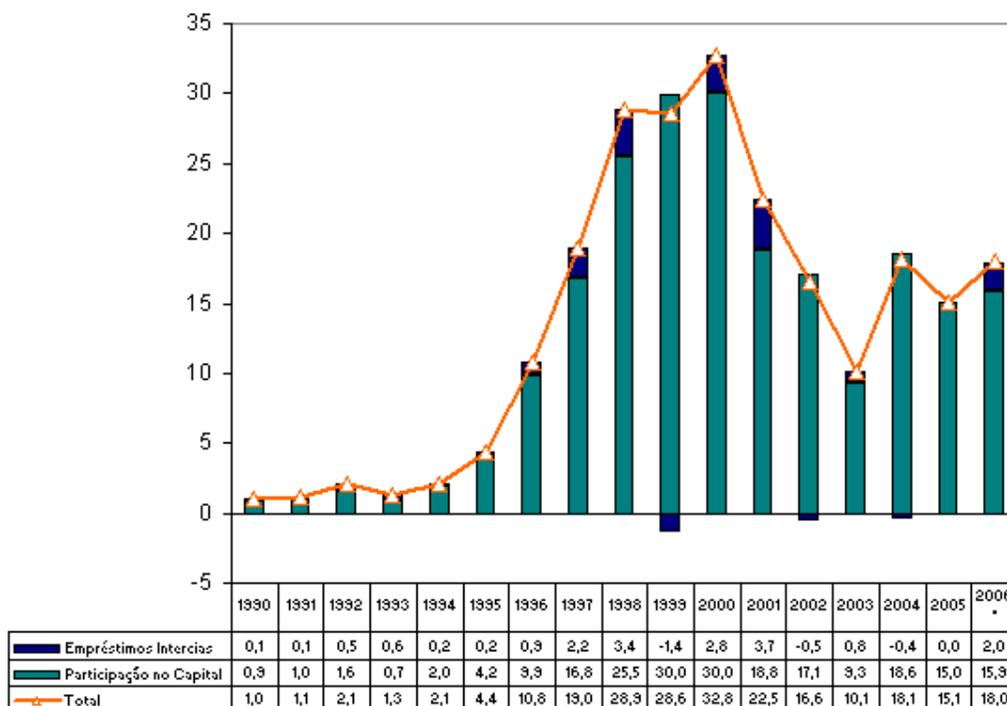


Figura 18 - IED: Participação no Capital e Empréstimos Intercompâneas em US\$ bilhões (IEDI, 2007)

A penetração do capital estrangeiro atinge atualmente todas as esferas produtivo-real e financeira. A desnacionalização da economia brasileira vai do controle dos setores de produção de painéis à extração de titânio, da produção de aço a bancos, da navegação de cabotagem às telecomunicações, de supermercados à aviação, de chocolates a satélites, do transporte à eletricidade. Praticamente nenhum setor produtivo tem escapado ao avanço das empresas estrangeiras sobre a economia brasileira. Os setores químico, petroquímico, siderúrgico e de papel e celulose tiveram um significativo investimento do capital externo.

⁶⁶ GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

A Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais (SOBEET)⁶⁷ em seu Boletim n.22 observa que: “em 2003, o Brasil recebeu US\$ 10,1 bilhões em Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), trata-se do menor valor desde 1996, quando o país atraiu US\$ 10,7 bilhões.

Este Boletim SOBEET analisa o resultado de 2003 abordando (i) a provável participação relativa do Brasil nos fluxos mundiais; (ii) a distribuição setorial e (iii) a distribuição segundo país de origem dos recursos e da Globalização Econômica”. A Tabela 6 apresenta os Fluxos de IED segundo Países de origem dos recursos (US\$ milhões e em %) nos anos de 2002 e 2003. Os Estados Unidos direcionam o maior fluxo de capitais dentre os que investem no Brasil. Percebe-se, também, que, nestes anos, apenas cinco países (todos desenvolvidos) direcionaram mais de 50% do investimento total no Brasil.

Tabela 6 - Fluxos de IED segundo Países de origem dos recursos (US\$ milhões e em %) nos anos de 2002 e 2003 (SOBEET, 2004)

País	2002		2003	
	Fluxos	%	Fluxos	%
Estados Unidos	2.614	13,9	2.383	18,5
Holanda	3.348	17,9	1.444	11,2
Japão	504	2,7	1.368	10,6
França	1.815	9,7	825	6,4
Espanha	587	3,1	710	5,5
Paraísos Fiscais*	4.096	21,9	3.717	29,8
Outros Países	5.791	28,2	2.455	19,4
Total**	18.754	100,0	12.902	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil; Elaboração: SOBEET. * Paraísos Fiscais: Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Bahamas, Ilhas Bahrein, Barbados, Bermudas, Ilhas do Canal, Ilhas Caymann, Panamá, Ilhas Virgens Britânicas. ** Refere-se aos ingressos brutos em participação de capital, exclui empréstimos e conversões.

O IEDI (2007) comenta que: “Uma característica adicional decorrente do encerramento do ciclo de privatizações, bem como da rodada de inversões nos serviços de intermediação financeira, consiste na distribuição setorial do IDE: a indústria de transformação galgou condição mais proeminente, ainda que em 2005 e no primeiro semestre de 2006 a participação desse setor tenha declinado comparativamente aos anos anteriores”.

Analisando a entrada de IDE segundo os setores econômicos, o IEDI apresenta uma extensa tabela contendo os valores absolutos (US\$ milhões) dos ingressos de capital segundo os setores econômicos (Tabela 7).

⁶⁷ SOBEET. **O Investimento Direto Estrangeiro em 2003**. Boletim n.22. Janeiro, 2004. <<http://www.sobeet.com.br/boletim/boletim22.pdf>> Acesso em 17/01/2006.

Dentre os principais aspectos apresentados percebe-se que a indústria de transformação sempre atraiu grande fluxo de capitais. Corroborando as informações de PRICEWATERHOUSE&COOPERS (2006), a indústria de produtos alimentícios passou por uma fase de aquisições com o aporte significativo de capitais nos anos de 2005 e 2006.

IEDI (2007) cita: “Fazendo uma atualização e uma revisão dos números para IDE (líquido) da UNCTAD no World Investment Report a partir dos dados a partir de dados do FMI/IFS, da CEPAL e do próprio UNCTAD Investment Brief (n.1 de 2006), observa-se que em 2005 o IDE atingiu US\$ 916,1 bilhões, superando bastante os patamares de 2003 e 2004 (US\$ 656,8 bilhões e US\$ 757,2 bilhões). Pela série iniciada em 1970, o volume de IDE líquido global em 2005 só foi superado pelos de 1999 e 2000, quando a grandeza atingiu a casa do US\$ 1 trilhão”.

Luciano Coutinho⁶⁸ alerta que “a globalização não é um fenômeno espontaneamente benigno para os países em desenvolvimento da periferia. Ela certamente cria possibilidades, mas apenas para as sociedades que têm coesão, estratégia e Estado eficiente para dela tirar proveito.” Com as empresas não é diferente. Ou despertam para o processo e tentam se adaptar, ou aos poucos verão seu espaço no mercado se estreitar, até o ponto em que a sua atuação nele desaparece.

⁶⁸ COUTINHO, Luciano G. **O Brasil pós-real: A política econômica em debate**. Campinas: Papyrus, 1994. (KLUG, Jonas Fernandes. *Estudo das estratégias operacionais das empresas de tubos e conexões de PVC na indústria plástica joinvilense nos anos 90*. Florianópolis: UFSC, 2001).

Tabela 7 - Indústria de Transformação - Ingressos de Participação no Capital por Atividade em US\$ milhões (IEDI, 2007)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1ºS/ 2005	1ºS/ 2006
Produtos alimentícios e bebidas	186	323	133	1.239	975	563	1.873	409	5.346	2.075	1.642	152
Fabric., mont. veículos automotores	286	223	1.060	1.831	961	1.550	1.757	966	850	1.044	411	223
Produtos químicos	222	368	355	1.272	1.101	1.546	1.573	726	1.363	764	459	453
Artigos de borracha e plástico	30	139	157	207	58	176	183	205	134	481	314	157
Mat. eletrônico, eqs. comunicaç.	62	186	263	520	655	1.166	544	328	266	396	90	245
Metalurgia básica	30	0	118	113	246	431	138	351	817	310	165	904
Máquinas e equipamentos	179	207	175	87	579	344	391	256	313	255	139	238
Outros equipamentos de transportes	0	0	91	49	186	51	51	27	465	209	87	34
Celulose, papel e produtos do papel	22	0	0	13	10	150	11	348	177	167	41	77
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	30	138	111	340	66	327	372	189	243	164	43	33
Produtos têxteis	73	50	22	90	36	56	98	34	58	127	6	627
Produtos de madeira	0	88	17	23	32	71	17	31	61	124	116	11
Produtos de metal	64	0	40	42	26	108	90	107	90	94	37	52
Máqs. escritório, eqs. informática	10	20	49	631	23	23	96	8	11	59	52	9
Ediç., impressão, reproduç. gravaçs.	0	12	12	77	16	140	44	145	131	26	12	254
Produtos minerais não-metálicos	195	208	85	289	67	130	124	49	219	17	5	106
Outras indústrias	351	75	79	179	34	167	194	177	154	219	69	50
Indústria de Transformação	1.740	2.036	2.766	7.002	5.070	7.001	7.555	4.355	10.699	6.529	3.687	3.624

Fonte: BCB – Séries Temporais e Notas para Imprensa sobre o Setor Externo. Elaboração própria.

Notas: De 1996 até 2000, os dados não incluem ingressos inferiores a US\$ 10 milhões por empresa no ano. Tabela ordenada decrescentemente pelo ano de 2005.

Diante dos fatores adversos do mercado, as organizações traçam estratégias para se manterem competitivas. Todavia, Coutinho & João Carlos Ferraz⁶⁹ alertam que, mesmo em setores em que o país vem sendo competitivo e conseguindo exportar seus produtos, “deve-se,

⁶⁹ COUTINHO, Luciano G. & FERRAZ, João C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995. (KLUG, Jonas Fernandes. *Estudo das estratégias operacionais das empresas de tubos e conexões de PVC na indústria plásticaJoinvilense nos anos 90* – Florianópolis: UFSC, 2001).

considerar que (...), a competitividade brasileira pode vir a ser ameaçada, uma vez que a tendência do mercado internacional é de crescente sofisticação e de segmentação em especialidades”.

O LOCO Monitor⁷⁰ é um *site* que apresenta um extenso banco de dados com informações e análises sobre o IDE mundial e dos países. Segundo o *site*, para o Brasil, desde 2002 foram realizadas 1032 transações internacionais envolvendo o IDE. A seguir, são apresentados os principais indicadores apresentados pelo LOCO Monitor:

A tabela 8 reproduz os dados do LOCO Monitor listando as maiores corporações multinacionais cotadas pelo número de projetos de IEDs no Brasil desde 2002.

Tabela 8 - Projetos de empresas transnacionais no Brasil desde 2002 (LOCO Monitor, 2007)

Empresa	Projetos
Siemens	10
Accor	8
Cargill	7
Degussa	6
Eka Chemicals	6

A Figura 19, reproduzida de LOCO Monitor mostra as origens (países) dos investimentos multinacionais no Brasil desde 2002 com base nos projetos de IED.

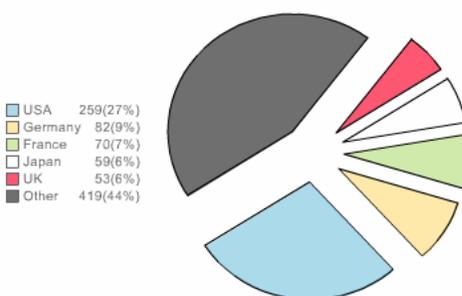


Figura 19 - Origens (países) dos investimentos multinacionais no Brasil desde 2002 com base nos projetos de IED (LOCO Monitor, 2007)

No que diz respeito aos principais setores industriais, o LOCO Monitor mostra o número de projetos com IDE em cada setor (Figura 20). ICT= Information Technologic.

⁷⁰ LOCO Monitor **Brazil FDI Report** <http://www.locomonitor.com/index.cfm?page_title=FDI%20By%20Country&childpage=Latin%20America%20%2F%20Caribbean&c=Brazil&ShowAll=yes>. Acesso em 21/01/2007.

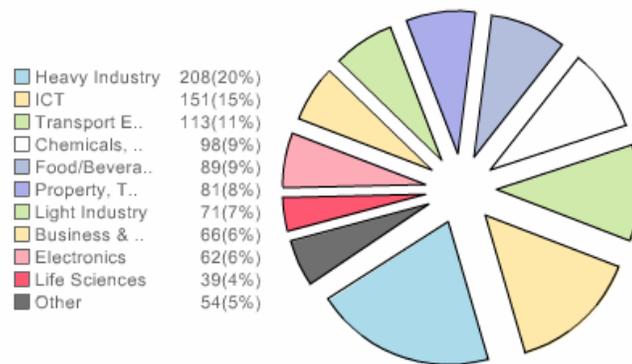


Figura 20 - Número de projetos com IDE em cada setor (LOCO Monitor, 2007)

O IEDI (2007) apresenta uma síntese do IDE no Brasil por setor econômico de 1996 a 2005. As Figuras 21 e 22 descrevem os ingressos de IDE no Brasil de forma absoluta (em US\$ milhões) e relativa (em %).

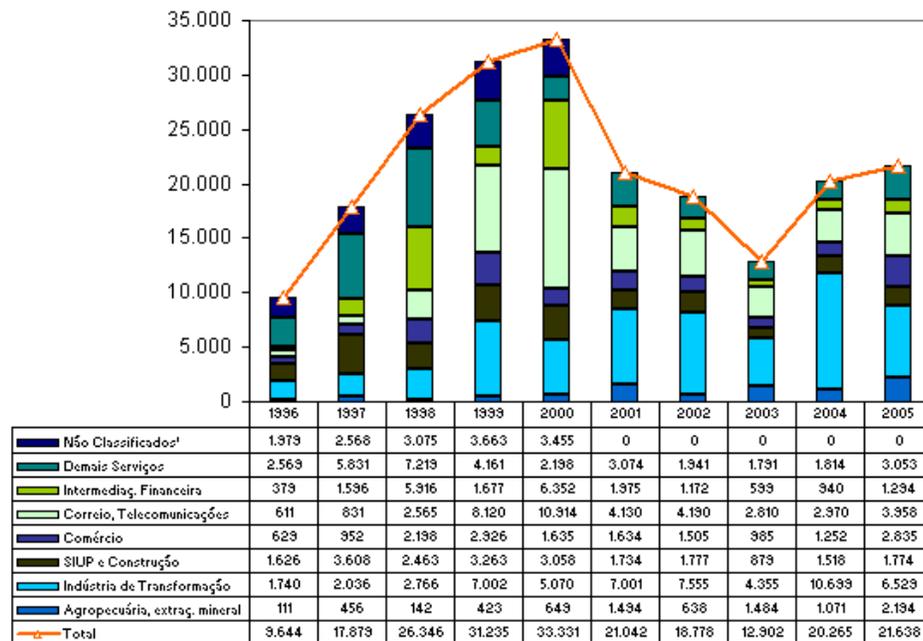


Figura 21 - Ingresso de IDE de Participação no Capital por Setor Econômico - US\$ mi (IEDI, 2007)

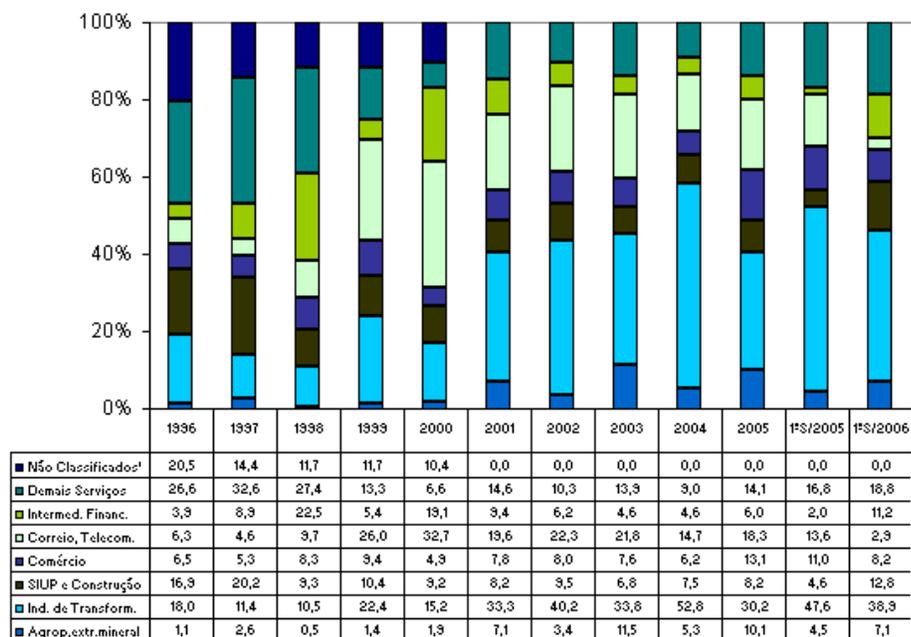


Figura 22 - Ingresso de IDE de Participação no Capital por Setor Econômico - % (IEDI, 2007)

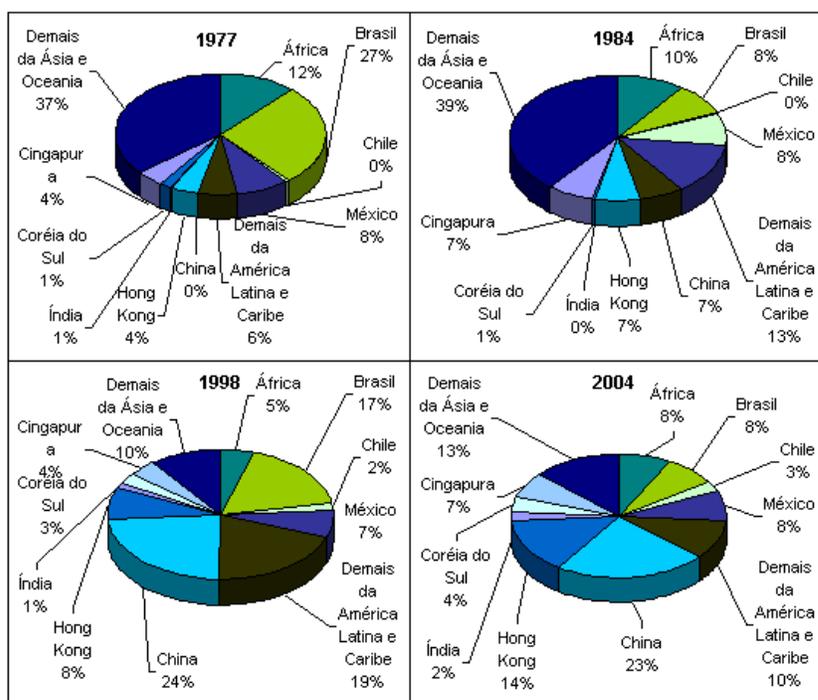


Figura 23 - Economias Seleccionadas - Participação no IDE Líquido dos Países em Desenvolvimento em anos seleccionados (IEDI, 2007)

Comparando os fluxos de IDE para as economias em desenvolvimento, o IEDI (2007) apresenta uma síntese relacionando o IDE destas economias em quatro anos selecionados: 1977, 1984, 1988, 2004 (Figura 23). Percebe-se um claro redirecionamento no fluxo de capitais para a China desde 1998.

A consultoria internacional ATKearney (ATKearney apud IEDI,2007), divulga anualmente um ranking analisando o nível de risco em investimento para diversos países chamado de Índice de Confiança de IDE. Reproduz-se, na Tabela 9, o ranking da ATKearney.

Tabela 9 - Classificação das Principais Economias em Termos de Índice de Confiança de IDE (A T Kearney, 2006)

Class.	dez/2005	out/2004	set/2003	set/2002	fev/2001	jan/2000	jun/1999	dez/1998	jun/1998
1	China	China	China	China	EUA	EUA	EUA	EUA	EUA
2	Índia	EUA	EUA	EUA	China	Reino Unido	China	Brasil	Brasil
3	EUA	Índia	México	Reino Unido	Brasil	China	Reino Unido	China	China
4	Reino Unido	Reino Unido	Polônia	Alemanha	Reino Unido	Brasil	Brasil	Reino Unido	Reino Unido
5	Polônia	Alemanha	Alemanha	França	México	Polônia	México	Alemanha	Índia
6	Rússia	França	Índia	Itália	Alemanha	Alemanha	Índia	Polônia	México
7	Brasil	Austrália	Reino Unido	Espanha	Índia	México	Austrália	Índia	Polônia
8	Austrália	Hong Kong	Rússia	Canadá	Itália	Itália	Polônia	México	Argentina
9	Alemanha	Itália	Brasil	México	Espanha	Espanha	Alemanha	Espanha	Austrália
10	Hong Kong	Japão	Espanha	Austrália	França	Austrália	França	França	Alemanha
11	Hungria	Rússia	França	Polônia	Polônia	Índia	Itália	Itália	Espanha
12	Checa, Rep.	Polônia	Itália	Japão	Canadá	França	Canadá	Argentina	Itália
13	Turquia	Espanha	Checa, Rep.	Brasil	Cingapura	Canadá	Espanha	Holanda	Rússia
14	França	Checa, Rep.	Canadá	Checa, Rep.	Tailândia	Tailândia	Argentina	Austrália	Hungria
15	Japão	Malásia	Japão	Índia	Austrália	Coréia do Sul	Tailândia	Tailândia	Tailândia
16	México	Canadá	Tailândia	Hungria	Checa, Rep.	Japão	Checa, Rep.	Coréia do Sul	Checa, Rep.
17	Espanha	Brasil	Hungria	Rússia	Coréia do Sul	Holanda	Coréia do Sul	Canadá	Canadá

2.1 Resgate histórico, periodização e políticas econômicas

As ações de política industrial costumam se desdobrar num tempo longo, o espaço de um ano ou dois é muito reduzido para avaliá-las. Conforme Sebastião Cruz⁷¹, a literatura sobre o processo da política industrial registra como um fato corriqueiro a contradição entre a retórica que envolve essa política e o conteúdo efetivo de sua prática.

A política industrial⁷² é um dos principais fios que articulam Estado e empresários no processo de desenvolvimento. A política industrial continua viva e importante no Brasil e no exterior, apesar dos liberais mais extremados terem anunciado seu óbito. A leitura de qualquer jornal mostra que a problemática dos papéis a serem desempenhados pelo Estado, empresários nacionais e estrangeiros e trabalhadores na definição do processo de desenvolvimento industrial continua em mutação. O II PND instituiu maior controle às empresas multinacionais. Elas foram “amarradas” ao contexto nacional.

Para o presente trabalho foram trazidas as análises de Cruz⁷³ sobre a necessidade de se compreender as rupturas trazidas pelas “reformas orientadas para o mercado”, iniciadas no governo Collor e mantidas nos dois períodos presidenciais subseqüentes. É preciso que se busque nas determinantes estruturais pretéritas os fundamentos para o presente.

Nos próximos itens busca-se uma síntese concentrada na periodização e formulação da política industrial, mostrando como a agenda desta política se modifica e como os diversos atores se posicionam face a essa agenda.

⁷¹ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. A conjuntura e a nova agenda da política industrial in **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política**. RJ: Relume Dumará. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997

⁷² As políticas industriais muitas vezes seguem as diretrizes dos planos econômicos de cada governo. Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, governo de Getúlio Vargas (1951); Plano de Metas, governo de JK (1956-60); I PND (1972-74); II PND (1974-79); III PND (1980-85).

⁷³ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. A conjuntura e a nova agenda da política industrial in **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política**. RJ: Relume Dumará. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

2.1.1 Período 1930-1973

Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira⁷⁴, no período de 1930 a 1961, transformou-se a estrutura econômica, política e social do país, palco que foi de uma revolução industrial nacional. As características fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro foram: industrialização, processo de substituição de importações, limitações à nossa capacidade de importar, estatização, alta relação marginal produto-capital, inflação, urbanização, aumento da taxa de crescimento da população, manutenção dos desequilíbrios regionais, aumento dos salários reais e do consumo (Figura 24).

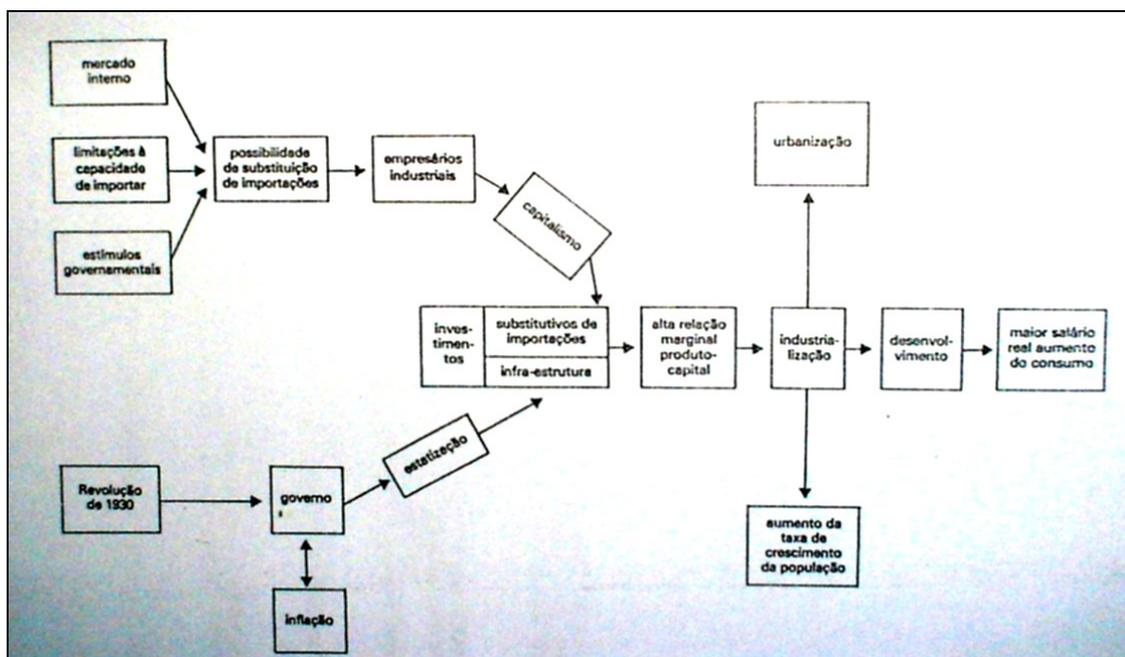


Figura 24 - Modelo de desenvolvimento brasileiro 1930-1961 (PEREIRA, 1984)

Ainda segundo Pereira, a Revolução Industrial Brasileira teve dois grandes agentes fundamentais: os empresários industriais e o Governo.

O período entre as Grandes Guerras (fase “b” do 3º ciclo de Konratieff 1920-1948) ficou marcado mundialmente pela crise de 1929, e internamente pela revolução de 1930, que cuidou de acelerar o processo de substituição de importação usando seletivamente os recursos

⁷⁴ PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. 16 ed. Editora Brasiliense. 1984.

cambiais, retirando as barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, financiando a produção, instituindo reservas de mercado, além da instituição da política trabalhista⁷⁵.

Na realidade, segundo Rangel⁷⁶, o Brasil produziu seus próprios ciclos médios ou de Juglar com a implantação escalonada do parque fabril nacional, a partir da substituição seletiva das importações que colocou em marcha o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro.

Mamigoinan⁷⁷ enfatiza que “cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escada da substituição de importações: indústria de bens de consumo simples, indústria de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis e indústrias químicas e mecânicas pesadas”.

De acordo com Rangel⁷⁸, a fase “b” do 3º Kondratiev (1921-48) revelou a incompetência do capitalismo mercantil, surgido da primeira dualidade e passado a segunda como sócio hegemônico, para fazer frente aos novos desafios que impunham uma forma nova e superior de substituição de importações, isto é a industrialização. A classe dos capitalistas industriais dissidência progressista da classe dos comerciantes negociou com a classe dos latifundiários, surgida da segunda dualidade novo pacto de poder, sob a hegemonia desta. A classe dos industriais, não obstante seu dinamismo econômico, não tinha maturidade para o exercício da hegemonia política. Esta coube ao sócio mais velho, que produziu líderes da mais elevada qualidade e que não obstante seu caráter feudal promoveu a industrialização do país. Getúlio Vargas é o exemplo acabado dessa liderança.

O autor apresenta uma comparação do PIB brasileiro (Tabela 10) no período de 1949-1969 relativo aos setores industriais. Percebe-se que, em 1949, 39,8% do PIB estava concentrado em apenas dois setores industriais (Alimentos e Têxtil); as indústrias Metalúrgica e Química contribuíram com pouco mais de 9% cada; os demais setores. No ano de 1969, observa-se um novo rearranjo produtivo no Brasil. O setor Têxtil teve queda de quase 50% no período, passando de 20,10% para 10,25%; a indústria Química teve aumento significativo, expandindo de 9,40% para 17,90%; os setores de Materiais Elétricos, de Materiais de

⁷⁵ MAMIGONIAN, Armen (1988) in ROCHA, I de O. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações**. Florianópolis: UFSC, 1997

⁷⁶ RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

⁷⁷ MAMIGONIAN, Armen 1995. in ROCHA, I de O. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações**. Florianópolis: UFSC, 1997

Transporte e Mecânico também cresceram de 2 a 3 vezes porém com participação relativa baixa dentro da composição do PIB.

Tabela 10 - Composição do PIB brasileiro 1949-1969 (RANGEL, 1982)

Setores	1949	1969
Minerais Não-Metálicos	7,40	6,03
Metalurgia	9,40	11,25
Mecânica	2,20	6,12
Material Elétrico	1,70	6,45
Material de Transporte	2,30	8,82
Madeira	3,90	2,64
Mobiliário	2,20	1,56
Papel e Papelão	2,10	2,66
Borracha	2,00	2,23
Couros e Peles	1,30	0,53
Química	9,40	17,90
Têxtil	20,10	10,25
Vestuário	4,30	2,75
Alimentos	19,70	11,64
Bebidas	4,30	2,56
Fumo	1,60	1,64
Editorial	4,20	3,15
Diversos	1,90	1,79
TOTAL	100,00	100,00

FONTE: "Contas Nacionais", in *Conjuntura Económica* (FGV, setembro de 1971).

2.1.1.1 A Internacionalização

O levantamento dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros iniciou-se em 1951 junto ao Banco Central.

O desenvolvimento industrial de 1956-61 foi calcado na forte participação do capital estrangeiro que entrou no país atraído pelos incentivos cambiais, tarifários, fiscais e creditícios oferecidos pelo governo federal⁷⁹. Foi nesse período que ocorreu em maior escala a internacionalização da economia brasileira, com uma considerável participação de empresas multinacionais. Estas vieram para aproveitar a política industrial e não pela "mão de obra barata".

⁷⁸ RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e antimilagre**. Rio de Janeiro Zahar, 1985

⁷⁹ Contribuiu de forma decisiva na industrialização do período de 1956-1961 a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) que permitia aos empresários importar máquinas e equipamentos sem terem de depositar os dólares correspondentes à transação no Banco do Brasil. Segundo I. Rangel, a Sumoc 70 é mais importante do que a 113 (devido à criação das 5 categorias de desvalorizações de câmbio) o que deu mais proteção às empresas nacionais quando da obrigação da compra das peças de indústrias nacionais. Exemplo Tupy, Cofap, Metal Leve, Zen, e outras.

Entretanto, já em 1940, têm-se os primeiros registros da entrada de algumas multinacionais no país. Ademais, em 1940⁸⁰, o Brasil já possuía sofisticação em alguns setores, mas nossas indústrias eram atacadas para serem posteriormente destruídas. Nesta época as indústrias de autopeças nacionais eram altamente competitivas e organizadas, não eram carroças. Entretanto mas montadoras aqui instaladas é que eram ainda verdadeiras carroças.

Os investimentos estrangeiros dirigiram-se para vários setores industriais (Tabela 11), destacando-se a indústria automobilística, de máquinas e ferramentas; metalúrgica e siderúrgica; química e farmacêutica; construção naval; material de construção civil; setores da indústria de bens de consumo.

Tabela 11 - Investimentos diretos de origem americana. Setorial em 1943 (DOELINGER, 1979)

Setores	US\$ Milhões	%
Serviços Públicos e Transporte	87,8	37,2
Indústria de Transformação	66,4	28,1
Distribuição de Petróleo	30,2	12,8
Comércio	29,2	12,4
Agricultura	10,1	4,3
Finanças	3,5	1,5
Mineração	2,5	1,1
Diversos	6,6	2,8

FONTE: U. S. Department of Commerce, Office of Business Economics, *Survey of Current Business*, vários números (1945).

O governo do Presidente Juscelino Kubitscheck (1956-1961) juntamente com sua política econômica baseada no Plano de Metas foram determinantes para a concentração industrial brasileira. A concentração na área industrial do complexo ABCD⁸¹ deveu-se à instalação da indústria automobilística na região neste período, Ford, General Motors, Volkswagen, Mercedes-Benz, Saab-Scania. Estas incentivaram as indústrias satélites, de autopeças, de plástico, de borracha, de vidros, metalúrgicas e químicas. Curiosamente estas empresas multinacionais se instalaram em São Paulo onde há a mão de obra mais cara do país.

⁸⁰ A Alcan Aluminium Ltda do Canadá chegou ao Brasil em 1940, quando fundou em São Paulo a Alubrasil – Alumínio do Brasil S.A.

⁸¹ O complexo compreende os seguintes municípios do Estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

A Tabela 12 resume os investimentos estrangeiros que entravam no Brasil no período de 1955 a 1959 e o movimento de capitais estrangeiros no Brasil em 1947-51 e 1954-61

Tabela 12 - Investimentos estrangeiros / Movimentos de capitais estrangeiros diretos no Brasil (SUMOC apud PEREIRA, 1984)

Investimentos estrangeiros que entravam no Brasil, através da Instrução 113, entre os anos de 1955 a 1959, segundo os países de origem		
<i>Países</i>	<i>Milhões de dólares</i>	<i>Porcentagem</i>
EUA	192,5	48,8%
Alemanha	73,2	17,8%
Suíça	27,0	6,0%
França	17,6	4,1%
Inglaterra	16,1	3,9%
Itália	11,2	3,5%
Outros países europeus	19,1	6,2%
Canadá	10,6	2,7%
Outros países americanos	11,4	2,9%
Japão	15,9	4,0%
Outros países orientais	1,1	0,3%

Fonte: Heitor Ferreira Lima, *História político-econômica e industrial do Brasil*, p. 401.

Movimento de capitais estrangeiros diretos no Brasil (em milhões de dólares)			
<i>Períodos</i>	<i>Entrada</i>	<i>Lucros remetidos para o exterior</i>	<i>Saldo</i>
1947-1953	97	327	(230)
1954-1961	721	269	452

Fonte: Luiz Carlos Bresser Pereira, *Desenvolvimento e crise no Brasil*, p. 53.

Com relação aos dados de 1943-1951 sobre os investimentos estrangeiros no Brasil contrasta com a situação vigente 20 anos depois (Tabela 13 - composição do capital estrangeiro no Brasil em 1969) quando a participação dos investimentos na indústria se eleva a mais de 80%, a de serviços públicos cai para 5%, agricultura para 0,3%.

Tabela 13 - Composição do capital estrangeiro no Brasil em 1969 (DOELINGER, 1979)

Setores	%
<i>Extração Mineral</i>	1,0
<i>Indústria de Transformação</i>	82,0
Minerais Não-Metálicos	2,4
Metalurgia	4,4
Mecânica	5,7
Material Elétrico	9,6
Material de Transporte	16,2
Madeira	0,1
Papel e Papelão	1,5
Borracha	5,8
Química	19,3
Farmacêutica	5,6
Têxtil	2,8
Vestuário	0,3
Alimentos	6,9
Bebidas	0,3
Fumo	0,4
Editorial	0,2
Diversas	0,5
<i>Serviços Públicos</i>	5,8
<i>Agricultura</i>	0,3
<i>Outros Serviços</i>	9,4
<i>Outras</i>	1,5
Total	100,0

FONTE: Banco Central.
Elaboração: IPEA.

O período 1970/73⁸² foi dos mais expressivos em termos de crescimento industrial. A taxa média anual de crescimento da indústria de transformação foi superior a 11% entre 1969 e 73, atingindo, segundo estimativas preliminares, quase 13% em 1973. Esse crescimento foi em grande parte consequência dos investimentos fixos realizados a partir de 1969, principalmente quando se esgotou a fase de recuperação da atividade industrial (1966/69), que se seguem à recessão de 1963/65.

O crescimento da capacidade produtiva das subsidiárias de empresas multinacionais, neste período, foi superior à média anual. Como ocorreu em vários países, a presença das multinacionais no Brasil acentuou-se de forma mais importante nos anos 1950 e 60⁸³.

⁸² O período entre 1969-74 foi batizado de Milagre Econômico.

⁸³ Segundo BASTOS, José Messias (2007). Existem fases das multinacionais no Brasil. **1950** - entram em São Paulo. **1970** – metrópoles regionais, como Volvo em Curitiba, a Fiat em Betim e também chegam a Belo Horizonte. **1990** – entrada maciça no Brasil, com um aprofundamento da crise. Não se trata da passagem da 3ª para a 4ª dualidade, mas há uma regressão de dualidade da 3ª para a 2ª. Devido a um movimento maior de internacionalização, ocorre um certo enfraquecimento do Estado Nacional, mas ele sempre está presente. A Estrutura institucional de um país está ligada às forças do Estado o que relativiza o papel das multinacionais. Ou seja, ambos os papéis ficam relativizados com o novo contexto macroeconômico e as novas conjunturas, Entretanto, nenhum se sobrepõe ao outro.

Dirigiram-se para os setores modernos ou segmentos modernos de setores tradicionais em busca do mercado interno brasileiro. Em função dessa procura, aumentou de forma significativa a participação estrangeira na economia.

Após 1964 com o programa antiinflacionário do governo surgiu uma nova razão para a desnacionalização: a insuficiência interna de liquidez associada às dificuldades com o balanço de pagamentos⁸⁴.

Pode-se dizer que houve uma primeira desnacionalização⁸⁵ da indústria brasileira no período 1965/66. Foram alienadas 16 empresas no setor de materiais de transporte; 3 empresas no setor eletrônico; 4 plástico; 5 mecânico e metal; 1 tintas; 6 alimentos; 6 perfumaria e farmacêutica; 3 químicos; 1 vidros. Evidenciou-se, assim, a perda de participação do capital privado nacional na indústria no período 1965/66.

Tabela 14 - Percentagem de novas subsidiárias das empresas multinacionais americanas estabelecidas através de compras de empresas locais (DOELINGER, 1979)

Períodos	%	Número Total de Subsidiárias
Antes de 1945	0	28
1946 — 1950	9	11
1951 — 1955	22	22
1956 — 1960	33	36
1961 — 1965	38	16
1966 — 1970	52	46
1971 — 1973	61	18

FONTE: R. Newfarmer, *op. cit.*; reprodução da Tabela 6-4, p. 26.

Essas indicações confirmam a forma de expansão segundo o desdobramento do “ciclo do produto”, mostrando que o crescimento do mercado acelera a atração das EMN e a redução da concorrência local.

⁸⁴ Baixa-se a Instrução 289 em 1965, que reimplanta o mecanismo do *swap* no país, ao permitir repasses diretos de recursos externos às subsidiárias brasileiras

⁸⁵ O impacto levou o governo a baixar a resolução 63, que viria a estabelecer condições de igualdade para as indústrias nacionais

Com a retomada do crescimento industrial a partir de 1968/69, registrou-se novo surto de crescimento das multinacionais. As razões, contudo, são distintas das anteriores. Com as amplas perspectivas de crescimento da economia, do mercado interno e do comércio exterior, crescem o valor atual dos fluxos de benefícios líquidos a serem auferidos com aplicações no país. Nessas novas condições, as empresas que cada vez mais desenvolviam suas estratégias internacionais reorientaram suas aplicações em direção ao país.

Acrescentam-se a tais condições e circunstâncias o agravamento do hiato tecnológico, as usuais dificuldades de acesso ao mercado financeiro e de capital, de parte principalmente da pequena e média indústria nacional e a política econômica do governo que ao não considerar de forma especial a empresa nacional, automaticamente as descriminava. Nessa nova fase também se registraram muitos casos de aquisição de firmas nacionais.

Sendo a legislação brasileira em relação ao capital estrangeiro considerada das mais liberais, sendo a política de comércio exterior do país das mais eficientes do mundo em termos de incentivos à abertura da economia, o país tem sido muito procurado por empresas desejosas de redistribuir linhas de produção segundo alguma estratégia de maior eficiência na alocação dos recursos. Nesse caso, as aplicações caracterizam-se por novos investimentos sejam na ampliação de subsidiárias já existentes (Ford-Philco, VW, GM), sejam em novas instalações no país⁸⁶.

Especificamente ainda em relação às empresas multinacionais, o II PND⁸⁷ determinou as seguintes linhas gerais de atuação: a) a multinacional deverá contribuir para a economia nacional não só através do aporte de poupança e tecnologia como também através das exportações e geração local de tecnologia; b) deverão as multinacionais evitar práticas de controle de mercado ou absorção de competidores⁸⁸.

2.1.1.2 O Trabalho de Doellinger e Cavalcanti

⁸⁶ O governo criou novos incentivos com os DL nº 1.219 e 1.236 os quais surgiram com grande ansiedade de alguns grupos multinacionais.

⁸⁷ Plano Nacional de Desenvolvimento 1974-79.

⁸⁸ À época já se falava no “custo social” pago pela economia nacional com a inserção intensa das multinacionais. Este custo não deveria ser avaliado tão somente pelo montante de divisas remetidas ao exterior, mas sim pelo custo em moeda nacional, da produção dessas divisas através de expor de bens e serviços.

*Estudar empresa multinacional no Brasil é também estudar a empresa industrial*⁸⁹

É importante para o presente estudo trazer um dos trabalhos pioneiros inseridos na literatura nacional sobre o tema das empresas multinacionais no Brasil. Doellinger e Cavalcanti não fazem um estudo global sobre capital estrangeiro no Brasil. Entretanto, trata-se de uma amostra de 318 grandes empresas industriais das quais 133 multinacionais, bem como uma análise sobre os benefícios e custos dessas empresas no país. Fazem os autores também um enfoque quantitativo, uma variedade de tópicos sobre questões de tamanhos, emprego, produtividade, salários, comércio exterior, incentivos fiscais, lucratividade, estrutura de financiamento, no período de 1970/73-74.

Os setores mais dinâmicos em termos de taxas de crescimento (Tabela 15), no período em que a economia brasileira apresentou o desempenho mais destacado de que se tem notícia, são aqueles onde as subsidiárias das multinacionais surgem com participação destacada. A correlação positiva e significativa sugere que os setores mais dinâmicos correspondem àqueles cuja participação da multinacional é majoritária.

Tabela 15 - Taxas de crescimento anuais médias por setor no Brasil 1966-73 (DOELLINGER, 1979)

Setores	%	Participação das EMN (%)
Minerais Não-Metálicos	11,3	59,72
Metalurgia	10,3	26,50
Mecânica	16,2	74,65
Material Elétrico	14,7	76,16
Material Transporte	14,7	96,44
Madeiras	9,7	17,59
Papel e Papelão	8,0	37,05
Mobiliário	— 2,5	0,00
Borracha	12,1	66,10
Couros e Peles	6,4	—
Química	12,6	51,12
Plásticos	12,0	70,13
Perfumaria	13,7	3,30
Têxtil	3,7	37,88
Vestuário	6,0	49,71
Alimentos	9,3	53,84
Bebidas	5,4	14,65
Fumo	5,8	99,90

FONTE: Wilson Suzigan, *et alii*, *Crescimento Industrial no Brasil: Incentivos e Desempenho Recente*, Coleção Relatórios de Pesquisa (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974), n.º 26.

⁸⁹ DOELLINGER, C. von e CAVALCANTI, L. C. *Empresas Multinacionais na indústria brasileira*. 2ª ed. RJ, IPEA/INPES. 1979.

Em 1975, eram consideradas aproximadamente um pouco mais de 300 as empresas multinacionais das quais mais ou menos 200 originárias dos EUA. Anos antes, em 1968, por exemplo, as 187 multinacionais de origem americana comandavam um total de 7.927 subsidiárias externas.

Dados mostram que a industrialização brasileira, ao se dirigir para os setores modernos da indústria de transformação ocorreu com o aumento da participação dos investimentos estrangeiro enquanto a composição das importações se alterou com a sensível redução da participação de produtos manufaturados finais, especialmente bens de consumo. O que se pretende ressaltar é que a tentativa de preservação do mercado interno brasileiro, gradativamente fechado às importações, constitui a motivação básica do crescimento das empresas multinacionais no país.

Procuram apresentar à época da década de 1970, algumas características relacionadas às participações setoriais, em termos de patrimônio, faturamento, emprego e ativo fixo, ao montante e à origem dos investimentos estrangeiros e ao tamanho das empresas multinacionais em relação às nacionais e às suas respectivas matrizes. O autor resume os dados de sua pesquisa (Tabela 16) onde divide o tipo de empresa por setor.

Tabela 16 - Tipo de empresa por setor (DOELINGER, 1979)

Setores	Número de Empresas			Total
	Nacionais Privadas	Governamentais	Subsidiárias das EMN	
Mineração	4	1	8	13
Minaerais Não-Metálicos	7	—	7	14
Metalurgia	5	4	4	13
Mecânica	3	—	8	11
Aparelhos Elétricos e de Comunicações	4	—	12	16
Material de Transporte	3	—	11	14
Produtos de Madeiras	11	—	4	15
Papel e Papelão	9	—	5	14
Mobiliário	13	—	—	13
Borracha	13	—	4	17
Couros e Peles	13	—	1	14
Química e Petroquímica	6	1	7	14
Plásticos	5	—	7	12
Petróleo e Derivados	5	2	4	11
Farmacêutica	3	—	14	17
Perfumaria	11	—	3	14
Têxtil	10	—	6	16
Vestuário	9	—	4	13
Alimentos	7	—	8	15
Bebidas	9	—	5	14
Fumo	3	—	5	8
Editorial	15	—	1	16
Diversos	9	—	5	14
Total	177	8	133	318

FONTE: "Quem é Quem", *op. cit.*; e *Guia Interinvest, op. cit.*

Uma firma é considerada subsidiária de multinacional quando a participação acionária da empresa multinacional é igual ou superior a 25%, pela definição do departamento do comércio americano ou igual ou superior a 10% pela definição do departamento do tesouro americano.

Finalmente, segundo os registros do Banco Central, os investimentos e reinvestimentos estrangeiros nas 133 subsidiárias das empresas multinacionais incluídas na amostra representavam 43% em 1973, do total dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil.

Além da representatividade na estrutura industrial, as empresas da amostra são ainda mais representativas no comércio exterior, enquanto as subsidiárias das multinacionais o são no total do capital estrangeiro no país. Isto revela implicações para o sistema industrial como um todo.

Em termos de faturamento, as subsidiárias instaladas no Brasil representam pouco mais de 2% dos respectivos grupos internacionais a que pertencem. Assim, conquanto as subsidiárias das multinacionais detenham participações elevadas no conjunto das grandes empresas industriais do País, ainda representam diminuta parcela dos grupos internacionais a que pertencem.

Esse desequilíbrio confere poder de barganha extremamente elevado às multinacionais o que se reflete principalmente no traçado da política econômica que lhes sejam mais favoráveis, caso o país se disponha a receber maior parcelas de seus investimentos. Em outras palavras: as atividades no Brasil ainda representam pequena parcela das atividades globais das multinacionais, mas as subsidiárias dessas empresas são cruciais para o desenvolvimento industrial. Como corolário, os resultados dessas empresas no Brasil pouco contribuem para seus resultados globais, porém muito para o desempenho do setor industrial do país.

As subsidiárias das multinacionais concentram-se nos segmentos modernos e dinâmicos da indústria, tais como o mecânico, de material elétrico e eletrônico, material de transporte, borracha, plásticos, fumo e farmacêutico, dividindo ainda com a firma nacional a liderança em alguns dos chamados setores tradicionais: têxtil, vestuário, indústrias diversas, alimentos, bebidas e produtos de minerais não-metálicos (material de construção em geral).

A tabela 17 apresenta valores por setor – observa-se que os mais destacados, em termos de taxas e valores absolutos, são os de metalurgia, mecânica, material de transportes, farmacêutico e alimentos. Mas também é interessante destacar o crescimento verificado nos demais setores tradicionais da indústria além de alimentos, tais como têxtil, vestuário, bebidas, madeira e fumo, sugerindo maior diversificação dos investimentos ou novos ciclos do produto, como se supõe ocorrera na indústria do fumo.

Tabela 17 - Investimentos e reinvestimentos estrangeiros por setor em US\$ milhões em 1969 e 1973 (DOELINGER, 1979)

Setores	1969	1973	Variação em %
Mineração	17,2	76,7	345,9
Minerais Não-Metálicos	40,7	124,5	205,9
Metalurgia	76,0	360,4	374,2
Mecânica	97,4	234,0	140,2
Material Elétrico	163,6	335,8	105,3
Material de Transporte	277,8	672,1	141,9
Madeira	1,6	18,6	1.625,0
Papel e Papelão	25,3	88,8	251,0
Borracha	99,0	116,3	17,5
Química	329,2	814,9	147,5
Farmacêutica	94,7	197,2	108,2
Perfumaria	*	*	—
Plásticos	*	*	—
Têxtil	47,6	122,5	157,4
Vestuário	5,7	18,1	217,5
Alimentos	118,6	191,5	61,5
Bebidas	3,8	29,7	681,6
Fumo	6,8	160,7	2.263,2
Editorial	3,9	10,4	166,7
Diversas	8,8	30,8	250,0
Total	1.419,9	3.602,9	153,7

FONTE: Boletins do Banco Central do Brasil, vários números.

Elaboração: IPEA.

* Dados não disponíveis.

As indicações de aumento relativo maior da capacidade produtiva das subsidiárias das multinacionais se reforçam com a utilização das estatísticas de investimentos e reinvestimentos diretos efetuados no país com capital estrangeiro. É preciso ter-se uma idéia da evolução dos investimentos das empresas com capital estrangeiro.

Segundo os registros do Banco Central os investimentos e reinvestimentos acumulados em firmas industrial no Brasil, passaram de US\$ 1.419,9 milhões em 69 para US\$ 3,602,9 milhões em 73. O que implica um crescimento anual médio de 226%. Tal resultado mostra que a formação de capital de propriedade estrangeira no Brasil cresceu em ritmo superior ao da formação de capital industrial nacional.

E talvez indique também que os investimentos em firmas menores, não incluídas na amostra cresceram em maior proporção e/ou que a participação do sócio estrangeiro nos ativos vem elevando-se recentemente.

Em qualquer estimativa verifica-se o aumento da participação do capital estrangeiro na indústria o que indica uma maior contribuição das empresas subsidiárias das multinacionais ao crescimento da capacidade produtiva global do País, bem como maior dependência do sistema econômico das decisões dos grandes grupos multinacionais⁹⁰.

A desconcentração regional da atividade produtiva⁹¹, especialmente da indústria se constitui em meta de política econômica em quase todos os países capitalistas até mesmo nos mais ricos e industrializados. Ocorre que nem sempre os incentivos e recursos (fiscais, econômicos, naturais...) oferecidos são os desejados pelas empresas multinacionais.

A maior propensão a investir nas regiões – por parte das subsidiárias das multinacionais pode ser explicada tanto pela maior disponibilidade de recursos quanto pela maior capacidade de gerar seus próprios projetos captando com maior agilidade as oportunidades de aplicação dos incentivos. A sagacidade na captação de oportunidade de investimentos em mercados diferentes também é inerente à própria evolução histórica das multinacionais. E se essa agilidade há de ser demonstrada também interregionalmente. Ocorre, pois, muitas vezes uma distorção da legislação implicando discriminação entre setores.

Há motivos para se supor que a participação de multinacionais na estrutura industrial possa ter contribuído para o aumento da concentração da produção - dimensão média bem superior à das nacionais privadas; setores onde detêm maiores vantagens comparativas, economia de escala e indivisibilidade de fatores (elas costumam determinar escalas adequadas de produção em nível bem superiores aos das indústrias tradicionais onde predominam empresas nacionais privadas).

⁹⁰ Esta é uma opinião dos autores.

⁹¹ Os governos militares que se sucederam de 1964 a 1985 adotaram uma política de maior intervenção no espaço geográfico brasileiro, criando órgãos de planejamento regionais voltados ao aproveitamento econômico das regiões e sua industrialização: Sudene, Sudam, Sudeco, Sudesul, Suframa, entre outros. Vale lembrar que a Sudam, Sudeco e a Sudesul foram extintas no governo Collor (1990-92)

Uma forma simplificada de avaliar o grau de concentração nos mercados seria verificar a participação das maiores multinacionais no valor da produção. Entretanto, o fenômeno da concentração parece estar mais associado à própria estrutura industrial, na medida em que cresce a predominância dos segmentos modernos em relação aos tradicionais.

O ideal é analisar a evolução da concentração nos últimos decênios. E tentar encontrar maior associação entre concentração e participação das multinacionais. Assim, observam-se índices de concentração cada vez maior nos setores industriais “modernos”.

De acordo com a legislação⁹² sobre capital estrangeiro no Brasil neste período, as remessas por amortizações de empréstimos e financiamentos não eram tributadas, assim é que o investidor estrangeiro prefere aplicações que permitam o retorno na forma de juros e amortizações ao invés de lucros.

Ao investir sob a forma de empréstimos, o lucro apurado internamente e divulgado nos balanços aparece menor do que se tivesse sido aplicado sob a forma de investimento direto, visto que os juros entram como custos. Mas esse “custo” da subsidiária no Brasil é de fato uma parcela do retorno do investimento da multinacional

Juros e amortizações permitem a recuperação mais rápida do capital investido. E uma vez amortizado o empréstimo, ou o financiamento, os ativos financiados com aqueles recursos são incorporados ao capital, permitindo então a continuidade dos retornos, já agora sob a forma de lucros. Finalmente, ao evitar remessas de lucros, apelando para pagamentos a título de assistência técnicas, royalties ou juros, essas empresas podem exibir uma postura político-social mais aceitável, visto que aparentemente estariam reinvestindo no país muito mais do que remetem. Fica mais clara a razão de se ter contestado que as subsidiárias das multinacionais têm uma propensão para se endividar superior à das firmas nacionais privadas e muito superior à das governamentais, embora disponham de condições mais favoráveis ao menor endividamento no financiamento de seus ativos.

Finalmente, é importante analisar o verdadeiro papel das multinacionais nas economias dos países periféricos. A participação percentual do capital das multinacionais no valor do estoque de capital total ou do valor das vendas nos PNB respectivos, medidas

⁹² Resolução 305 do Banco Central.

usualmente tomadas como indicadores de importância do capital estrangeiro na economia, devem ser tomadas com grande cautela.

Uma contribuição do investimento externo reside no próprio aporte do capital, como resultado da “adição” de recursos ao sistema produtivo interno. Especialmente em se tratando de investimentos diretos, via empresas multinacionais essa talvez seja a mais fraca contribuição.

2.1.2 Período 1973-1980

Com relação ao período de 1973-80, conforme Espíndola⁹³, a situação econômica brasileira começou, lentamente, a sofrer os efeitos da crise econômica mundial a partir de 1973. Mas o período 1973-80 correspondeu à fase ascendente dos Ciclos Juglarianos Brasileiros.

Relatos de Rangel⁹⁴ (Tabela 18) mostram que entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período 1965-70 e 4,5% ao ano, no mesmo período 1975-80. Esse desempenho foi extremamente satisfatório se comparado com a economia do mundo capitalista, que cresceu no período de 1968-73 a 6,2% ao ano e 2,0% ao ano no período de 1973-80.

Tabela 18 - Crescimento da economia mundial em % ao ano (RANGEL, 1985)

	<i>Produto Interno Bruto</i>		<i>Produção Industrial</i>	
	<i>1968-73</i>	<i>1973-80</i>	<i>1968-73</i>	<i>1973-80</i>
Mundo	5,7	3,1	6,5	2,5
Mundo capitalista	6,5	2,8	6,2	2,0
M. cap. desenvolvido	4,7	1,7	5,5	1,7
Mundo socialista	6,4	6,4	8,5	6,4
América do Norte	3,5	1,9	5,5	1,9
Europa Ocidental	4,8	1,6	5,9	1,6

Fonte: Statistical Yearbook, UN.

Já a Tabela 19 sintetiza o “milagre” ocorrido na economia brasileira. Rangel relaciona dados e índices econômicos, Correção Monetária, Taxa de Inflação, Produto Interno Bruto e Produção Industrial e conclui que no início, a correção monetária é acompanhada de uma queda da taxa de inflação e de elevação a níveis sem precedentes das taxas de expansão do

⁹³ ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

⁹⁴ RANGEL, Ignácio. *Economia: milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro Zahar, 1985

PIB e da produção industrial. A taxa de inflação, conforme demonstrado no quadro chegou a cair de 88,4% em 1963, a 15% em 1971, enquanto, no mesmo período, a taxa de crescimento da produção industrial passava de 0,2% a 12% e o PIB de 2,8% a 11,3%. Avançando ainda nas suas conclusões, Rangel afirma que nessas condições não cabe responsabilizar a indexação pela inflação, visto que esta estava em declínio, numa época e, que a correção monetária foi o único remédio necessário para o Estado salvar (formação de capital) alguns setores da Economia como a construção residencial, indústria pesada, energética, serviços urbanos, transportes pesados rodoferroviários, etc. Tampouco se pode responsabilizar pela inflação o aquecimento da economia, visto como a inflação declinava pari passo com esse mesmo aquecimento⁹⁵.

Tabela 19 - Produção industrial x PIB x Inflação de 1967 a 1973 em % ao ano (RANGEL, 1985)

<i>Anos</i>	<i>Prod Ind % a a</i>	<i>PIB % a a</i>	<i>Inflação % a a</i>
1967	3,2	4,8	41,4
1968	15,5	9,3	31,9
1969	10,8	9,0	18,0
1970	11,1	9,5	16,7
1971	12,0	11,3	15,0
1972	12,9	10,4	17,5
1973	16,2	11,4	19,0

Fonte: Conjuntura Econômica, vol. 30, n. 3, mar. 76.

Ainda, segundo Espíndola, após uma fase de expansão das atividades, a situação da economia brasileira, no início dos anos 1980, apresentava graves sinais de crise. As medidas políticas internacionais ditadas pelo FMI resultaram na queda das taxas de crescimento da indústria de 8% ao ano, em 1980 para - 6,1% ao ano em 1983. No ramo alimentar - que apresentou melhores taxas de crescimento se comparado ao químico e ao total da indústria de transformação no Brasil - a queda foi de 8,4% para 3% ano.

Sobre o período que ocupa os vinte anos de ditadura militar, RANGEL (1985) verifica várias ocorrências que denunciam a aproximação da crise da terceira dualidade, nascida da crise do terceiro Kondratiev. Essa ditadura não implicou novo regime, mas uma tentativa muito bem-sucedida, de sustentação do velho regime feudal-burguês, caracterizado pela

⁹⁵RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e antimilagre**. Rio de Janeiro Zahar, 1985

hegemonia do latifúndio semifeudal. Uma dissidência desse latifúndio vem amadurecendo sob a forma do capitalismo agrícola. Uma dissidência progressista, como das outras vezes.

Os militares como aconteceu em outras vezes e provavelmente acontecerá ainda no futuro, segundo Rangel, são chamados para assegurar sustentação ao regime em processo de desagregação e, como também tem acontecido, a certa altura promovem a mudança, isto é o advento da nova dualidade – a quarta que deve ter como classe hegemônica a única possível por ser a única que está amadurecida para isso, a classe dos capitalistas industriais, imensamente fortalecida econômica e socialmente neste passado meio século. Como sócio menor apressa-se para subir ao proscênio a classe dos capitalistas agrícolas, herdeira e coveira do latifúndio semifeudal.

Uma reforma agrária – por certo muito diferente da que os revolucionários dos anos 30 tencionaram fazer – está na ordem natural das coisas. Por um lado, o preço da terra emergiu como fenômeno francamente financeiro e por outro, com a incorporação das novas e imensas glebas que o capitalismo agrícola está promovendo, a terra de fator limitado, torna-se superabundante. A condição nula terra sem senhor, sem a qual não pode subsistir feudalismo algum, está deixando de cumprir-se por força da incorporação do cerrado da hiléia da caatinga e mesmo do pampa.

O capitalismo industrial, desenvolvido à sombra e em aliança com o latifúndio feudal não pode deixar de aspirar à hegemonia sobre toda a sociedade. Neste processo deverá denunciar a aliança com seu antigo aliado e negociar nova aliança com a dissidência deste, o que poderíamos chamar de latifúndio capitalista. Ao mesmo tempo, como costuma acontecer quando o capitalismo industrial alcança sua plena maturidade ele deverá criar como agente de sua política econômica geral, um novo aparelho de intermediação financeira.

Finalmente, para Rangel, o problema central do capitalismo industrial brasileiro é a acumulação de excesso de capacidade, cuja utilização se impõe como necessidade elementar. É disso que deverá cuidar o ramo financeiro do capitalismo brasileiro. O desfecho natural desse processo é o surgimento de um capitalismo financeiro, estágio supremo do desenvolvimento do nosso capitalismo.

2.1.3 Período 1980-1994

Antonio Barros de Castro⁹⁶ explica que do início dos anos 1980 ao lançamento do Plano Real, a elevação (irregularmente) galopante dos preços e os brutais solavancos da política econômica impunham às indústrias sediadas neste país políticas agressivas de preços e uma gestão financeira flexível e super-atuante. Em tais condições (e, sobretudo, enquanto a economia se manteve fechada) as atenções das empresas não estavam, senão secundariamente, voltadas para a produção e a eficiência operacional.

Castro ressalta ainda que a abertura anunciada em 1990 apanharia a indústria aqui instalada numa situação bastante difícil. Até mesmo as empresas estrangeiras, em particular, imobilizadas, permaneceram inertes do ponto de vista produtivo. Ou seja, as empresas transnacionais aqui instaladas, que mais rápida e profundamente poderiam reagir ao novo quadro, bastando para isto, resumidamente, alterar o status da filial local, permaneceram de mãos amarradas.

De fato, dotadas de autonomia bastante limitada, continuavam enfrentando grandes dificuldades para explicar às matrizes os padrões locais de conduta (foi somente na segunda metade da década de 1990 que seguiram a recomendação do governo dos EUA de avançar em direção aos “mercados emergentes”). Por isto mesmo viam-se quase impossibilitadas (enquanto durasse a alta inflação) de pleitear recursos para novas iniciativas, junto às matrizes. No Brasil, nesta época ainda residia um tipo muito especial de “proteção” às empresas locais⁹⁷.

Sebastião Cruz⁹⁸ complementa o debate e, segundo o autor, ainda em meados dos anos 1980, houve uma tentativa de se reavivar a idéia de um capitalismo de base nacional, o projeto neodesenvolvimentista nadava contra a corrente. Nesse contexto, na contramão da história estava não apenas o projeto neodesenvolvimentista, mas o movimento global da sociedade brasileira, que liberava nesse momento imensas demandas sociais sufocadas por 20 longos anos de autoritarismo.

⁹⁶ CASTRO, Antonio B. **A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação.** Revista de Economia Política, vol. 21, n.3 (83), julho-setembro/2001.

⁹⁷ MAMIGONIAN alerta para o fato de que as multinacionais também entraram na crise e o papel do Estado foi importantíssimo. Elas não estão fora da crise, mas foram envolvidas nela. Por isso elas têm um papel secundário com relação às políticas econômicas nacionais (2007).

⁹⁸ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. A conjuntura e a nova agenda da política industrial in **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política.** RJ: Relume Dumará. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997

Ocorre que no que se refere aos obstáculos internos, mais do que a severa redução da capacidade extrativa e regulatória do Estado acarretada pela crise econômica, pesava contra o projeto neodesenvolvimentista a oposição movida pelo núcleo do capital multinacional/associado e por segmentos do capital local.

Podemos dizer que uma das causas do negativismo que passou a direcionar a política econômica nacional em busca de saídas para a crise econômica foi o episódio do fracasso do Plano Cruzado (1987/88) que adquiriu importância decisiva para o descrédito a que ficaram expostas as teses econômicas aplicadas até então. A razão fundamental da falência do plano foi ter operado involuntariamente uma forte redistribuição de renda, sem qualquer respaldo institucional efetivo que permitisse dobrar a resistência dos grupos política e economicamente mais fortes, cujas pressões se faziam cada vez mais intensas à medida que aumentava a inflação reprimida.

Assim é que, os efeitos redistributivos da incidência diferencial do congelamento afetaram distintos segmentos empresariais, cristalizando neles uma atitude fortemente reativa à intervenção estatal na formação de preços de mercado.

Com o fracasso do Plano Cruzado, o Estado passa a ser alvo de crítica sob dois ângulos até certo ponto antagônicos: os empresários denunciam-no por sua ingerência indevida, por seu grau de arbítrio, pelas restrições que ele faz pesar sobre sua liberdade de ação; os economistas, os técnicos, os “intelectuais”, reprovam-no por sua incapacidade de operar coerentemente, por sua reduzida autonomia face aos interesses privados, por sua relação simbiótica com os grupos dominantes.

A idéia da liberdade de mercado passou a ser assegurada então não somente aos produtores que partilham o mercado, mas a todos produtores e consumidores que dele participam ou que nele desejem participar. É a liberalização econômica em suas múltiplas facetas. Daí a liberalização gradual das importações como meio para elevar a competitividade da indústria passou a ser consequência básica.

Dado importante é que a liberalização foi concebida para restaurar o controle centralizado sobre a política econômica. Ou seja, ela poderia vir a ser uma solução para o problema de reforçar a autoridade do Estado e disciplinar o mercado.

Pode-se concluir que em 1987, a virada na orientação geral da política econômica brasileira estava consumada. A partir daí, “abertura”, “desregulamentação”, “privatização”, “mecanismos eficazes de atração do investimento externo”, convertem-se em palavras-chave no discurso oficial.

As gestões do governo Sarney para liberalizar as importações foram acanhadas. Mas ao terminar o período, a orientação geral da política, os compromissos assumidos, no país e no exterior, e os passos já dados comunicavam aos empresários a certeza de que, mais ou menos rapidamente, no futuro, a abertura da economia brasileira apareceria como um fato.

As diferenças programáticas e ideológicas que separavam os dois finalistas em 1989 eram enormes; mas elas não devem obscurecer um fato: em ambos, o que mais forte se manifestava era uma profunda rejeição do passado.

Desde o primeiro momento do governo Collor foi possível identificar na política industrial uma nítida tensão entre sua vertente liberal e aquela neomercantilista.

Ocorre que foi ficando para trás gradualmente o modo de inserção do Brasil na economia internacional que tornava convergentes os interesses dos capitais locais – dos mais modernos aos mais atrasados – e do capital estrangeiro, associados, todos, na exploração de uma força de trabalho abundante, num mercado ciosamente protegido em expansão contínua e impressionantemente rápida.

O processo de globalização que redesenha a economia mundial induz a derrubada das barreiras que defendiam esse sistema e desnuda a sua intrínseca fragilidade. Mais do que simples rivalidade entre firmas, a competição global põe em confronto sistemas produtivos nacionais, com as estruturas políticas correspondentes, numa disputa onde a rede educacional, as instituições de pesquisa, o estoque de conhecimentos e as disposições incorporadas na força de trabalho, o grau de integração entre indústria e finanças e a qualidade do relacionamento entre o setor público e privado desempenham um papel decisivo.

Segundo Eliana Chiochetta⁹⁹, a mudança de ambiente de atuação da indústria brasileira, na última década do século XX, deve-se principalmente à transição de um regime comercial fechado, com forte intervenção estatal – o chamado regime de substituição de

⁹⁹ CHIOCCETTA, Eliana B. de S. **Reestruturação produtiva no subsetor de bens de capital mecânico de Joaçaba – Santa Catarina**. Florianópolis: CSE/UFSC, 2001.

importações (PSI) – para um regime comercial mais aberto, acompanhada de redução na intervenção do Estado na economia.

Durante a vigência desse regime se estabeleceu ampla e diversificada estrutura industrial, com a indústria de transformação ampliando a sua participação no PIB, passando de 19% em 1955 para 30% em 1990. Esse ganho refletiu taxas de crescimento aceleradas que acabaram irradiando dinamismo por toda a economia, permitindo que o PIB crescesse em média 6,3% ao ano no mesmo período. A expansão da indústria viabilizou também a diversificação das exportações brasileiras. Os produtos manufaturados, que representavam cerca de 1% do total das exportações em 1955, chegaram ao final da década de 80 respondendo por cerca de 50% da pauta.

2.2 Reestruturação e Reorganização

Durante a década de 90, a economia brasileira passou simultaneamente por quatro diferentes processos - globalização, abertura da economia, estabilização e privatização, que, interagindo entre si, têm provocado grandes transformações, impondo necessidade de efetiva reestruturação no setor industrial.

Ocorre que como “como todo processo não-linear, o processo de reestruturação por que passa a economia brasileira é de difícil avaliação, principalmente pela heterogeneidade de situações que têm ocorrido entre e intra os diferentes setores da economia¹⁰⁰”.

De acordo com Vasconcellos et al.,¹⁰¹ as indústrias brasileiras iniciaram a década de 90 num amplo processo de racionalização de custos e busca de maior eficiência produtiva, em especial a partir do governo Collor e do processo de abertura comercial. Esse processo de reestruturação acabou resultando em maiores ganhos de produtividade. A busca da reestruturação tornou-se cada vez mais premente, uma vez que as desvantagens de tamanho vinham se ampliando com o avanço da globalização, sobretudo na esteira do recente boom de fusões e aquisições que tem marcado a indústria mundial no período recente.

Logo, esse processo induziu a indústria nacional a entrar numa “corrida” rumo a padrões internacionais de gestão, produtividade e qualidade. Sob o prisma microeconômico,

¹⁰⁰ MENDONÇA DE BARROS, J., GOLDENSTEIN, L. **Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro**. Revista de Economia Política, v. 17, n.2, p. 11-31, mar.1997.

¹⁰¹ VASCONCELLOS, M. A. S; GREMAUD, A.P.; TONETO JR., R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.

notam-se nos movimentos de natureza estratégica dessas empresas, dois processos complementares e inter-relacionados em várias empresas ao longo dos anos 1990: as fusões e aquisições ocorridas num primeiro período de 1991-1998, como também mudanças no controle societário (avanço de novos agentes, como os investidores institucionais de origem nacional e estrangeira) de grandes empresas no mesmo período.

A exposição das empresas à concorrência internacional obrigou-as a empreender vigorosos programas de modernização e especialização. Isso viabilizou ganhos expressivos de produtividade que, no período 1990/97, alcançaram 60% na indústria de transformação. Por conseguinte, esse processo de mudanças proporcionou produtos de qualidade e preços mais competitivos¹⁰². Pode-se dizer que as respostas estratégicas se deram em diversas dimensões – como por meio de internacionalização, diversificação e inovação.

De acordo com a pesquisa de Chiocchetta, dois choques no ambiente competitivo da indústria brasileira – a liberalização da economia, sobretudo a comercial, acelerada em 1990 e a estabilização monetária de 1994 – separados por um breve intervalo de tempo, colocaram a estrutura industrial em movimento, dando margem à instauração de um período de transformações.

O setor de bens de capital (esse setor pode ser dividido em vários subsectores: bens de capital mecânicos – mecânica, equipamentos industriais, máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias - material de transporte – ônibus e caminhões, material ferroviário, construção naval, indústria aeronáutica -, material elétrico e de comunicação e metalurgia – estruturas metálicas -, DIEESE, 1998.) que abrange o conjunto de máquinas e equipamentos utilizados na produção de bens, foi um dos sectores mais afetados com as transformações económicas da década de 1990. Duas causas podem ser apontadas para o elevado grau dos impactos sofridos pelo sector de bens de capital nessa década: os efeitos da abertura externa foram mais drásticos nesse subsector do que na média da indústria; este subsector responde de forma mais acentuada às mudanças na política económica.

A associação entre liberalização, valorização do câmbio, juros altos e desenvolvimento tecnológico do sector em nível internacional contribuíram para a queda significativa da

¹⁰² KUPFER, D. *Trajéórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e estabilização*. RJ: UFRJ/IE, 1998 (tese de doutorado).

produção nacional, que em alguns segmentos foi completamente substituída pelo suprimento externo.

Note-se que entre 1990 e 1994, a tarifa média de importação caiu de 32,2% para 14%, mas a redução da tarifa média dos bens de capital, por exemplo, foi menor, passando de 39,7% para 21% (Pinheiro, 1995). No entanto, a proteção do setor de bens de capital era bastante inferior na prática, em virtude da isenção de imposto de importação para um conjunto de 3600 itens que não possuíam similar nacional (a partir de julho de 1997, com a revogação da lei dos ex-tarifários, a tarifa para esses produtos – que era na prática equivalente a zero – passa a ser de 17%, caindo a 14% em 2001.¹⁰³

Durante a década de 1990, em especial no período de 93-96, verificou-se um aumento significativo da produtividade industrial no país. A média anual do crescimento da produtividade durante esses anos foi de 5,6%. No âmbito do subsetor de bens de capital mecânico esse percentual foi bem menor, de apenas 1,6%, o que representa mais um traço no quadro precário das condições de competitividade deste subsetor.

Em resumo, o subsetor de bens de capital mecânico foi fragilizado pela retração da demanda dos anos 1980, em consequência dos baixos níveis de investimento. Esse segmento teve ainda que enfrentar forte concorrência dos importados nos anos 1990, relativamente mais baratos pela valorização cambial e pela facilidade de acesso às linhas externas de financiamento para importações.

Com relação à reestruturação industrial brasileira nos anos 1990, CASTRO (2001) afirma que existe um relativo consenso entre os analistas quanto ao fato de que na superação das ineficiências herdadas do ambiente dos anos 1980 se encontraram não só processos cirúrgicos de redefinição do alcance e perfil dos negócios, como também importantes esforços de reorganização produtiva. Os processos de reestruturação perseguidos pelas empresas entre 1989 e 1994 incluíram não apenas o redimensionamento de quadros, o enxugamento do catálogo de vendas e o fechamento de instalações, como também, destacadamente, a adoção de novas práticas gerenciais tipicamente associadas à Gerência da Qualidade Total (TQM) e ao *Just in Time* (JIT).

¹⁰³ Segundo o cronograma estabelecido no Mercosul Folha de SP 26/07/1997, em vigor desde 1991.

Ainda segundo o autor¹⁰⁴, multiplicaram-se as experiências com mini-fábricas e “células de produção”, bem como soluções de tipo *kan-ban*, visando puxar a produção de acordo com a demanda (todas associadas a sistemas JIT). Destacam-se também as políticas do tipo TQM, como a difusão de práticas de identificação e o uso intensivo de indicadores operacionais para gestão. Há ainda a busca de certificação nas normas ISO, e consideráveis esforços visando o treinamento de pessoal.

Um dado importante levantado por Castro sobre setores e estrutura e produtividade deste período é que as indústrias tradicionais do tipo têxtil, confecções e calçados, custaram a reagir à altura do desafio com que se deparavam. Já certas indústrias de maior conteúdo tecnológico, em muitos casos, não conseguiram jamais se reposicionar¹⁰⁵.

Por outro lado, quanto às indústrias mecânicas de nível tecnológico médio – como automobilística – o caso brasileiro se destaca pela vigorosa reafirmação em termo de capacidade, modernização produtiva e densidade das cadeias. Esta reafirmação permitirá a constituição de autênticas vantagens competitivas.

A Tabela 20 ilustra a estrutura industrial por categoria de uso e o valor da transformação em 1985 e 1987 mostrando o crescimento dos setores de bens de consumo (ressaltando-se o acentuado crescimento de mais de 72% do setor de bens de consumo duráveis) e a retração dos setores de bens de capital e bens intermediários.

**Tabela 20 - Estrutura industrial por categoria de uso
valor da transformação industrial em % (CASTRO, 2001)**

	1985	1987
Bens de Capital	12,5	11,3
Bens Intermediários	59,9	46,4
Bens de Consumo não duráveis	22,2	33,0
Bens de Consumo duráveis	5,4	9,3
Indústria Geral	100,0	100,0

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria — PIA.

¹⁰⁴ Castro considera que neste primeiro período da economia brasileiro 1989-1994, o que houve foi uma “abertura travada”. Somente no período subsequente e na vigência do Governo FHC e Plano Real, que houve uma abertura mais intensa. Isto se deve ao fato do alto grau de encadeamento vertical observado em diversos setores da indústria, uma herança do intenso e duradouro processo de substituição de importações.

¹⁰⁵ Caso excepcionalmente exitoso foi a Embraer.

No tocante à produtividade, os avanços que vinham sendo alcançados desde os primeiros anos da década de 1990, prosseguiram ao longo da década. Segundo Barros de Castro, é interessante registrar relatos sobre casos excepcionais, em que o desempenho (produtividade incluída) alcançado no Brasil por certas filiais se compara ou mesmo excede o alcançado nas matrizes. As empresas exportadoras são as mais fortes, podendo concorrer mais na concorrência mundial, tendo vantagens com as políticas de câmbio e juros.

A General Motors do Brasil, por exemplo, tornou-se modelo para toda corporação (ainda mais quando comparada com a GM americana). O fato de que a operação de produção e vendas da GM no Brasil, mediante a adoção de técnicas da gestão de operações e de organização industrial típicas da reestruturação ocorrida no país, e pela migração bem-sucedida de sua linha de produtos para modelos mais modernos, transforme-se em referência para toda a corporação, parece retificar a proficiência que o tecido produtivo vem se mostrando capaz de alcançar no Brasil.

CAPÍTULO 3 - ECONOMIA CATARINENSE

3.1 Região Sul do Brasil – Panorama Geral

A formação social catarinense possui características específicas e tem sua gênese na pequena produção mercantil¹⁰⁶, o que, de certa forma também facilitou para os empreendedores locais a acumulação capitalista. Uma das peculiaridades da formação econômica de Santa Catarina é a forte presença do capital de origem local. Talvez o que diferencia Santa Catarina em relação a outras regiões é justamente o adjetivo forte. Os setores são de capitais regionais e têm características de autonomia.

A economia de Santa Catarina se insere na Região Sul, a segunda mais industrializada do Brasil e o processo de industrialização regional esteve voltado ao mercado regional, ampliando-se a partir das décadas de 1960 e 1970 para o nacional.

Por volta de 1960, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior a média brasileira. Segundo dados da seção Indústria do Atlas de Santa Catarina¹⁰⁷, de 1970 a 1978 a taxa média anual de crescimento da indústria catarinense foi de 14,7%, sendo que o valor das exportações catarinenses passou de US\$ 77 milhões em 1972 para US\$ 529 milhões em 1978.

Pode-se dizer que até os anos 1980 a economia foi centrada no capital local. Ainda segundo análises do Atlas, a crise de 1981-83 atingiu fortemente a indústria catarinense como todo o conjunto nacional, provocando desemprego, queda dos salários reais, concordatas, falências e fusões que fortaleceram os grupos financeiramente mais sólidos na época, como Hansen, WEG, Artex, Teka, para a partir de 1984 iniciar sua recuperação.

Nos anos 1990 houve uma maior inserção do capital estrangeiro com a entrada das empresas multinacionais. Muda-se o cenário e a economia se internacionaliza. Entretanto, apesar da inserção do capital internacional e mudança de estrutura econômica devido às novas

¹⁰⁶ MAMIGONIAN, Armen. in **Indústria**. ATLAS DE SANTA CATARINA. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática.

¹⁰⁷ ATLAS DE SANTA CATARINA. **Indústria**. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática.

conjunturas macroeconômicas, ainda permanecem as características de autonomia na economia catarinense¹⁰⁸.

Dois foram os fatores importantes na industrialização do Sul: a imigração estrangeira e a organização de uma economia voltada para si mesma, ou seja, para abastecer o mercado regional. Muitos imigrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, húngaros, etc.) já possuíam uma formação técnica e certos ramos industriais (vinícola, têxtil, de porcelanas, cristais, vestuário, máquinas, etc.) e fundaram empresas famosas, como a Hering (roupas) e a Schimidt (porcelanas).

No que tange à distribuição espacial da indústria no Sul, observa-se que no Paraná, a área metropolitana de Curitiba forma uma concentração industrial, assim como no norte do estado, em Londrina e Maringá.

Em Santa Catarina, o Vale do Rio Itajaí, com as cidades de Blumenau, Gaspar e Brusque (no Vale do Itajaí-Mirim), forma um centro industrial importante; ao norte de Blumenau, os municípios de Joinville e Jaraguá do Sul possuem um altíssimo desenvolvimento industrial; Florianópolis, um pólo tecnológico; em Siderópolis e Criciúma, a atividade extrativa do carvão mineral impulsionou a indústria carboquímica.

Por fim, no Rio Grande do Sul, a Grande Porto Alegre forma um importante pólo industrial; já na região serrana, área de colonização italiana, surgiu uma forte indústria vinícola; no litoral sul, a cidade de Rio Grande, além de ser um porto de destaque, possui a Refinaria Alberto Pasqualine, da Petrobrás, que impulsionou a indústria petroquímica.

A Figura 25 ilustra os arranjos físico e político, bem como a distribuição industrial dos três Estados que compõem a região Sul do Brasil

¹⁰⁸ Trabalhos empíricos que dão subsídios à formação autônoma: ESPÍNDOLA, Carlos J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999; NAPOLEÃO, Fabio. **Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvillense de materiais de construção em PVC: 1941-2002**. Florianópolis: UFSC, 2005.; ROCHA, Isa de O. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. São Paulo: Curso de Pós Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), 2004; BASTOS, Jose Messias (USP). **O comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil**. São Paulo, 2002. 186 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; SILVA, Marcos Aurélio da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do Sul do Brasil**. São Paulo, 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - USP

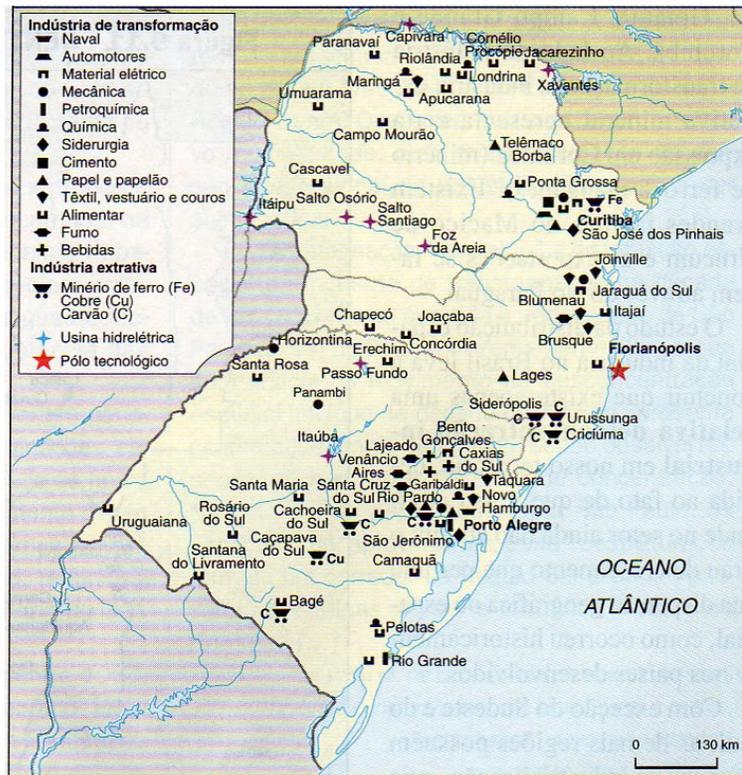
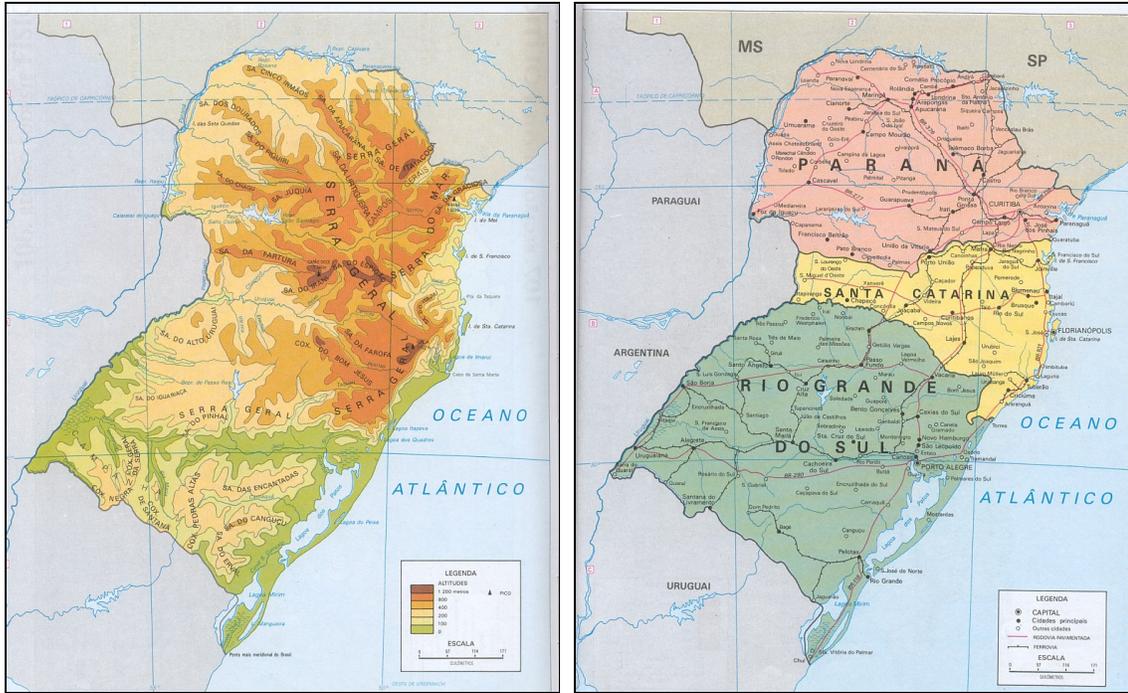


Figura 25 - Região Sul - Físico, político e distribuição dos setores industriais (SIMIELLI, 2001)¹⁰⁹

¹⁰⁹ SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *Geoatlas. Regiões do Brasil*. 30ª edição ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 2001.

3.1.1 Grandes empresas da Região Sul no período recente

A partir de dados coletados nas edições de 2005 a 2007 da Revista Amanhã Grandes & Líderes¹¹⁰ que apresenta o ranking (com resultados dos anos de 2004 a 2006) com as 500 maiores empresas da Região Sul. Trata-se da divulgação do maior ranking regional de empresas do Brasil, elaborado com o suporte técnico da PriceWaterhouse&Coopers.

Os gráficos e tabelas mostrados neste capítulo referem-se ao ranking do ano de 2006. Segundo a publicação, o ranking é elaborado a partir de informações contidas nos balanços contábeis das empresas e somente constam da lista as companhias que divulgam balanço.

Comparando-se a localização geográfica dos maiores grupos empresariais da região Sul, a Revista Amanhã, 2007 Amanhã, pode-se, elencou que 191 empresas encontram-se no Rio Grande do Sul, 175 no Paraná e 134 em Santa Catarina (Figura 26). Ou seja, das 500 maiores empresas da Região Sul, 26,8% estão em Santa Catarina.

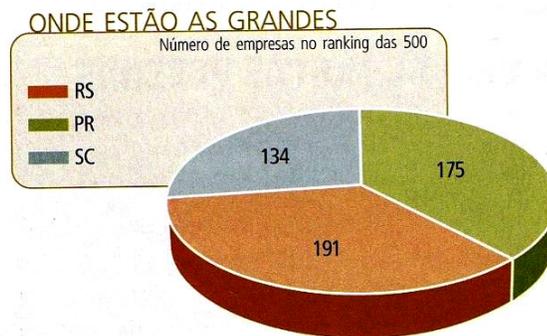


Figura 26 - Distribuição das 500 maiores empresas da Região Sul (Revista Amanhã, 2007)

A Tabela 21 apresenta o ranking dos 100 maiores grupos da Região Sul em 2005 e 2006. O VPG - Valor Ponderado de Grandeza é um indicador metodológico criado para medir tanto o porte como o desempenho de cada organização. O VPG define a classificação das empresas no ranking, e é obtido a partir de uma ponderação entre patrimônio líquido (peso de 50%), receita bruta (40%) e lucro ou prejuízo (10%).

¹¹⁰ Revista AMANHÃ As 500 Maiores do Sul - Grandes e Líderes: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Agosto 2007. Ano 21. Edição 234.

Tabela 21 - 100 maiores grupos do Sul 2006 - Parte 1 (Revista Amanhã, 2007)

500 MAIORES GRUPOS | EMPRESAS DO SUL

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	ATIVIDADE	CIDADE	ESTADO	VPG		PATRIM. LÍQUIDO (R\$ Milhões)	
					2006	2005		
1	1	Grupo Gerdau (Indac S.A.)	Siderurgia	Porto Alegre	RS	17.855,47	15.837,07	12.926,93
2	2	Empresas Petróleo Ipiranga	Distribuição de Combustíveis	Porto Alegre	RS	13.835,45	12.312,99	2.403,24
3	4	HSBC Bank Brasil S.A. e Controladas	Banco	Curitiba	PR	6.416,94	5.830,67	4.111,91
4	5	Copel e Controladas	Estatual de Energia	Curitiba	PR	6.416,44	5.586,06	6.647,29
5	**	Vivo S.A. (ex-Global Telecom S.A.) ³	Telefonia Móvel	Londrina	PR	6.282,75	-	8.464,19
6	3	Bunge Alimentos	Alimentos	Gaspar	SC	6.074,28	5.927,02	1.936,07
7	6	Banco Banestado S.A. (Itaú)	Banco	Curitiba	PR	5.253,26	4.549,09	9.296,64
8	8	Refap S.A. - Ref. Alberto Pasqualini	Refino de Petróleo	Canoas	RS	4.663,37	4.230,57	1.589,22
9	7	Sadia e Controladas	Alimentos	Concórdia	SC	4.443,03	4.509,54	2.458,36
10	9	Copesul	Petroquímica	Triunfo	RS	3.970,87	3.619,63	1.300,16
11	11	Perdigão S.A. e Controladas	Alimentos	Videira	SC	3.526,05	2.996,81	2.143,88
12	12	ParanaPrevidência	Previdência Privada	Curitiba	PR	3.351,29	2.672,36	4.543,85
13	13	Tractebel Energia S.A.	Geração de Energia	Florianópolis	SC	2.704,49	2.472,08	2.764,57
14	14	Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	Estatual de Energia	Florianópolis	SC	2.485,99	2.288,36	1.205,98
15	15	Grupo Weg	Motores Elétricos	Jaraguá do Sul	SC	2.238,03	1.915,01	1.553,76
16	33	ALL - América Latina Logística e Controladas	Transp. Ferroviário e Logística	Curitiba	PR	2.020,73	984,23	2.441,32
17	16	Banrisul - Banco do Estado do RS S.A.	Banco	Porto Alegre	RS	2.007,46	1.838,61	1.296,18
18	18	Kraft Foods Brasil S.A.	Alimentos	Curitiba	PR	1.654,27	1.587,64	543,82
19	17	Coamo - Agroindustrial Cooperativa	Agroindústria	Campo Mourão	PR	1.607,75	1.664,34	1.242,98
20	20	RGE - Rio Grande Energia e Controladas	Distribuição de Energia	Porto Alegre	RS	1.531,90	1.465,81	1.133,96
21	24	Grupo Randon	Implem. Rodov. Autopeças	Caxias do Sul	RS	1.393,47	1.256,70	730,05
22	27	Sicredi Regional	Cooperativas de Crédito	Porto Alegre	RS	1.388,51	1.195,70	1.142,89
23	22	Sanepar - Cia. de Sancam. Básico do Paraná	Estatual de Saneamento Básico	Curitiba	PR	1.372,14	1.291,39	1.713,45
24	86	Grupo O Boticário**	Perfumaria, Cosméticos	S. José dos Pinhais	PR	1.338,99	318,03	2.037,37
25	28	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Estatual de Energia	Florianópolis	SC	1.285,20	1.189,70	2.053,60
26	34	Vega do Sul S.A.	Siderurgia	S. Francisco do Sul	SC	1.261,42	980,61	728,01
27	30	Renault do Brasil e Controlada ¹	Montadora de Veículos	S. José dos Pinhais	PR	1.203,67	1.167,44	(200,37)
28	25	Grupo Avipal	Alimentos	Porto Alegre	RS	1.135,31	1.216,07	553,21
29	82	AES Sul - Distr. Gaúcha de Energia e Contr. ²	Distribuição de Energia	Porto Alegre	RS	1.129,56	308,58	602,21
30	32	Marcopolo e Controladas	Carrocerias de Ônibus	Caxias do Sul	RS	1.097,43	1.033,64	543,28
31	35	Grupo Grendene	Calçados	Farroupilha	RS	1.060,06	975,37	979,23
32	39	Lojas Renner S.A.	Varejo	Porto Alegre	RS	1.059,04	881,97	543,97
33	36	Grupo Tramontina	Metalurgia, Utensílios Domés.	Carlos Barbosa	RS	1.028,72	951,42	819,75
34	26	CEEE - Cia. Estadual de Energia Elétrica	Estatual de Energia	Porto Alegre	RS	1.016,74	1.216,24	228,75
35	-	Inepar Adm. e Parts.	Eletromecânico	Curitiba	PR	989,00	615,37	1.275,80
36	40	Ulbra - CELSP	Ensino Superior	Canoas	RS	953,15	891,07	1.052,41
37	38	Tigre S.A.	Tubos e Conexões	Joinville	SC	947,12	905,83	482,31
38	43	Coop. Central Oeste Catarinense (Aurora)	Alimentos	Chapecó	SC	875,62	801,94	221,43
39	31	Seara Alimentos S.A.	Alimentos	Itajaí	SC	874,11	1.114,07	352,24
40	41	Grupo Tupy	Metalurgia	Joinville	SC	861,94	858,98	252,22
41	45	Banestado Leasing S.A. (Itaú)	Serviços Financeiros	Curitiba	PR	824,32	695,14	1.462,69
42	56	HSBC Seguros (Brasil) S.A.	Seguros	Curitiba	PR	762,77	789,36	699,44
43	42	Frangosul Doux - Agro Avícola Industrial	Alimentos	Montenegro	RS	740,31	856,54	333,91
44	44	Grupo SLC	Agropecuária, Ferramentas	Porto Alegre	RS	720,21	750,48	479,31
45	**	Positivo Informática	Computadores	Curitiba	PR	701,59	361,38	319,48
46	48	Vonpar Refrescos S.A. (Coca-Cola)	Bebidas	Porto Alegre	RS	686,01	618,43	526,97
47	54	Spaipa S.A. (Coca-Cola)	Bebidas	Curitiba	PR	677,54	575,27	356,90
48	55	Corsan	Estatual de Saneamento Básico	Porto Alegre	RS	671,54	548,35	525,42
49	49	Inal S.A. - Ind. Nacional de Aços Laminados	Siderurgia	Araucária	PR	653,19	614,96	560,30
50	51	BRDE - Banco Regional de Deserv. Extremo Sul	Agência de Fomento	Porto Alegre	RS	631,11	580,09	834,86

Tabela 21 - 100 maiores grupos do Sul 2006 - Parte 2 (Revista Amanhã, 2007)

500 MAIORES GRUPOS | EMPRESAS DO SUL

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	ATIVIDADE	CIDADE	ESTADO	VPG		PATRIM. LÍQUIDO (R\$ Milhões)
					2006	2005	
51	47 Calçados Azaléia	Calçados	Parobé	RS	627,84	630,21	460,37
52	53 Lojas Colombo S.A.	Varejo	Farroupilha	RS	575,82	576,92	134,36
53	60 Banco CNH Capital	Banco	Curitiba	PR	529,21	492,08	609,21
54	50 Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Aubos Trevo)	Fertilizantes	Porto Alegre	RS	529,08	590,93	189,38
55	58 Casan - Cia. Catarinense de Águas e Saneamento	Estatual de Saneamento Básico	Florianópolis	SC	526,99	507,87	736,06
56	59 Companhia Providência	Não-Tecidos	Curitiba	PR	521,56	501,34	577,67
57	57 Cocamar e Controladas	Agroindústria	Maringá	PR	518,18	515,23	314,73
58	52 C.Vale - Coop. Agroindustrial	Agroindústria	Palotina	PR	515,69	577,94	261,92
59	- GVT - Global Village Telecom Ltda.	Telecomunicações	Curitiba	PR	513,91	490,98	82,27
60	61 Borrachas Vipal S.A.	Borrachas	Nova Prata	RS	510,09	486,17	285,61
61	64 Coop. Agroindustrial Lar	Agroindústria	Medianeira	PR	475,75	456,80	184,89
62	65 Innova S.A.	Petroquímica	Triunfo	RS	465,17	432,44	142,30
63	- Agência de Fomento do Paraná S.A.	Agência de Fomento	Curitiba	PR	462,92	335,75	817,71
64	72 CR Almeida S.A. Engenharia de Obras	Construção	Curitiba	PR	442,52	402,33	684,88
65	68 Grupo Besc	Banco	Florianópolis	SC	437,85	426,49	336,08
66	71 Grupo Renner Herrmann S.A.	Tintas	Porto Alegre	RS	433,77	416,32	149,70
67	66 Grupo Zamprogna S.A.	Metalurgia	Porto Alegre	RS	431,02	441,72	250,61
68	62 CGTEE - Cia. de Geração Térmica Energia Elétrica	Geração de Energia	Porto Alegre	RS	423,95	430,20	711,36
69	67 Gonvarri Brasil	Siderurgia	Araucária	PR	419,97	427,17	245,27
70	63 Milenia Agro Ciências S.A.	Agroquímica	Londrina	PR	411,25	459,07	264,72
71	74 Coop. Agrária Mista Entre Rios Ltda.	Agroindústria	Guarapuava	PR	404,85	367,47	217,89
72	101 Bianchini S.A.	Comércio de Grãos	Porto Alegre	RS	396,22	269,67	168,50
73	78 Dimed S.A. e Controladas (Panvel)	Rede de Farmácias	Porto Alegre	RS	394,30	345,72	117,74
74	70 Terra Networks Brasil e Controladas	Provedor de Internet	Porto Alegre	RS	384,01	423,29	208,55
75	- Frigorífico Mercosul ⁷	Agropecuária	Porto Alegre	RS	374,49	-	90,51
76	75 Cohapar - Cia. de Habitação do Paraná	Estatual de Habitação	Curitiba	PR	365,39	356,08	650,38
77	85 Grupo J. Malucelli	Construção, Energia	Curitiba	PR	363,41	326,39	398,67
78	76 Grupo Petropar	Não-Tecidos	Porto Alegre	RS	359,35	354,13	263,95
79	123 Baesa - Energética Barra Grande S.A. ⁴	Geração de Energia	Porto Alegre	RS	352,57	207,64	443,07
80	69 Predileto Alimentos e Controladas	Alimentos	Canoas	RS	352,52	396,52	58,79
81	80 Ciser - Cia. Industrial H. Carlos Schneider	Metalurgia	Joinville	SC	343,77	337,75	499,59
82	100 Forjas Taurus S.A. e Controladas	Metalurgia, Armas	Porto Alegre	RS	341,72	280,57	261,83
83	79 Apaba - Battistella	Comércio de Veic., Florestam.	Curitiba	PR	335,33	345,40	199,61
84	89 Placas do Paraná e Controladas	Madeira e Florestamento	Curitiba	PR	330,46	275,87	209,71
85	73 Integrada Cooperativa Agroindustrial	Agroindústria	Londrina	PR	328,28	378,53	117,16
86	84 Nortox S.A.	Agroquímica	Arapongas	PR	327,82	328,27	382,90
87	77 Cooperalfa - Coop. Regional Alfa Ltda.	Agroindústria	Chapecó	SC	326,32	351,01	159,09
88	90 Josapar e Controladas	Alimentos	Pelotas	RS	318,86	300,45	167,45
89	81 Copacol - Coop. Agrícola Consolata	Agroindústria	Cafelândia	PR	318,47	334,46	170,74
90	88 Cecrisa Revestimentos Cerâmicos e Controladas	Revestimentos Cerâmicos	Criciúma	SC	316,35	304,54	241,92
91	106 RBS Comunicações S.A. e Empr. Comb. ¹	Comunicação	Porto Alegre	RS	315,34	241,25	(108,81)
92	91 Grupo Eliane	Revestimentos Cerâmicos	Cocal do Sul	SC	314,81	293,60	162,88
93	99 Yoki Alimentos S.A.	Alimentos	Paranavai	PR	303,60	274,65	107,39
94	93 Hospital de Clínicas de Porto Alegre	Serviços Médico-Hospitalares	Porto Alegre	RS	296,67	287,04	315,55
95	87 Petroquímica Triunfo S.A.	Petroquímica	Triunfo	RS	293,71	312,83	82,44
96	96 Cia. Iguaçú de Café Solúvel e Controladas	Café Solúvel	Cornélio Procopio	PR	288,36	279,45	179,29
97	103 Marisol e Controladas	Confecções	Jaraguá do Sul	SC	286,74	268,35	216,34
98	- ThyssenKrupp Elevadores S.A.	Metalurgia	Guaíba	RS	281,29	276,65	177,30
99	98 CTA - Continental Tabaccos Alliance S.A.	Fumo	Venâncio Aires	RS	276,54	276,81	151,15
100	83 Coopavel - Coop. Agropecuária Cascavel Ltda.	Agroindústria	Cascavel	PR	274,76	331,95	110,89

Além de 2006 e 2005, no ranking de 2004 (não mostrado neste trabalho), o Grupo Siderúrgico Gerdau também comandou a elite corporativa do Sul. Trata-se de dado importante, pois o grupo Gerdau superou o Grupo Ipiranga, tradicional líder nos levantamentos efetuados antes de 2004.

As cinco melhores colocadas em 2005 e 2006 são empresas do Paraná e Rio Grande do Sul. Em 2006, apenas duas empresas sediadas em Santa Catarina - Bunge (que em 2005 ocupou a 3ª posição) e Sadia - figuram entre as dez maiores do Sul. No ano de 2004, no Estado de Santa Catarina, líder também foi a Bunge Alimentos. Já no Paraná, a Copel e Controladas, que foi a líder em 2004, passou para segunda posição no em 2005 e 2006, perdendo para o HSBC Bank Brasil e Controladas.

A figura 27 apresenta a soma do desempenho da elite corporativa da região Sul em 2006, num quadro comparativo entre os Estados, cujos indicadores comparados são VPG, patrimônio, receita, lucro, rentabilidade (média), prejuízos, endividamento (média) e liquidez (média).

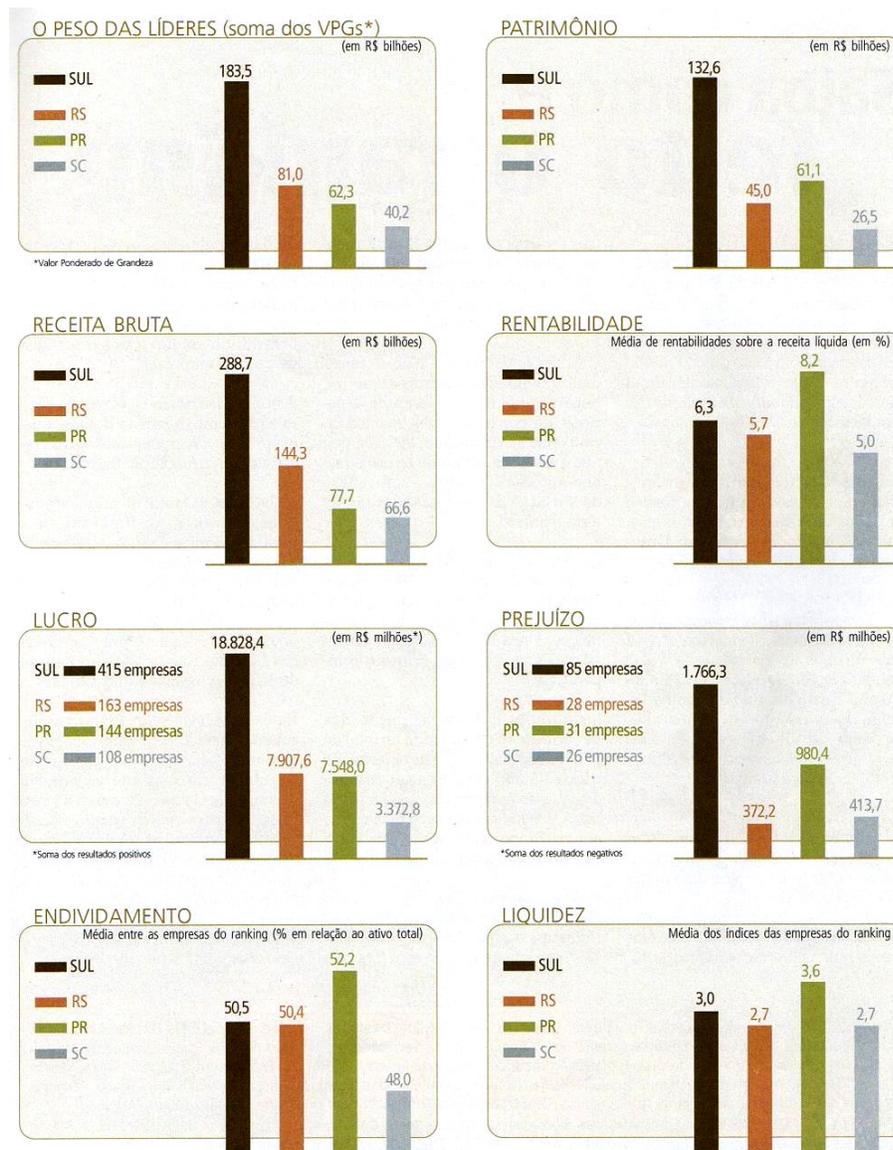


Figura 27 - Indicadores das empresas do Sul em 2006 por Estado (Revista Amanhã, 2007)

A análise da Revista Amanhã aponta que a boa safra de grão impulsionou o desempenho do Paraná e do Rio Grande do Sul. Já Santa Catarina sofreu com dificuldades nas exportações: setores tradicionais como cerâmica, têxtil e móveis foram afetados pela defasagem cambial, enquanto a venda de carnes, de aves e suínos foi prejudicada por problemas de quedas nos preços internacionais.

A rentabilidade média em 2006 ficou nos patamares do ano de 2005 - passou de R\$ 12,1 bilhões em 2004 para R\$ 17,0 bilhões em 2005 e R\$ 18 bilhões em 2006. Porém, a publicação informa aumento no número das companhias que fecharam o exercício com lucro: de 406 em 2005 para 425 em 2006 (Figura 28)

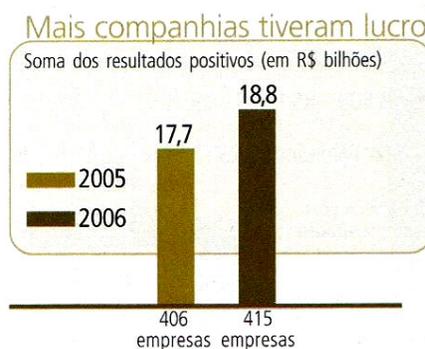


Figura 28 - Soma resultados positivos empresas do Sul em 2005-2006 (Revista Amanhã, 2007)

Os resultados de 2006 também apontam para um fortalecimento das 500 maiores do Sul uma vez que a soma dos VPGs aumentou quase 10% a cada ano e a soma dos patrimônios líquidos sofreu incrementos de quase 20% ao ano (Figura 29).

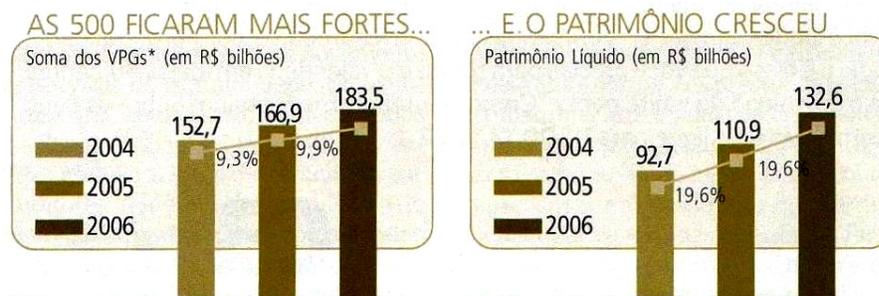


Figura 29 - Soma de VPGs e Patrimônio Líquido (Revista Amanhã, 2007)

Embora a receita bruta tenha crescido - de R\$ 269,5 bilhões em 2004 (em 2003, foi R\$ 225,4 bilhões) para R\$ 288,7 bilhões em 2006, a rentabilidade, que em 2004 foi de 5,5%, não aumentou de 2005 para 2006, ficando no mesmo patamar de 6,3% (Figura 30). A Gerdau, como exceção, avançou acima da média – com exemplo cita-se que no ano de 2004, a siderúrgica teve 55% de crescimento no VPG, ante 23% na média das 500 maiores do Sul.

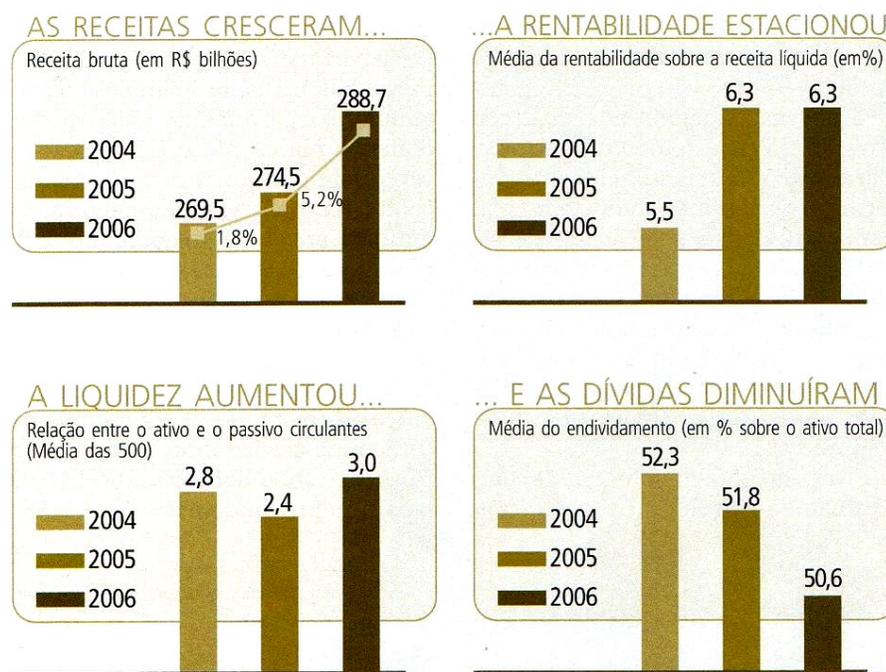


Figura 30 - Receitas / Rentabilidade / Liquidez / Endividamento (Revista Amanhã, 2007)

Comparando-se os vários rankings publicados pela Revista Amanhã (desde 2001), pode-se dizer que 2004 foi um ano muito próspero para a economia regional. Muitas das empresas do ranking são indústrias exportadoras. Em 2004, por exemplo, as vendas externas do Sul evoluíram 27% em relação a 2003.

Em 2004 houve um levantamento do ranking setorial comparando as 500 maiores empresas da região em seus respectivos ramos de atividade. O setor de energia e petróleo foi o de maior faturamento em 2004: R\$ 51,2 bilhões. Em segundo lugar ficou o setor de alimentos e bebidas, com receitas totais de R\$ 48,4 bilhões. Siderurgia e mineração foi o terceiro

colocado, com R\$ 25,6 bilhões. Na seqüência, aparecem o setor financeiro (R\$ 18,8 bilhões) e o setor agropecuário (R\$ 17,3 bilhões).

Concluindo, os dados revelam que o Rio Grande do Sul continua exibindo grande peso na geografia econômica da Região Sul, levando-se em conta o fator do PIB nas análises comparativas entre os três estados, Santa Catarina tem exportação percapita maior, alargando vantagem em relação aos Estados vizinhos. O Estado de Santa Catarina tem obtido crescimento do número de empresas participantes. O Paraná tem mostrado uma certa estagnação. Porto Alegre é o município com o maior número de empresas. Entre as cidades gaúchas, figuram, logo atrás da capital, Caxias do Sul e Novo Hamburgo.

3.2 Regiões de Santa Catarina – Panorama Geral

Sob o viés geoeconômico, Santa Catarina possui vários recortes de suporte analítico, seja segundo critérios de sua diversidade física e humana¹¹¹, seja também segundo a distribuição de seus centros industriais¹¹². O território de Santa Catarina é de 95,4 mil km² - do tamanho aproximado de países como a Áustria, Hungria, Irlanda ou Portugal. Numa distância relativamente curta, encontram-se mudanças radicais no clima, na paisagem, nos sotaques e culturas. A Figura 31 apresenta o mapa político de Santa Catarina, com suas principais rodovias.

¹¹¹ Disponível em <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/index.htm>. Acesso em 22/07/2008

¹¹² ATLAS DE SANTA CATARINA. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática



Figura 31 - Mapa de Santa Catarina (Governo de Santa Catarina, 2008)

A figura 32 mostra as regiões de Santa Catarina, segundo critérios oficiais do Governo do Estado, sendo atualmente considerada uma potência industrial. A indústria de transformação catarinense é a quarta do país em quantidade de empresas e em número de trabalhadores. O segmento alimentar é o maior empregador, seguindo-se o de artigos do vestuário e de produtos têxteis.

Segundo relatório publicado pela FIESC¹¹³, o PIB catarinense é o sétimo do Brasil, registrando em 2005, R\$ 85,3 bilhões; em 2006 R\$ 91,1 bilhões e em 2007 R\$ 106,3 bilhões. O setor secundário participa com 34%, o setor terciário com 58% e o primário com 8%. Dentro do setor secundário, a participação da indústria de transformação é de 24,5% de acordo com a nova metodologia de cálculo do IBGE.

O relatório traz uma síntese dos recentes dados da economia industrial de Santa Catarina, caracterizada pela concentração em diversos pólos, o que confere ao estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico, carvão e descartáveis plásticos

¹¹³ In Santa Catarina Industrial. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina em dados/Unidade de Política Econômica e Industrial - Florianópolis: FIESC, 2008.

no Sul, alimentar e móveis no Oeste, têxtil e cristal no Vale do Itajaí, metalmecânico e mobiliário no Norte, madeireiro na região serrana e tecnológico na Capital.

No estado estão situadas importantes indústrias, algumas com destaque mundial. Santa Catarina é líder na América Latina em produção de cerâmica para revestimento – azulejos, pisos e porcelanatos -, cerâmica e porcelana para mesa – pratos, xícaras, canecas e travessas -, troféus seriados, elementos de fixação – parafusos e porcas -, produtos para jardinagem, máquinas para a linha madeira, matrizes para cerâmicas de pisos e azulejos, embalagens plásticas para fertilizantes, impulsores de partida, mancais e polias para veículos, portas, batentes, rodapés e cantoneiras de madeira, produtos de EPS (isopor) e fitas elásticas e rígidas. No estado está situada a maior fundição independente do continente latino-americano. Santa Catarina destaca-se também como maior produtor mundial de canecos de chope para colecionadores e de amidos alimentícios.

Santa Catarina é o maior produtor de suínos e pescados do Brasil e o segundo de frangos. Além da liderança nacional nos produtos citados no parágrafo anterior, o estado é o primeiro do país na fabricação de cristais (taças, copos, vasos e saladeiras), eletroferragens galvanizadas a fogo para distribuição de energia elétrica, telefonia e TV a cabo, compressores e refrigeradores, reposição de escapamentos, compressores de pistão, motores, geradores e transformadores elétricos, centrais telefônicas e telefonia fixa, componentes para bicicletas, portas de pinus, cordas e fios técnicos industriais de fibras sintéticas, alimentos industrializados (aves, bovinos e suínos), instrumentos e equipamentos odontológicos, softwares para o segmento de projetos prediais e soluções para gerenciamento de filas em banco privados. Além disso, está no estado a maior distribuidora de produtos médico-hospitalares descartáveis do Brasil.

Segundo o critério dos estados exportadores, Santa Catarina ocupou a oitava posição no ranking nacional em 2007. As vendas para o mercado internacional foram de US\$ 7,4 bilhões, 4,6% do total exportado pelo Brasil, permitindo um saldo positivo de US\$ 2,4 bilhões na balança comercial. Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses em 2007 foram Estados Unidos (17,3%), Argentina (7,1%), Países Baixos-Holanda (5,9%) e Alemanha (5,0%). A indústria possui uma participação de 64% nas exportações do estado.

Na seqüência, faz-se uma breve descrição de cada região, suas principais atividades e cidades mais representativas segundo informações do Governo do Estado de Santa Catarina.



Figura 32 - Regiões de Santa Catarina (Governo de Santa Catarina, 2008)

Segundo a distribuição regional do Governo do Estado (Figura 32), o litoral aparece como um recorte de características próprias, sendo que até o sul há 500 quilômetros de extensão, região colonizada por açorianos no século XVIII, tem um relevo recortado, com baías, enseadas, manguezais, lagunas e mais de 500 praias. É, ainda, uma das mais importantes áreas de biodiversidade marinha do Brasil. A pesca artesanal foi substituída pela maricultura. As principais cidades são Florianópolis, São José, Laguna, Imbituba, Itajaí, Balneário Camboriú e São Francisco do Sul.

O estado possui uma forte estrutura portuária, por onde escoam grande parte da produção: portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Navegantes. O de Laguna atua voltado à pesca. Além desses, entrará em operação o porto de Itapoá. A pesca e o turismo são atividades econômicas marcantes. Florianópolis, capital e centro administrativo do Estado, situa-se em uma ilha oceânica com 523 quilômetros quadrados e ainda conta com uma grande área continental. Florianópolis é a sede do Parque Tecnológico Alfa, em parceria com várias instituições públicas e privadas.

No nordeste do estado de tradição germânica estão as indústrias do ramo eletro-metal-mecânico que dividem espaço com as densas florestas da Serra do Mar e as águas da Baía de Babilonga. A região tem alto poder aquisitivo. Suas principais cidades são Joinville (a maior, com 500 mil habitantes) e Jaraguá do Sul. Joinville é o maior e mais importante pólo econômico de Santa Catarina. Já a partir dos anos 1950 é a principal cidade industrial. Em 2006, exportou US\$ 1,4 bilhão. Esse dado representa 1,02% do total brasileiro. Houve um

crescimento nas exportações, comparado ao ano de 2005, que foi de quase US\$ 1 bilhão. Tem um parque fabril com 1.498 indústrias. Principalmente nos setores metalmeccânico, alimentos e bebidas.

É o terceiro mais importante pólo industrial da Região Sul, abaixo de Porto Alegre e Curitiba. Os condomínios empresariais (Perini Business Park) fomentam a atividade industrial. Esse empreendimento tem mais de 2,5 milhões de metros quadrados, sendo 150 mil de área construída com salas comerciais e galpões. Aproximadamente 50 empresas já estão instaladas no local, gerando quase cinco mil empregos diretos para moradores do município e da região. O condomínio oferece toda a infra-estrutura necessária às empresas e seus funcionários, desde serviços de vigilância até de telecomunicação. Conta com uma ampla rede de serviços interno, com restaurantes, escritórios contábeis, recrutamento e seleção, imobiliária, corretora de seguros, correio e locação de veículos e está a cinco minutos da BR-101.

Com relação a Jaraguá do Sul, esta pertence ao pólo do Vale do Itapocu. É o 4º pólo industrial do Estado, tem a 5ª maior arrecadação e é o 4º no retorno do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Destaque para Weg.

No nordeste, a herança dos pioneiros germânicos deixou marcas na arquitetura em estilo enxaimel, na culinária e nas festas típicas, nos jardins bem cuidados e na força da indústria têxtil. Os principais municípios são Blumenau, Gaspar, Pomerode, Indaial, Brusque e Rio do Sul. Blumenau cresceu embasado na força do setor têxtil, uma tradição que mantém até hoje. Conta com dezenas de empresas têxteis, malharias, fiações e confecções.

Apesar de algumas crises, a indústria têxtil segue sendo a mais tradicional e antiga do município. A Hering fundada em 1880, junto com o próprio município, hoje está entre as 10 líderes do setor no país e produz uma média de três milhões de peças por mês. É também a maior empresa de franquias e vestuário do Brasil. A empresa desenvolve um grande projeto de expansão com o objetivo de dobrar o número de lojas Hering Store nas principais cidades do país, atingindo 350 pontos de venda até 2010.

No planalto norte, região rica em florestas nativas e provenientes de reflorestamento, concentra-se o pólo florestal catarinense - o mais expressivo da América Latina, abrangendo indústrias madeireiras, moveleiras, de papel e papelão. Os principais municípios são: Rio Negrinho, São Bento do Sul, Canoinhas, Corupá, Mafra, Três Barras e Porto União. Já no

planalto serrano são atividades econômicas a pecuária e a indústria florestal. Os principais municípios são Lages, São Joaquim, Urubici e Bom Jardim da Serra.

A região sul com extrativismo mineral, carvão e indústria cerâmica são as principais atividades econômicas. No sul do estado também há estações hidrotermais e cânions ricos em biodiversidade. Suas principais cidades são Criciúma, Tubarão, Gravatal, Araranguá e Urussanga.

No meio-oeste região de morros ondulados localizada no centro do Estado situam-se comunidades de pequeno e médio porte, colonizadas por imigrantes italianos, alemães, austríacos e japoneses. Sua atividade econômica está baseada na agroindústria, criação de bovinos e produção de maçã. Também há indústrias expressivas do pólo metal-mecânico. As principais cidades são Joaçaba, Videira, Caçador, Treze Tílias, Curitibanos, Fraiburgo e Campos Novos.

O oeste ou campos do oeste são o "celeiro" de Santa Catarina, de onde sai boa parte da produção brasileira de grãos, aves e suínos. Região da agroindústria catarinense. Frigoríficos de grande e médio porte estão associados aos produtores rurais em um modelo bem-sucedido de integração: as empresas fornecem insumos e tecnologia e compram a produção de animais. A região também começa a explorar o potencial turístico de suas fontes hidrotermais. Os principais municípios são Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste.

De acordo com as subdivisões regionais apontadas pela Federação das Indústrias Catarinenses (FIESC), existem representatividades sindicais dos centros industriais no Extremo Oeste, Oeste, Centro-Oeste, Centro Norte, Planalto Norte, Serra Catarinense, Norte-Nordeste, Litoral Sul, Sul Vale do Itapocu, Alto Uruguai Catarinense, Vale do Itajaí, Alto Vale do Itajaí e Sudeste.

Segundo o critério da participação industrial e de distribuição dos centros industriais sintetizados no Atlas de Santa Catarina (1986), a divisão regional catarinense aparece mais nítida: a) nas áreas alemãs; b) na região carbonífera e c) nas áreas agro-industriais do Oeste.

3.2.1 As grandes empresas de Santa Catarina nos anos 2000

Com base no ranking da Revista Amanhã a Figura 33 reproduz os principais indicadores do Estado de Santa Catarina nos anos de 2004, 2005 e 2006. A publicação observa que 2006 foi um ano muito ruim para Santa Catarina.

A tabela 22 apresenta as 10 melhores empresas de Santa Catarina, no período 2005-2006 em relação a 10 indicadores e a Figura 33 reproduz os indicadores apresentados pela Revista Amanhã.

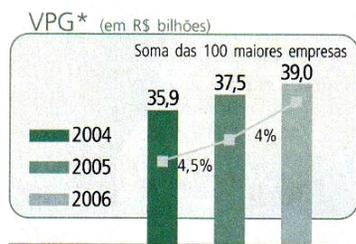
De acordo com o *ranking* Grandes & Líderes, o ano de 2004 foi muito importante para a economia catarinense, pois foi neste período que Santa Catarina apresentou o melhor índice da média de rentabilidade sobre receita das líderes, batendo em 6,3% sobre os índices dos exercícios anteriores. Trata-se de um espetáculo de crescimento.

Em matéria de desempenho, foram as 100 maiores empresas de Santa Catarina que brilharam na Região Sul em 2004. Somada, a receita bruta das líderes do Estado deu um salto de 24,8% em relação a 2003 e, pela primeira vez, ultrapassou o faturamento das 100 maiores do Paraná. Mesmo com estes valores, as companhias continuaram a reduzir despesas e investir na eficiência, lucrando mais.

Tabela 22 - Líderes para cada indicador em Santa Catarina (Revista Amanhã, 2007).

OS LÍDERES	
Bunge Alimentos	A Maior (por VPG*)
Tractebel Energia	Maior Patrimônio Líquido
Bunge Alimentos	Maior Receita Bruta
Grupo Weg	Maior Capital de Giro Próprio
Hacasa	Maior Liquidez
Tractebel Energia	Maior Lucro Líquido
Hacasa	Maior Rentabilidade sobre a Receita
First S.A.	Maior Rentabilidade de Patrimônio
Abimex Imp. e Exp.	Maior Crescimento de Receita
Hacasa	Menor Endividamento

*Valor Ponderado de Grandeza - ponderação entre patrimônio líquido (50%), receita bruta (40%) e resultado líquido do exercício (10%)



*Valor Ponderado de Grandeza

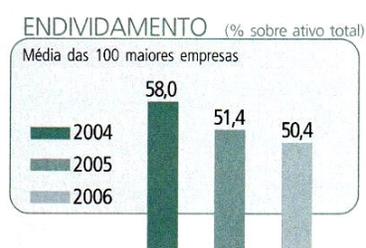
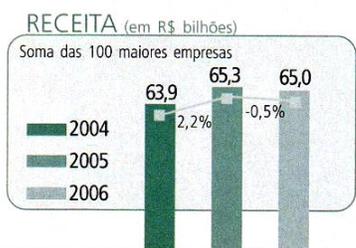
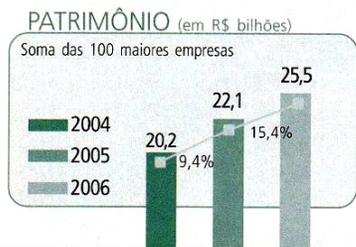


Figura 33 - Indicadores de desempenho de Santa Catarina 2004 a 2006 (Revista Amanhã, 2007)

No ano de 2004, as empresas do setor de alimentos foram as que obtiveram melhor desempenho, Bunge, Sadia e Perdigão mantiveram o 1º, 2º e 3º lugar no *ranking*, igualmente a 2003. O peso das três gigantes pode ser medido pela soma de suas receitas R\$ 27,9 bilhões o equivalente a 43,7% de tudo que as 100 maiores catarinenses faturaram em 2004.

O desempenho poderia ter sido melhor, não fosse o embargo da Rússia à carne brasileira – que emperrou as exportações e atingiu em cheio Santa Catarina, um dos maiores produtores de carne suína do país. O embargo russo só terminou em novembro de 2004.

Neste período as empresas já vinham prospectando novos mercados, especialmente na Ásia e no Oriente Médio. A Sadia fechou o ano com um lucro de R\$ 438,8 milhões. Um resultado bom, mas levemente inferior ao registrado em 2003, quando não houve embargo nenhum.

O ano de 2004 também foi de recuperação para as empresas têxteis, que desta vez ocuparam 15 posições entre as 100 maiores do Estado. A concorrência dos produtos chineses se acirrou, inclusive no mercado brasileiro, mas a retomada da economia brasileira, que cresceu quase 5% em 2004, garantiu às companhias desse setor um resultado melhor. Juntas as têxteis catarinenses listadas no ranking lucraram 41% a mais. Já aquelas que fecharam com prejuízo, pelo menos reduziram as perdas – de R\$ 153,3 milhões, em 2003 para R\$ 32,7 milhões em 2004. Pode-se dizer que as empresas têxteis conseguiram em 2004 se adequar à concorrência chinesa e fizeram investimentos na capacidade produtiva e no mix de produtos o que garantiu o avanço. A participação catarinense na lista das 500 maiores empresas da Região Sul em 2004 cresceu de 118 para 123 companhias.

Do levantamento realizado em 2004, somente Santa Catarina ganhou peso. Entre as cidades catarinenses, Joinville aprofundou sua liderança como sede das grandes empresas do Estado. Da lista das 500 maiores empresas da Região Sul, 22 estão no município de Joinville e Florianópolis abrigou 13 representantes em 2004.

As Tabelas 23 e 24 reproduzem outros rankings baseados em diversos indicadores de desempenho no ano de 2006 no estado de Santa Catarina segundo a Revista Amanhã.

Tabela 23 - Indicadores de desempenho de Santa Catarina 2004 a 2006 (Revista Amanhã, 2007)

SANTA CATARINA				
30 MAIORES PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS				
POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	(R\$ MILHÕES)		VARIAÇÃO
		2006	2005	(%)
1	Tractebel Energia S.A.	2.764,57	2.685,96	2,93
2	Sadia e Controladas	2.458,36	2.225,47	10,46
3	Perdigão S.A. e Controladas	2.143,88	1.222,80	75,33
4	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	2.053,60	1.921,87	6,85
5	Bunge Alimentos	1.936,07	1.860,37	4,07
6	Grupo Weg	1.553,76	1.372,29	13,22
7	Celesc – Centrais Elétr. de SC	1.205,98	1.043,08	15,62
8	Casan – Cia. Cat. de Águas e San.	736,06	711,30	3,48
9	Vega do Sul S.A.	728,01	661,72	10,02
10	Ciser – Cia. Ind. H. Carlos Schneider	499,59	479,24	4,25
11	Tigre S.A.	482,31	429,66	12,25
12	Zanotti S.A.	360,39	406,38	(11,32)
13	Maesa – Machadinho Energ. S.A.	357,40	354,18	0,91
14	Seara Alimentos S.A.	352,24	470,74	(25,17)
15	Grupo Besc	336,08	264,11	27,25
16	Badesc – Ag. de Fomento de SC	320,75	300,88	6,60
17	Codesc – Cia. de Des. de SC	318,82	338,84	(5,91)
18	Grupo Tupy	252,22	222,88	13,16
19	Águas de Joinville	243,56	243,03	0,22
20	Cecrisa Revest. Cerâmicos	241,92	243,39	(0,60)
21	Döhler	236,84	239,81	(1,24)
22	Hacasa Adm. e Empreends. Imob.	229,23	220,44	3,98
23	Coop. Central Oeste Catar. (Aurora)	221,43	196,65	12,60
24	Marisol e Controladas	216,34	190,89	13,33
25	Datasul S.A.	198,22	38,83	410,43
26	Agroeste Sementes S.A.	193,61	210,62	(8,08)
27	Dinisa S.A.	167,21	167,44	(0,13)
28	Grupo Tuper S.A.	166,97	164,43	1,55
29	Grupo Eliane	162,88	106,74	52,60
30	Cooperalfa – Coop. Reg. Alfa Ltda.	159,09	144,80	9,87

SANTA CATARINA				
30 MAIORES RECEITAS BRUTAS				
POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	(R\$ MILHÕES)		VARIAÇÃO
		2006	2005	(%)
1	Bunge Alimentos	12.786,66	12.456,61	2,65
2	Sadia e Controladas	7.940,48	8.328,00	(4,65)
3	Perdigão S.A. e Controladas	6.105,96	5.873,30	3,96
4	Celesc – Centrais Elétr. de SC	4.653,09	4.365,19	6,62
5	Grupo Weg	3.527,11	2.978,40	18,42
6	Tractebel Energia S.A.	3.060,74	2.592,73	18,05
7	Vega do Sul S.A.	2.217,91	1.626,20	36,39
8	Coop. Central Oeste Cat. (Aurora)	1.904,44	1.753,88	8,58
9	Grupo Tupy	1.830,92	1.901,36	(3,70)
10	Seara Alimentos S.A.	1.776,57	2.196,99	(19,14)
11	Tigre S.A.	1.742,40	1.707,45	2,05
12	Grupo Besc	656,71	721,14	(8,93)
13	Cooperalfa	613,45	691,06	(11,23)
14	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	593,62	530,35	11,93
15	Grupo Eliane	585,13	601,38	(2,70)
16	Grupo Portobello	511,02	528,14	(3,24)
17	Cecrisa Revest. Cerâmicos	488,08	459,68	6,18
18	Marisol e Controladas	439,45	425,22	3,35
19	SCGás	427,12	345,96	23,46
20	Giassi Supermercados	421,44	387,81	8,67
21	Schulz	418,21	407,19	2,71
22	Casan – Cia. Cat. de Águas e San.	391,20	372,44	5,04
23	Hering	389,61	376,59	3,46
24	Celulose Irani S.A.	377,69	361,93	4,35
25	Karsten	341,11	345,58	(1,29)
26	Frigorífico Riosulense S.A.	337,46	542,24	(37,77)
27	Parati S.A.	337,31	312,06	8,09
28	Cremer	321,13	272,28	17,94
29	Grupo Tuper S.A.	290,72	294,49	(1,28)
30	GDC Alimentos S.A.	285,59	277,35	2,97

RENTABILIDADE DE PATRIMÔNIO*		
POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	(%)
1	First S.A.	86,10
2	Unimed Florianópolis	45,70
3	Anjo Química do Brasil Ltda.	42,90
4	ECTE – Emp. Catarinense de Transm. de Energia	42,34
5	Hering	40,08
6	Silmaq S.A.	38,83
7	Tractebel Energia S.A.	35,93
8	Irmãos Fischer S.A.	35,66
9	Grupo Weg	34,39
10	SCGás	30,65

RENTABILIDADE SOBRE A RECEITA*		
POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	(%)
1	Hacasa Adm. e Empreends. Imobiliários	139,43
2	ECTE – Emp. Catarinense de Transm. de Energia	56,67
3	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	37,79
4	Tractebel Energia S.A.	36,19
5	Abimex Imp. e Exp. S.A.	35,55
6	Artemis Transmissora de Energia S.A.	20,52
7	Comfloresta	19,32
8	SC Energia	19,26
9	Metalúrgica Fey S.A.	17,05
10	Ciser – Cia. Ind. H. Carlos Schneider	16,87

* O percentual expressa a razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio do exercício.

* O percentual expressa a razão entre o lucro líquido e a receita líquida da empresa.

Tabela 24 - Indicadores de desempenho de Santa Catarina 2004 a 2006 (Revista Amanhã, 2007)

SANTA CATARINA

CRESCIMENTO DA RECEITA*

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	(%)
1	Abimex Imp. e Exp. S.A.	108,40
2	Águas de Joinville	94,13
3	Agroeste Sementes S.A.	72,56
4	First S.A.	68,49
5	Silmaq S.A.	58,66
6	Vega do Sul S.A.	36,39
7	Lunender S.A.	28,00
8	Irmãos Fischer S.A.	25,37
9	Curtume Viposa S.A.	23,57
10	SCGás	23,46

*O percentual expressa a evolução da receita bruta nos últimos dois exercícios.

CAPITAL DE GIRO*

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	R\$ MILHÕES
1	Grupo Weg	897,05
2	Perdigão S.A. e Controladas	398,20
3	Badesc – Ag. de Fomento de Santa Catarina	313,99
4	Celesc – Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	309,85
5	Grupo Besc	301,26
6	Döhler	183,82
7	Datasul S.A.	171,80
8	Tigre S.A.	171,70
9	Zanotti S.A.	167,15
10	Ciser – Cia. Ind. H. Carlos Schneider	167,13

*Parcela do patrimônio líquido destinada a financiar o giro do negócio.

LIQUIDEZ*

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	ÍNDICE
1	Hacasa Adm. e Empreends. Imobiliários	47,95
2	Metalúrgica Fey S.A.	13,05
3	Zanotti S.A.	10,00
4	Brochmann Polis	8,77
5	Datasul S.A.	6,94
6	Ciser – Cia. Industrial H. Carlos Schneider	6,83
7	Lunender S.A.	5,97
8	44 S.A. Gráfica e Editora	5,87
9	Incasa S.A.	5,27
10	Carbonífera Metropolitana S.A.	5,17

*O conceito utilizado é o de liquidez corrente. Os números indicam quantas vezes o ativo circulante cobre o passivo circulante (de curto prazo).

MENORES ENDIVIDAMENTOS*

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	(%)
1	Hacasa Adm. e Empreends. Imobiliários	1,42
2	Águas de Joinville	2,17
3	Brochmann Polis	2,18
4	Ciser – Cia. Ind. H. Carlos Schneider	5,45
5	Zanotti S.A.	6,64
6	Abimex Imp. e Exp. S.A.	12,30
7	44 S.A. Gráfica e Editora	12,76
8	Metalúrgica Fey S.A.	13,91
9	Codesc – Cia. de Des. de Santa Catarina	14,94
10	Dinisa S.A.	15,23

*O conceito utilizado é o de endividamento geral, medido em relação ao ativo total.

LUCRO LÍQUIDO

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	R\$ MILHÕES
1	Tractebel Energia S.A.	979,15
2	Grupo Weg	503,07
3	Sadia e Controladas	376,59
4	Celesc – Centrais Elétr. de Santa Catarina S.A.	213,65
5	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	209,46
6	Perdigão S.A. e Controladas	117,25
7	Vega do Sul S.A.	102,47
8	Tigre S.A.	90,09
9	Grupo Besc	71,28
10	SCGás	41,84

MAIORES PREJUÍZOS

POSICÃO	GRUPO/EMPRESA	R\$ MILHÕES
1	Seara Alimentos S.A.	(126,37)
2	Bunge Alimentos	(84,16)
3	Grupo Portobello	(29,29)
4	Karsten	(23,54)
5	Buettner S.A.	(21,61)
6	Codesc – Cia. de Des. de Santa Catarina	(20,43)
7	GDC Alimentos S.A.	(17,68)
8	Reunidas	(15,26)
9	Agroeste Sementes S.A.	(13,07)
10	Iguaçu Celulose, Papel S.A.	(11,13)

A tabela 25 apresenta as 10 melhores empresas de Santa Catarina, no período 2005-2006 em relação a 10 indicadores e a Tabela 23 lista o ranking das 100 maiores empresas catarinenses segundo o VPG.

Tabela 25 - Os 100 maiores grupos de Santa Catarina - Parte 1 (Revista Amanhã, 2007)

100 MAIORES GRUPOS | EMPRESAS | SANTA CATARINA

POSICÃO		GRUPO/EMPRESA	VPG (R\$ MILHÕES)*		VARIACÃO (%)	PRINCIPAIS ATIVIDADES
2006	2005		2006	2005		
1	1	Bunge Alimentos	6.074,28	5.927,02	2,48	Alimentos
2	2	Sadia e Controladas	4.443,03	4.509,54	(1,47)	Alimentos
3	3	Perdigão S.A. e Controladas	3.526,05	2.996,81	17,66	Alimentos
4	4	Tractebel Energia S.A.	2.704,49	2.472,08	9,40	Geração de Energia
5	5	Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	2.485,99	2.288,36	8,64	Estatal de Energia
6	6	Grupo Weg	2.238,03	1.915,01	16,87	Motores Elétricos
7	8	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.285,20	1.189,70	8,03	Estatal de Energia
8	10	Vega do Sul S.A.	1.261,42	980,61	28,64	Siderurgia
9	11	Tigre S.A.	947,12	905,83	4,56	Tubos e Conexões
10	13	Coop. Central Oeste Catarinense (Aurora)	875,62	801,94	9,19	Alimentos
11	9	Seara Alimentos S.A.	874,11	1.114,07	(21,54)	Alimentos
12	12	Grupo Tupy	861,94	858,98	0,34	Metalurgia
13	14	Casan – Cia. Catarinense de Águas e Saneamento	526,99	507,87	3,76	Estatal de Saneamento Básico
14	15	Grupo Besc	437,85	426,49	2,66	Banco
15	17	Ciser – Cia. Industrial H. Carlos Schneider	343,77	337,75	1,78	Metalurgia
16	16	Cooperalfa – Coop. Regional Alfa Ltda.	326,32	351,01	(7,03)	Agroindústria
17	18	Cecrisa Revestimentos Cerâmicos e Controlada	316,35	304,54	3,88	Revestimentos Cerâmicos
18	19	Grupo Eliane	314,81	293,60	7,22	Revestimentos Cerâmicos
19	21	Marisol e Controladas	286,74	268,35	6,86	Confecções
20	–	Zanotti S.A.	256,27	269,31	(4,84)	Elásticos
21	27	SCGás	251,26	203,91	23,22	Distribuição de Gás
22	22	Maesa – Machadinho Energética S.A.	245,86	247,33	(0,60)	Geração de Energia
23	24	Giassi Supermercados (Giassi & Cia. Ltda.)	228,10	214,88	6,15	Supermercados
24	23	Grupo Portobello	227,06	227,46	(0,17)	Revestimentos Cerâmicos
25	26	Schulz	219,30	210,90	3,98	Compressores de Ar
26	–	Celulose Irani S.A.	210,16	191,12	9,96	Papel, Embalagens
27	25	Döhler	209,52	214,73	(2,43)	Têxtil
28	–	Badesc – Agência de Fomento de Santa Catarina	209,46	207,16	1,11	Agência de Fomento
29	28	Grupo Tuper S.A.	200,03	199,93	0,05	Metalurgia
30	20	Frigorífico Riosulense S.A. (Pamplona)	196,03	285,39	(31,31)	Alimentos
31	34	Cremer	184,94	164,20	12,63	Higiene
32	35	Hering	184,42	169,77	8,63	Têxtil
33	29	Karsten	179,37	194,95	(7,99)	Têxtil
34	33	Parati S.A.	178,51	172,70	3,36	Alimentos
35	50	Datasul S.A.	177,92	94,38	88,51	Software
36	32	Adami S.A. – Madeiras	173,31	174,20	(0,51)	Madeira
37	31	GDC Alimentos S.A.	171,87	180,15	(4,60)	Alimentos
38	–	Codesc – Cia. de Desenvolvimento de Santa Catarina	160,44	173,40	(7,47)	Agência de Fomento
39	36	Eugênio Raulino Koerich S.A.	153,14	134,12	14,18	Varejo
40	–	Águas de Joinville	150,75	136,88	10,13	Estatal de Saneamento Básico

Tabela 25 - Os 100 maiores grupos de Santa Catarina - Parte 2 (Revista Amanhã, 2007)

100 MAIORES GRUPOS | EMPRESAS | SANTA CATARINA

POSIÇÃO		GRUPO/EMPRESA	VPG (R\$ MILHÕES)		VARIACÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES
2006	2005		2006	2005	(%)	
41	37	Univali – Universidade do Vale do Itajaí	146,17	130,11	12,34	Ensino Superior
42	–	Agroeste Sementes S.A.	139,69	131,83	5,96	Varejo, Sementes
43	39	Koemar Adm. e Parts. S.A.	129,67	123,25	5,21	Construção
44	44	Lunender S.A.	127,84	104,65	22,16	Têxtil
45	38	Cereagro S.A.	124,85	129,53	(3,61)	Comércio de Cereais e Insumos Agropec.
46	41	Intelbras S.A.	120,01	112,32	6,84	Equipam. para Telecomunicações
47	–	Hacasa Adm. e Empreends. Imobiliários	118,35	112,82	4,91	Construção
48	52	Reunidas	117,14	89,20	31,32	Transp. Rod. de Passag. e Cargas
49	42	Tupinambá e Controladas	116,92	111,85	4,53	Plásticos
50	40	Grupo Lince (Linhas Círculo S.A.)	115,43	115,62	(0,17)	Têxtil
51	49	Unisol – Fund. Universidade Sul de S. Catarina	115,20	95,46	20,68	Ensino Superior
52	48	Inplac – Indústria de Plásticos S.A.	114,45	99,36	15,19	Plásticos, Embalagens
53	46	Com. e Ind. Breithaupt S.A.	107,95	102,80	5,01	Varejo
54	45	Metisa e Controladas	107,95	103,38	4,41	Metalurgia
55	43	Primo Tedesco S.A.	106,75	109,55	(2,55)	Papel
56	47	Condor S.A.	105,47	99,64	5,86	Higiene
57	51	Mueller Eletrodomésticos e Controlada	104,24	87,72	18,83	Eletrodomésticos
58	–	Artemis Transmissora de Energia S.A.	90,68	73,69	23,05	Transmissão de Energia
59	–	Dinisa S.A.	84,63	84,71	(0,09)	Insumos Industriais
60	65	Unimed Florianópolis	82,78	70,29	17,78	Planos de Saúde
61	59	Metalúrgica Fey S.A.	82,72	76,52	8,11	Metalurgia
62	55	Irmãos Zen S.A.	79,77	83,50	(4,48)	Autopeças
63	54	Rudnick	77,48	87,15	(11,10)	Móveis
64	57	Metalúrgica Duque e Controlada	76,32	78,41	(2,67)	Metalurgia
65	64	Wetzel	75,03	70,54	6,36	Metalurgia
66	66	Buschle & Lepper S.A.	73,87	69,11	6,88	Agroquímica
67	63	Incasa S.A.	73,22	70,92	3,24	Química
68	67	Grupo Buddemeyer	71,63	68,51	4,56	Têxtil
69	71	Curtume Víposa S.A.	69,23	57,93	19,50	Couros
70	62	ZM S.A.	68,52	71,23	(3,81)	Autopeças

Em comparação com o ano de 2004, em 2006 os números das principais companhias catarinenses foram bem piores do que aqueles de suas vizinhas no Paraná e Rio Grande do Sul. A soma do faturamento das 100 maiores empresas de Santa Catarina estagnou na comparação com 2005, enquanto as do Rio Grande do Sul e Paraná cresceram 6,5% e 8,4% respectivamente.

As catarinenses também tiveram pior desempenho na soma dos Valores Ponderados de Grandeza (VPGs) e na rentabilidade sobre a receita, a mais baixa da região

Ainda segundo a Revista Amanhã, a produção industrial estacional (+0,2%) e as vendas caíram 1,5%. O maior produtor de carne suína do país e segundo em carne de frango, o Estado foi atingido pela gripe aviária e pelo embargo russo à carne suína devido à

ocorrência de febre aftosa no Mato Grosso do Sul e no Paraná. O problema se refletiu no caixa dos grandes frigoríficos. A Seara Alimentos teve queda de 19% nas receitas, enquanto no Frigorífico Riosulense o faturamento caiu espantoso 38%. As duas fecharam com prejuízo.

Nos segmentos de madeira, móveis, têxteis e cerâmica, a principal causa da queda nas vendas foi o câmbio. Além de ter as exportações dificultadas, indústria local passou a enfrentar maior concorrência de produtos estrangeiros que entram no país, especialmente os chineses¹¹⁴. A Dohler e a Karsten, tradicionais fabricantes de produtos de cama, mesa e banho e grandes exportadoras, terminaram 2006 com receita menor e vermelho na última linha do balanço.

Já no primeiro semestre de 2007, com relação ao desempenho da economia catarinense no mercado interno, todos os indicadores industriais (produção, vendas e uso da capacidade instalada) foram positivos. Houve um crescimento do PIB do Estado entre 4,5% e 5%. Parte dessa recuperação foi devido ao esforço que o setor exportador fez para modernizar o design, melhorar a qualidade dos produtos e abrir novos mercados. Além do crescimento da economia global, finalmente a demanda doméstica começou a aquecer.

3.2.2 Empresas exportadoras de Santa Catarina

Outra importante fonte de dados das empresas catarinenses são as estatísticas sobre as empresas brasileiras exportadoras. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - SECEX-DEPLA (Secretaria de Comércio Exterior – Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Comércio Exterior) disponibiliza via internet bancos de dados sobre empresas exportadoras de todos os Estados brasileiros. A partir do banco de dados com os resultados de Santa Catarina foram feitos cruzamentos e associações. Foram utilizados os dados de três anos: 2001, 2005 e 2007.

A Figura 34 mostra os dados de faturamento x número de empresas exportadoras x ano, segundo compilação da base de dados do DEPLA (2008).

Observa-se que, de 2001 a 2007 o número total de empresas exportadoras manteve-se quase que constante. O número de empresas com faturamento acima de US\$ 50 milhões

cresceu 80% de 2001 para 2005. Um dos fatores que pode explicar tal crescimento são as operações de fusões e aquisições.

Na mesma direção, empresas com faturamento entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões também se multiplicaram, passando de 37 em 2001 para 74 em 2007, um crescimento de 100% em 6 anos.

Na faixa das microempresas, aquelas com faturamento inferior a US\$ 1 milhão, observa-se ligeira queda no número de empresas exportadoras. Uma possível explicação é a volatilidade e o dinamismo desta faixa de faturamento.

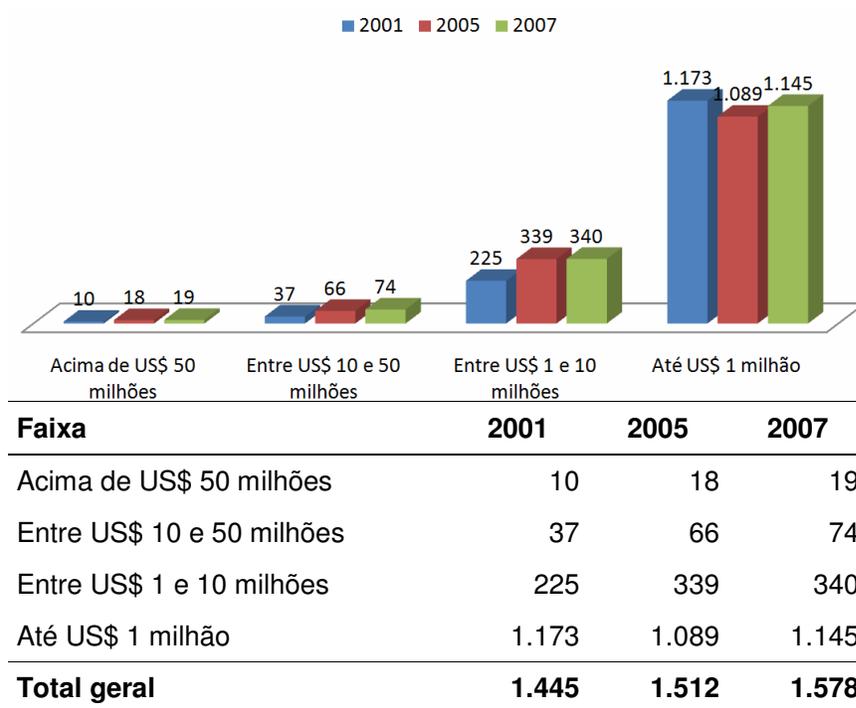


Figura 34 - Faturamento x número de empresas x ano (elaboração da Autora - DEPLA, 2008)

¹¹⁴ Em 2006, Brasil e China assinaram um acordo de restrição voluntária do aumento das importações de têxteis do país asiático. Foram acordados limites de 8% a 12% de aumento por ano. Mas a medida não foi suficiente para dar um refresco ao setor têxtil.

A Tabela 26 apresenta as empresas com faturamento acima de US\$ 50 milhões nos anos de 2001, 2005 e 2007. Apresenta-se, também, os municípios das sedes das empresas.

Tabela 26 - Empresas com faturamento acima de US\$ 50 milhões (elab. Autora - DEPLA, 2008)

2001		2005		2007	
EMPRESA	MUNICIPIO	EMPRESA	MUNICIPIO	EMPRESA	MUNICIPIO
				AGRENCO DO BRASIL S.A.	S F SUL
		AGROAVICOLA VENETO LTDA	NOVA VENEZA	AGROAVICOLA VENETO LTDA	NOVA VENEZA
				ALLIANCE ONE BRASIL EXP DE TABACOS LTDA.	ARARANGUA
BUNGE ALIMENTOS S/A	S F SUL			BUNGE ALIMENTOS S/A	S F SUL
BUSSCAR ONIBUS S.A.	JOINVILLE	BUSSCAR ONIBUS S.A.	JOINVILLE	BUSSCAR ONIBUS S.A.	JOINVILLE
		COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA	S F SUL		
		COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE	ITAJAI	COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE	ITAJAI
				COTEMINAS S.A.	BLUMENAU
		DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL	XAXIM	DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL	XAXIM
				ELIANE S/A - REV CERAMICOS	COCAL DO SUL
EMPRESA BRAS COMPRES S A EMBRACO	JOINVILLE	EMPRESA BRAS COMPRES S A EMBRACO	JOINVILLE		
		FRIGORIFICO RIOSULENSE S A	RIO DO SUL		
		INLOGS LOGISTICA LTDA	ITAJAI		
		KLABIN S.A.	OTACILIO COSTA	KLABIN S.A.	OTACILIO COSTA
		INDUSTRIA DE AZULEJOS ELIANE	COCAL DO SUL		
		MULTIBRAS S/A ELETRODOMESTICOS	JOINVILLE		
PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A	CAPINZAL	PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A	ITAJAI	PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A	ITAJAI
		PORTOBELLO SA	TIJUCAS		
SADIA S.A.	ITAJAI	SADIA S.A.	ITAJAI	SADIA S.A.	ITAJAI
SEARA ALIMENTOS S/A	ITAJAI	SEARA ALIMENTOS S/A	ITAJAI		
				SEARA ALIMENTOS S/A	SEARA
				SOUTH SERVICE TRADING SA	BLUMENAU
SOUZA CRUZ S/A	BLUMENAU	SOUZA CRUZ S/A	BLUMENAU	SOUZA CRUZ S/A	BLUMENAU
TEKA TECELAGEM KUEHNRIK SA	BLUMENAU				
TUPY FUNDICOES LTDA	JOINVILLE	TUPY FUNDICOES LTDA	JOINVILLE	TUPY FUNDICOES LTDA	JOINVILLE
				UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA	JOINVILLE
WEG INDUSTRIAS S.A.	JAR. SUL	WEG EXPORTADORA S/A	JAR. SUL	WEG EXPORTADORA S/A	JAR. SUL
				WHIRLPOOL S.A	JOINVILLE

A fim de se entender um pouco mais sobre o arranjo físico e a divisão do potencial exportador do Estado, foi realizada uma divisão contemplando o número de empresas exportadoras por município. A Tabela 27 relaciona o número de empresas x município sede para os três anos estudados.

Tabela 27 - Número de empresas x Município x Ano. (elaboração da Autora - DEPLA, 2008)

MUNICÍPIO	A N O											
	2001				2005				2007			
	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão
JOINVILLE	3	4	13	94	4	7	21	105	4	8	25	131
BLUMENAU	2	3	16	124	1	6	16	90	3	6	9	100
SÃO BENTO DO SUL		3	23	43		7	32	38		3	28	36
ITAJAI	2	1	4	46	5	2	12	51	3	2	11	51
JARAGUA DO SUL	1		7	49	1		12	43	1		14	51
CRICIUMA			8	48		3	10	34		2	14	40
BRUSQUE		2	4	48		3	6	38		3	9	37
FLORIANÓPOLIS			3	22		1	3	32		1	6	60
LAGES		1	5	26		4	8	33		3	10	24
RIO NEGRINHO		2	6	24		1	15	18		3	10	14
CURITIBANOS			7	19		1	9	19			12	17
GASPAR			6	29			8	18		1	4	15
CACADOR		4	10	12		6	9	11		5	10	11
TIMBO			8	17		1	4	24		1	5	14
RIO DO SUL			5	22	1		5	18		2	3	16
CHAPECO		2		17		1	5	19			4	21
INDAIAL			2	19			5	20			6	14
SÃO JOSÉ			1	18		1	2	17		1	1	23
POMERODE			4	14			8	13		2	9	12
MAFRA		1	7	12		1	7	11		1	6	11
SÃO JOÃO BATISTA				15			2	17			2	18
BRACO DO NORTE		1	4	9		1	5	14		1	6	8
CANOINHAS		1	3	14		1	5	8		1	5	8
TUBARÃO			3	15		1	3	7		2	2	12
ICARA			2	11			3	14			6	6
SÃO FRANCISCO DO SUL	1		2	10	1	2	2	10	2	2		8
BALNEÁRIO CAMBORIÚ				11			1	15				10
URUSSANGA		1	2	8			2	9			3	11
PINHALZINHO			1	13			4	7			4	5
GUARAMIRIM			1	6			2	11			1	12
CORUPÁ				10			1	10			1	10
FRAIBURGO			4	8		1	4	3		2	5	3
NAVEGANTES			2	7			2	7			4	8
XANXERÊ			1	10			1	8			2	7
ARARANGUA			3	7			2	10	1		2	3
PORTO UNIAO			1	8			2	9			2	5
BENEDITO NOVO			1	4			4	6		1	4	6
CAMPO ALEGRE			4	6			5	3		1	4	3
RIO DOS CEDROS			1	8			4	3			2	8
VIDEIRA			3	4		1	2	6		1	3	6
DIONÍSIO CERQUEIRA			1	11			1	7			1	4
SANTA CECÍLIA			2	5		1	6	3		1	4	3
SOMBRIÓ			1	9		1	1	7			1	5
PALHOÇA			1	4			1	6			2	10
SÃO LUDGERO			1	6			1	8			1	7
JOACABA			2	3		1	2	8		1	1	5
TIJUCAS		1		3	1		2	6		1	1	8
CAMPOS NOVOS			3	5			2	4		1	3	3
IMBITUBA			1	2			1	7			1	9
BIGUAÇU			1	3			1	6			3	6
LUIZ ALVES			1	7				7				5
POUSO REDONDO			2	4		1	2	3		1	3	2
PRESIDENTE GETÚLIO		1	1				3	5		1	3	3
SÃO JOSÉ DO CEDRO				7				6				5
IBIRAMA			2	2			3	3			3	4
TAIO			1	5				6			1	4
GUABIRUBA				9				3				4
NOVA VENEZA		1		3	1		1	5	1		1	3
ORLEANS				4			1	4			1	6
TROMBUDO CENTRAL			1	4			3	2		1	3	2
GAROPABA				4				4			1	6

Continua

Tabela 27 - Número de empresas x Município x Ano. (elaboração da Autora - DEPLA, 2008)

MUNICÍPIO	ANO											
	2001				2005				2007			
	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão
MASSARANDUBA				2			1	5				7
MORRO DA FUMACA			1	2			2	3			1	6
TRES BARRAS		1	2	3		1	2	1		2	1	2
COCAL DO SUL		1		3	1			4	1			3
CONCORDIA				5			1	2		1	1	3
CORREIA PINTO			2	2		1	2	1			4	1
ILHOTA			1	7				2				3
SÃO LOURENÇO D'OESTE				7			2	4				
SIDEROPOLIS				4			1	3			1	4
CAMBORIÚ				7				2				3
PAPANDUVA			1	4			2	1			2	2
SALETE			2	4		1	2	1		1	1	
SCHROEDER				3				4				5
XAXIM		1		2	1		1	3	1		1	2
GARUVA			1	2		1	2	1		1		3
MARAVILHA		1		2			1	2			1	4
OTACILIO COSTA		1		1	1		1	3	1		2	1
SANGÃO				1				4				6
SAUDADES				3			2	2			1	3
CORONEL FREITAS				6				3				1
FORQUILHINHA				2			3	1			3	1
PENHA				1				3				6
PORTO BELO			1	2			1	2			1	3
RODEIO			1	1			1	3			1	3
SÃO CRISTÓVÃO DO SUL			1	3				3				3
SÃO JOAQUIM				3			2	2				3
APIUNÁ				4			1	2			2	
NOVA ERECHIM				4				3				2
SÃO MIGUEL D'OESTE			1	4			1	3				
VARGEM			1	1			1	2			2	2
ANCHIETA				2			1	2			2	1
CAMPO BELO DO SUL				1				3				4
CAMPO ARE				4			1				1	2
ARAQUARI								2			1	4
ASCURRA				2			1	2				2
CAPINZAL	1			1			1	1				3
DOUTOR PEDRINHO				3				2				2
FAXINAL DOS GUEDES			1	1			1	1			1	2
ITAPIRANGA				1			1	2		1		2
LONTRAS			1	3				1				2
NOVA TRENTO				3				2			1	1
PICARRAS				2			1			1		3
SÃO LOURENÇO DO OESTE											2	5
AGRONOMICA				1			1	1				3
BOM RETIRO				1				1			1	3
CAPIVARI DE BAIXO				1				3				2
GUARUJA DO SUL			1	1				1			1	2
IPUMIRIM			1				2	1		1		
PALMEIRA			1	1			1				2	1
PASSOS MAIA				2				2			1	1
QUILOMBO		1		1			1	1				2
AGROLANDIA							1				1	3
BRACO DO TROMBUDO			1	1			1				1	1
HERVAL D'OESTE		1		1				1				2
ITAIOPOLIS				2				2			1	
ITAPEMA				1			1				2	1
ITUPORANGA				2				1			1	1
MIRIM DOCE				2				1				2
MODELO				3				1				1
MONDAI				2			1				1	1
PALMA SOLA			1				1	1			1	1

Continua

Tabela 27 - Número de empresas x Município x Ano. (elaboração da Autora - DEPLA, 2008)

MUNICÍPIO	ANO											
	2001				2005				2007			
	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão	Acima de US\$ 50 milhões	Entre US\$ 10 e 50 milhões	Entre US\$ 1 e 10 milhões	Até US\$ 1 milhão
RIO DO CAMPO			1				1	2				1
ARMAZEM				2				1				1
BARRA VELHA				1		1				1		1
CANELINHA				3								1
GRAVATAL				1				2				1
ITA			1			1				1		1
LUZERNA								1				3
RIO FORTUNA				1				2				1
SANTA ROSA DO SUL				2				1				1
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ				1				1				2
SÃO DOMINGOS				2				1				1
TREZE DE MAIO				2				1				1
VARGEM BONITA			1			1		1		1		
ABELARDO LUZ							1	1			1	
ÁGUAS FRIAS								2				1
ALFREDO WAGNER								1				2
BALNEÁRIO BARRA DO SUL				1				1				1
DONA EMMA				1				2				
ERVAL VELHO				1				1				1
GUARACIABA				1				1				1
IOMERE			1					1				1
PONTE SERRADA				1				1				1
RIO DO OESTE				2				1				
SÃO MIGUEL DO OESTE											1	2
SEARA		1				1			1			
TREZE TILIAS				1				2				
URUBICI				1				1				1
ÁGUAS MORNAS			1				1					
ALTO BELA VISTA								1				1
CAPÃO ALTO							1				1	
CATANDUVAS				1								1
CORDILHEIRA ALTA								1				1
GRÃO PARA								1				1
GUATAMBU						1				1		
JACINTO MACHADO				1				1				
JAGUARUNA							1				1	
JOSE BOITEUX				1								1
LAURENTINO				1				1				
MARACAJÁ								1				1
NOVA ITABERABA								1				1
PRAIA GRANDE				2								
SÃO PEDRO DE ALCANTARA								1				1
TANGARA												2
TIMBO GRANDE				1				1				
VARGEM							1				1	
WITMARSUM												2
ÁGUA DOCE								1				
BOM JARDIM DA SERRA								1				
CAIBI				1								
CUNHA PORÁ												1
DESCANSO				1								
FREI ROGERIO												1
IPORÁ DO OESTE												1
IRANI				1								
LAGUNA												1
LAURO MULLER								1				
LEBON REGIS				1								
MELIÃO				1								
MONTE CARLO												1
MORRO GRANDE												1
PASSO DE TORRES				1								
PONTE ALTA				1								
PONTE ALTA DO NORTE				1								
PORTO XAVIER				1								
RIO RUFINO				1								
SALTO VELOSO				1								
SANTA HELENA				1								
SANTA ROSA DE LIMA				1								
SERRA ALTA				1								
VIDAL RAMOS				1								
Total geral	10	37	225	1.173	18	66	339	1.089	19	74	340	1.145

Pela análise dos resultados obtidos no cruzamento dos dados do DEPLA (2008), a cidade de Joinville em conjunto com cidades vizinhas (como São Bento do Sul e Jaraguá do sul) é o principal pólo industrial catarinense. Apenas em Joinville concentram-se mais de 300 empresas exportadoras. Muitas das exportações desta região são realizadas pelo porto de São Francisco do Sul.

Blumenau e cidades adjacentes (tais como Gaspar e Brusque) representam outro importante pólo industrial do Estado de Santa Catarina. A proximidade com a cidade de Itajaí vem atraindo as empresas exportadoras pela simplicidade logística e a infra-estrutura da região, uma vez que a presença do porto de Itajaí, o maior do Estado, garante agilidade nas exportações.

Outro pólo exportador encontra-se no Oeste e suas principais cidades são Chapecó e Lages. A agroindústria e a indústria moveleira são responsáveis por grande parte das exportações desta região.

3.2.3 Contribuições de Isa de Oliveira Rocha

*Desde 1984, quando conseguiu finalmente, sair dos sucessivos déficits (1977 a 1983), Santa Catarina tem contribuído no desempenho da balança comercial brasileira.*¹¹⁵

Os números apresentados na pesquisa de Rocha revelam que Santa Catarina vem exportando, proporcionalmente, mais que o Brasil. E esse crescimento deveu-se exclusivamente ao aumento das exportações de produtos industriais com maior valor agregado e tecnológico, se comparados com o vizinho Rio Grande Sul (terceiro maior estado exportador nacional).

Entre os cinco produtos mais exportados por Santa Catarina, em 1999, figuravam, em ordem decrescente, motocompressores herméticos, carne de frango em pedaços, carne de frango inteira, artigos de cama, mesa e banho e revestimentos cerâmicos (referentes a 34% do total exportado pelo Estado); no Rio Grande Sul aparecem, em ordem decrescente: calçados, fumo, bagaços resíduos sólidos óleo de soja e curo e peles curtidas (que representaram 40%

¹¹⁵ ROCHA, Isa de Oliveira. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia, da Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutora em Geografia. São Paulo, 2004. Orientador Prof. Dr. Armen Mamigonian

das exportações totais). A Tabela 28 ilustra os principais produtos exportados por Santa Catarina e as Tabelas 29 e 30 mostram as principais indústrias exportadoras do Estado.

Tabela 28 - Principais produtos exportados por Santa Catarina - US\$ milhões FOB (ROCHA, 2004)

Discriminação	1991		1995		2000		2003	
	Valores	Part. %						
Motocornpressor hermético	174,2	11,5	263,0	9,9	268,2	9,9	251,6	6,8
Pedaços e miudezas, galos	98,7	6,5	216,8	8,2	241,1	8,9	437,2	11,8
Roupas de toucadora, de tecido atonal	97,0	6,4	124,5	4,7	141,1	5,2	148,9	4,0
Carnes de galos/galinhas, não cortadas	113,9	7,5	124,4	4,7	115,0	4,2	121,8	3,3
Outros ladrilho cer esmaltados	24,0	1,6	52,4	2,0	112,7	4,2	136,5	3,6
Outros móveis de madeira	-	-	55,2	2,0	108,8	4,0	142,1	3,8
Móveis de madeira p/ quarto de dormir	-	-	71,9	2,7	82,5	3,0	127,8	3,4
Madeira de coníferas, serrada/cortada	-	-	17,7	0,7	82,5	3,0	82,7	2,2
Papel/cartão "kraftliner", cobs, crus	35,3	2,3	90,0	3,4	79,8	2,9	82,9	2,2
Outras carnes de suíno congeladas	17,6	1,0	55,0	2,0	72,4	2,7	129,8	3,5
Blocos, cabeçotes p/ motores	18,0	1,2	21,4	0,8	67,8	2,5	80,7	2,1
Carnes de perus, ped e miudezas	23,0	1,6	30,8	1,1	66,6	2,5	58,7	1,5
Portas, caixilhos, alizares	-	-	42,4	1,6	64,7	2,4	87,3	2,3
Fumo não-manufaturado	-	-	84,0	3,2	60,4	2,2	65,7	1,7
Motor elétrico corrente alt. trifásico	18,6	1,2	46,7	1,8	55,0	2,0	72,2	1,9
Carroçarias para veíc. > 10 pass	3,9	0,3	35,1	1,3	50,3	1,9	14,8	0,4
Madeira de não-coníferas, perfil.	-	-	27,4	1,0	30,5	1,1	-	-
Bagaços, resíduos de óleo soja	138,1	9,1	182,7	6,9	29,6	1,1	49,9	1,0
Motor elétrico de CA tirifásico	-	-	13,3	0,5	27,6	1,0	41,2	1,1
Outras madeiras compens. esp.	-	-	16,2	0,6	27,0	1,0	47,9	1,3
Camisetas "T-shirts" de algodão	64,3	4,3	38,4	1,5	26,8	1,0	33,2	0,9
Disp. elétrico ignição para motor	-	-	14,9	0,6	23,1	0,9	30,7	0,8
Óleo de soja, em bruto	-	-	100,3	3,8	22,9	0,8	92,1	2,4
Fumo não-manufaturado/parc	-	-	26,2	1,0	22,5	0,8	18,3	0,5
Marcenaria para cozinha	-	-	22,8	0,9	20,2	0,8	18,7	0,5
Louças/outros artigos uso domést	-	-	14,3	0,5	20,2	0,8	13,6	0,3
Refrigerador de compressão	16,6	1,1	27,3	1,0	193	0,7	373	1,0
Outros	666,4	44,2	236,9	31,6	772,8	35	1.272,1	35,4
Total das Exportações	1.509,9	100	2.652,0	100	2.711,7	100	3.695,7	100

Tabela 29 - Principais indústrias exportadoras de Santa Catarina US\$ milhõesFOB (ROCHA, 2004)

Empresa	1991		1995		1999		2001	
	Valores	Part,%	Valores	Part,%	Valores	Part,%	Valores	Part,%
Empresa Brasileira de Compressores	175,5	11,6	262,8	9,9	266,7	10,4	271,1	8,6
Ceval Agroindustrial ou Bunge S.A.	149,0	9,9	338,9	10,0	100,9	3,9	306,4	9,7
Seara Alimentos S.A.	-	-	-	-	155,1	6,0	361,2	11,4
Souza Cruz Trading	101,7	6,7	116,0	4,4	14,1	1,2	77,8	2,5
Perdigão Agroindustrial S.A.	93,0	6,2	135,5	5,1	9,1	6,0	196,6	6,2
Sadia Concórdia S.A	76,0	5,0	112,0	4,2	98,1	6,3	292,1	9,2
Manville Ltda. ou Igaras ou Klabin S.A.	43,5	2,9	76,3	2,9	59,1		51,6	1,6
Companhia Têxtil Karsten	43,1	2,8	55,3	2,0	42,1	1,6	49,1	1,5
Teka Exportadora Ltda S.A.	42,7	2,8	44,6	1,7	43,5	1,1	49,1	1,5
Hering S. A. -Comércio Exterior	40,7	2,7	-	-	-	-	-	-
Cônsul S.A. ou Muítrás S.A.	38,2	2,5	61,5	2,3	42,3	1,6	53,1	1,7
Artex S.A. ou Toalha S.A. ou Coteminas	37,6	2,5	47,3	1,8	-	-	34,2	1,1
Sulfabril S.A.	31,6	2,1	26,9	1,0	-	-	-	-
Indústria de Fundação Tupy S.A.	31,2	2,0	66,8	2,5			76,3	2,4
Weg Exportadora S.A.	24,4	1,6	75,0	2,8	97,11	3,8	119,8	3,8
Chapecó Avícola S.A.	21,0	1,4	63,7	2,4	18,1	0,7	74,7	2,4
Döhler S.A. Comércio e Indústria	17,0	1,1	35,6	1,1	25,6	1,0	26,7	0,8
Buettner S. A. -Indústria e Comércio	16,4	1,1	13,1	0,5	2,3	0,8	22,9	7,2
Ceramarte Limitada	15,9	1,0	14,3	0,5	1,97	0,4	-	-
Hering Têxtil S.A. ou Cia Hering	15,8	1,0	34,9	1,3	23,8	0,9	16,7	0,5
Cremer S.A.-Produtos Têxteis	13,6	0,9	16,0	0,6	-	-	-	-
Rigesa-Celulose, Papel e Embalagens	12,4	0,8	-	-	10	0,4	133	0,4
Eliane Ltda ou Maxiamiliano Gaidzinski S.A.	11,8	0,8	28,3	1,1	33,8	1,3	-	-
Cerâmica Portinari S.A. ou Cecrisa S.A.	8,2	0,5	28,7	1,1	21,5	0,8	-	-
Indústrias Artefama S.A.	-	-	16,3	0,6	18,3	0,7	18,1	0,6
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	-	-	15,0	0,6	20,1	0,8	20,5	0,6
Frame Madeiras Especiais Ltda.	-	-	11,8	0,4	11,4	0,4	13,3	0,4
Companhia Industrial Schlosser S.A.	9,1	0,6	-	-	-	-	1	-
Oxford S. A. -Indústria e Comércio	8,9	0,6	10,1	0,4	-	-	-	-
Buddemeyer S. A.	7,9	0,5	9,4	0,4	-	-	-	-
Wetzel Fundação de Ferro S. A.	7,5	0,5	11,6	0,4	-	-	-	-
Curtume Viposa S.A.-índ. e Com.	7,2	0,5	13,2	0,5	12,0	0,5	17,0	0,5
Indústrias Reunidas Jaraguá SÁ.	7,0	0,5	-	-	-	-	-	-
Compensados e Laminados Lavrasul	-	-	8,5	0,3	16,4	0,6	23,7	0,7
Carrocerias Nielson S.A. ou Busscar S.A.	6,1	0,4	40,2	1,5	27,5	1,0	22,7	0,7
Cerâmica Portobello S.A	6,1	0,4	14,2	0,5	26,3	1,0	32,0	1,0
Coop. Central Oeste Cat. Ltda. (Aurora)	-	-	14,8	0,6	23,1	0,9	28,4	0,9
IrmãosZenSA.	5,3	0,3	9,7	0,4	13,9	0,5	17,6	0,5
Fáb Móveis Leopoldo ou Intercontinental.					11,3	0,4	30,1	0,9
Demais Empresas	293,6	19,4	732,7	27,6	959,8	37,4	838,8	26,6
Total do Estado	1509,9	100	2652,0	100	2567,4	100	3157,1	100

Tabela 30 - Exportadoras de Santa Catarina - Capital / local / Produtos (ROCHA, 2004)

Empresa	Capital	Município	Princ. Prod. Exportados
Seara Alimentos S. A	Externo	Seara / Itajaí / Itapiranga	Carne frango em ped e inteiro
Bunge Alimentos S. A.	Externo	Gaspar / São Fco do Sul	Farelo e óleo de soja
Sadia S. A.	Catarinense	Concórdia / Itajaí	Carne frango em ped e inteiro
Empresa Br Compr S.A. Embraco	Externo	Joinville	Compress para refrigeração
Perdigão Agroindustrial S.A.	Nacional	Videira / Capinzal / Lages/ H d'Oeste / S Veloso / Itajaí	Carne de frango / suína
Weg Industrias S.A.	Catarinense	Jaraguá do Sul	Motores elétricos
SouzaCmz S.A.	Externo	Blumenau / Itajaí	Fumo
S.Tupy Fundições Ltda.	Nacional	Joinville	Autopeças conexões ferro
Chapecó Cia Indl. de Alimentos	Externo	Chapecó / Xaxim	Carne suína e derivados
Multibrás S.A. Eleírodomésticos	Externo	Joinville	Refrigeradores
KlabinS.A.	Nacional	Otacílio Costa / Correia Pinto / Lages / Itajaí	Papel
Karsten S.A.	Catarinense	Blumenau	Art. cama, mesa e banho
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	Catarinense	Blumenau	Art. de cama, mesa e banho
Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas (ex-Artex)	Nacional	Blumenau	Art. de cama, mesa e banho
Eliane SA	Catarinense	Cocai do Sul	Revestimento cerâmico
Cecrisa Revestimentos Cerâmicos	Catarinense	Criciúma / Tubarão	Revestimento cerâmico
Portobello S.A.	Catarinense	Tijucas	Revestimento cerâmico
Intercontinental Ind de Móveis Ltda.	Externo	São Bento do Sul	Móveis de madeira
Coop Central Oeste Cat (Aurora)	Catarinense	Chapecó / Joaçaba / Pinhalzinho / M d'Oeste	Carne frango em ped e inteiro
Dohler S.A.	Catarinense	Joinville	Artigos de cama, mesa e banho
Buettner S.A. - Indústria e Comércio	Catarinense	Brusque	Confecções tecido felpudo e liso
Comp. e Lamin. Lavrasuf S.A.	Catarinense	Canoinhas	Madeira compensada
Busscar Onibus S.A. (Nielson)	Catarinense	Joinville	Onibus
Agroavícola Vêneto Ltda.	Externo	Nova Veneza	Carne frango em ped e inteiro
Battistella Ind. e Com. Ltda.	Catarinense	Lages / Rio Negrinho	Madeira serrada
Indústrias Artefama S.A.	Catarinense	São Bento do Sul	Móveis de madeira
Irmãos Zen S.A.	Catarinense	Brusque	Impulsores de partida
Curtume Viposa - Ind. e m.	Catarinense	Caçador	Couro curtido e cabedais
Cia Hering	Catarinense	Blumenau	Confecções em malha
Fábio Perini S.A.	Externo	Joinville	Máquinas

Cita-se o exemplo das carrocerias de ônibus fabricados pela Busscar Nielson, em Joinville, que evoluíram de 6,1 milhões de dólares em 1991 para 59,2 milhões de dólares em 2001, aumento violento de mais de mil por cento de suas vendas externa em dez anos. Os produtos cerâmicos (outros ladrilhos de cerâmica, vidrados, esmaltados) evoluíram de 24 milhões de dólares (1991) exportados para 136,5 milhões de dólares (2003), correspondente a quase duzentos por cento de crescimento. Os pedaços e miudezas comestíveis de galos, galinhas (produção das agroindústrias principalmente do Oeste e Sul Catarinense) aumentaram de 98,7 milhões de dólares em 1991 para os surpreendentes 437,2 milhões de dólares vendidos ao exterior em 2003. As exportações de motocompressores herméticos para refrigeração (produzidos pela Embraco) aumentaram em dez anos 54% passando de 174,2 milhões de dólares, em 1991 para 268,2 milhões de dólares em 2000. Contudo, as vendas retraíram de 2003, para 251,6 milhões de dólares.

Chama à atenção a diminuição das vendas para o mercado externo dos seguintes produtos durante a década de 1990: as camisetas de malha de algodão de 64,3 milhões de dólares exportados em 1991 passaram para 26,8 milhões de dólares em 2000; do farelo de soja (bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja) de 182,7 milhões de dólares exportados em 1995, as vendas caíram para somente 29,6 milhões de dólares em 2000; o óleo de soja de 100,3 milhões de dólares em 1995 caiu para 22,9 milhões de dólares em 2000.

As quedas do ramo da soja são provavelmente consequência de mudança de estratégia da China de passar a comprar soja em grão pra moer, com a imposição de sobretaxa de 13% ao farelo, e a Índia, com 44% no óleo.

Tais transformações, entre outras, no decorrer da década de 1990, contribuíram para a venda da Ceval, do Grupo Hering, para a internacional Bunge, quando inclusive, o carro-chefe das vendas do grupo blumenauense, as confecções de malha de algodão, igualmente passava por dificuldades, expressas também pela redução das exportações de camisetas no período.

Alguns produtos não aparecem na listagem dos mais exportados de 1991, como óleo de soja, fumo destalado curado em estufa, móveis de madeira diversos e soja triturada, porém suas vendas já se mostravam expressivas na pauta de 1995.

Com relação ao fumo, verifica-se sua ampliação na pauta catarinense em virtude da presença de um centro de processamento da Souza Cruz em Blumenau, direcionada principalmente à exportação (os outros dois centros da empresa no Brasil também abastecem o mercado doméstico: Santa Cruz do Sul – exportação e mercado doméstico e Rio Negro – somente mercado doméstico), efetuando o destalamento, embalamento e armazenagem do fumo proveniente do Estado e de outras regiões.

Em 1991 60% do fumo processado foram exportados, a maior parte para a Inglaterra (Grupo BAT, British América Tabaco), em 2001, 80% do fumo processado foi exportada: 30% para a Alemanha, 15% pra a Inglaterra.

Desde 1984, quando conseguiu finalmente, sair dos sucessivos déficits (1977 a 1983), Santa Catarina tem contribuído no desempenho da balança comercial brasileira na medida em que a busca, pelas indústrias, da saída da crise econômica de 1981-83, passou pela expansão e ingresso em novos mercados no exterior, além da diminuição drástica das importações, o que resultou em contínuos saldos positivos, no decorrer dos anos 1980 e por toda a década neoliberal de 1990 (mesmo quando as importações registraram elevados valores de 1995 a 1998) chegaram a mais de US\$ 2 bilhões de divisas para o país no novo milênio.

Com relação às trinta maiores indústrias exportadoras de Santa Catarina, em 2002 observa-se:

- que as mesmas foram responsáveis por cerca de 75% do total das exportações do Estado;
- a maior parte delas tem suas grandes unidades fabris localizadas na área industrial de origem germânica;
- as agroindústrias e as indústrias de madeira e papel e celulose apresentam, geralmente, unidades fabris exportadoras localizadas em diferentes municípios (preponderantemente no planalto);
- 50% delas estão sob controle de capital externo à região (nacional ou internacional), quando em 1991 esse índice chegava a 83%;
- entre as dez maiores exportadoras somente duas (Sadia e WEG) continuam catarinenses; em 1991 eram seis de capital local.

A Tabela 31 lista a quantidade de indústrias catarinenses exportadoras por região. Já a Tabela 32 mostra a quantidade de indústrias catarinenses exportadoras por gênero exportado.

Tabela 31 - Número de indústrias exportadoras catarinenses por região em 2001 (ROCHA, 2004)

Regiões de SC	Número de Indústrias
Nordeste	261
Vale do Itajaí	305
Oeste (Planalto Leste e Oeste)	140
Sul	119
Total	947

Tabela 32 - Indústrias exportadoras de Santa Catarina por gêneros em 2001 (ROCHA, 2004)

Gênero Industrial	Número de Empresas
Madeira	187
Produtos de minerais não-metálicos	48
Mecânica	82
Produtos alimentares	82
Mobiliário	127
Vestuário, calçados e art. de tecidos	126
Metalúrgica	79
Têxtil	58
Diversas	26
Produtos de matérias plásticas	42
Papel e papelão	23
Material elétrico e de comunicações	15
Química	21
Couros, peles e produtos similares	7
Fumo	1
Material de transporte	5
Bebidas	4
Produtos farmacêuticos e veterinários	3
Perfumarias, sabões e velas	2
Editorial e gráfica	3
Extração e tratamento de minerais	4
Construção civil	1
Borracha	1
TOTAL	947

O trabalho de Rocha observa que ocorreu um literal fechamento de estabelecimentos fabris têxteis no decorrer da década de 90, comprovando o terrível processo de

desindustrialização, que culminou no desaparecimento de 60% dos postos de trabalho (cerca de 21.000 empregos diretos). Por exemplo: a Martric parou em 1990 com 1700 trabalhadores; a Malharia Nerisi fechou com 900 trabalhadores; a Arp fechou em 1993 com 1.000 trabalhadores; a Malharia Iracema parou com 800 trabalhadores, a Lumiere fechou com 1200 trabalhadores. A desnacionalização em outros ramos também foi significativa: a Akros passou para capital suíço; a Fábio Perini para capitais alemães; a Tupiniquim Termoindustrial ficou para capital dinamarquês. As empresas familiares do Norte de Santa Catarina se tornaram o principal alvo das multinacionais nas décadas de 1980 e 1990. Elas representaram 66% das vendas brasileiras a grupos estrangeiros neste período. A autora resume a expansão do parque fabril de indústrias exportadoras catarinenses no exterior conforme a Tabela 33.

Tabela 33 - Expansão do parque fabril de indústrias exportadoras catarinenses (ROCHA, 2004)

Indústria Catarinense	Orig	Nome Emp. Envolvida	País	Ano de Negociação	Tipo de Transação	Faturam. da Emp. Envolvida	Faturam. Total do Grupo
EMBRACO	Joinville	Áspera	Itália	1994	Compra	*	US\$ 810 milhões (2000)
		Snowflake	China	1995	<i>Joint-venture</i>	*	
		*	Eslováquia	1999	Construção	US\$ 50 mi	
BUSSCAR	Joinville	Unecamoto	Cuba	1999	Parceria	US\$ 15 mi	R\$ 530 milhões (2001)
		OISA	México	1999	Compra	US\$ 25 mi	
		Vest. Karosseri	Noruega	2000	Compra de 30% ações	US\$ 70 mi	
		*		2000	*	US\$ 30 mi	
		Carrocerias Occidente Scania	Venezuela Colômbia Dinamarca	2001/02	*	US\$ 30 mi	
Motor Industries	EUA	2001/02	Compra <i>Joint-venture</i>	US\$ 25 mi			
WEG	Jaraguá do Sul	Morbe Intermatic	Argentina	2000	Compra	US\$6 mi	R\$ 1bilhão (2001)
		Ásia Brow Boveri (ABB)	México	2000	Compra	*	
		Efacel	Portugal	2002	Compra	*	
		*	Paraguai	1976	*	*	
TIGRE	Joinville	*	Chile	1994	*	*	*
		Santorelli	Argentina	1993/1999	Fusão	US\$ 8 mi	
DUAS RODAS INDUSTRIAL	Joinville	*	Bolívia	*	*		R\$155 milhões (2000)
		Laboratório Palma	Chile Argentina	2000	Compra	*	

Estas empresas catarinenses superam as médias nacionais de participação das exportações no faturamento líquido. Uma pesquisa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI- verificou que, entre as maiores empresas nacionais e estrangeiras instaladas no país, as exportações constituíram importante fator de crescimento, ou seja, em 1989 representavam uma média de 13% do faturamento líquido, aumentado para 19,2% (nacionais) e 17,5% (estrangeiras) no ano de 2000; para 2002/2003 possivelmente esse índice já esteja em torno dos 30% (Expressão, 2002) apesar dos problemas decorrentes da instabilidade cambial, originários da sobrevalorização do Plano Real, como também da desvalorização posterior.

A Weg compete com as gigantes General Electric, Siemens, Mitsubishi e Toshiba e está posicionada entre as cinco maiores do mundo, exportando para mais de 100 países.

Segundo dados do “diagnóstico do setor exportador catarinense de 2006”¹¹⁶, Santa Catarina é o 2º Estado do Brasil em faturamento de exportação de pequena e média empresa. O principal destino das exportações catarinenses em 2006 foi EUA (29%) e Argentina (16%).

O diagnóstico revela algumas críticas à economia brasileira e regional da América do Sul: a) a capacidade de produção no Brasil não cresce desde 1990; b) a política cambial brasileira é conservadora; c) a ocorrência da deterioração e desconstrução do Mercosul

Segundo o diagnóstico, 90% das empresas entrevistadas exportam desde o início das atividades. O efeito da desvalorização do dólar representou redução no faturamento para 29% das empresas.

Algumas dificuldades internas associadas às exportações relacionam-se à existência de preços mais competitivos no mercado; à necessidade de melhorar a capacidade de investimento na região; e à obtenção de garantia de créditos às exportações.

Com relação a dificuldades externas, a concorrência internacional é a mais importante. Muitas empresas catarinenses deixam de exportar, perdendo mercados importadores devido à

¹¹⁶ O Diagnóstico do Setor Exportador é elaborado anualmente e objetiva possibilitar o resgate dos principais obstáculos internos e externos às exportações, bem como a identificação dos aspectos que as empresas exportadoras de Santa Catarina julgam prioritários para sua maior inserção no mercado internacional. Com os resultados do diagnóstico, a FIESC busca auxiliar as empresas exportadoras catarinenses através da implementação de ações que visem reduzir as dificuldades apresentadas, além de articular-se com órgãos públicos federais e estaduais na busca de solução para os entraves existentes.

influência asiática. Havendo dificuldade na defesa do produto e na defesa do mercado importador conquistado.

3.3 Resgate histórico da formação econômica catarinense

Vários estudos têm contribuído com o debate e reflexão sobre a questão da gênese da indústria catarinense e sobre a história da formação econômica catarinense. Nas primeiras décadas do século XX iniciou-se a estruturação dos principais ramos da indústria catarinense, ou seja, têxtil, metal-mecânico, madeireiro e alimentar. A origem fabril catarinense ocorreu sob a égide dominante da pequena produção mercantil, que ascendeu à posição de grandes estabelecimentos capitalistas industriais, graças à estruturação de um contexto geográfico e econômico favorável, alicerçado em acirrada concorrência interfirmas, local e regionalmente.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) muitas indústrias catarinenses consolidaram-se no mercado nacional¹¹⁷, pela dificuldade de importação (por exemplo: as conexões de ferro maleável da Fundição Tupy substituíram as importadas) e pela extensão do mercado consumidor decorrente do processo de urbanização, principalmente no sudeste do país, constituindo-se no principal mercado consumidor para indústrias como Tupy, Sadia, Hering etc. Aliás, tal inserção das indústrias de Santa Catarina, por exemplo, no mercado do sudeste não ocorre de forma complementar ou periférica, mas sim de forma extremamente dinâmica no que se refere a produtos (em muitos casos fabricados pioneiramente no país, o que lhes garante um certo monopólio) e processos, com produtos fabricados a preços mais competitivos, apesar da distância

Nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (fase “a” do 4º ciclo Kondratieff 1948-1973) a economia capitalista entrou num período extremamente próspero com a chamada revolução técnico-científica gestada na fase b do ciclo anterior pelo centro dinâmico. Nesta fase expandiu o intercâmbio entre os países desenvolvidos do mundo capitalista e muito pouco destes com os países subdesenvolvidos, ocorreu significativa substituição de importação no quadro economia brasileira principalmente nas indústrias de bens de consumo durável e bens de capital, porque as indústrias de bens tradicionais já haviam progredido razoavelmente até os anos 1940

¹¹⁷ Neste período pós guerra, muitas empresas de imigrantes alemães foram nacionalizadas. Várias empresas consideradas estrangeiras foram expropriadas pelo governo brasileiro e depois foram repassadas para empresários brasileiros. Houve um processo de nacionalização de empresas imigrantes. Mamigonian, março 2007

A efetiva participação do Estado de Santa Catarina no planejamento econômico do país (os planos nacionais) é verificada pela construção de infra-estruturas urbano-industrial (rodovias, sistema de energia elétrica etc.) para viabilizar os investimentos do capital industrial (nacional e externo) através da promoção da integração nacional (mercados consumidores e fornecedores de matéria prima). Apesar da concentração industrial em São Paulo, destaca-se na periferia a indústria catarinense que ingressa no mercado externo, tomando o lugar das tradicionais exportações de madeira.

3.3.1 Contribuição de Armen Mamigonian - Pequena Produção Mercantil¹¹⁸

“... falar em modelo catarinense de desenvolvimento nos parece restritivo, pois o fator fundamental, a pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo Paraná...”

Com o objetivo de esclarecer questões de suma importância para a recaptura da história da formação econômica catarinense, os trabalhos desenvolvidos e elaborados na seção Indústria do Atlas de Santa Catarina (1986), por Armen Mamigonian, respondem a indagações como que ramos industriais se manifestam nestas regiões e quais suas características de funcionamento geoeconômico; quais as inserções das indústrias catarinenses na divisão nacional e internacional do trabalho, à medida que elas são crescentemente exportadas; se haveria um modelo catarinense de desenvolvimento; e também da validade das interpretações centro-periferia (interpretação cepalina) ou da interpretação shumpeteriana de valorização dos empreendedores.

O ponto de partida do processo de industrialização do Sul do Brasil vem a ser o tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização na região: o estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (p. ex. os agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho), a partir da origem européia, já em processo de industrialização.

¹¹⁸ ATLAS DE SANTA CATARINA. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. **Indústria**. MAMIGONIAN, Armen (UFSC).

Esta pequena produção mercantil foi fator fundamental para entender o êxito de industrialização de Novo Hamburgo, Caxias do Sul (RS) e de Blumenau, Joinville (SC).

Segundo o autor, foram os mestres-artesãos-têxteis (Hering, Dohler e Schlosser), forçados a sair das áreas têxteis européias no final do século XIX (período de crise), e ao se estabelecerem em Blumenau, Joinville e Brusque, respectivamente, puderam contar com compradores certos para seus produtos, os agricultores locais, e encomendar aos carpinteiros a construção de teares manuais de madeira; porém dependiam de poucos e difíceis recursos em dinheiro, obtidos localmente depois de vários tipos de trabalhos e de fios de algodão importados da Europa pelo aparelho de intermediação comercial solidamente estabelecido nas principais praças portuárias brasileiras, sobretudo RJ. Também no Sul do Brasil surgiu uma geração precoce de indústrias ligadas ao capital comercial (Rio Grande, Porto Alegre, Florianópolis, Itajaí), sendo que na capital catarinense a poderosa firma comercial Hoepcke investiu em fábricas de pregos, de bordados e estaleiro naval. Estas indústrias sofreram mais fortemente as crises e muitas desapareceram.

Primeiramente, têm-se as indústrias que das áreas de colonização alemãs de Santa Catarina, que nasceram, em geral, pequenas e tiveram que realizar um longo aprendizado local de resistência e lenta expansão inicial. Elas foram fornecidas pela conjuntura de depressão do comércio internacional (1873-1896), que além de criar barreira protecionista natural decorrente da pobreza cambial, reforçou a política fiscal sobre impostos de importação. Como estas indústrias mantiveram-se sempre vinculadas à Alemanha, visando a permanente atualização das máquinas e das técnicas e por outro lado precocemente em relação ao Rio Grande do Sul os políticos destas regiões como Lauro Muller, Felipe Schmidt e C. Renaux, chegaram a ter influência estadual e federal; o crescimento destas indústrias foi lento e seguro, alcançando o mercado do Sul do Brasil e às vezes do Rio de Janeiro e São Paulo antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.

Na seqüência, houve o surgimento da produção carbonífera em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, pois a conjuntura da Primeira Guerra Mundial foi muito favorável às indústrias de origem da colonização alemã e deu oportunidade à indústria carbonífera. Os grandes armadores do Rio de Janeiro, como Henrique Lages, ficaram vulneráveis à queda das importações de carvão-vapor europeu necessários às caldeiras dos seus navios, e assim investiram maciçamente na abertura de minas, iniciando-se em 1917 a produção comercial. No pós-guerra a situação tornou-se crítica, mas a Revolução de 1930 estabeleceu a

obrigatoriedade do consumo de 10% de carvão nacional em 1931, elevado a 20%, em 1937, garantindo a rentabilidade dos negócios. A Segunda Guerra Mundial permitiu novas substituições de importação e o aparecimento de empreiteiros locais como Santos Guglielmi e Diomício Freitas, que acabaram criando empresas poderosas. O funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em 1945, abriu à Santa Catarina a exclusividade do mercado de carvão-coque nacional e a implantação de uma filial-mineradora da CSN (Cia. Próspera) que depois passou a escoar a produção de carvão-vapor a uma usina termoelétrica de 25.000 KW.

A terceira grande região industrial de Santa Catarina é o Oeste, onde se processa um crescente sistema de integração e aprisionamento dos colonos aos frigoríficos (suínos, frangos, perus, etc.). Trata-se do caso mais acabado de agroindústria no Sul do Brasil, onde surgiram vários negócios de pequeno e médio porte que acabaram desembocando nos últimos anos em crescente concentração nas mãos de três grandes grupos: Sadia-Transbrasil, Perdigão Agroindustrial e Seara, do Grupo Hering¹¹⁹. Os frigoríficos de suínos surgiram nas décadas de 30 e 40, como prolongamento de duas atividades: a) comercial, de compra aos pequenos colonos e venda de porcos aos frigoríficos paulistanos, como Swift e Armour; b) frigorificação, já existente no Vale do Itajaí, e sobretudo no norte do Rio Grande do Sul (de onde provinham os colonos e os comerciantes) e a remessa de banha e carne ao mercado paulistano. A integração acima referida se acelerou com a implantação pelas firmas, na década de 1960, de modernos abatedouros de frangos, que visavam prender na região os colonos com poucas terras.

Assim como as indústrias de Santa Catarina, implantadas por alemães, foram concorrendo e ganhando os mercados das firmas paulistanas como malharia e felpudos, os frigoríficos do Oeste também concorreram e venceram as firmas gaúchas, por estarem mais bem localizadas, e contarem com matéria-prima mais barata, foram afastando Minas Gerais do mercado paulistano, substituindo o fornecimento de banha por salamaria mais refinada. Os estágios nos frigoríficos da Dinamarca, Estados Unidos, entre outros foram o caminho para o aprimoramento da produção.

Distantes do mercado consumidor as empresas catarinenses em geral tiveram que se aprimorar permanentemente, renovando máquinas e métodos de trabalho, enquadrando a mão-de-obra-, rebaixando custos. Contaram com relações de trabalho favoráveis, pois a

ideologia do trabalho dos colonos italianos, sobretudo alemães foi transferida aos seus filhos e netos, os operários. Portanto, não é de surpreender que a Artex tenha sido pioneira em 1958 na exportação de felpudos ao mercado americano. Com a crise de 1965-66 a empresa blumenauense ampliou sua presença e foi abrindo espaço para outras firmas catarinenses, já então com incentivos de exportação, tendo criado uma *trading-company* muito dinâmica.

Os incentivos fiscais (Sudene) e abertura do capital das empresas catarinenses aos fundos de investimento, o acesso crescente aos mercados estrangeiros e a adoção pelo governo do sistema *draw-back* facilitando as importações de máquinas mais modernas, o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina-FUNDESC e o Programa Especial de Capitalização e Apoio a Pequena Empresa permitindo desconto de 10% no ICM estadual, o apoio técnico do Departamento de Mecânica da UFSC, os treinamentos realizados pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina-CEAG/SC, o arrocho salarial e a disciplina no trabalho, permitiram a estas firmas, no após 1964, dar um salto qualitativo frente às concorrentes nacionais.

Pode-se concluir e lembrar que são muito difundidas duas análises a respeito da indústria catarinense: a) a que tem a tendência de exaltar as especificidades regionais, valorizando a capacidade empresarial, o espírito de disciplina e de organização; b) a que tem tendência de ver Santa Catarina como um apêndice industrial do Brasil-Sudeste, sobretudo de São Paulo, e por este explorado.

A primeira visão origina-se das primeiras colocações a respeito da origem artesanal da Indústria do Sul do Brasil e atende parcialmente, às necessidades ideológicas dos grupos empresariais. A segunda estimula uma visão de tipo centro-periferia cepalino, minimizando, como no primeiro caso, as relações sociais na gênese, na evolução e no presente da indústria catarinense e também serve, como na primeira análise, a um certo tipo de regionalismo conservador.

As Tabelas 34, 35, 36 e 37 mostram um panorama do setor industrial catarinense e sua distribuição regional. Mostra-se, também, uma comparação dos valores do estado de Santa Catarina em relação ao Brasil.

¹¹⁹ Note-se que estes três grandes grupos do cenário agroindustrial sofreram transformações quer seja na abertura e internacionalização do capital e transformação em sociedades anônimas, quer seja através da venda de parte ou da totalidade do patrimônio a grandes empresas multinacionais.

Tabela 34 - Principais municípios (de SC) consumidores de eletricidade (MAMIGONIAN, 1986)

MUNICÍPIOS	1975	1980	1985
Joinville	260.458	520.319	686.045
Blumenau	218.615	394.228	590.556
Criciúma	100.077	236.985	378.571
Florianópolis	101.158	199.147	274.530
Brusque	50.079	103.611	154.892
Itajaí	67.857	118.136	142.424
Tubarão	36.022	90.106	141.711
Chapecó	29.184	72.779	112.527

FORNTE: CELESC

Tabela 35 - Participação dos ramos (%) nos valores industriais totais de SC e BR (MAMIGONIAN, 1986)

RAMOS	1940		1980	
	SC	BR	SC	BR
Têxtil	22,1	23,1	14,4	6,4
Vestuário art. têxteis	1,7	4,7	9,2	3,9
Química*	3,4	9,1	6,1	20,4
Mobiliário	2,6	1,6	2,9	1,5
Metalurgia	3,5	6,3	6,2	13,7
Mecânica	0,9	1,1	7,2	7,6
Plásticos	—	—	5,1	2,0
Mat. elétrico-comunicações	—	0,9	2,4	5,2
Mat. transporte	0,6	3,0	2,2	7,8
Ind. Transf. SC/Brasil	1,8	100	3,9	100

* Incluiu em 1940 produtos farmacêuticos-veterinários/perfumaria-sabões-velas, excluídos em 1980 (que inclui óleo de soja processado quimicamente)...

Tabela 36 - Participação dos ramos industriais de transformação no Brasil (%) e em Santa Catarina (%), de 1940 a 1980, conforme valor da produção (MAMIGONIAN, 1986)

RAMOS	1940		1950		1960		1970		1980	
	BR	SC								
Extração de Minerais							1,6	3,9	1,4	1,4
Transf. minerais não met.	3,7	1,8	4,5	2,2	4,5	3,4	4,2	3,8	4,2	5,4
Metalurgia	6,3	3,5	7,6	3,0	10,5	4,8	12,4	5,1	13,7	6,2
Mecânica	1,1	0,9	1,6	1,5	2,8	2,0	4,0	5,8	7,6	7,2
Mat. Elétrico/Comunicação	0,9	0,0	1,4	0,2	4,0	1,7	4,7	1,4	5,2	2,4
Material Transporte	3,0	0,6	2,3	0,4	6,8	0,6	8,2	2,3	7,8	2,2
Madeira	2,9	14,8	3,4	20,8	2,6	20,8	2,3	18,4	2,0	9,0
Mobiliário	1,6	2,6	1,7	1,7	1,8	2,4	1,8	2,7	1,5	2,9
Papel/papelão	1,8	1,2	2,0	2,2	3,0	5,7	2,4	5,9	2,7	5,0
Borracha	0,6	0,0	1,6	0,0	2,5	0,1	1,7	0,3	1,5	0,2
Couros, peles, etc.	1,9	2,3	1,5	1,5	1,1	1,0	0,7	0,7	0,5	0,3
Química * (obs.)	9,1	3,4	8,6	8,6	10,9	2,4	13,0	2,4	20,4	6,1
Perfumaria, sabões, velas					1,5	1,1	1,4	0,5	0,8	0,1
Prod. Plásticos					0,7	0,8	1,7	4,9	2,0	5,1
Farmacêutica, Veterinária					2,0	0,4	2,1	0,4	1,1	0,1
Têxtil	23,1	22,1	18,7	17,4	12,5	16,3	9,3	16,0	6,4	14,4
Vestuário, calçados, etc.	4,7	1,7	4,3	1,2	3,4	1,3	3,4	1,3	3,9	9,2
Prod. Alimentares	31,5	36,9	32,0	33,7	24,2	29,3	20,2	22,8	13,9	19,5
Bebidas	2,6	2,8	3,1	2,3	2,4	1,7	1,9	1,0	1,1	0,5
Fumo	1,8	0,9	1,4	0,3	1,1	1,5	1,0	2,7	0,6	1,8
Editorial e gráfica	2,6	0,8	2,8	0,9	2,3	0,9	2,5	0,6	1,6	0,5
Diversos	0,9	2,6	1,4	2,1	1,3	2,1	1,6	1,5	1,5	1,4
Total – Santa Catarina/Brasil		1,8		2,2		2,2		2,5		3,9

Obs.: * Química em 1940 e 1950 inclui os três ramos seguintes.

**Tabela 37 - Centros industriais e seus principais ramos, 1980
em % do valor da produção (MAMIGONIAN, 1986)**

CENTROS INDUSTRIAIS E RAMOS	JOINVILLE	BLUMENAU	JARAGUÁ DO SUL	CRICIÚMA	LAGES	BRUSQUE	CHAPECÓ	CONCÓRDIA	VIDEIRA	SÃO BENTO DO SUL	GASPAR	ITAJAI	TUBARÃO	JOAÇABA	URUSSANGA	CAÇADOR	CANOINHAS	RIO NEGRINHO
Pessoal Ocupado (1000)	39,3	35,4	12,7	15,4	8,3	9,1	4,1	3,4	2,9	10,0	4,0	5,2	4,3	2,3	4,4	5,3	4,0	4,1
Valor Produzido (Cz\$ milhões)	74,4	66,3	17,9	16,5	16,0	12,4	12,3	10,7	10,3	9,2	7,7	7,1	5,9	5,2	5,2	4,4	3,8	3,8
Valor sobre S. Catarina (€)	19,5	17,4	4,7	4,3	4,2	3,2	3,2	2,8	2,7	2,4	2,0	2,0	1,5	1,4	1,4	1,2	1,0	0,8
extração mineral				21,4									6,7		24,1			
transf. min. não-metálico		1,4		28,1			1,9			7,3		20,8	24,4		60,9			7,8
metalurgia	19,9	3,7	5,6										25,4	3,0				
mecânica	23,7	1,5	2,9	3,4	3,3	2,5		1,7				4,5	8,3	14,7	4,5	9,9	3,3	
mat. elétrico/comunicações	1,8		30,4									6,4						
mat. transporte	7,2						1,5					5,8	2,5					
madeira					22,2		1,8	1,7	3,4	4,2		4,0	3,2	4,9		42,6	70,7	9,8
mobiliário										56,1		2,8				6,4		65,5
papel e papelão					51,1							9,3		5,2		15,8		
química	2,3			13,0	4,9						41,0							
plásticos	20,8			8,5								3,1						
têxtil	8,7	44,1	10,6			78,7				3,9								
vest., calç., art. têxteis	6,9	28,3	24,6	3,8		8,4				13,3	33,7							
prod. alimentares	2,8	2,7	12,6	9,6	10,7		77,3	93,7	82,9		15,8	36,0	4,5	7,9		12,2	2,8	19,4
bebidas									2,6									
fumo (aproximado)	6,6					5,3							17,0					
diversos		4,6								9,2								

3.3.2 Contribuição de Ondina Pereira Bossle¹²⁰

A trajetória, desde a formação da indústria catarinense à sua maturidade, apresenta particularidades distintas dos modelos de análise generalizados para outras regiões¹²¹

Bossle faz um panorama da história de industrialização catarinense, resgata a reflexão sobre a origem do capital regional, ressalta que ação empreendedora dos imigrantes europeus - alemães e italianos - que ao seu *know how* e experiência somaram criatividade, perseverança e muito trabalho e percebem-se como centro na origem do empresariado catarinense.

Segundo sua pesquisa, a indústria catarinense não teve suas raízes implantadas nas interrelações binômicas do café-indústria, mas sim na relação do com importador e exportado, adicionada à experiência e visão empresarial dos imigrantes. De uma economia de

¹²⁰ RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

¹²¹ BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense (das origens à integração no desenvolvimento brasileiro) de 1880 a 1945**. Ed. comemorativa 50 anos Confederação Nacional da Indústria, 1988. 38 anos Federação as Indústrias do Estado de SC. Federação das Indústrias do Estado de SC mandato: 12 ago 86 a 12 ago 89

subsistência criaram-se excedentes proporcionando o surgimento do comércio, primeiro entre o campo e a cidade e posteriormente interestadual. Com o desenvolvimento do comércio, já em bases monetárias, acumulou-se capital necessário para uma incipiente indústria de origem familiar, nos primórdios dos anos 1880.

A fase colonial - economia de subsistência em Santa Catarina

Bossle acredita que a economia catarinense caracterizava-se na sua primeira fase de vida econômica como de subsistência, ao nível de consumo local. A sua estrutura de produção, comércio e relação de trabalho eram próprios do seu meio econômico. Tendo um sistema de produção baseado na pequena propriedade e voltado para o consumo próprio não se poderia ter outra forma de economia que não fosse de subsistência. Seu comércio restringia-se ao mercado local, com algumas incursões ao resto do país e muito esporadicamente ao exterior.

Tal panorama perdurou até aproximadamente 1850, quando ocorreu a nova imigração estrangeira, que começou a modificar os padrões de interesse e conhecimentos. Convencionou-se chamar esse novo período da vida econômica catarinense de segunda fase econômica.

Entretanto, não é unívoca a doutrina sobre este tema e, para Américo de Costa Souto, a economia catarinense não era apenas de subsistência, mas seu papel desde o início de sua formação era complementar as necessidades do centro dinâmico exportador. Assim havia produtos alimentícios que atendessem as necessidades da população envolvida numa produção para exportação. Havia excedente e este era direcionado ao setor externo.

Os primórdios da participação da economia catarinense

O novo contingente populacional (colonos alemães e italianos) e o conseqüente aumento demográfico proporcionaram condições para que se ampliassem os mercados locais, aumentasse a demanda de mão de obra e separasse as atividades entre o campo e a cidade. Também determinou a separação paulatina da atividade artesanal da atividade agrícola.

As regiões que registraram maior concentração de imigrantes foram Vale do Itajaí e Nordeste do Estado. Enquanto os italianos se dirigiram aos campos, dedicando-se à agricultura, os alemães estabeleceram-se nos centros das colônias e arredores, o que deu origem aos futuros empreendimentos industriais.

A agricultura diversifica-se impulsionando as exportações. Cresceu o excedente econômico e a produção comerciável foi inserida num quadro mais amplo, na economia de mercado interno e externo.

A farinha que ocupava o primeiro lugar em 1854-55 perde lugar para produtos semimanufaturados - banha, madeira e erva-mate. Liderando o comércio da erva-mate, Joinville passou a escoar seu produto pelo Porto de São Francisco. Itajaí, além de produção animal, também exportava madeira. Ao norte estava a região de expressiva representatividade econômica em Santa Catarina e a região sul continuava a lembrar os açorianos, com suas técnicas rudimentares e sua monocultura.

A Tabela 38 mostra os principais produtos exportados por Santa Catarina nos períodos: de 1854 a 1855 e de 1880 a 1886.

Tabela 38 - Principais produtos exportados por SC - Valores em Contos de Réis (BOSSLE, 1988)

PRODUTOS	ANOS 1854-1855(1)	%	ANOS 1880-1886(2)	%
	VALOR ABSOLUTO		VALOR ABSOLUTO	
MADEIRAS	8.051 \$929	14,90	278.964\$276	20,83
MINERAIS	12.797\$334	23,80	—	—
ERVA-MATE	—	—	251.146\$776	18,75
FARINHA	26.069\$029	48,40	205.1 80\$858	15,32
ARROZ	3.962\$650	7,40	172.788\$200	12,90
COUROS	1.740\$160	3,20	104.992\$012	7,84
AÇÚCAR	—	—	77.729\$330	5,80
BANHA	—	—	71.041 \$100	5,30
MANTEIGA	—	—	67.035\$500	5,00
CHARUTOS	—	—	20.335\$000	1,50
AGUARDENTE	537\$390	1,00	12.697\$220	0,94
TAPIOCA	—	—	10.314\$600	0,77
CAFÉ	412\$000	0,80	8.091 \$000	0,60
FEIJÃO	—	—	8.074\$080	0,59
MILHO	—	—	10.746\$760	0,76
TOUCINHO	—	—	8.918\$400	0,61
FUMO	—	—	6.758\$190	0,50
OUTROS	256\$880	0,50	34.296\$640	2,54
TOTAL	53.827\$292	100,00	1.339.108\$942	100,00

O comércio foi conduzido no sentido de acumular capital, dando origem aos futuros empreendimentos industriais. Através da Tabela 39, verifica-se a evolução do número de estabelecimentos fundados em Santa Catarina no período entre 1880 e 1914.

Tabela 39 - Estabelecimentos fundados e participação em relação ao Brasil (BOSSLE, 1988)

PERÍODOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS	A%	B%
1880 -1884	15	17,4	10,0
1885 -1889	10	11,6	4,0
1890 -1894	30	35,0	6,6
1894 -1899	31	36,0	6,5
TOTAL	86	100,0	6,5
1900 -1904	95	24,4	8,8
1905 -1909	102	26,0	7,5
1910 -1914	195	49,6	3,7
TOTAL	392	100,0	100,0

A — Corresponde ao % em relação ao total dos estabelecimentos fundados em Santa Catarina.
 B — Participação % em relação ao total do Brasil. Fonte: Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. 1920. II Parte: vol.II, pp. 244-245. Recenseamento Geral do Brasil — 1940. Série Nacional — vol. III, p. 445. Censo Industrial SC - 1940, p. 326-327

Os setores têxtil e de alimentação apresentaram crescimento vigoroso de produção no período de 1920 a 1929. Já a produção de carvão nesse período apresentou índices de crescimento muito menores que os setores industriais. A Tabela 40 mostra os valores do crescimento percentual da produção industrial catarinense de 1920 a 1929.

Tabela 40 - Crescimento da produção industrial Catarinense: 1920 - 1929 (em %) sobre o valor total da produção de cada ano (BOSSLE, 1988)

		ANOS				
Indústrias		1920	1921	1925	1928	1929
1	Têxtil	14,30	8,50	43,54	40,78	41,67
2	Mobiliário	1,09	1,00	4,68	5,96	6,53
3	Alimentação	54,30	30,42	23,85	23,38	30,84
4	Metalurgia	3,20	2,00	4,68	3,09	3,68
5	Bebidas	—	—	12,38	6,96	7,60
6	Carvão	3,0	0,05	5,02	0,78	0,84

De 1938 a 1942, com exceção da erva mate e de laticínios, nota-se intenso crescimento das exportações de Santa Catarina tanto em quantidade como em relação aos valores. A Tabela 41 ilustra o período de 1939 a 1942, utilizando-se o valor do ano de 1938 como base.

Tabela 41 - Produtos exportadas por Santa Catarina 1938-1942 (BOSSLE, 1988)

PRODUTOS	NÚMEROS-ÍNDICES (1938 = 100)							
	QUANTIDADE				VALOR			
	1939	1940	1941	1942	1939	1940	1941	1942
Carvão de pedra	116	142	211	284	112	118	309	446
Madeiras	123	101	120	116	115	97	161	234
Artefatos de madeira	128	129	150	146	125	127	192	264
Farinha de mandioca	123	135	145	124	101	99	120	128
Arroz	113	67	109	114	83	49	128	186
Erva-mate	68	60	74	89	107	101	130	150
Feijão	180	183	207	267	240	271	287	316
Açúcar	65	73	92	111	64	58	95	131
Banha de porco	103	9	101	96	91	74	99	127
Féculas e polvilho	118	180	229	111	110	152	306	148
Artefatos de algodão	127	105	129	135	111	117	153	201
Papel e papelão	134	104	129	126	101	132	171	228
Artefatos de ferro e aço	156	160	221	192	187	238	415	526
Peles e couros	97	83	121	135	110	98	145	175
Laticínios	88	99	81	64	87	107	92	74
Outros produtos	104	121	122	129	102	103	132	185
Total	117	115	145	162	106	103	151	200

As origens do capital catarinense

A implantação da indústria catarinense ocorreu com a junção de diversos fatores: a acumulação do capital fruto do intercâmbio comercial entre os colonos (rural-urbano), o comércio de importação e exportação e a experiência profissional e inovação empresarial dos imigrantes (alguns já tinham sido industriais na Alemanha ou trabalhavam como artesãos e recebiam as primeiras orientações do país de origem além das futuras máquinas industriais.)

Entre os empreendimentos industriais com origem no capital industrial oriundos do comércio de importação e exportação, alguns exemplos: Empresa Têxtil Buettner & Cia Ltda. - Brusque 1892; Indústrias Carlos Renaux S A - Brusque 1890; Firma Carl Hoepcke & Cia - esta firma possuía alguns navios. Com a acumulação do capital foram fundadas a Fábrica de Pregos Rita Maria e a Fábrica de Rendas e Bordados e criado o estaleiro Arataca. Alguns exemplos ligados à experiência profissional e o conhecimento técnico dos imigrantes: Cia

Hering Ltda. 1910; Karsten 1881; Schlosser (Brusque) 1911. A Tabela 42 lista os principais complexos industriais de Santa Catarina fundados na década de 1920.

Tabela 42 - Empresas industriais fundadas na década de 1920 (BOSSLE, 1988)

Empresa	Ano
Fábrica de Acolchoados— Viúva Altemburgo	1922
Fábrica de Gaitas Hering S.A	1923
Fábrica de Chocolates Saturno S.A	1923
Fábrica de Chapéus Nelsa S.A	1923
Fábrica de Bordados e Cadarços Haco SÁ	1924
Fábrica de Pás e Ferramentas Agrícolas Staedele & Cia	1925
Fábrica de Tecelagem Kuehnrich S.A	1926
Indústria de Malhas Thieman	1927
Fábrica de Papelão Timbó S.A	1928
Fábricas de Chocolates Sander SÁ	1928
Fábrica de Móveis Rossmarch Ltda	1929
Malharia Blumenau S.A	1929

Observou-se que os empreendimentos industriais dirigidos para o ramo têxtil foram, na sua maioria, originários da experiência profissional e conhecimento técnico-industrial, aliados ao trabalho. Esta experiência associada a um pequeno recurso na forma de capital formaram a base do capital industrial catarinense.

As condições da primeira guerra e a indústria catarinense

À sombra da política de valorização do café, a industrialização nacional se desenvolve. Aproveitam-se as fases em que o câmbio é valorizado e as tarifas mais baixas para importar os bens de capital a preços mais acessíveis compondo assim a capacidade produtiva.

A crise externa gerada pela 1ª Guerra Mundial restringiu-se no caso catarinense à utilização da capacidade produtiva instalada no período que a antecedeu, quando a substituição da importação impõe a natural valorização do produto nac. Por esta conseqüente valorização, a produção industrial se eleva satisfatoriamente, canalizando lucros que foram alocados em novos investimentos manufatureiros mais diversificados e dando espaço par empreendimentos industriais que atendiam naquele período a nível local com equipamentos ainda artesanais.

Os lucros auferidos no transcorrer da 1ª Guerra Mundial e reaplicados na década de 1920 foram estimulados pela alternância da política cambial, que compensava as indústrias pré-existentes pela desvalorização e as novas pela valorização do mil réis. Para as primeiras, correspondia a uma maior oportunidade de aproveitar a sua capacidade produtiva, intensificando a produção. Enquanto às recém-instaladas, os investimentos eram facilitados pela importação. Pelas evidências produzidas pelos indicadores utilizados, demonstrou-se que em Santa Catarina não ocorreu estagnação industrial no período pós 1ª Guerra Mundial.

O contínuo crescimento da indústria catarinense permitiu o início de sua inserção no desenvolvimento brasileira, com todos os riscos das crises internacional que afetam naturalmente a conjuntura econômica de um país dependendo do comércio exterior. Contudo, apesar dos riscos, por sua estrutura industrial e independência do comércio cafeeiro, estas crises tiveram proporcionalmente pouco impacto na economia catarinense, Se em 1921-22 a crise chegou a ser sentida, o mesmo não ocorreu em 1929, quando o comércio exportador catarinense, já refeito do primeiro susto, conseguiu manter-se sem grandes traumas.

Quanto à política de recuperação, aplicada pelo gov na década de 1930 embora com intuito implícito de proteger o setor exportador cafeeiro, possibilitou o reconhecimento nacional e internacional dos produtos têxteis, enquanto incentivou tanto a produção carbonífera quanto a indústria metalúrgica, Assim se a depressão de 1929 não motivou a transferência de outros recursos para o setor industrial, o conjunto de medidas em favor da recuperação econômica foi a patrocinadora destas transformações econômicas, cabendo a Santa Catarina completar a integração no mercado nacional iniciado interiormente.

As condições da segunda guerra e a indústria catarinense

A indústria catarinense adaptara-se a conjuntura da guerra, mantendo a produção dos produtos tradicionais em alta, como os têxteis e promovendo a ascensão de outros, como o aço e o papel.

Os obstáculos comerciais provocados pela 2ª Guerra Mundial provocaram, de imediato, a interrupção do crescimento industrial que se processava nos anos 30. Havia que se compensar a falta dos equipamentos importados. Técnicos catarinenses realizavam reparos nas máquinas industriais e criavam novas peças que substituíam as importadas. Com a substituição das importações e a fabricação de agulhas e outras peças aqui mesmo, pôde a

indústria catarinenses enfrentar com firmeza alguns problemas que a 2ª Guerra Mundial trouxera.

Enquanto as importações de equipamentos e matéria prima se reduziam, aproveitava-se para substituir alguns produtos estrangeiros que dominavam o mercado nacional. Assim, por exemplo, estimulou-se a indústria de papel e papelão. Santa Catarina possuía grandes reservas florestais de pinho e quedas d'água capazes de fornecer energia elétrica a baixo preço, assim tinha a possibilidade de substituir a celulose importada. Empresas empenharam-se na industrialização desse produto no Oeste e no Vale do Rio do Peixe: João Meneses, Primo Tedesco, Fernando Pacaccione, Nelson Vieira da Costa, Indústria de Papel Ltda.

Também no Vale do Rio do Peixe duas indústrias de derivados de animal se formavam: Perdigão em 1940 e Sadia em 1942. E ainda um novo ramo se inclui, em 1945, inaugurava-se em Blumenau a fábrica da conhecida Porcelana Schmidt.

Ao terminar a 2ª Guerra Mundial encontra-se a indústria têxtil consolidada, a carbonífera na conquista de maiores garantias, as indústrias de avicultura e suinocultura despontando para o futuro, o aço tentando ocupar melhor posição ao lado de outros concorrentes.

3.3.3 Contribuição de Alcides Goularti Filho¹²²

Na literatura sobre a história econômica de Santa Catarina existem basicamente duas macro periodizações estabelecidas uma pela Ceag/SC (1980) e outra por Cunha (1982 e 1992). Alcides Goularti Filho contribui para o entendimento das predominâncias no processo de formação economia de Santa Catarina, elaborando uma nova periodização com base no padrão de crescimento.

Primeiro período 1880-1945

Momento em que nasce e cresce o capital industrial, predominando um padrão de crescimento baseado na pequena produção e no capital mercantil. Originam-se e crescem em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e a moveleira também nascem nesse período, porém apenas posteriormente apresentarão um crescimento mais acelerado. A periodização se inicia com a chegada de novos imigrantes no

¹²² GOULARTI Filho Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

norte e sul do Estado e a fundação e ocupação da Colônia Militar de Chapecó no oeste, ou seja, um critério demográfico e social.

Neste período ocorre a integração comercial catarinense no mercado nacional. No início do século XX começam a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 1960 – têxtil, madeireiro e alimentar. Segundo o Censo Industrial de 1905 e 1920, entre 1880 e 1899, foram fundados apenas 86 novos estabelecimentos industriais em Santa Catarina. Em compensação de 1900 a 1914, surgiram 392 novos estabelecimentos. Santa Catarina respondeu positivamente ao aumento da demanda nacional após 1915. O forte dinamismo interno facilmente interagiu com os novos dinamismos da economia nacional.

No que tange às indústrias originárias em Santa Catarina esta está nos segmentos extrativos (erva-mate, madeira e carvão), alimentar (farinha, açúcar e derivados de suínos) e têxtil. Além desses setores manufatureiros também se destacava a pecuária extensiva nos Campos de Lages.

Durante o período de 1880 a 1945, originam-se e crescem em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e a moveleira também nascem nesse período, porém apenas posteriormente apresentarão um crescimento mais acelerado. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais-demográficas em Santa Catarina – a primeira com a entrada de imigrantes europeus, de 1875-1900, no Vale do Itajaí, norte e sul e que se estende em ritmo desacelerado até o início dos anos 1920 e a segunda com o movimento migratório de imigrantes e descendentes provenientes do Rio Grande do Sul em direção ao oeste catarinense a partir de 1917 e estendendo-se até os anos 1950 e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista.

As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental para fixar os imigrantes nas colônias catarinenses no final do séc. XIX, nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma e nos anos 1920 até os anos 1950 no oeste.

Em 1894, em Hamburgo, no Império Germânico, foi criada a primeira delas, a Sociedade Colonizadora que ficou encarregada de trazer os primeiros imigrantes alemães para o Brasil, fundando em Santa Catarina a Colônia Dona Francisca em São Bento do Sul. Em

1895 foi firmado um acordo entre a Sociedade e o governador Hercílio Luz que tinha sido Comissário de Terra em Blumenau, estabelecendo a base de uma futura colonização em larga escala. Foram concedidos 650 mil hectares de terra, a concessão para a construção de uma ferrovia, a transferência de cinco mil hectares da colônia Dona Francisca e de São Bento do Sul e os edifícios da antiga Sociedade Colonizadora. A partir da concessão desses direitos, foi criada em 1897 a Sociedade Colonizadora Hanseática, responsável pela colonização do interior da região de Blumenau e Joinville.

No sul do Estado, basicamente todas as colônias eram oficiais. A única a ser demarcada por uma companhia privada foi a de Nova Veneza em 1891, colonizada pela Companhia Metropolitana, que tinha adquirido os direitos da empresa norte-americana Ângelo Fiorita & Cia. A colônia de Nova Veneza ficou sob administração da Cia. Metropolitana até 1894, quando foi completamente abandonada pela companhia. Em 1904, a Cia. Colonizadora Hanseática recebeu a concessão pra construir e explorar uma estrada de ferro na região de Blumenau, porém após dois anos, a concessão foi repassada à sociedade anônima Estrada de Ferro Santa Catarina, com sede em Berlim. Em 1910 foi entregue o primeiro trecho ligando Blumenau a Harmonia (atual Ibirama). Pelo fato de a ferrovia pertencer à capital alemã, no final da 1ª Guerra Mundial ela foi encampada pelo governo federal e repassada ao estadual em 1921. Juntamente com a ferrovia, também foi encampada a Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Itajaí-Blumenau que explorava os serviços de transporte de passageiros e cargas.

Para transportar o carvão no sul do Estado, foi construída por uma empresa britânica a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, iniciada em 1880 e inaugurada em 1884, ligando Passo Dois (atual Lauro Muller) aos portos de Laguna e Imbituba, numa extensão de 117,6 km. Em 1903, o governo encampa a ferrovia e três anos mais tarde repassa a concessão à EFSPRG, que repassa em 1918 para CBCA, que fica com o direito de exploração até 1957, quando a RFFSA a assume definitivamente.

Para escoar a produção de erva-mate do planalto norte de Santa Catarina e do sudeste do Paraná e para promover a colonização na região foi construída a Estrada Dona Francisca, ligando São Bento Sul a Joinville, iniciada em 1852 e concluída em 1873, numa extensão de 100 km, que na época era considerada a segunda estrada carroçável e a segunda maior obra rodoviária do Império.

Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação da economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial dos anos 1920 exigia a continuidade do processo de crescimento porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, as bases produtivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas e somente a partir de 1945 começaram a mudar a estrutura econômica do Estado barriga-verde, com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica em Joinville, com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto e das cerâmicas no sul. A participação no VTI da indústria dinâmica simplesmente passou de 18,76% em 1949 para 26,28% em 1959. A indústria catarinense estava se consolidando e começava a criar outra base produtiva capaz de comandar o processo de acumulação.

O pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações. O capital-dinheiro concentrado nas mãos dos pequenos capitalistas transformou-se rapidamente em capital-industrial. É a partir desse desdobramento que nasce o grande capital industrial em Santa Catarina. E é o capital industrial juntamente com o mercantil que será o móvel de acumulação no período de 1945 a 1962, um período de transição para a fase de integração e consolidação da indústria catarinense.

Segundo período 1945-1962

É o período das novas indústrias e é marcado pela ampliação de diversificação da base produtiva, quando começam a surgir elementos de um novo padrão de crescimento, baseado no capital industrial de médio e grande porte, porém no qual ainda perduram elementos do padrão anterior, ou seja, trata-se de uma fase transitória. O critério utilizado foi o econômico, baseado nas transformações da base produtiva.

Dentro de uma perspectiva nacional, a industrialização, a urbanização e a integração nacional são três diferentes aspectos de um mesmo processo de crescimento articulado entre as unidades federativas, formando um sistema nacional de economia. O comando deste sistema é bem definido (do ponto de vista político = Estado-nação, do ponto de vista industrial = o D1 e do espacial = o Estado de São Paulo). Com a industrialização pesada, são intensificadas as trocas comerciais entre as unidades subnacionais, beneficiando todo o Brasil. As exigências de novas mercadorias demandadas pela urbanização e pela industrialização geraram uma onda de novos investimentos em todo o território nacional. Dependendo da estrutura fundiária ou

da disponibilidade de recursos, muitos Estados aprofundaram suas especialidades e outros se diversificaram. MG, RS e SC se enquadram no segundo grupo.

A diversificação e a ampliação da estrutura industrial catarinense iniciada nos anos 1940, primeiramente deve ser entendida dentro desse contexto mais amplo, e em seguida vem a capacidade interna dos agentes locais – o Estado – em dinamizar a economia vinculando-a ao movimento geral de acumulação. Esse dinamismo interno tem a ver com a estrutura da propriedade, que permitiu uma ação pulverizada, gerando condições internas para iniciar um processo de diversificação produtiva. Mesmo com uma aceleração mais lenta – comum nas estruturas pulverizadas – a própria ganhou dimensão de grande empresa, formando grupos econômicos fortes capazes de anular concorrentes tradicionais.

Nesse período transitório de diversificação e ampliação que se inicia em meados dos anos 1940 e se estende até o início dos anos 60, surgem três novos setores que serão responsáveis pela mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina – metal-mecânico, cerâmico e o papel e pasta mecânica.

Terceiro período 1962-1990

Trata-se do momento de integração e consolidação industrial, e utiliza-se do critério político, pois nele começam efetivamente as realizações do Plano de Metas do Governo, elaborado no governo Celso Ramos (1961-65). É a politização das relações econômicas e a estruturação da ossatura material e institucional do Estado. A partir desse momento, o capital industrial se consolida e promove, juntamente com o Estado, a integração produtiva em Santa Catarina. Dadas as condições nacionais favoráveis e as novas iniciativas estaduais a partir de 1962, a reprodução do capital em Santa Catarina começou a se ampliar com maior liberdade e intensidade. A barreira começara a ser transposta.

O padrão de crescimento da indústria catarinense até meados dos anos 1940 era baseado na pequena produção e nos setores tradicionais da economia, e por um longo período (1880-1945) alteraram-se apenas as quantidades produzidas. A partir de meados da década de 1940, a indústria catarinense começa a ampliar e diversificar a sua base produtiva com o surgimento de setores dinâmicos. A infra-estrutura social básica e os arranjos institucionais não estavam preparados para tal processo de diversificação, obrigando o Estado a intervir na economia para facilitar o processo de acumulação. O padrão de crescimento altera-se a partir

de 1962, com o novo sistema de crédito, com os investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias.

Mesmo nos setores tradicionais, várias firmas se consolidaram, incorporaram outras marcas, tornando-se líderes nacionais. Internamente o movimento geral da indústria catarinense passa a ser conduzido por grandes empresas nos setores de alimentos (Sadia, Perdigão, Chapecó, Coopercentral, Seara, Duas Rodas), eletro-metal-mecânico (Tupy, Consul, Embraco, Weg, Kohlbach, Busscar e Duque), cerâmico (Eliane, Cecrisa, Icida, Portobello e Cesaca), têxtil-vestuário (Hering, Artex, Karsten, Teka, Sulfabril, Malwee, Renaux, Buettner, Cremer, Marisol e Dohler), papel e celulose (Klabin, Igaras, Irani, Trombini e Rigesa), madeireiro (Sincol, Adami, Batistella e Fuck), carbonífero (CBCA, CCU, Metropolitana, Criciúma, Catarinense e Próspera), moveleiro (Cimo, Artefama, Rudnicck e Leopoldo), plástico (Hansen-Tigre e Cipla, Canguru e Akros) e porcelanas e cristais (Oxford, Schmitz, Ceramarte, Blumenau e Hering).

Do ponto de vista das forças endógenas, não foi a pulverização do capital que consolidou e integrou a indústria e agroindústria catarinense e sim o processo de concentração e centralização de capital. O grande capital concentrado nas mãos de poucos grupos empresariais tem uma capacidade de alavancagem financeira e tecnológica muito maior do que um amontoado de micro e pequenas empresas.

A mudança do padrão de crescimento em Santa Catarina só pode ser entendida, em primeira instância, pela mudança do padrão de acumulação em nível nacional, que tinha como tripé básico o capital estatal, o externo e o nacional. Na maioria das unidades federativas periféricas, a diversificação e a integração produtiva deu-se com a presença do capital estatal, que financiava e isentava projetos privados ou investia diretamente. Já em outras unidades federativas que tiveram uma formação sócioespacial diferenciada como Santa Catarina e Rio Grande do Sul a diversificação e integração produtiva foi comandada pelo capital de origem local e pelo Estado.

Acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o padrão de crescimento em Santa Catarina sofreu profundas alterações a partir de 1962, quando a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o POE (plano de obras e equipamentos, 1956-60) foi somente com o Plameg (plano de metas do governo), que efetivamente o Estado passou a utilizar

instrumentos ativos de política econômica para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local.

A mesma proposta do Plameg é encontrada no Plameg II (1966-70) e no PCD (projeto catarinense de desenvolvimento (1971-74) e em menor proporção no PG (plano de governo 1945-79). Destacamos quatro grandes áreas de atuação dos planos: a) financeiro = dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) transporte= integrar as mesorregiões produtoras ao mercado nacional e estadual; c) energia= ampliar a área de atuação da Celesc, distribuindo e gerando mais energia; d) telecomunicações = aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas. É a montagem da ossatura material do Estado. É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas.

A alocação dos gastos públicos realizada nos anos 1960 e 70 obtiveram resultados favoráveis, rapidamente liberando a forças produtivas que estavam entravadas no seio da indústria catarinense, que necessitava por um lado de melhorias na estrutura energética, telefônica, rodoviária e portuária e por outro lado, de mais recursos financeiros.

A partir de novas bases econômicas montadas pelo Estado após 1962, começam a despontar nacional e internacionalmente os grupos catarinenses que passam a comandar e internalizar com maior intensidade o crescimento industrial no Estado. Portanto, a integração regional catarinense só pode ser entendida a partir das políticas estaduais de desenvolvimento e da articulação nacional e intra-estadual entre os grandes grupos econômicos, levando-nos a concluir que a integração e a consolidação da indústria catarinense só podem ser pensadas depois de 1962.

O crescente endividamento nos anos 1970 permitiu que muitos países latino-americanos continuassem seus projetos de industrialização. A disponibilidade de liquidez internacional proporcionada pelo petrodólar reduziu bruscamente as taxas de juros internacionais, tornando atrativa a tomada de recursos externos. Dada a atrofia do capital financeiro no Brasil, o II PND em boa medida foi financiado por recursos externos¹²³. A

¹²³ Silva, seguindo a posição de Antonio Barros de Castro e Ignácio Rangel, faz uma crítica a estas colocações de Goularti. Segundo Silva não foi o II PND e sim a poupança interna nacional que sempre foi importante para a indústria. Seria uma consequência do financiamento casado (PIS+ PASEP+PETRODOLARES). SILVA, Marcos Aurélio da. **O processo de industrialização no Sul do Brasil**. Caderno Geográfico nº 15. Maio/2006.

manobra conduzida por Paul Vocker, presidente do FED (Federal Reserve) em 1982, de elevar as taxas de juros norte-americanos e de sobrevalorizar o dólar, jogou na lona muitos países periféricos que haviam contraído débitos nos anos anteriores. A partir deste momento o endividamento externo que rebatia na dívida interna, tornou-se o maior entrave para os Estados periféricos formularem novas políticas de desenvolvimento.

Em 1981, dada a atrofia do sistema bancário nacional, que ainda não havia formado um capital financeiro forte (banco = indústria), durante todo esse longo período de crescimento, o padrão de financiamento foi baseado essencialmente em recursos externos e em fundos. Com a crise da dívida, voltamos a encontrar o nosso velho problema: o financiamento, ou seja, como financiar o crescimento sem a constituição de um forte capital financeiro nacional. O problema do financiamento é um espectro que ronda a economia brasileira desde quando mergulhou num projeto de industrialização acelerada. A década de 1980 foi considerada por alguns ideólogos da Cepal como a década perdida, porém é mister destacar que foi menos infame e perversa do que a de 1990.

Último período início - 1990

Tem por suporte o critério econômico (abertura comercial e financeira) e político (desregulamentação estatal). Com o esfacelamento e o enfraquecimento do papel estatal de formular política industrial, o padrão de crescimento fundamentado no grande capital industrial no Estado sofre uma profunda alteração na sua orientação política. É a despolitização das relações econômicas.

Nos anos 1990, a falta de uma diretriz nacional isolou as unidades subnacionais na elaboração de seus planos. A prática do planejamento já começou a entrar em crise no Brasil ainda nos anos 1980, quando o Estado começou a enfrentar o problema do endividamento externo e seus desdobramentos internos. O Estado ficou engessado na dívida externa e na crise fiscal e financeira, sem condições de elaborar novos planos com objetivos nacionais. A cada plano que passava reduzia-se a atuação do Estado-nação e aumentava a crença no mercado. Esta lógica perversa está associada a um movimento mais geral da história recente, que são o neoliberalismo e a cosmopolização das finanças. Ou seja, um movimento de despolitização das relações econômicas.

Em 1991, novamente Konder-Bornhausen voltam a ocupar o comando central do Palácio Santa Catarina. Kleinubing tenta fomentar a indústria, defendendo a reformulação do Prodec para novos investimentos produtivos nos setores já consolidados da indústria catarinense e a criação de indústria de tecnologia de ponta.

3.4 Resgate histórico da inserção do capital estrangeiro em Santa Catarina

*Diante do dilúvio neoliberal e da desnacionalização suicida, talvez a questão mais importante hoje seja questionarmos se o capital instalado em Santa Catarina é nacional ou não.*¹²⁴

Infra-estrutura – Construção de Estradas de Ferro

Até as últimas décadas do século XIX, o capital inglês foi predominante na região, principalmente para financiar e explorar a construção de estradas de ferro. Como a D. Terza Cristina, no Sul para transportar o carvão e a D. Francisca para transporte de erva-mate.

¹²⁴ GOULARTI, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

O trecho catarinense da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande EFSPRG (conhecida como Ferrovia do Vale do Rio do Peixe ou Ferrovia do Contestado), no oeste do Estado, que ligava Porto União a Marcelino Ramos numa extensão de 313 km, foi inaugurado em 1910 e ficou sob responsabilidade da Brazil Railway Company (empresa norte-americana pertencente ao multimilionário Percival Farquhar¹²⁵) até 1930, quando foi encampado pelo governo federal.

Na realidade, o projeto foi concebido em 1887, pelo engenheiro João Teixeira Soares, com o objetivo de ligar as então províncias SP, PR, SC e RS, pelo interior, possibilitando a ligação da então capital federal (RJ) às regiões fronteiriças do Brasil com Argentina e Uruguai. Para levantar o capital necessário à construção junto a investidores europeus, em 1890, Teixeira criou a *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*. Em 1907 teve início a construção dos primeiros 50 km do trecho no território Contestado, de Porto União em direção ao Sul.

Em 1908 o empreendedor Percival Farquhar assumiu a concessão, integrando a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande à holding Brazil Railway Company¹²⁶.

Serraria e Exploração de Madeira

Entre as companhias colonizadoras¹²⁷, a maior era a Southern Brazil Lumber Development & Colonization Company, que recebeu 569.057 hectares de terra e que fazia parte e havia sido criada pela *holding* Brazil Railway Company.

A Brazil Lumber providenciou a construção de duas grandes serrarias, uma a Serraria Lumber, nos arredores de Canoinhas e Três Barras, considerada a maior da América do Sul e outra em Calmon, para a exploração da madeira da Floresta da Araucária na região. Deu-se início à devastação dos imensos e seculares pinheirais.

¹²⁵ Percival Farquhar foi um polêmico e arrojado capitalista estadunidense que além de ferrovias controlava empresas de navegação; colonização; madeiras; seringais; indústrias de papel; frigorífico; hotéis; empresas de eletricidade; telefonia; portos; serviços de bondes; siderurgia; fazendas de gado; extração mineral; etc.

¹²⁶ A Brazil Railway Company foi uma empresa ferroviária criada em 1906 que após dez anos já controlava 11 mil km dos 23,4 mil km existentes em todo o Brasil, ou seja, 47% das ferrovias brasileiras. Controle que manteve até 1917

¹²⁷ As seis mais importantes companhia colonizadores detinham ao todo mais de 1,3 milhões de hectares

Indústria Madeireira

A indústria madeireira teve início com a instalação da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, instalada próxima à estação ferroviária de Calmon, para fornecer dormentes à EFSPRG e tábuas para a construção de estações e casas.

Até meados dos anos 30, metade da madeira produzida em Caçador era vendida à Lumber que por trem a transportava para Três Barras, e daí a exportava. É a subordinação da pequena propriedade extrativista ao grande capital, comandada pela Lumber.

Têxtil e Bancos

Em 1898, Buettner inaugurou uma fábrica de bordados com técnicas alemãs, trazidas pelo filho que fora estudar na Alemanha e que utilizava matéria-prima inglesa.

Wilson Cano¹²⁸ lembra que os registros oficiais de autorização para o funcionamento de sociedades mercantis no Brasil constataam a ocorrência de vários investimentos de capitais estrangeiros em Santa Catarina entre 1890 e 1920, tanto em indústria como em bancos. Com relação aos bancos, a hipótese pode ser refutada porque os primeiros bancos a surgirem no Estado foram fundados por pequenos agricultores e comerciantes sem vínculos com o capital externo. Em 1869, foi criada a Sociedade de Consumo da Colônia de Blumenau e em 1898 a Associação Comercial de Blumenau, que tinham uma atuação apenas na colônia, com poucos recursos eram pouco atraentes economicamente. A partir do Sindicato Agrícola de Blumenau foi fundada em 1907 por pequenos negociantes locais a Caixa Cooperativa do Sindicato Agrícola de Blumenau. Somente nos anos 1930 começaram a surgir outras cooperativas de crédito em outros municípios.

No que tange à indústria, os únicos investimentos estrangeiros de que se tem conhecimento até os anos 1920 – baseado em fontes secundárias – foram a serraria Lumber no Contestado, a Tubarão Brazilian Coal no sul do Estado – que teve uma atuação efêmera – as companhias colonizadoras e as firmas que construíram as ferrovias no oeste, sul e Vale do Itajaí. Em termos de empréstimos externos, o único registrado pela literatura, foi o da fábrica de Tecidos Carlos Renaux, contraído em 1900 para a compra de fios e máquinas junto à Cia de Deutschland.

¹²⁸ CANO, Wilson (1990) in GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002..

Após longo período de crise financeira, o compromisso só foi saldado em 1917, com recursos gerados pela própria empresa. Outro indício de entrada de recursos, até o final do século XIX, a Hering importava da Alemanha equipamentos financiados pelos próprios bancos alemães, embora os livros (caixa) da empresa indiquem que sempre comprava à vista. Também há registros de entrada de recursos oriundos do Banco Alemão Transatlântico para financiar a compra da Empresa Força e Luz de Santa Catarina, em 1924, que estava nas mãos de empresários paulistas e que mais tarde foi adquirida por blumenauenses. Os exemplos até agora pesquisados da Renaux e da Hering não podem ser generalizados a ponto de atribuir-se a origem da indústria em Blumenau.

Fumo

A região de Blumenau, uma das principais áreas produtoras de tabaco do Brasil, conta com uma Usina de Processamento de Fumo da empresa Souza Cruz¹²⁹, líder absoluta no mercado nacional de cigarros e subsidiária da British American Tobacco (BAT), o mais internacional dos grupos de tabaco, com marcas comercializadas em 180 países do mundo.

A Souza Cruz atua em todo o ciclo do produto, desde a produção e processamento de fumo até a fabricação e distribuição de cigarros. Sua cadeia produtiva, que tem importante impacto social e econômico, inclui desde 40 mil produtores agrícolas familiares até mais de 225 mil pontos de vendas atendidos diretamente pela companhia.

Celulose e Papel

A primeira fábrica de papel em Santa Catarina foi a Cia. Fábrica de Papel Itajaí, de propriedade de Curt Hering e José Deeke em 1912. Em março de 1958, a unidade de Papel Itajaí de Lages (que havia sido aberta em 1950) foi vendida para o grupo norte-americano Olin, e a empresa passou a se chamar Olinkraft Celulose e Papel S.A.

No final dos anos 1960 e início dos 70 o setor aumentou a quantidade produzida, como resultado dos investimentos feitos por grandes grupos nacionais e estrangeiros. A primeira indústria de papel a instalar-se foi a Olinkraft, atual Igaras, em 1958. Em seguida, 1966, veio a Papel e Celulose Catarinense Ltda., do grupo Klabin, na época ambas em Lages. Em 1974, foi a vez da Rigesa, do grupo Westvaco (EUA) que se instalou em Três Barras, sendo que a empresa já havia adquirido em 1956 as terras da antiga serraria Lumber, a preço

¹²⁹A Souza Cruz foi fundada pelo imigrante português Albino Souza Cruz, em 1903, no Rio de Janeiro/RJ.

subvalorizada. Em 1974 o grupo paranaense Trombini adquiriu a Papelose Industrial Fraiburgo, pertencente à família Frey.

As incorporações extrapolam o universo das fábricas catarinenses e começam a ser um movimento de centralização entre as grandes empresas. Outra mudança entre as grandes empresas do setor foi a compra de 50% do capital da Igaras pela nacional Saragy, subsidiária da Cia Suzano de Celulose e Papel. A outra parte continua ainda nas mãos da riverwood International Corporation. Em junho de 2000, a Klabin adquiriu a Igaras, uma das maiores aquisições no setor no país.

Além de fabricarem celulose e papel onde estão instaladas, Igaras (Otacílio Costa) Klabin (correia Pinto) e Rigesa (três barras) têm unidades convertedoras em outros municípios do Estado. A Igaras tem uma unidade em Itajaí desde 1989, a Klabin tem duas em Lages e a Rigesa tem uma em Blumenau desde 1979. Em 1953 foi fundada a empresa Papel Itajaí (Lages). Em 1958 o Grupo Olin atual Riverwood (sede EUA) adquiriu e deu-lhe o nome de Igaras. Em 2000 a Klabin (SP) adquiriu a Igaras.

Na produção de papel e celulose, o Brasil tornou-se alvo de investimentos de grandes grupos estrangeiros que saíram dos EUA e da Europa em função de rigorosas leis ambientais. A expansão da Rigiesa, Klabin, Igaras e Trombini ditaram os rumos do setor em Santa Catarina.

Nos anos 1950 e 60, destacando-se apenas os investimentos da Olinkraft (Igaras) e da Papel e Celulose Catarinense (Klabin), ambas de capital de fora. O setor do papel foi um dos primeiros a ser perdido para o capital multinacional.

Nos setores de papel e celulose parte dos investimentos foram provenientes de outros Estados ou até mesmo do exterior. A primeira grande empresa a se instalar no planalto catarinense foi a Olinkraft, de capital estrangeiro, em 1958. Em seguida veio a Klabin (PCC) em 1966 e a norte-americana Rigiesa, em 1974. Nos anos seguintes, o setor foi alvo de investimentos de grupos paranaenses – o Imaribo, com a compra da Ibicuí, atual Iguaçu, o Trombini, com a compra da Papelose Fraiburgo – gaúchos – Habitasul, com a compra da Irani.

Em 1975, a Albany International, empresa de origem Americana com fábrica em 14 países, instalou uma fábrica em Blumenau. A empresa produz feltros, tecidos técnicos, telas industriais e portas de alta performance.

Da produção de compostos cerâmicos

Na produção de compostos cerâmicos (granilhas, esmaltes e fritas) havia apenas a Ferro Enamel e a Colorobbia, que se instalaram em Criciúma ainda nos anos 1970. Recentemente chegaram as espanholas Esmalglass, Torre Cid e Vidres – com unidades fabris – e filiais comerciais da Fritas SL, as italianas Colorobbia (a Colorobbia fechou a unidade fabril em Criciúma, mantendo a unidade comercial) e Smalteceream e a Sibeldo Mineração, que extrai areia industrial branca e farinha de sílica (quartzo moído).

As únicas de capital de origem local são a Masterglass (montada por ex-funcionários da Eliante), a Colorminas (uma fusão da antiga Fritas Sul e da Cominas do grupo Cecrisa) e a Caravaggio (montado por um ex-sócio da Fritas Sul) e têm uma capacidade de produção abaixo das espanholas.

A Icon, localizada em Criciúma, que sempre teve condições de montar uma cerâmica completa, tanto para o sistema via seco como para o via úmido, até o final dos anos 80, também tinha um mercado garantido e se expandia rapidamente, chegando a ter 700 funcionários. Com a abertura comercial, a empresa passou a ser controlada pelo grupo RHF/Brasil, perdeu fatias consideráveis de mercados, demitiu metade de seus funcionários (atualmente a empresa tem 300 funcionários) e se especializou na produção de estampos e prestação de serviços, recondicionando os estampos, tornando-se a maior fabricante de estampo da América, com unidades em Tubarão e em Rio Claro, interior de São Paulo.

Com redução das grandes encomendas as marcas italianas Siti, Sacmi, Enaplic e Wema passaram a dominar o mercado.

O desmonte parcial do complexo carbonífero

O interesse pelo carvão catarinense vem desde o final do século XIX, quando este mineral despertou o interesse dos ingleses que, por intermédio do Visconde de Barbacena, organizaram em 1876 a empresa The Donna Thereza Christina Railway Company Limited para construir a ferrovia e em 1883 a The Tubarão Brazilian Coal Minnin Company Limited

para explorar o carvão. Ambas tiveram vida curta: a primeira foi dissolvida em 1903 e a segunda abandonada em 1887.

Durante sua curta existência a Tubarão Brazilian Coal Mining empregou 265 mineiros, que extraíram 700 toneladas de carvão, destinadas a Buenos Aires. Na verdade, os ingleses abandonaram a área pelo fato do carvão catarinense ser de baixa qualidade, apresentando um alto teor de rejeito piritoso comparado com o carvão europeu.

O ano de 1990 marcou o fim do longo ciclo expansivo e acelerado do carvão, iniciado durante a Primeira Guerra Mundial durante a qual havia uma forte presença estatal no setor. O governo Collor simplesmente liberou a importação do carvão metal, desobrigou as siderúrgicas estatais de comprar o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivari.

As unidades da ICC em Imbituba e Criciúma foram fechadas em 1994. Associado a essas medidas, iniciou o processo de privatização, que atingiu diretamente a Cia. Próspera, subsidiária da CSN demitindo mais de 1500 trabalhadores.

Depois a Próspera novamente voltou às mãos da CSN, agora privatizada que a fechou definitivamente em 1995. Em 1997 a Termelética Jorge Lacerda foi vendida para empresa belga Tractebel. E se transformará em uma associação entre mineradores (Metropolitana e Criciúma), governo do Estado, Tractebel e firmas norte-americanas.

No ano de 1986, por meio da aquisição da ALUSUD – Alumínios do Sul S/A, que atuava no ramo de fundição, manufatura e acabamentos superficiais de perfis de alumínio, a Americana ALCOA passou a atuar em Tubarão (SC). Desde então, fornece produtos para construção civil e indústrias moveleira, automobilística e metalmeccânica, nos setores de extrusão e anodização.

3.5 Os investimentos externos recentes e a reestruturação patrimonial

As empresas catarinenses sofreram o impacto da abertura comercial, e, genericamente pode-se afirmar que dentre outros aspectos foram induzidas a reduzir preços pela perda de mercado, bem como a participar de vários processos estratégicos de aquisições, fusões e parcerias.

Desta forma operaram também mudanças em suas estruturas organizacionais e produtivas, tais como: novas técnicas de gestão, a introdução ou aumento da terceirização¹³⁰, interrupção de linhas de produção menos competitivas, intensificação e reintrodução de novas linhas.

Como ponto de partida em sua reorganização, houve a modernização das estruturas produtivas, com novos investimentos, tecnologia e capacitação tecnológica, modificações nas linhas produtivas, modificações nos quadros de clientes, modificações no quadro do pessoal (maior qualidade, treinamento, qualificação de mão de obra).

3.5.1 Fusões e aquisições

O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas a nível mundial. Tem havido o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e cooperação.

As compras industriais ainda não chegaram a um limite ou ponto de equilíbrio e o fato é que ainda não é possível enxergar um fim na movimentação que expande os grupos econômicos. No primeiro trimestre de 2002 e no último de 2003 não houve transações em Santa Catarina. Pode-se dizer que a movimentação tem mais relação com os setores que propriamente com o fato da existência de mais empresas com formação familiar ou mesmo com o tamanho das indústrias.

¹³⁰ m pesquisa realizada em 2006, pela Gelre (especializada em relações humanas do trabalho) em parceria com a UFSC, intitulada "A Terceirização Como Estratégia Competitiva nas Organizações", baseada em dados do Cenam - Centro Nacional de Modernização - e do Outsourcing Institute, dos EUA (instituto que analisa a terceirização em diferentes empresas privadas e até no setor público), ficou demonstrado que a redução de custos e a melhoria do foco da empresa são os principais motivos para a terceirização. O processo de terceirização deixou de ser um capricho passageiro e deu lugar ao constante processo de busca pela maior eficácia no processo produtivo pela divisão do trabalho e pela especialização. Segundo a pesquisa, os principais setores que têm aderido à terceirização, são os de tecnologia da informação, administração, recursos humanos, distribuição, propriedade de instalações reais, financeiro, produção, contatos e *call center*, transportes e vendas e *marketing*. Dentre algumas questões polêmicas apontadas pela pesquisa, uma delas era o fato de a terceirização no Brasil não ser definida em lei e de não haver uma norma jurídica que trate do tema. (Pesquisa publicada na Folha de São Paulo em 7/09/2006)

Segundo Otto Nogami¹³¹, a tendência é a oligopolização do mercado, mas de uma maneira mais forte nos setores de bens de consumo não-duráveis. Para o Professor Nogami o fundamental hoje em dia é ganhar escala, e esse é um dos pontos fundamentais que as corporações analisam. No mercado de bens não duráveis, ganhar escala é a forma mais eficiente de reduzir custos, fato que está diretamente relacionado com a conquista de mercados e anda junto com o enxugamento da estrutura logística.

Basicamente o D3 se ajusta à dinâmica da acumulação ditada pelo D1 e D2¹³². Sendo assim, o D1 tem capacidade de gerar efeitos multiplicadores em toda economia à frente da demanda, mas também pode gerar efeitos de bloqueio, de estímulo ou de destruição.

Seguindo a queda das fronteiras geográficas que a globalização impõe a cooperação industrial ganha novos contornos com as fusões e aquisições. As compras entre indústria crescem desde a década de 1980 e Santa Catarina acompanha a movimentação. No segundo trimestre do ano de 2006 foram oito aquisições entre empresas no Estado, um recorde. Nacionalmente o número de transações aumentou 29,9% chegando a 217 operações no primeiro semestre de 2006¹³³. Em Santa Catarina as 10 operações que ocorreram foram equivalentes às do primeiro semestre do ano de 2005, mas representam um saldo de 50% em relação a 2004.

Com efeito, foi a partir da década de 1990 que se registram algumas mudanças importantes no controle acionário de empresas da região sul, muitas delas associadas a problemas financeiros e as privatizações governamentais.

Em 1998, uma transação de destaque para a Região Sul foi a aquisição da Gerasul (companhia estatal), pela Tractebel Energia, que teve sua sede estabelecida em Florianópolis/SC.

A Tractebel é responsável atualmente por cerca de 20% da geração total do país e pertence ao Grupo GDF SUEZ, uma das líderes mundiais em energia, atua em toda a cadeia de valores da energia, em eletricidade e gás natural, tanto na exploração e produção quanto no

¹³¹ Professor e Mestre em Economia, membro titular do Corpo Docente do INPG (Instituto Nacional de Pós-Graduação) de Joinville/SC.

¹³² As atividades econômicas que compõem um sistema econômico nacional podem ser classificadas segundo muitos critérios. Aqui o critério é de saber se dada atividade produz diretamente para o consumo (DII) ou para suprir bens de produção ao resto da economia (DI). RANGEL, I. Economia: Milagre e Anti-milagre. RJ: Jorge Zahar Ed., 1985.

¹³³ Dados da Consultoria Deloitte (2006) in A Notícia 16/07/2006.

transporte, distribuição e comercialização. O Grupo possui 196.500 funcionários em todo o mundo e obteve receitas de EUR\$ 74.3 bilhões em 2007. As ações da GDF SUEZ são negociadas nas bolsas de valores de Bruxelas, Luxemburgo e Paris, e fazem parte dos principais índices internacionais: CAC 40, BEL 20, DJ Stoxx 50, DJ Euro Stoxx 50, Euronext 100, FTSE Eurotop 100, MSCI Europe e ASPI Eurozone.

Desde então a Tractebel passou a ser a líder em geração privada de energia elétrica no Brasil. Seu parque gerador, com 16 usinas hidrelétricas e termelétricas nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás, tem capacidade instalada de 6.144 MW.

Nos setores de plástico, eletro-metal-mecânico e agroindústria, as aquisições variaram bastante, processando-se também de nacionais para nacionais dentro do mercado interno. Excepcionalmente, no caso da Weg, a empresa adquiriu unidades estrangeiras mexicanas e argentinas.

A Tabela 43 mostra as aquisições da Tupy no setor de plásticos e a Tabela 44 as aquisições no setor eletro-metal-mecânico.

Tabela 43 - Aquisições da Tupy no setor de plásticos (GOULARTI, 2002)

Ano	Empresa adquirida	Localidade
1967	Tubos Guararapes	Recife
1983	Plástico Styrofama	Manaus
1984	Plástico Plasbe	São Bento do Sul
1986	Plástico Burmat	São Paulo
1986	Mafel Plástico	Manaus

Tabela 44 - Aquisição no setor eletro-metal-mecânico (ESPÍNDOLA, 2002)

Grupo	Empresa adquirida	Ano	Localidade
Tupy	Fundição Jomar	1974	Joinville
	Fundição Mauá	1992	São Paulo
	Fundição Sofunge	1998	São Paulo
Weg	Ecemic Transformadores	1981	Blumenau
	Tintas Michigan	1983	Guaramirim
	Químicaflora	1984	Joinville
	Motores Mebsa	1997	Guarulhos
	Motores Morbe	2000	Córdoba (Argentina)
	Unidade da Motores ABB	2001	México
Schulz	Franquia da Wayne/Wetzel	1994	São Paulo
Schneider	Cimebras	1980	Araquari
Wetzel	Fundição Douat	1988	Joinville
Wiest	Tubos Simesc	1980	Joinville
	Franquia da Midas	1997	São Paulo
	Tubos Intraferro	1998	Guarulhos (SP)
Brasmotor	Consul	1976	Joinville
	Embraco	1976	Joinville
Franke/Suíça	Metalúrgica Douat	1998	Joinville

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas.

Também merecem registro: a aquisição do frigorífico Chapecó pelo grupo argentino Macri; o controle acionário da Perdigão por parte de um grupo (pool) de entidades (Fundos de Pensão; Bancos e Empresas diversas); a aquisição da Agroeliane pela Seara/Ceval; a aquisição da Seara/Ceval pelos grupos multinacionais Cargill e Bunge; a venda da área de soja da Sadia, em Joaçaba para a Archer Daniels' Midland (EUA).

Constata-se que das cinco grandes empresas do setor de carnes em Santa Catarina, três delas foram envolvidas em transferência de controle acionário para agentes externos ao Estado. A Tabela 45 ilustra as aquisições no setor do agronegócio em 1990 e 2000.

Tabela 45 - Aquisições em agroindústrias 1990-2000 US\$ mil (ESPÍNDOLA, 2002)

Empresa	Ano	Comprador	País	Valor	Setor	Localização
Ibirapuera	1990	Da Granja	ArBr	---	Aves	MG
Milú	1990	Da Granja	ArBr	---	Aves	MG
Chapecó	1991	Sadia	Br	14	Aves	PR
Mouran	1992	Sadia	Br	20	Bovinos	PR/MS
Perdigão	1992	Fundos	---	150	carnes	BR
Guipeba	1995	Ceval	Br	30	Soja	Ar
Agroeliane	1995	Ceval	Br	54	Carnes	SC e PR
Chapecó	1996	Globoaves	Br	---	Aves	PR
Piratini	1996	Frangosul	Br	---	Aves	MS
Gralha ^a	1997	Coagro	Br	---	Aves	PR
Ceval	1997	Bunge	multi	201	Soja/carn	Br/Ar
Chapecó	1997	Macri	Ar	60	Carne	SC
Sadia	1997	Friboi	Br	15	Bovino	MT
Sadia	1998	ADM	EUA	165	Soja	Br
Rezende	1999	Sadia	Br	137	Carne	MG
Batavo	1999	Parmalat	IT	142	Diversos	PR
Batavo	2000	Perdigão	---	21	Carnes	PR
Swift	2000	Bertin	Br	---	Bovinos	SP/MS
Hibryd	1998	Sadia	Br	---	pesquisa	SC
Friboi	2001	Araputanga	Br	---	Bovino	MT
Globoaves	2001	Sadia	Br	---	Granjas	SP

Fonte: Espíndola (2002) / (---) valores desconhecidos

O caminho da agroindústria no Estado de Santa Catarina na busca pela liderança do setor tem transformado a briga entre a Sadia e Perdigão num duelo de gigantes desde então. Enquanto as empresas lutam para consolidar posições no Leste europeu e buscam mercados alternativos, os pequenos produtores ou se associam ou ficam estagnados. Ficar restrito geograficamente é estagnar a produção.

A Tabela 46 mostra o caminho de fusões e aquisições trilhado pela Sadia, Perdigão, Aurora, Ceval e Chapecó.

Tabela 46 - Processo de aquisições no complexo agroindustrial de carne (ESPÍNDOLA, 2002)

Grupo	Empresa adquirida	Área	Ano	Localidade
Sadia	Marciense	Farinha de trigo	1953	Marcelino Ramos (RS)
	Toledo	Suínos/ração	1964	Toledo (PR)
	Várzea Grande	Bovinos	1976	Várzea Grande (MT)
	Incobrasa	Soja	1979	Joaçaba
	Damo	Industrializados	1980	Duque de Caxias (RJ)
		Suínos	1989	Frederico Westphalen (RS)
	Três Passos	Suínos	1985	Três Passos (RS)
	Corcovado	Ração/soja	1985	Três Passos (RS)
	Sudanisa	Bovinos	1985	Barra do Garça (MT)
	Mouran	Bovinos	1989	Andradina (SP)
		Bovinos	1989	Araçatuba (SP)
	Chapecó	Aves	1989	Francisco Beltrão (PR)
	Wilson	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR)
	Bovinos	1992	Maringá (PR)	
Copaza	Soja	1991	Campo Grande (MS)	
Comabras	Suínos	1992	Ponta Grossa (PR)	
	Industrializados		São Paulo	
Rezende	Aves/suínos	1999	Uberlândia (MG)	
Perdigão	Unifrico	Suínos	1977	Salto Veloso
	Armazém Medianeira	Ração	1979	Medianeira (PR)
	Catanduba	Ração	1979	Catanduba
	Saulle Pagnocelli	Suínos	1980	Herval do Oeste
	Reunidas Ouro	Suínos	1980	Capiuzal
	Suely	Ração	1984	Orleans
				Içara
				Jaguaruna
				Taió
	Canta Galo	Aves	1984	Criciúma
	Cooperativa Taparese	Grãos	1985	Gaurama (RS)
				Severiano de Almeida (RS)
				Aratuba (RS)
Borla	Aves/grãos	1985	Marau (RS)	
Frigoplan	Bovinos	1986	Lages	
Ideal	Aves	1988	Serafina Corrêa (RS)	
Utinga (Swift)	Industrializados	1989	Santo André (SP)	
Avisco	Aves	1989	Ipê (SP)	
			Rio Claro (SP)	
Batavia	Aves	1999	Carambei (PR)	
Ceval	Extrafino	Óleo vegetal	1974	Chapecó
	Barriga-verde	Ração	1976	Chapecó
	Seara	Suínos	1980	Seara
	Froll	Aves	1980	Joaçaba
	Safrita	Aves/suínos	1981	Itapiranga (RS)
	Rio da Luz	Suínos	1983	Jaraguá do Sul
	Germani	Industrializados	1988	Paraná
	La Vilette	Suínos	1988	São Paulo
	Mogiana	Aves	1989	Nuporanga (SP)
	Contibrasil	Aves	1989	Paraná
	Swift	Suínos/ração	1989	Marechal Cândido Rondon (MT)
	Bordon	Suínos/aves/bovinos	1990	Dourados (MS)
	Guipeba	Soja	1995	Argentina
Eliane	Suínos/aves	1995	Criciúma	
Chapecó	Fricar	Suínos	1982	São Carlos
	Ampano	Aves	1989	Monte Alegre do Sul (SP)
	Diplomata	Aves	1995	Cascavel (PR)
	Prenda	Suínos	2000	Santa Rosa (RS)
Aurora	Marafon	Suínos	1969	Chapecó
	Pepery	Suínos	1982	São Miguel d'Oeste
	São Gabriel	Suínos	1996	São Gabriel do Oeste (MS)

Sobre as reestruturações das atividades comerciais e industriais nos anos 1990, Bastos¹³⁴ esclarece que este período de aprofundamento de depressão econômica, as conjunturas levaram as empresas brasileiras a promover reestruturação para poder competir não só com as empresas instaladas no país, mas também com as estrangeiras. Isso se deve tanto pela abertura comercial de mão única (das importações) como pela entrada de capitais estrangeiros nos vários setores da economia brasileira (financeiro, industrial, comercial e de serviços), sem contar com as políticas durante vários anos de câmbio sobrevalorizado e de juros altos.

Ainda segundo o autor, no setor varejista verificou-se estratégia das mais variadas algumas, aliás, já existiam como prática das redes mais competitivas. Mas a busca pela redução de custos se generalizou por todas as empresas do setor. O acirramento das conflitantes relações entre capital industrial e comercial promoveu inúmeras transformações nas estratégias das empresas comerciais, como a desnacionalização do setor supermercadista, a modernização das lojas e sua retaguarda e também novas formas de organização espacial das empresas comerciais.

Bastos concluiu também que as transformações implementadas tiveram ao mesmo tempo, um caráter modernizador e extremamente antinacionalista, pois apoiaram a inserção submissa do Brasil aos desígnios do imperialismo norte-americano.

Na sequência procura-se resumir as principais transações envolvendo as empresas catarinenses.

A desnacionalização no complexo agroindustrial

O mercado de carnes de aves e suínos foi marcado durante a década de 1990, por forte pressão competitiva, associada à valorização cambial, a partir de meados da década, e ao crescimento constante da oferta, ocasionando a queda acentuada de preços relativos frango/milho e suíno/milho e estimulando a reestruturação industrial em quatro aspectos: mudanças de controle acionário, modificações nos coeficientes técnicos na atividade de criação, inovação de produtos e redistribuição regional.

¹³⁴ BASTOS, José Messias. **Reestruturação do comércio varejista nos anos 90**. In Cadernos Geográficos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. –n.1 (maio 1999).

Com relação às agroindústrias de carne do Sul do Brasil, Carlos J. Espíndola¹³⁵ explica que através de mecanismos internos e/ou externos, promoveram capacitações tecnológicas que induziram mecanismos de integração vertical, diversificação produtiva e ampliação da capacidade produtiva.

A natureza dessa base sólida depende da sua história de sucesso organizacional, da integração entre capacidade de criar, desenvolver, inovar, aperfeiçoar, conquistar clientes e diferenciar-se com as estruturas administrativas engendradas. Assim sendo houve transformações nas estruturas administrativas e alterações decorrentes da introdução de novas técnicas gerenciais nos anos 1990.

De 1990 a 2001 houve um grande número de investimentos da agroindústria do Sul do Brasil em outras áreas. A Tabela 47 resume os dados relacionando Empresa x Ano x Cadeia x Localização, já a Tabela 48 relaciona as empresas, seu porte, o montante investido e a origem dos investimentos.

Tabela 47 - Agroindústrias do Sul do Brasil (ESPÍNDOLA, 2002)

EMPRESA	ANO	CADEIA	LOCALIZAÇÃO
Comaves/PR	1991	Aves	Campo Grande/MS
Ceval	1991	Suínos	Dourados/MS
Eliane/SC	1992	Aves	Sidrolândia/MT
Frig. Fernandes	1993	Indust.	Rondônia/RO
Coagri/RS	1993	Aves	Dourado/MS
Avipal/RS	1995	Aves	Dourados/MS
Avipal/RS	1997	Suínos	São G. do Campo/Ba
Avipal	1997	Aves	Barreiras/Ba
Ceval	1995	Aves	Barreiras/Ba
Aurora/SC	1996	Suínos	S. Gabriel/MT
Br. Chicken	1998	Aves	P. Nacional/TO
Perdigão/SC	1998	Aves/Indust.	Rio Verde/GO
T.R. Grande/RS	-----	Bovinos	Sul do Pará/PA
F. Xinguara/RS	1998	Bovinos	Pará/PA
A Saci/SP	1998	Aves	Rio Branco/AC
F. Nicolini/RS	2001	Aves	Barreiras/BA

Fonte: Espíndola, 2002.

Florianópolis:Imprensa Universitária, 1999.

¹³⁵ ESPÍNDOLA, C.J. **Reestruturação Agroindustrial e as principais estratégias empresariais nos anos 90**. In Cadernos Geográficos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. -n.1 (maio 1999). Florianópolis:Imprensa Universitária, 1999.

Tabela 48 - Investimentos das Agroindústrias no Sul do Brasil (ESPÍNDOLA, 2002)

Empresa	Capital mil/aves	Investimento US milhões	Recursos	Localização
Aurora	140	30	50% BNDES 50% próprio	Quilombo/SC
Safrismo	140	55	BNDES	S.M. D'Oeste
Coopernorte	140	60	70% BNDES 30% Gov. Estado	Mafra/SC
Agrovêneto	33	4,5	50% BRDE 50% próprio	N.Veneza/SC
Coopervale	72	35	65% BNDES 35% próprio	Palotina/PR
Coopavel	144	25	Próprio	Cascavel/PR
Cia Agro. P. do Iguaçú	150	7 (1ª fase)	Busca sócios	U.daVitória
Pool de Cooperativas	140	30	68% BNDES 10% próprio 12% outros	S.Rosa/RS
Pena Branca	120	15	50% Fundopen 50% próprio	Roca Sales/RS
Cotrefal	140	48,5		Medianeira
Frigovale	60	-	-	Itajaí/SC
Copacol	260	36	-	Cafelândia
Comaves	100	23	-	Ubiratã/PR

(-) Informações não disponíveis

Fonte: (Espíndola, 2002)

Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense foi duramente castigado com uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais.

As unidades de grãos e derivados da Sadia foram vendidas para a multinacional norte-americana ADM (Archer Daniel Midlands). Atualmente o segmento de grãos e derivados representa apenas 3% da receita total da Sadia.

Em novembro de 1999, a Chapecó foi adquirida pela Alimbra S/A, empresa do grupo Macri, da Argentina.

Seara → Ceval → Seara Alimentos S.A. → Cargill

A Seara Alimentos Ltda. (setor de carnes de aves e suínos “in natura” e processada) foi fundada em 1956, na cidade Seara, no Oeste de Santa Catarina. No início da década de 1980, a Ceval, maior processadora de soja da América Latina adquiriu a Seara, conservando a marca já consolidada no mercado e, impulsionando a sua capacidade de investimentos,

ampliou o número de unidades industriais, dotando-as de tecnologia adequada ao seu mercado de atuação.

Em 1998, foi realizada a cisão da Divisão Carnes da Ceval e a imediata constituição da Seara Alimentos S.A., que iniciou suas atividades como empresa independente. A partir de 1999, fortemente voltada ao mercado externo, a empresa decidiu abrir escritórios comerciais na Argentina, Holanda, Cingapura (Ásia), Japão e Oriente Médio (Dubai).

Em 2005, a Seara foi adquirida pela Cargill e passou a fazer parte da estratégia de uma das maiores empresas mundiais no mercado de agronegócio. A Cargill é uma empresa norte-americana, com sede em Mineápolis, EUA. Está no Brasil desde 1965 e tem sua sede nacional em São Paulo/SP. É uma fornecedora internacional de produtos e serviços para os setores agrícola, alimentício e de gerenciamento de risco.

A filial/divisão de Itajaí/SC possui um terminal privado de cargas frigoríficas, o primeiro e único no País, a Seara conta ainda com nove unidades industriais (abatedouros e frigoríficos) e mais de 10.000 funcionários. A Cargill tem atuação em 18 estados brasileiros, por meio de suas fábricas, escritórios, armazéns, transbordos e terminais portuários.

Ceval Alimentos → Bunge Alimentos

A Bunge & Co. foi fundada em 1818, em Amsterdã, Holanda. Está no Brasil desde 1905 quando comprou um moinho de trigo em Santos/SP. Está presente em 15 estados brasileiros, com unidades industriais e de armazenamento, centros de distribuição de produtos para consumo, escritórios de negócios e terminais portuários. Sua sede nacional fica em Gaspar/SC.

Em 1997 adquire a Ceval Alimentos, líder no processamento de soja e produção de farelo e óleos e também a IAP, tradicional empresa de fertilizantes do país. No ano seguinte, compra a Fertilizantes Ouro Verde. Em 2000, adquire a indústria de fertilizantes Manah, uma das maiores do setor.

Em agosto de 2000, surge a Bunge Fertilizantes, união da Serrana, Manah, Iap e Ouro Verde. Em março de 2008 Bunge + Yara Dinamarquesa do setor de fertilizantes (megafusão deste setor).

Em setembro de 2000, surge a Bunge Alimentos, união da Ceval e da Santista. Dentro de sua estratégia de crescimento, a Bunge cria, em 1998, a Bunge Global Market, atual Bunge Global Agribusiness, uma empresa de atuação mundial, responsável pelo comércio internacional de commodities da empresa.

Cedrense + Gran Padania

Fundada em 1990, a Laticínios Cedrense iniciou as atividades processando cerca de mil litros de leite e produzindo artesanalmente queijo mussarela e manteiga. Em pouco tempo, com investimentos em tecnologia e no aumento da produção, a Cedrense pode expandir e diversificar sua linha de produtos. Atualmente, o mix da Cedrense ultrapassa 60 itens, entre eles estão queijos mussarela, prato, provolone, manteigas, cremes de leite, requeijões, leites, achocolatados e queijos especiais, frescais e lights.

Após buscar tecnologia de ponta ao redor do mundo, Menestrina (presidente) passou a comandar um grupo empresarial altamente capacitado para manter uma produção mensal de mil toneladas. A Cedrense, por conta do pensamento de seu líder, desejava produzir um queijo nobre, reproduzindo na região sul do Brasil um produto especial, com alto valor agregado e muita tradição. Da união de mestres queijeiros brasileiros e italianos surgiu assim a *joint venture* Gran Padania do Brasil que hoje, produz em Santa Catarina, o queijo tipo Grana Padano, seguindo a tecnologia da produção italiana, comercializado na marca Gran Mestri.

Alterações no controle acionário da Fundação Tupy

O capital e controle da Fundação Tupy foi liderado pela família Schmidt durante 57 anos (detentora da maior parte do capital). Pressionado por uma dívida de aproximadamente 200 milhões de dólares em 1995, dos quais 60% venceriam em 12 meses o grupo vendeu o controle acionário da Fundação Tupy (a família Schmidt permaneceu com a Tupy Termotécnica do ramo plástico) para um pool composto majoritariamente por fundos de pensão: Previ, Telos, Aerus, BNDESPAR, Ceres, FPS, BNDS, Bradesco.

Foi implantada uma administração profissionalizada, chamada de “Processo Nova Tupy”, objetivando torná-la numa fundição de “classe mundial” (a estratégia dos novos controladores é tornar a empresa em uma fundição de classes mundial. Como os novos controladores estão investindo na empresa e na soma da capacidade produtiva da mesma, deverão posicioná-la como uma das primeiras do *ranking* mundial.

Atualmente, no Brasil só a Teksid do Brasil em Betim/MG e a Tupy produzem blocos e cabeçotes de motor, tendo em vista o fechamento ou incorporação das outras fundições. Mas

concorre em território nacional com a alemã Thyssen (uma das poucas unidades situa-se no Brasil) e da Fagor brasileira, ex-Fundição Brasileira, comprada pela firma espanhola em 2002.

A atual Dânica Termoindustrial originária da Tupy Termoindustrial que com o processo de dissolução do Grupo Tupy foi vendida no início da década de 90, passando por novas administrações: a) foi adquirida (1992) pelo grupo dinamarquês Sabroe, que visava vender seus compressores nas câmaras frigoríficas, tomando o lugar de sua maior concorrente japonesa (Maycon) até então parceira da Tupiniquim; e b) a partir da venda da Sabroe dinamarquesa (1996/97) para o grupo sueco (Volvo) a Tupiniquim foi comprada em 1998, por um ex-superintendente da Sabroe no Brasil (Per Barker Nevermann) já que esta não era do ramo de atuação dos suecos.

Arcelor Mittal Vega

A Arcelor Mittal Vega (Vega do Sul), em São Francisco do Sul, hoje, é uma unidade metalúrgica de processo de transformação de aço e faz parte do Grupo Multinacional Arcelor Mittal¹³⁶. É o maior conglomerado de aço do mundo, com 14,5 mil empregados, capacidade de produção de 46 mt/ano e faturamento global de mais de U\$ 30 bilhões.

A Arcelor Brasil tem uma capacidade instalada de produção de 11 milhões de toneladas de aços planos e longos por ano. A empresa, que é resultado da união da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e Vega do Sul, conta com 25 unidades industriais.

Em 2005, a receita líquida foi de R\$ 13,3 bilhões. O lucro líquido de R\$ 3,3 bilhões com mais de 17 mil acionistas. A empresa fechou 2007 com lucro líquido de R\$ 128,2 milhões, contra R\$ 102,4 milhões apurados no ano anterior. O crescimento foi de 25%. A receita operacional bruta totalizou R\$ 2,37 bilhões em 2007. Em 2006, o valor somou R\$ 2,17 bilhões.

Marcegaglia

¹³⁶ Ex-Usinor que em 2001 já havia incorporado a italiana Arvedi, a alemã EKO, as belgas Fabrique de Fer Charleroi e Cockerill Sambre, além de liderar o consórcio que adquiriu a divisão de aços planos da portuguesa Siderúrgica Nacional, com sedes na França e Bélgica.

O grupo metalúrgico italiano Marcegaglia instalou a Marcegaglia do Brasil Ltda. em Garuva em 2000. A empresa produz componentes destinados à indústria de eletrodomésticos, tubos de aço para refrigeração e tubos de aço carbono. A Marcegaglia há anos já fornece para Embraco (Joinville) e Eletrolux (Paraná).

Este grupo é líder europeu no segmento de condensadores para refrigeradores e freezers e produtos tubulares. Líder na transformação de aço, produzindo tubos, chapas, perfis e laminados para todos os segmentos inclusive a indústria de eletrodomésticos.

Cebrace + Pilkington

Em 2003 iniciou-se a construção da fábrica de vidros Cebrace, que constitui uma *joint-venture* entre o grupo inglês Pilkington (detentor da marca blindex) e o francês Saint Gobain (detentor das marcas Saint Gobain Glass e Santa Marina Vitrage) possui quatro unidades industriais no Brasil, uma em Barra Velha/SC. Esta quarta unidade (C4) veio para gerar 160 empregos diretos e aproximadamente 100 indiretos, além de realizar a compra de matéria prima de empresas locais e da utilização de fornecedores e transportadores também do norte catarinense.

A indústria atua na produção de vidros planos e espelhos, que serão vendidos para todo o Sul do Brasil, Mercosul, e exportados para outros países, através dos portos de Itajaí e São Francisco do Sul. Para a construção da nova fábrica, instalada em um terreno de 350 mil metros quadrados, foram investidos US\$ 120 milhões.

A maior parte dos recursos (percentual não revelado) veio dos grupos Pilkington e Saint-Gobain Vidros, e outra parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A cidade de Barra Velha foi escolhida pela proximidade aos portos de Itajaí e de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Masisa e Terranova → Grupo Nueva

Em 2004, o Grupo Nueva¹³⁷ da Costa Rica passou a controlar as empresas florestais Masisa e Terranova, decidindo unificar as operações. A administração do patrimônio das duas

¹³⁷ Insta ressaltar que a Amanco (que comprou a Akros e Fortilit) também pertencia ao Grupo Nueva até ter sido adquirida pela Mexichem (2007)- grupo mexicano de empresas químicas e petroquímicas líderes no mercado latino-americano, com exportações para mais de 50 países e o respaldo de mais de 50 anos de trajetória, com um faturamento anual de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão de dólares. Há 27 anos possui ações na Bolsa Mexicana de Valores.

empresas, que possuem cerca de 25 mil hectares de terras florestais, nos estados do Paraná e Santa Catarina, deverá atender às expectativas de produção de chapas de madeira e de madeira sólida.

A Masisa do Brasil tem operações em Ponta Grossa (PR), com linhas de MDF e OSB. A Terranova atua em Rio Negrinho (SC), ligada à produção de sólidos da madeira. Com a fusão da Terranova e Masisa, foi criado um dos maiores grupos florestais da região com ativos de US\$ 1,8 bilhão na América Latina e Estados Unidos e um total de 400 mil hectares de áreas no Chile, Argentina, Venezuela e Brasil.

Tuper S/A + Eberspächer → Eberspächer Tuper

No ano 2000, a Tuper S/A, em São Bento do Sul, firmou parceria com o grupo alemão Eberspächer, através de *joint venture*. A criação desta nova empresa, a Eberspächer Tuper, com o fim de atender exclusivamente montadoras de veículos conseguiu atender aos projetos de importantes clientes como Volkswagen Caminhões, DaimlerChrysler, Mercedes Benz, Renault e Ford Caminhões. Eberspächer Tuper alcançou, no ano de 2005 25 % de participação de mercado no segmento de comerciais pesados no Brasil. Isto foi possível graças a uma política de investimentos e projetos customizados para cada cliente.

A empresa começou a operação em 2000 com 8 funcionários e cresceu para 49 em 2005. Ocupava, inicialmente, uma área de apenas 400 metros quadrados que cresceu para 3.000 metros quadrados. A empresa está hoje equipada com a mais nova tecnologia mundial para desenvolvimento de peças, que inclui a aplicação de Software CATIA V5 e um equipamento de medição FARO com o Software Cam2Measure.

Por fim, a Eberspächer Tuper obteve a certificação do seu sistema de qualidade conforme a norma mais rígida do mundo, a ISO TS 16949:2002, que reúne praticamente todas as normas das indústrias automotivas mundiais.

Athena + Vedamotors

No ano de 1998, o Grupo Athena¹³⁸ após realizar um criterioso estudo das indústrias de juntas existentes na América do Sul, propôs à Vedamotors Indústria e Comércio de Juntas

¹³⁸ O Grupo Athena é líder mundial na fabricação de juntas para motores de motocicletas, localiza-se na cidade de Alonte na Itália, onde foi fundada em 1973 e está totalmente voltada para a fabricação de juntas e vedações em geral.

Ltda., empresa catarinense de Rio do Sul (fundada em 1991), uma parceria, adquirindo neste ano 50% da empresa.

Atualmente a Vedamotors está instalada em um terreno com 22.000 metros quadrados, área construída de 3.300 metros quadrados, conta com 77 colaboradores, 30 representantes que atendem todos os Estados do Brasil. Possui um parque fabril com a melhor tecnologia existente para fabricação de juntas de motores, dispõe de amplo e diversificado estoque de matérias-primas, atendendo e seguindo o Padrão de Qualidade Mundial. Hoje vende seus produtos para todo o território nacional e exporta para diversos países da América do Sul, Europa e Estados Unidos.

SK Chemicals + Samuang Corporation → Huvis

Em 2003, iniciou-se um mega empreendimento no setor de transformação pela empresa Huvis¹³⁹, uma *joint venture* da SK Chemicals Co Ltd. e Samuang Corporation, ambas de origem sul-coreana. A implantação pelo grupo Huvis de fábrica de fios sintéticos para a indústria têxtil em Blumenau. O investimento foi aproximadamente de R\$ 1,75 bilhões (US\$ 500 milhões) no empreendimento.

Takata

Em 2004, a TAKATA-PETRI, empresa pertencente ao grupo mundial fabricante de autopeças TAKATA, inaugurou em Piçarras/SC, a terceira unidade no Brasil. A fábrica produz cadarços, componente principal dos cintos de segurança.

Com a fábrica, a empresa deixa de importar cadarços e passa a exportá-los para as plantas no México e Estados Unidos. Cerca de 95% da produção será para exportação e 5% ficará para a produção de cinto no Brasil. A fábrica catarinense recebeu investimentos de US\$ 16 milhões. Emprega 100 pessoas e produz 72 milhões de metros de cadarços por ano. A TAKATA-PETRI já possui unidades em Jundiá (SP) e Mateus Leme.

A Takata vende para: Audi, BMW, Chrysler, Daimler, Ford, Fuji Heavy Industries, GM, Honda, Hyundai, Mazda, Mitsubishi Motors, Nissan, Toyota, VW.

KRAH-ICE

Em 2007, após o 25º Encontro Econômico Brasil-Alemanha em Blumenau, o ministro da Economia e Tecnologia da Alemanha, Michael Glos sinalizou a inauguração da nova fábrica da KRAH-ICE.

A empresa, que fornece equipamentos para a indústria automotiva, escolheu a cidade de Timbó/SC para se instalar por conta da mão-de-obra qualificada com conhecimentos da língua alemã. Uma situação já recorrente nos estados do Sul do Brasil

Fortilit → Amanco ← Akros

Em maio/1999, os ex-donos¹⁴⁰ da Tigre, que detinham 40% do capital da fabricante de tubos de PVC Fortilit, venderam suas participações ao grupo suíço Amanco (que já detinha o controle de 60% do capital). O grupo manteve a marca Fortilit Tubos e Conexões. A empresa Fortilit apresentava na época da transação uma capacidade de produção de cerca de 70 mil toneladas anuais. No que tange ao consumo doméstico, no mesmo ano foram vendidas 340 mil toneladas.

Na verdade, o negócio colocou um ponto final na disputa familiar envolvendo os três herdeiros do fundador da Tigre, que romperam em 1996, quando Hansen Neto vendeu 30% de sua participação no capital da *holding* Tigre Participações S.A., controladora da empresa de tubos e conexões de mesmo nome.

No Brasil o grupo Amanco iniciou suas atividades em 1989, com a compra da Fortilit, pertencente, até então à Tupi Brasilit. Em outubro/1999, o grupo anunciou a aquisição da Akros, empresa catarinense com sede em Joinville/SC tradicional na transformação de plásticos e produção de tubos e conexões de PVC, vice-líder do setor, atrás apenas da Tigre que também tem sede em Joinville. Assim, o grupo aumentou sua capacidade produtiva instalada no país de 120 mil toneladas para 200 mil toneladas ao ano. A aquisição provocou um salto no posicionamento estratégico da empresa no Brasil, principal mercado latino-americano para o grupo.

¹³⁹ A Huvis fatura US\$ 42 bilhões por ano.

¹⁴⁰ Família Hansen, inclusive o ex-presidente da Fortilit, João Hansen Neto.

A empresa passou a deter 55% do mercado de tubos e conexões de PVC na Argentina. Em 1999, o Brasil representava cerca de 30% do faturamento do Grupo Amanco na América Latina.

O grupo Amanco faz parte ainda do Grupo Nueva, que agrega também os grupos Terranova, que atua em plantações de madeira (pino), e Ecos, na área agrícola. Para oferecer mais avançadas soluções para áreas predial, infra-estrutura e agrícola, a Amanco conta com 4 fábricas localizadas em Joinville (SC), Sumaré (SP) e Suape (PE).

Em Setembro/2000, onze meses depois de ter adquirido a Akros, então empresa de tubos e conexões sediada em Joinville, o grupo suíço unificou as ações mercadológicas dos produtos Akros e Fortilit. Assim, Akros e Fortilit desapareceram como empresas independentes. Passaram a ser divisões da Amanco Brasil S.A. Na linha predial são 1.500 itens à venda. A compra da Akros trouxe vantagens: agregou os 25 mil clientes de conexões e tubos de PVC da Akros no pequeno varejo aos 5 mil da Fortilit, maioria construtoras e atacadistas ligados ao setor de irrigação.

Em 2001 a estratégia foi investir na compra de empresas e formar parcerias estratégicas no segmento de irrigação e tubos sistemas.

Embraco → Brasmotor → Multibrás → Whirlpool S.A.

A Embraco¹⁴¹, fundada em 1971, em Joinville/SC, associou-se (foi comprada pelo grupo) em 1976 ao Grupo Brasmotor S.A. (que criou a Brastemp em 1954) e voltou suas atenções para o mercado externo¹⁴². O Grupo Brasmotor desde a década de 1960 já tinha um acordo firmado com a Whirlpool Corporation e a Sears Roebuck, empresas norte-americanas que asseguravam a assistência técnica.

Em 1997, a Whirlpool passou a ser a acionista majoritária da Brasmotor S.A. Em 2000, em leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo a Whirlpool Corporation adquire mais ações da Multibrás e da Brasmotor, passando a deter 95% do capital das duas empresas

¹⁴¹ Empresa Brasileira de Compressores S.A. foi criada por três empresas de refrigeradores (Consul, Springer e Prosdócimo). Especializada em soluções para refrigeração e líder mundial do mercado de compressores herméticos.

¹⁴² Note-se que foi na época do Milagre Econômico Brasileiro...

Desde 2006, a Embraco atua no Brasil sob a razão social Whirlpool S.A. em função da junção da Embraco com a Multibrás S.A. Eletrodomésticos¹⁴³. Entretanto, a Embraco continua a operar de forma estruturalmente independente, dada a peculiaridade de seus negócios.

Embora tenha seu centro administrativo localizado na cidade de São Paulo/SP, a Unidade Joinville é a maior fábrica de produtos de refrigeração da Whirlpool. Nesta planta são fabricadas refrigeradores, freezers (horizontais e verticais) e secadoras. Também estão instalados os Centros de Tecnologia de Refrigeração e de Cocção e o Centro de Tecnologia de Condicionadores de Ar.

Grupo Mitsui → SC Gás

Criada em 1994, a SC Gás (Companhia de Gás de Santa Catarina) empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Celesc, Gaspetro, Mitsui Gás e Infragás.

O Grupo japonês Mitsui detém 41% do controle acionário da companhia. Os setores de mineração e infra-estrutura logística são os principais focos de interesse da MITSUI BRASILEIRA para ampliar sua atuação no país. Parceira de longa data de empresas como PETROBRAS e VALE DO RIO DOCE, a trading japonesa busca novas "parcerias estratégicas robustas", em que pode atuar tanto como investidor ou como agente financiador dos projetos.

A matriz não definiu o volume de investimentos para o Brasil neste ano, mas não hesitará em liberar recursos caso apareça uma "grande oportunidade de negócios", A empresa busca ainda ser líder entre as empresas japonesas de comércio exterior instaladas no país. Tradings como SUMITOMO e MARUBENI são suas concorrentes diretas.

Terminais de cargas, entrepostos ferroviários, portos, o setor petrolífero e as Parcerias Público-Privadas (PPPs) são os alvos de interesse.

¹⁴³ Que havia sido formada em 1994 pela fusão da Brastemp S.A. com a Cónsul S. A e Semer, com o objetivo de fortalecer

As operações brasileiras respondem por 7% a 8% dos negócios globais da MITSUI, espalhados por 66 países. É também no Brasil onde a empresa tem o maior volume de recursos aplicados, à frente da Indonésia e da China.

Grupo Provimi → Nutron Alimentos

Em 1999, A Nutron Alimentos pertence ao Grupo Provimi se instala em Chapecó. O grupo francês é um dos mais importantes do agronegócio, líder e atuante no mundo inteiro em todos os tipos de nutrição animal.

Wetzel S.A + Hengst Filterwerke GmbH = Hengst-Wetzel Ltda

Em 1999, após abrir seu capital social para negociação de suas ações nas bolsas de valores, a companhia constitui parceria com a empresa alemã Hengst Filterwerke. Cria a empresa Hengst-Wetzel Ltda com o objetivo de produzir e comercializar sistemas de filtros e módulos para a indústria automotiva.

Grupo Frezite → Frezite Ferramentas de Corte S.A.

Em 2000, o Grupo Português Frezite, inaugurou fábrica de produção de ferramentas de corte de alta precisão em São Bento do Sul, em terreno doado pela prefeitura do município em 1999 que lhe concedeu todos os incentivos e benefícios previstos em lei. Já naquele momento o grupo detinha tecnologia de ponta para produzir máquinas e equipamentos de última geração para a indústria de móveis, sendo a segunda do mundo em sua especialidade.

A multinacional veio em busca do mercado catarinense, onde tem atualmente os principais clientes da fábrica. A indústria de carpintaria e de móveis brasileira tem vocação exportadora aos mercados europeus e norte-americanos e China.

RR Donnelly + Moore Wallace = RR Donnelly Moore

Em 2008, a americana RR Donnelly Moore chega a Blumenau. Fundada em 1864 em Chicago EUA, é líder no mercado gráfico editorial. Chegou ao Brasil em 1995.

Através da fusão com a Moore Wallace em 2004, formaram a maior indústria gráfica do planeta a RR Donnelly Moore, com faturamento anual de US\$ 7,2 bilhões, cerca de 45 mil funcionários espalhados por 125 fábricas e 600 escritórios presentes em mais de 30 países da Am Norte, Europa, Ásia e América Latina.

Indústrias Schneider S.A → Franklin Electric

A Schneider Indústria de Bombas foi criada em 1946, na cidade de Joinville/SC, por Joanes Carlos Fernando Schneider que fundou uma empresa de assistência técnica para bombas hidráulicas e outros equipamentos, denominada na época, Schneider & Cia. Ltda.

Logo passou a se denominar Indústrias Schneider S.A e a desenvolver várias linhas de bombas e motobombas centrífugas, com potências que variam de 1/6 a 76 cv, totalizando mais de 40 séries e 4.000 itens para uso nas mais variadas instalações, como residências, prédios, indústrias e agricultura, com especificações próprias para cada tipo de uso.

Além da matriz, localizada em Joinville, e da fundição em Araguari, Santa Catarina, a Schneider dispõe de centros de distribuição próprios, estrategicamente instalados em Belém (PA), Contagem (MG), Cuiabá (MT) e Recife (PE), aproximando-se de importantes mercados regionais e implementando efetivamente serviços de assistência técnica aos consumidores da região.

Em 2008, a Schneider, que já era reconhecida como uma das mais importantes empresas do setor, conquistando fronteiras nos mercados internacionais e sendo uma referência nacional em bombas e motobombas centrífugas, é comprada pelo grupo americano Franklin Electric e torna-se uma multinacional.

Ciser Parafusos e Porcas + Parceria Internacional

A Ciser¹⁴⁴, que atua desde 1959 na industrialização e comercialização de parafusos, porcas e outros fixadores, é líder no mercado de fixadores da América Latina. Mantém duas unidades fabris – a matriz em Joinville/SC e uma voltada ao setor automotivo em Sarzedo/MG. Possui um centro de distribuição em Joinville e um sistema de *cross-docking* em SP, ocupando uma área construída de 60 mil metros quadrados.

O empreendimento que exigiu investimentos de R\$ 40 milhões nasceu com uma parceria internacional – Nedschroef – Cia. Holandesa de fixadores e uma das maiores da Europa que entrará com intercâmbio tecnológico e capacitação profissional. A Cia.

¹⁴⁴ Historicamente, a Ciser é uma sucessora da Casa do Aço, loja de ferragens e ferramentas que a família Schneider tinha desde 1881.

Multinacional que tem 23 unidades em todo o mundo está ingressando com exclusividade no mercado brasileiro através da Ciser.

Setor Tecnológico

Na indústria de alta tecnologia, por exemplo, observa-se a criação do Parque Tecnológico Alfa, em Florianópolis, em parceria com várias instituições públicas e privadas. O objetivo foi fomentar o surgimento de várias empresas incubadoras e nascentes de base tecnológica e trazer investidores de capital semente. Em 2008 já havia 400 empresas instaladas no Setor de Tecnologia da capital, com um faturamento de R\$ 200 milhões ao ano e mais de 500 vagas de emprego a serem preenchidas em 2009.

Como exemplo de investimento externo neste setor, no início de 2008, a WeDo Technologies, empresa do setor de software do poderoso conglomerado português Sonae¹⁴⁵, inaugurou escritório e fábrica de software no complexo empresarial da Primavera Garden Center, em Florianópolis. A empresa, que atua mais em telecom, chegou ao Estado a partir da aquisição, em 2007, da Tecnológica, do Rio de Janeiro, que tinha unidade desenvolvedora na capital catarinense e escritórios no Rio e em São Paulo. O objetivo foi ampliar a fábrica de software de Santa Catarina, que contava com 20 profissionais. Com investimentos de R\$ 5 milhões, além de um novo escritório, a meta da empresa foi contratar outros 20 profissionais ainda naquele ano de 2008.

Por outro lado, ainda com relação ao setor tecnológico, em 2005, a americana EDS especializada na terceirização de serviços de TI (tecnologia da informação), instalou uma fábrica de software na capital catarinense. Porém, como reflexo do próprio movimento da concentração do capital e também, devido à crise financeira que explodiu no centro do sistema capitalista, anos mais tarde, em 2008, após a aquisição da EDS pela também americana HP, esta última determinou o encerramento das atividades do escritório da EDS em Florianópolis.

Portobello + Custom Building Products → Portokoll → Lafarge

¹⁴⁵ Observe-se que a bandeira Big da rede Sonae foi comprada pelo grupo varejista americano Wal-Mart em 2005 (data do início das atividades da gigante americana em Santa Catarina). Desde o início das atividades na região, o Wal-Mart já investiu R\$100 milhões. Com previsão de investir em 2009, mais R\$ 132 milhões distribuídos em mais seis unidades. Insta salientar que o investimento é apenas uma fatia do total de R\$ 1,6 bilhão a ser injetado pelo grupo em todo o país, diante do plano de abertura de 90 lojas.

No segmento de argamassas colantes, com a evolução rápida do mercado de revestimento cerâmico brasileiro, o Grupo Portobello resolveu produzir no Brasil argamassas e rejuntamento, tendo sido criada a Portokoll, em 1994, como um departamento da Cerâmica Portobello para atender o mercado brasileiro. Em seguida esta empresa passou a existir como empresa independente, porém integrante do grupo Portobello.

Com a perspectiva de mudar o mercado, o grupo brasileiro associou-se a Custom Building Products, um dos maiores fabricantes de argamassas e rejuntamentos do mundo e a partir de junho de 1999, tornou-se uma sociedade anônima - Portokoll. Com mais de trinta anos, a Custom é uma empresa líder no segmento de argamassas e rejuntamentos nos Estados Unidos. As duas empresas investiram numa nova fábrica e as duas unidades (Tijucas/SC e Itupeva/SP) possuem capacidade de produção de 20 mt/mês.

Em 2004 a empresa Portokoll foi incorporada pela Qualimat, pertencente ao grupo Francês Lafarge, líder mundial em materiais para construção, presente em 76 países, com mais de 90mil funcionários.

Taschibra

A Taschibra foi fundada em maio de 1995, na cidade de Indaial/SC, uma das maiores fábricas de luminárias do país e pode se tornar a maior da Américas. Atende o mercado nacional, países da America Latina e da África. Seu objetivo é exportar para a América do Norte, Europa e Oriente Médio.

A empresa conta com um filial em Xangai - China, onde fabrica parte de seus produtos e possui um Show Room de 1500 m². A Taschibra é fruto de parceria entre empresários catarinenses e o chinês Wang bi Cheng.

Grupo Akzo Nobel (EUA)

National Starch & Chemical Industrial Ltda. – Localiza-se no município de Trombudo Central, pertencendo ao Grupo Akzo Nobel (EUA). Emprega 160 trabalhadores. Fabrica amidos alimentícios. Em 2007 produziu 29.900 toneladas e faturou R\$ 73 milhões. Possui unidades produzindo no México, EUA, Alemanha, China, Tailândia e Inglaterra. É primeira em nível nacional, na América Latina e mundial dentro do setor de atuação.

Incasa + ACF Minera

A Incasa – tradicional fabricante joinvillense de produtos cosméticos e de sais de iodo – pioneirismo latino-americano alçado em 1964 pelas pesquisas realizadas por seu fundador para abastecer a indústria química do país, substituindo as importações – sai da grave crise do início do governo Collor, iniciando as exportações (1990) dos sais de iodo para o mercado europeu, intermediadas por uma trading alemã (Helm A G).

Os promissores negócios externos determinaram o fechamento da linha cosmética, mas o arranque das exportações aconteceu no desvantajoso período cambial de 1998, a partir da estratégica associação com a empresa ACF Minera, com sede em Santiago do Chile, que detém uma das maiores plantas extrativas de iodo do mundo, assegurando o abastecimento da matéria prima, o que permitiu a liderança no mercado nacional (suprindo 65% do mercado de sais de iodo, principalmente para a indústria de ração animal e 35% do fornecimento dos sais de cobalto) e a ampliação das exportações situando-se entre as quatro maiores do mundo.

C-Pack Creative Packaging S/A

C-Pack Creative Packaging S/A – Localiza-se em São José e emprega 265 funcionários. É fabricante de embalagens tipo tubos extrudados e tampas injetadas para os segmentos cosmético, farmacêutico e alimentício. Em 2007 registrou uma produção de 45 milhões de unidades, atingindo um faturamento de R\$ 38 milhões. Em seu segmento ocupa a segunda posição em nível nacional e na América Latina. Possui certificação SA 8000 e forte perfil de inovação e desenvolvimento tecnológico. Grupo controlador: Clinique des Grangettes, de Genebra, Suíça.

3.6 A dinâmica industrial catarinense: investimentos recentes

É importante a avaliação dos impactos decorrentes dos processos de reestruturação que acompanharam as grandes mudanças processadas na economia mundial durante a década de 1990. Devido às complexas características dos anos 1980 e 1990 percebe-se no espaço econômico de Santa Catarina a ocorrência de transformações gradativas quanto ao seu desenvolvimento buscando a adaptabilidade ao novo cenário econômico-financeiro.

A FIESC na publicação “Santa Catarina em dados 2008”¹⁴⁶ ilustra os principais complexos industriais no ano de 2008 (Figura 35).



Figura 35 - Complexos industriais de Santa Catarina (FIESC, 2008)

¹⁴⁶ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina em dados. Unidade de política econômica e industrial. – Florianópolis: FIESC, 2008

A FIESC também realiza uma síntese dos setores mais importantes de Santa Catarina, apresentado a seguir na Tabela 49. Tabela 49 – Complexos industriais de Santa Catarina (FIESC, 2008)

Alimentar e Bebidas

Santa Catarina possui uma indústria alimentar bastante forte, sendo o maior produtor de suínos do Brasil e o segundo de frangos. O estado também se destaca na pesca, ocupando nacionalmente liderança na produção de pescados. A produção de vinho e cerveja também deve ser citada, tendo presença marcante no segmento de Bebidas do estado.

Celulose e Papel

A indústria de celulose e papel de Santa Catarina possui uma participação de 7,2% sobre igual setor nacional. Destaca-se como maior produtor de embalagens de papelão ondulado do Brasil.

Cerâmica

Santa Catarina possui importante pólo cerâmico, sendo que a maior concentração de indústrias está na região Sul e em Tijucas, na região Sudeste. O estado é o maior exportador do Brasil, vendendo para 118 países e é líder na América Latina em produção de cerâmica para revestimento. A cerâmica vermelha também se destaca dentro deste segmento de atividade.

Indústria Naval

A indústria naval catarinense é a segunda do país em número de trabalhadores e a previsão é de que esse número duplique no curto prazo, com a construção de navios para transporte de gás. É um segmento industrial com boas perspectivas de crescimento, e Itajaí é o município de maior destaque.

Madeira

A indústria madeireira de Santa Catarina destaca-se nacionalmente, tendo uma participação de 16,7% sobre igual setor nacional. O estado é o maior fabricante de portas de pinus e batentes do país e líder em exportação.

Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos

O segmento produtor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos possui uma participação de 13,1% sobre igual setor nacional. Destaca-se com maior grau de importância a fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos, cujo peso é de 34,7% sobre igual segmento brasileiro. Santa Catarina é o maior exportador de motores elétricos do Brasil.

Máquinas e Equipamentos

O segmento produtor de máquinas e equipamentos se destaca na fabricação de compressores e eletrodomésticos (linha branca). As principais indústrias se localizam na região Norte do estado, principalmente em Joinville.

Metalurgia e Produtos de Metal

Em Santa Catarina está situada a maior fundição independente da América Latina, destacando-se na fabricação de produtos fundidos para a indústria automotiva e de conexões em ferro para redes hidráulicas e de gás. O estado é líder nacional em eletroferragens galvanizadas a fogo para distribuição de energia elétrica, telefonia e TV a cabo, além de elementos de fixação – parafusos e porcas – e produtos para jardinagem.

Mobiliário

Santa Catarina se destaca nacionalmente na produção de móveis com predominância de madeira, sendo o maior exportador do Brasil. São Bento do Sul e Rio Negrinho são as cidades com a maior concentração de empresas, enquanto que o Oeste catarinense se destaca como o segundo maior pólo fabricante de móveis do estado.

Produtos de Plástico

A indústria de produtos plásticos de Santa Catarina destaca-se nacionalmente na produção de tubos e conexões de PVC, embalagens, descartáveis plásticos (copos, pratos, etc.), utilidades domésticas, cordas e fios de PET reciclado e produtos de EPS (isopor). Este último ocupa liderança no mercado latino americano, assim como embalagens plásticas para fertilizantes. O Estado é o segundo pólo produtor de artigos de matérias plásticas do país.

Tecnologia / Informática

Santa Catarina é líder nacional em softwares para o segmento de projetos prediais e soluções para gerenciamento de filas em bancos privados.

Têxtil e Vestuário

Santa Catarina é o segundo pólo têxtil e do vestuário do Brasil. No estado está estabelecida a segunda maior empresa fabricante de camisetas de malha do mundo. Também é o maior produtor de linhas para crochê e fitas elásticas da América Latina e destaca-se na produção de artigos de cama, mesa e banho. No comércio internacional, o estado é o maior exportador do Brasil de roupas de toucador/cozinha, de tecidos atalhados de algodão e camisetas T-Shirts de malha.

Veículos Automotores/Autopeças

Santa Catarina se destaca na produção de carrocerias para ônibus e caminhões, bem como na produção de autopeças. É líder nacional em reposição de escapamentos e compressores de pistão. Na América Latina, é o primeiro na produção de impulsores de partida, mancais e polias para veículos automotores.

A adoção de mudanças estruturais decorre tanto da presença de fatores relacionados com a dinâmica interna de funcionamento das empresas como também das coações impostas pelo novo paradigma técnico-econômico e pela abertura da economia nacional às mudanças em escala global¹⁴⁷.

As empresas da região catarinense têm enfrentado o grande desafio de, através de diferentes maneiras, instituir adaptações e mudanças na estrutura técnico-produtiva, econômica e administrativa, buscando participar da reestruturação produtiva do sistema capitalista global e (multi)transnacionalizado, dentro de um jogo complexo de interações tecidas entre os atores sociais nos níveis local, regional e mundial.

Segundo Paulo F. Vieira¹⁴⁸ a estrutura industrial no Estado de Santa Catarina desenvolveu-se de forma estreitamente vinculada à dinâmica industrial da economia brasileira e mostra que, há três décadas, o desempenho do setor industrial é o que mais contribui para o crescimento do PIB estadual. O setor industrial de Santa Catarina apresenta uma composição diversificada e sua estrutura inclui tanto os setores do tipo tradicional, quanto os mais dinâmicos da economia, tendo relevância os segmentos produtores de bens de consumo final, como alimentos, têxtil e vestuário; bens de consumo duráveis ligados à eletro-metal-mecânica; e setores de insumos básicos, como o papel e celulose.

A estrutura industrial catarinense vem se alterando em sua composição nos últimos anos, dado pela menor participação do setor têxtil-vestuário sobre o valor da transformação industrial do Estado e aumento deste indicador no que se refere aos setores eletro-metal-mecânico e de alimentos.

Ainda segundo Vieira tem ocorrido um aumento da participação das corporações multinacionais nos principais setores da indústria catarinense. No segmento de embalagens, a empresa líder, Igaras Papéis e Embalagens S.A. foi adquirida pelo grupo Klabin, líder na produção de papel sanitário no Estado. Por sua vez, o grupo Klabin formou uma *joint-venture* com a empresa americana, Kimberly-Clark, de papéis sanitários nos Estados Unidos.

¹⁴⁷ CUNHA, Idaulo J.A **economia catarinense rumo a um novo século**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1999.

¹⁴⁸ VIEIRA, Paulo F. et al. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002

As empresas cerâmicas, no âmbito do processo de reestruturação, não receberam investimentos diretos externos para suas unidades produtivas. A presença de investimentos do exterior ocorreu fundamentalmente no âmbito dos fornecedores de insumos, por meio do estabelecimento de várias empresas nos segmentos de esmaltes, corantes e fritas na região produtora. Tais empresas, consideradas fornecedores mundiais neste segmento, foram estimuladas pela ampliação da demanda local, facilidade de importação de equipamentos e de matérias-primas e liberdade de remessa de recursos para o exterior.

De acordo com Rocha¹⁴⁹, o quadro de busca de aprimoramento de produtos e processos tem se verificado tanto no universo das grandes exportadoras catarinenses, como também dentre as indústrias com menos de 20 milhões exportados (2002). Porém, a inserção no mercado externo por vezes, também resulta de intermediações ou parcerias, na forma de novas associações vantajosas para aumentar as vendas no exterior, atrelamento a *tradings*, formação de *joint ventures*, ou mesmo como estratégia de engenharia financeira, necessária devido aos empréstimos internacionais.

Segundo dados do boletim “Desempenho e perspectivas da indústria catarinense: investimentos industriais 2005-2009: resultados e cenários: 2006/2007” da FIESC¹⁵⁰, a política monetária restritiva priorizando o controle da inflação com juros elevados e a supervalorização do real afetaram o desempenho da indústria catarinense em 2005.

O comportamento fabril foi fraco tanto em relação à produção (0,1%), quanto ao faturamento (-12%). As exportações, embora positivas (15%) ficaram inferiores ao ano anterior, o que resultou em perda de uma posição, de 7ª para 8ª, no ranking nacional. Alguns gêneros de atividade sentiram muito sua margem de lucro encolher, reduzindo a disponibilidade de capital para investimentos. Das 186 indústrias consultadas pela FIESC, 80% realizaram investimentos em 2005.

A proporção de empresas que não investiu cresceu em relação ao ano anterior, já que em 2004 o percentual das não investidoras foi de 14%. Os principais motivos apontados pelas indústrias que não investiram em 2005 foram: retração do mercado, baixa rentabilidade, queda no faturamento devido à valorização do real, falta de recursos próprios, instabilidade

¹⁴⁹ ROCHA, Isa de Oliveira. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia, da Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

¹⁵⁰ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Desempenho e perspectivas da indústria catarinense: investimentos industriais 2005-2009: resultados e cenários: 2006/2007**. Florianópolis: FIESC, 2007

econômica, alta carga tributária impedindo o crescimento, capacidade ociosa, situação financeira ruim, falta de capital disponível por parte do governo e falta de incentivos à empresa privada, créditos não repassados pelo Governo Federal, prejuízos com a exportação devido à baixa cotação do dólar, dificuldades de acesso a financiamentos de longo prazo e falta de linhas de crédito.

A Tabela 50 reproduz os dados dos investimentos realizados pelas empresas afiliadas à FIESC no ano de 2005.

Tabela 50 - Valor do faturamento e investimentos realizados em 2005 e 2006 (FIESC, 2007)

Gêneros de Atividade	2005		Investimentos sobre faturamento
	Faturamento (R\$)	Investimentos (R\$)	
Minerais não Metálicos	1.737.736.881,60	37.001.784,36	2,13
Metalúrgica	5.098.608.593,53	209.946.470,51	4,12
Mecânica	886.106.425,51	98.687.947,90	11,14
Material Elétrico e de Comunicação	5.248.346.639,84	239.076.051,80	4,56
Material de Transporte	925.951.691,99	43.509.962,00	4,70
Madeira	517.027.047,82	45.304.131,98	8,76
Mobiliário	566.997.640,95	15.007.798,42	2,65
Papel e Papelão	2.749.665.612,33	173.262.526,93	6,30
Couros, Peles e Produtos Similares	108.344.782,36	1.946.503,51	1,80
Química	292.366.550,90	8.260.330,00	2,83
Plásticos	749.646.360,81	32.706.377,15	4,36
Têxteis e Vestuário	3.086.846.901,97	102.294.574,27	3,31
Alimentar	6.831.377.247,97	178.113.667,97	2,61
Bebidas	103.182.736,43	2.778.456,44	2,69
Editorial e Gráfica	241.973.630,06	7.676.531,72	3,17
Diversos	249.668.548,43	828.161,94	0,33
Informática	5.482.572,19	115.353,00	2,10
Total	29.399.329.864,69	1.196.516.629,90	4,07

Fonte: FIESC/PEI

Segundo o mesmo boletim, O ano 2006 foi caracterizado por fraco desempenho industrial em Santa Catarina. A produção física das indústrias cresceu apenas 0,2% e o faturamento encolheu 1,54% de janeiro a dezembro, em relação a iguais meses do ano anterior. Considerando que não conseguimos crescer em cima de uma base tão deprimida (2005), conclui-se que 2006 foi um ano frustrante em termos de crescimento industrial.

Os principais fatores que inibiram a evolução dos negócios em 2006, segundo os empresários catarinenses, foram: perda de rentabilidade das exportações devido ao câmbio, elevada carga tributária, juros inviáveis ao crédito e aos investimentos, grande concorrência do mercado, declínio das vendas externas no segmento alimentar em função do embargo Russo às carnes e da gripe aviária e entrada de produtos importados no mercado nacional.

Apesar deste quadro desalentador, 81% das indústrias catarinenses realizaram investimentos de janeiro a outubro de 2006. O montante foi de R\$ 831 milhões, equivalendo a 3,24% do faturamento industrial. Esta proporção foi menor que a registrada no ano anterior, quando as indústrias catarinenses canalizaram 4,07% de seu faturamento para os investimentos.

A Tabela 51 mostra dados dos investimentos realizados pelas empresas afiliadas à FIESC no ano de 2006.

Tabela 51 - Valor do faturamento e investimentos realizados em 2005 e 2006 (FIESC, 2007)

Gêneros de Atividade	2006 (jan-out)		Investimentos sobre faturamento
	Faturamento (R\$)	Investimentos (R\$)	
Minerais não Metálicos	1.589.530.553,36	21.950.437,31	1,38
Metalúrgica	4.743.353.210,17	114.512.268,25	2,41
Mecânica	724.004.388,45	48.120.294,00	6,65
Material Elétrico e de Comunicação	5.580.298.928,74	178.945.158,61	3,21
Material de Transporte	832.118.300,37	18.410.773,70	2,21
Madeira	428.249.426,00	23.213.532,15	5,42
Mobiliário	395.308.784,52	9.264.059,43	2,34
Papel e Papelão	2.262.988.385,77	136.258.724,73	6,02
Couros, Peles e Produtos Similares	112.580.502,85	1.410.286,94	1,25
Química	259.794.010,43	7.453.057,00	2,87
Plásticos	644.126.658,50	21.060.819,53	3,27
Têxteis e Vestuário	2.751.776.991,29	77.527.065,52	2,82
Alimentar	4.770.977.927,21	148.670.196,96	3,12
Bebidas	87.065.641,40	753.836,00	0,87
Editorial e Gráfica	210.571.599,89	17.143.821,37	8,14
Diversos	209.706.896,15	6.082.000,00	2,90
Informática	3.044.223,09	97.500,00	3,20
Total	25.605.496.428,19	830.873.831,50	3,24

Fonte: FIESC/PEI

No boletim FIESC de 2008¹⁵¹, a entidade descreve que o ano 2007 foi caracterizado por crescimento das atividades industriais em Santa Catarina, apesar da desvalorização cambial que impactou sobre a competitividade de importantes segmentos da indústria. A taxa cambial, que se mostrou desfavorável às exportações, por outro lado favoreceu as importações, oportunizando a compra de matérias primas e bens de capital com preços mais acessíveis. O aumento da produção em 2007 resultou em maior nível de utilização da capacidade instalada e abriu o debate em torno da necessidade de maiores investimentos para evitar um descompasso entre a oferta e a demanda.

Das 144 indústrias consultadas pela FIESC no início de 2008, 81% investiram em 2007 e 19% não. O total investido por elas foi R\$ 1,5 bilhão. As que não investiram, citaram

¹⁵¹ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Desempenho e perspectivas da indústria catarinense: investimentos industriais 2007-2010: resultados e cenários: 2007/2008**. Florianópolis: FIESC, 2008

como principal fator limitante dos investimentos em 2007 a taxa cambial. Muitas indústrias tiveram prejuízo, principalmente nos segmentos do mobiliário e de madeira, apresentando baixa lucratividade e assim falta de recursos próprios para investir.

Outros motivos apontados para a não realização de investimentos em 2007 foram: taxas de juros ainda elevadas, falta de mão-de-obra especializada, crise da construção civil nos EUA, pela capacidade instalada estar ajustada para a demanda, inexistência de linhas de crédito específicas e que sejam acessíveis às pequenas e médias indústrias, cenário desfavorável e competição com produtos importados.

A Figura 36 mostra a participação dos gêneros de atividade nos investimentos nos anos de 2005, 2006 e 2007. E a Figura 37 mostra as origens do capital para os investimentos em 2005, 2006 e 2007.

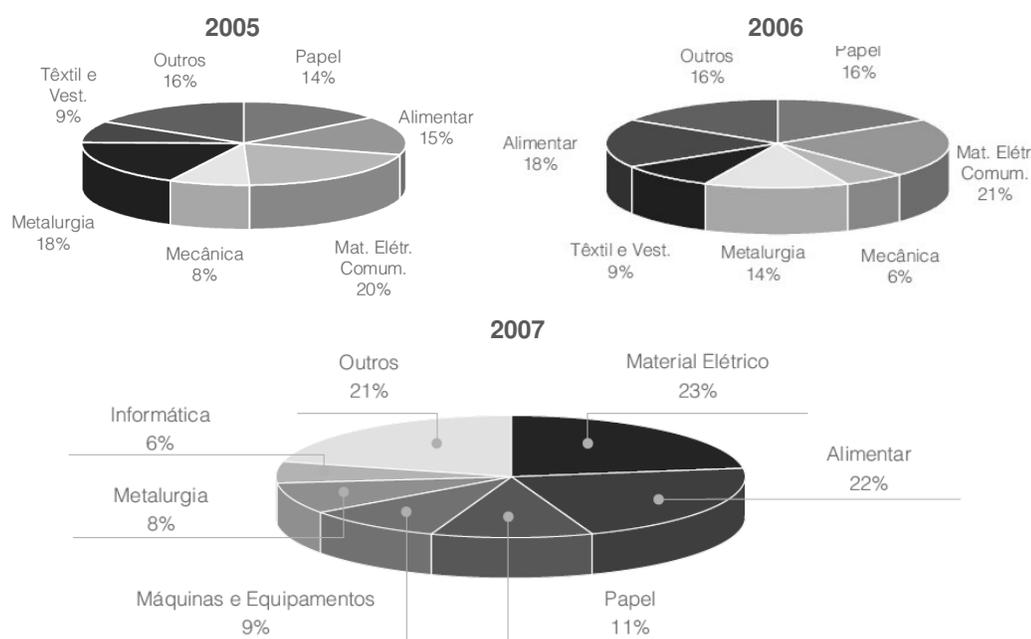


Figura 36 - Participação dos gêneros de atividade nos investimentos: 2005-2007 (FIESC, 2008)

2005

2006

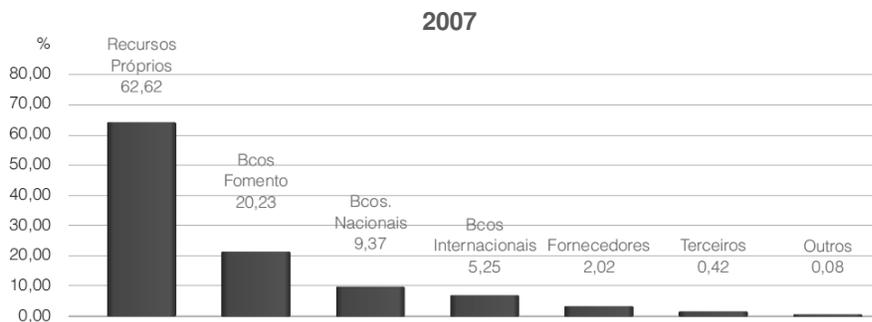
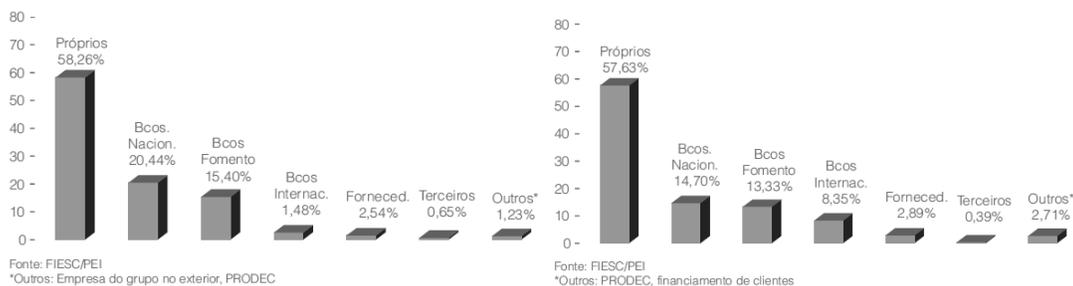


Figura 37 - Origem do capital nos investimentos: 2005-2007 (FIESC, 2008)

3.7 Resumo dos dados coletados no Jornal Diário Catarinense

A fim de complementar as informações coletadas nas referências a autora realizou uma extensa pesquisa junto ao arquivo do Jornal Diário Catarinense. Foram catalogadas as principais notícias relacionadas com o setor industrial Catarinense em todas as edições do periódico nos últimos cinco anos (de 2003 a 2008).

De forma a classificar e organizar os dados foi elaborada uma tabela contendo os principais dados referentes à notícia. A tabela é composta por nove campos descritos a seguir:

Data	Data em que a notícia foi publicada
Setor	Setor econômico envolvido. Dada a diversidade das empresas, alguns setores foram agrupados. Além disso, foi criado um “setor institucional” para agrupar ações governamentais ou setoriais.
Empresa / Órgão	Nome da Empresa, Grupo, Órgão Governamental ou Entidade Setorial envolvidos.
Origem	Origem do Grupo ou Empresa. Pode ser um país, um Estado da

Federação, Município ou Região. Também foi criada uma denominação “Global” para empresas multinacionais sem identidade definida.

Objeto	É o campo que define o objeto da notícia. Foram definidos sete objetos (representados por ícones) que traduzem de forma intuitiva a notícia em si.
Valor envolvido	Em muitos casos as notícias são acompanhadas com os valores de investimentos
Notícia	Resumo da notícia
Situação atual	Situação da empresa antes (ou no momento) da ação que gerou a reportagem.
Perspectiva / Mudança	Qual o impacto esperado da notícia e de que forma a ação noticiada alterará a “Situação Atual”.

A tabela completa é apresentada no Anexo I. A seguir são apresentados os dados condensados em tabelas-resumo.

Quantidade de notícias x Objeto

Tabela 52 - Quantidade de notícias x Objeto

OBJETO	Total
 Expansão	167
 Divulgação	44
 Fusões e aquisições	36
 Parceria	24
 Inovação	18
 Diversificação	16
 Contração	14
Total geral	319

Ao todo, foram escolhidas 319 notícias. Pela síntese apresentada na Tabela 52, percebe-se que mais da metade das notícias foram relacionadas com a expansão dos negócios.

As Parcerias e Fusões e Aquisições somam 60 notícias, quase 20% do total. Outro aspecto a ser analisado é a Diversificação e a Inovação, utilizados pela empresas como forma de garantir a vantagem competitiva nos mercados que atuam.

Ao objeto “Divulgação” estão associadas notícias sobre informes empresariais (como por exemplo: o lucro da empresa “x” cresceu 10% no período) ou informes de órgãos governamentais ou de representação setorial (como por exemplo: A FIESC divulgou o resultado da atividade industrial...).

Quantidade de notícias x Ano x Objeto

Tabela 53 - Quantidade de notícias x Ano x Objeto

ANO	 Contração	 Diversificação	 Divulgação	 Expansão	 Fusões e aquisições	 Inovação	 Parceria	 Total geral
2003	2	1	7	12			1	23
2004	1		1	12	1		1	16
2005	3		3	9	3		3	21
2006			1	5	6			12
2007	4	6	22	39	14	5	5	95
2008	4	9	10	90	12	13	14	152
Total geral	14	16	44	167	36	18	24	319

A fim de entender a abrangência da pesquisa, apresenta-se a tabela 53 que mostra a distribuição da quantidade de notícias relacionadas por ano. E, para complementar mais ainda a informação, é feito um cruzamento com o objeto da notícia.

Nota-se que a 319 notícias estão distribuídas ao longo de cinco anos. Pela quantidade de notícias, percebe-se que se optou por focar o período mais recente, de 2007 e 2008. Ressalta-se, ainda, que do ano de 2008 foram computados os dados somente até o mês de junho. Percebe-se que a proporção de notícias relacionadas ao objeto “expansão” sobre o total de cada ano fica em torno de 50%, o que pode indicar que nos últimos cinco anos as empresas Catarinenses vêm expandindo seus negócios.

Em quase todos os anos foram observadas notícias de contração ou diminuição de atividades. Porém, observa-se que não há muitas notícias relacionadas com contração ou diminuição de atividades industriais. Observa-se, também, as notícias relacionadas com “divulgação” ocupam o segundo lugar no número de ocorrências, com cerca de 25%.

Quantidade de notícias x Setor x Objeto

Procurou-se, então, relacionar o objeto com o setor industrial envolvido. A Tabela 54 apresenta os 24 setores (ou grupo) escolhidos como mais representativos, em ordem alfabética.

Os setores de Alimentos / Bebidas e Têxtil / Vestuário, talvez por representarem setores agrupados e serem setores tradicionais da indústria Catarinense, somam quase 30% das ocorrências, ocupando a liderança no número de notícias.

O setor institucional representa 31 ocorrências, transparecendo o caráter informativo do jornal. Os setores de Máquinas e Equipamentos e Tecnologia e Informática somam 55 notícias, ou cerca de 18%. Com ocorrências variando de 9 a 11, aparecem muitos setores industriais, representando, cada um deles, cerca de 3% das notícias.

Quantidade de notícias x Setor x Objeto

Tabela 54 - Quantidade de notícias x Setor x Objeto

SETOR	 Contração	 Diversificação	 Divulgação	 Expansão	 Fusões e aquisições	 Inovação	 Parceria	 Total geral
Agricultura	1		1					2
Alimentos e Bebidas	2	2	2	21	12	4	2	45
Automobilística	1			5		1		7
Calçados / Brinquedos	1			2				3
Cerâmica / Vidros / Cimento		1	2	6	1			10
Comércio Varejista			1	5	2		2	10
Construção Naval			1	4				5
Editorial / Gráfico				1				1
Energia		1	5	4			1	11
Infraestrutura			3	9	1		2	15
Institucional	2		14	13	2			31
Madeireiro / Moveleiro			1	1				2
Máquinas e Equipamentos	2	2	2	14	2	4	2	28
Materiais Elétricos / Eletrônicos e Comunicação	1	2	4	5	1		1	14
Metalúrgico		2	1	12	2	1	1	19
Papel e Celulose	1			3				4
Plástico				4	1	1	1	7
Químico			1	1	1		2	5
Serviços			1	4	2		2	9
Supermercados			1	8				9
Tecnologia / Informática			1	12	8	1	5	27
Têxtil / Vestuário	3	6	2	24	1	6	2	44
Transportes				2				2
Turismo			1	7			1	9
Total geral	14	16	44	167	36	18	24	319

Quantidade de notícias x Setor x Região

Tabela 55 - Quantidade de notícias x Setor x Região

	Agricultura	Alimentos e Bebidas	Automobilística	Calçados / Brinquedos	Cerâmica / Vidros / Cimento	Comércio Varejista	Construção Naval	Editorial / Gráfico	Energia	Infraestrutura	Infra-estrutura	Institucional	Madeiro / Moveleiro	Máquinas e Equipamentos	Materiais Elétricos / Eletrônicos e Comunicação	Metalúrgico	Papel e Celulose	Plástico	Químico	Serviços	Supermercados	Tecnologia / Informática	Têxtil / Vestuário	Transportes	Turismo	Total geral
Joinville			3	1		2						1		7		7				1		13	5			47
Santa Catarina	1	2				4			1	4		11	1	1			1	7		1		1	4		1	33
EUA			1				2					1		10							3	4			1	22
Jaraguá do Sul			1												9								10			20
Blumenau														1		1					1	2	11			16
Brasil		1			1							14														16
Concórdia		13					1					1		2			1					2	1			13
França									8										1						2	11
Videira		11																		1						11
Florianópolis										1	1			1	1					1		3	1			9
Palhoça							1					1		2			1					2				8
Chapecó		5																		1						6
Alemanha										1				3		1										5
Brusque						2																		2		4
Criciúma					2					1												1				4
Oeste SC		4																								4
Rio Grande do Sul																3							1			4
São Francisco do Sul										1		1				2										4
São José														1	3											4
São Paulo		1			1							1								1						4
Tijucas		1			3																					4
Espanha		1																								4
Global								1									1				2				1	3
Lages	1																								1	3
Navegantes		1					1			1																3
São Bento do Sul																	1						2			3
Canadá																1				1						2
Coreia																							1	1		2
Garopaba																							2			2
Global/Holanda		1																	1							2
Ingles																1					1					2
Itajai										1															1	2
Portugal																					1	1				2
São João Batista				2																						2
Sul										1												1				2
Timbó														1	1											2
Alemanha e Japão							1																			1
Anitópolis																			1							1
Arabe																									1	1
Áustria				1																						1
Braço do Norte									1																	1
Caçador													1													1
Campinas (SP)						1																				1
Campos Novos		1																								1
China					1																					1
Correia Pinto																		1								1
Gov Celso Ramos																									1	1
Grande Florianópolis																						1				1
Guaramirim																							1			1
Holanda		1																								1
Índia																							1			1
Itália			1																	1						1
Itália / Garuva														1												1
Itapema										1																1
Itapoá										1																1
Japão			1																							1
Lagoa Vermelha (RS)						1																				1
Luiz Alves																							1			1
Nova Veneza		1																								1
Nova Zelândia																							1			1
Otacílio Costa																		1								1
Paraná										1																1
Pomerode					1																					1
Rio de Janeiro												1														1
Rio do Sul																							1			1
São Lourenço do Oeste		1																								1
Sombrio																								1		1
Suécia/Global																	1									1
Treviso/sul do Estado									1																	1
São Bento Sul																							1			1
Total geral	2	45	7	3	10	10	5	1	11	13	2	31	2	28	14	19	4	7	5	9	9	27	44	2	9	319

A cidade de Joinville, com era de se esperar, lidera o número de notícias (relacionadas às empresas com sede em Joinville), pois concentra a maioria das indústrias catarinenses. Jaraguá do Sul e Blumenau aparecem na seqüência como importantes pólos de desenvolvimento industrial.

Vale ressaltar que notícias sobre grandes empresas (situadas em pequenas ou médias cidades) aparecem com freqüência no jornal fazendo com que a incidência de notícias sobre a cidade seja incrementada. Exemplos são as cidades de Videira e Concórdia, de origem da Perdigão e da Sadia, que aparecem nas primeiras colocações do ranking das notícias.

Pode-se observar, também, a vocação de certas cidades para determinados setores. O pólo têxtil está relacionado a Blumenau. Já Joinville apresenta uma distribuição uniforme de setores industriais.

Além de cidades, são listados países, regiões e outros estados, por sediarem empresas que, de alguma forma têm relação com a dinâmica industrial catarinense. Vale ressaltar que não foram selecionadas notícias de empresas externas ao Estado de Santa Catarina (por exemplo: Empresa “x”, com sede em SP vai investir em nova unidade produtiva no Paraná).

Quantidade de notícias x Empresas x Objeto

Nesta síntese, procura-se listar todas as empresas relacionadas às notícias pesquisadas. A idéia inicial era relacionar empresa x número de ocorrências, porém observou-se que se fosse considerado o objeto da notícia a tabela ganharia mais conteúdo e força comparativa.

Pode-se, por exemplo, cruzar os dados de Cidades x Setores (Tabela 55) com o de Empresas x Objeto (Tabela 56) e perceber a tendência já descrita de concentração de notícias em cidades menos representativas por estas serem sedes de grandes empresas.

Tabela 56 - Quantidade de notícias x Empresa x Objeto

EMPRESA/ÓRGÃO	Contração	Diversificação	Divulgação	Expansão	Fusões e aquisições	Inovação	Parceria	Total geral
Acqualan			1					1
Acquamundi				1				1
Agrenco do Brasil							1	1
Agroveneto					1			1
Águas de Itapema				1				1
Alcoa				1				1
ALL				1				1
Altendorf				1				1
Altona				1				1
AMC Textil				1				1
Angeloni				2				2
Arcelor Mittal			1	1	1			3
Areva				1				1
Armadores				1				1
Baden Baden Hotels				1				1
Binotto				1				1
BNDES			1	1				2
Bosch Rexroth				1				1
Brasil Telecom			1	1			2	2
Brasimet							1	1
BRDE			1					1
Breithaupt				1				1
Brix Jeans				1				1
Buddemeyer				3				3
Bunge				1	2			3
Busscar	1							1
Café Guidali			1					1
Carl Zeiss				1				1
Casaredo				1				1
Cebranorte				1				1
Cecrisa	1			1				2
Celesc			1					1
Celsa				1				1
Cetic-SC			1					1
Cipla							1	1
Cisco Systems							1	1
COC					1			1
Comper				1				1
Contour Global				1				1
Coopercampos				1				1
Coopercentral Aurora	1			4		2	1	8
CREs					1			1
Credeal				1				1
Cremer				1				1
Dass					1			1
Datasul				3	5	1	2	11
Digitro			1	2				3
Docol						1		1
Dohler	1					2		3
eCentury				1				1
EcoSecurities			1					1
Embrapa			1					1
Empresas Familiares					1			1
Fáb Tecidos Carlos Renaux	1							1
Femepe				1				1
Ferrovia Tereza Cristina			1					1
Fiesc				1				1
Flexicotton				1				1
Franklin Electric					1			1
Frigorífico Chapecó	1							1
GE				1				1
geasse				1				1
Gerdau				1				1
GM				1				1
Governo Estadual			7	6				13
Governo Federal	2		4	7				13
Governo Municipal			1	3				4
Redes de comércio varejista						1		1
Grupo Aditya Birla				1				1
Grupo de Empresas				1				1
Grupo Gerdau					1			1
Grupo Pacha						1		1
Grupo Pem Setal				1				1
Grupo Sonae				1				1
Grupo Volpato					1			1
GSI				1				1
Guararapes				1				1
Guga Kuerten							1	1
GVT				1				1
Haco				1				1
Hamburg Sud						1		1
Havan				3				3
Hering		2		3				5
Hotel 10				1				1
Hotel Le Canard				1				1
HSBC						1		1
Huvis Corporation				1				1
Ibis						1		1
Institucional					1			1
Intelbrás			2		1			3
Invest Tur					1			1
Itaú						1		1
Karsten			1		2			3
Klabin			1		2			3
Komeco				1				1
Lepper					3			3
Levantamento KPMG						1		1
Logocenter						1		1
Lunender							1	1
Luoyang Float Glass					1			1
Magazine Luiza					1			1
Malwee					1		1	2
Marcegaglia					1			1
Marisol			1		2			3
Mercure					1			1
Metisa S.A					1			1
Metra							1	1
Microsoft						1		1
Mormaii					1		1	2
Mueller				1				1
Mundial S/A					1			1
Navship					1			1
NSK e Olsen							1	1
Olsen						2		2
Orec X							1	1
PBI Informática						1		1
Perdigão			1		4	6		11
Pezzaoli					1			1
Porto de Itapoá					1			1
Porto de Navegantes					1			1
Porto de São Fco do Sul					1			1
Portobello					3			3
Portos					1			1
Premolnavi (grupo TWB)					1			1
Primor					1			1
Reichert			1					1
RenauxView							1	1
Rovitex					1			1
RR Donnelley Moore					1			1
Rumo Norte					1			1
Sadia			1	1	6	4	1	14
Saffer					1		1	2
SCGás					1			1
Schincariol						1		1
Schulz				1	1			2
Semex							1	1
Senior Sistemas					1			1
Setor			1		4	4		9
SFK							1	1
Siemens						1		1
Sun Microsystems							1	1
Suntech					1			1
Supermercados Imperatriz					1			1
Supremo					1			1
Swarowski					1			1
TAC						1	1	2
Teka			1		1			2
TESC					1			1
Tigre					4	1	1	6
Tim e Google							1	1
Toyota					1			1
Tractebel Energia			1		3	1		6
Tupper					1			1
Tupy					2	2		4
Tutti Giorni							1	1
UNIMED Chapecó						1		1
Usitec					1			1
Velcan Energy					1			1
Votorantim					1			1
VST					1			1
Wal-Mart					1	2		3
Weber Quartzolit							1	1
WeDo						1		1
Weg			1		2	4	1	9
Wetzel						2		2
Whirlpool			2		2		4	10
Yara Brasil							1	1
Zanotti						1		1
ZF						1		1
Total geral	14	16	44	166	36	18	24	319

A Tabela 56 apresenta dados importantes sobre cada empresa, porém não contextualiza as notícias no tempo nem as descreve. Por exemplo, verifica-se que a Marisol totaliza 6 notícias, sendo 1 de contração, 2 de diversificação e 3 de expansão.

A partir dessa visão, foi elaborada a Tabela 57 contendo todos os detalhes filtrados por setor, por empresa, por data e por objeto. É uma tabela extensa, com diversas páginas, que procura expor uma realidade cronológica e descritiva do setor industrial Catarinense segundo a visão de um jornal.

No Anexo 1 deste trabalho apresenta-se a tabela geradora, onde os dados estão dispostos em ordem cronológica.

A Tabela 57 é apresentada em detalhes nas próximas páginas.

4 Considerações Finais

A dinâmica da economia mundial é cíclica e vive a fase b, recessiva¹⁵² do quarto ciclo longo de Kondratieff, desde os anos 1970 (1973), segundo as análises schumpeterianas são as inovações tecnológicas que constituem a base do desenvolvimento econômico, os ciclos médios ou juglarianos de variações alternadas na atividade econômica permeiam cada onda longa, com contrações e expansões. Seguindo o referencial teórico-metodológico apresentado na introdução da pesquisa e segundo as interpretações de Armen Mamigonian e Ignácio Rangel, a formação socioespacial brasileira possui um centro dinâmico próprio e a partir das considerações dos autores, as características registradas constituem ferramentas analíticas necessárias para a compreensão das formações socioespaciais na esfera regional, que também possui um centro dinâmico bem definido, combinando gênese, distribuição espacial e qualidades que lhe são peculiares, no caso deste trabalho, Santa Catarina.

De acordo com todos os dados coletados, percebe-se que o impacto da economia mundial desde os anos 1990 sobre a dinâmica da economia regional tem sido importante, porém, relativo. Ou seja, os fenômenos recentes e predominantes no centro do sistema têm interferência, mas esta intervenção obedece aos mecanismos da formação social, que tem centros bem definidos através dos complexos industriais que se interdependem em alguns momentos (pólo eletrometalmecânico da região de Joinville e pólo de tecnologia)¹⁵³, mas por outro lado também são absolutamente autônomos entre si (agroindústria, minerais não metálicos, minerais metálicos, têxtil, moveleiro).

Os fenômenos característicos da mundialização do capital acabaram por culminar num período de transição e adaptação e uma reestruturação na cadeia produtiva nas demais esferas do sistema econômico. As alterações se manifestaram espacialmente originando novas formas de organização espacial das unidades produtivas, novas fontes de matérias-primas, novos mercados consumidores, novas especializações produtivas, novos fluxos financeiros, diferenciais geográficos no custo de mão-de-obra, segmentações produtivas, novas técnicas de marketing, reorganização da gestão, novas formas de participação no mercado interno local e regional e externo-global, novos padrões de competitividade, nova divisão regional do

¹⁵² O crescimento da economia mundial global vem sofrendo recuos segundo dados da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).

trabalho, novas formas de cooperações trabalhistas, etc. Entretanto, novamente, estas novas estruturas são endógenas e seguem os ritmos particulares da região que tem sua gênese incontestável na pequena produção mercantil do século XIX.

Neste sentido é importante fazer a ligação da história do desenvolvimento da economia catarinense, desde sua gênese na pequena produção mercantil e familiar com os fatos e dados dos anos 1990 e 2000. Se há mudanças no comportamento das empresas catarinenses por setor, gênero, ramo e atividade sob a perspectiva de uma concentração econômica e espacial da atividade produtiva, devido à vigorosa inserção do capital estrangeiro, principalmente através de empresas multinacionais, estas estão relacionadas ao movimento mundial e às características da formação do Estado de Santa Catarina? Quem/qual é a formação socioespacial catarinense dos anos 2000? Qual a herança dos anos 1990? Em que medida as transformações estruturais que ocorreram ao longo dos anos 1990 na condução da política econômica nacional afetaram a formação regional? Até que ponto o aporte avassalador de investimentos principalmente os externos contribuíram para o crescimento da indústria nacional e regional? Houve a desindustrialização de alguns setores no Estado de Santa Catarina a partir das mudanças estruturais e conjunturais das novas políticas econômicas? E quanto à multinacionalização de várias indústrias catarinenses?

Há que se analisar as inter-relações e a dinâmica do progressivo aumento da presença de capital estrangeiro dentro da economia catarinense. Como as transformações de maior abertura ao capital externo e a liberalização econômico-financeira tem afetado a economia regional? Estes processos têm influenciado diretamente o setor produtivo local e incentivado uma maior competitividade e diferentes estratégias do desenvolvimento? É possível afirmar que com a abertura do capital de várias empresas, tradicionalmente familiares e compostas (maioria esmagadora das empresas) de capital local, a formação econômica catarinense perdeu suas características embrionárias e sua forte identidade regional?

O estudo ainda não consegue responder a todas estas questões. Embora todos estes questionamentos façam parte do objetivo principal da pesquisa. Há que se buscar mais e mais dados e correlacioná-los e interpretá-los para se tentar uma síntese que chegue mais perto das respostas corretas que diagnostiquem com mais perfeição a realidade pretendida.

¹⁵³ Em 1999 foi votada a Lei de Informática que teria prorrogação até 2009. No primeiro ano houve redução de 100% do IPI. O imposto passou a cair 5 pontos percentuais até 2006 e permaneceu com uma redução de 70%. O projeto previa uma lista de bens de informática que receberam o benefício.

Analisar as inter-relações da dinâmica e das conjunturas econômicas ditadas pelas diferentes políticas econômicas ao longo dos anos pesquisados para se compreender processos de rupturas e construções nas formações socioespaciais não é tarefa fácil. Trata-se de um trabalho árduo, de muito raciocínio, onde se faz necessário juntar e colar os dados ao todo, cada particular ao geral e tentar abstrair-se do geral para concluir um particular.

O termo tendencioso “globalização” impregnou e cegou as últimas décadas, “empurrando” mais uma vez a ideologia do (hiper)imperialismo americano às demais esferas periféricas do sistema capitalista, sendo que na cartilha da globalização o primeiro princípio a ser decorado é a defesa da teoria do desaparecimento das fronteiras nacionais e do enfraquecimento do Estado capitalista. Teses absurdas, desconectadas de debates e críticas, vêm dominando as teorias econômicas tradicionalistas, focadas na hipótese da existência da dependência centro/periferia, da inferioridade industrial, tecnológica, produtiva e inovadora dos países periféricos. Teorias, trabalhos e estudos vêm sendo divulgados, repetidos e transmitidos de gerações a gerações... O conhecimento distorcido vem sendo publicado de forma dogmatizada e dogmática após ter sido materializado numa conhecida teoria da dependência, no auge dos estudos cepalinos de décadas pretéritas de 1950 e 1960 em diante. Assim é que o termo tendencioso “dependência” também impregnou os debates (se é que estes ocorreram), ou melhor, os discursos ao longo do século XX. E se esforçam para sobreviver no novo milênio.

Após o presente estudo, globalização, desnacionalização da economia, desfronteirização, desaparecimento dos Estados Nacionais, enfraquecimento das decisões políticas, maior dependência da economia aos mercados financeiros, entre outros são fenômenos que merecem análise antes de citá-los e repeti-los, vulgarizando-os quando são altamente perigosos e mesmo danosos ao verdadeiro conhecimento.

Ora, segundo pode-se observar da pesquisa, realmente houve uma desenfreada internacionalização das empresas, uma disparada na velocidade dos processos migratórios dos fluxos de capitais pelo sistema capitalista, mas com e pela participação dos Estados, quer dizer, estes processos só têm ocorrido através da intervenção das políticas econômicas emanadas dos poderes políticos. Estes processos não são novos ou recentes, são centenários, entretanto, o que houve foi que adquiriram outras formas, agilidade e diferentes características estruturais, por exemplo, as transações de digitalizaram e passaram a se concretizar em segundos (ou até menos) através de cabos de rede, ou mesmo sem estes “wireless”. As

principais e maiores empresas multinacionais passaram a ser representadas por grupos internacionalmente constituídos, cuja origem não se confunde com a sede, cujo patrimônio não se confunde com propriedade de capital... O controle do capital e as decisões estratégicas destes mega grupos empresariais passou para uma gestão corporativa “anônima”, altamente fiscalizadora e fiscalizada, qualificada e digitalizada cujos principais acionistas eletivos e com poder e capital votantes são também outros grupos empresariais, tudo e todos vinculados e atrelados e amarrados ao mercado financeiro mundial cujo controle e cérebro são manipulados no mercado de capitais de uma Bolsa de Valores. Pode-se dizer que os dados referentes a lucros, faturamento, produtividade, vendas, receita, patrimônio, dos gigantes grupos que, aliados e respaldados pelas políticas econômicas, transformaram-se em títulos e papéis negociáveis e transacionáveis e suscetíveis às intempéries e oscilações financeiras.

Isto, realmente é bem pouco, mas muito novo.

No Brasil, conforme estudado, o processo da entrada do capital estrangeiro, segundo os levantamentos oficiais do Banco Central que se iniciaram na década de 1940, ocorreu de maneira mais intensiva a partir de 1950/1960¹⁵⁴. Os trabalhos realizados por Doellinger e Cavalcanti nos anos de 1970, muito bem retrataram a inserção do capital estrangeiro neste período, ou seja, os investimentos externos na economia nacional através das empresas multinacionais no Brasil.

Em Santa Catarina, a abertura da economia ao capital estrangeiro teve início na década de 1970, e isto ocorreu primeiramente com a abertura de capitais de empresas na Bovespa com o novo registro de importantes empresas como companhias abertas (preliminarmente o controle majoritário do capital permaneceu nacional, a porcentagem foi se alterando ao longo

¹⁵⁴ Segundo relatos de John Perkins, mais do que um engenheiro americano, um assassino econômico, que trabalhou para o governo dos EUA, neste período de intenso endividamento dos países periférico. Para os estrategistas americanos na busca da realização do sonho de império mundial, a década de 1960 atestou um tipo de revolução: o fortalecimento de corporações internacionais e de organizações multinacionais a exemplo do Banco Mundial e do FMI. Este último era financiado basicamente pelos EUA e as irmãs imperialistas da Europa. Uma relação simbiótica se desenvolveu entre governos, corporações e organizações multinacionais. De acordo com os dados de Perkins, uma condição dos empréstimos para desenvolver a infra-estrutura (usinas de geração de eletricidade, estradas, portos, aeroportos ou parque industriais) é que as companhias de engenharia e de construção para realizar os projetos (projetados pelos próprios engenheiros americanos) sejam empresas americanas. Na essência, grande parte do dinheiro nunca deixa os EUA, era simplesmente transferido das agências bancárias de Washington para o escritório de engenharia de Nova York, Houston e San Francisco. Os projetos eram realizados seguindo os passos de uma estratégia preconcebida pelas agências de informações americana que identificavam potenciais candidatos a assassinos econômicos, que poderiam então ser contratados por corporações internacionais. Eles tiravam o salário do setor privado, jamais eram pagos pelo governo. O trabalho era creditado à ganância corporativa em vez de uma política governamental. Além disso, as corporações que os contratavam, embora pagas pelas agências governamentais e as suas contrapartidas bancárias multinacionais (com dinheiro dos contribuintes), eram isoladas da supervisão do Congresso e das investigações públicas, escudadas por um corpo crescente de iniciativas legais, incluindo marcas registradas, comércio internacional e leis sobre liberdade de informação. (PERKINGS, John. **Confissões de um assassino econômico**. Tradução Henrique Amat Rego Monteiro. São Paulo: Cultrix, 2005.

do tempo). Tanto empresas estatais, Celesc (1955) que abriu o capital em 1973, como empresas do setor privado, como a Embraco (1971) que se associou ao Grupo Brasmotor e voltou-se completamente ao mercado externo em 1976 e a Sadia (1944) da família Fontana, tradicionalmente familiar, que teve a abertura do capital da companhia em 1971. Foi nos anos de 1970, também, que as empresas ligadas à indústria metalmeccânica da região de Joinville, que inicialmente estavam voltadas à demanda regional e nacional, atingiram o mercado internacional.

Por outro lado, a abertura econômica regional se deu de forma mais representativa durante e após os anos 1990. Neste período a detenção do capital majoritário de várias empresas de grande porte passou a ser predominantemente anônimo ou até mesmo estrangeiro, como no caso da Perdigão (1934), tradicionalmente administrada pela família Brandalise até 1994 quando a família vendeu suas participações na Companhia, que consistia em 80,68% das ações ordinárias de sua emissão e 65,54% das ações preferenciais, para oito fundos de pensão: PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil); SISTEL (Fundação Telebrás de Seguridade Social); PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social; Real Grandeza Fundação de Assistência e Previdência Social; FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES); PREVI – BANERJ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banerj; VALIA (Fundação Vale do Rio Doce); e TELOS (Fundação Embratel de Seguridade Social). Ao adquirirem o controle da Perdigão, os oito fundos de pensão originais contrataram uma nova equipe de diretores que reestruturou a administração e implementou aumentos de capital e programas de modernização. A nova administração realizou a reestruturação societária, alienou ou liquidou operações comerciais não preponderantes e incrementou a estrutura financeira.

Além do fenômeno das alterações no controle acionário de empresas tradicionalmente familiares, grandes grupos multinacionais se inseriram em Santa Catarina nos últimos anos, também contribuindo para uma nova fisionomia da economia regional. Como é o caso da instalação da Vega do Sul em 2003, e que logo após, em 2005 passou a ser Arcelor Brasil, e que passou a ser a controladora única e integral das empresas Belgo Siderurgia, CST e Vega do Sul. Como também a inserção da holandesa Bunge, através da compra da tradicional Ceval Alimentos, entre muitos outros dados apontados na pesquisa.

O escopo do presente trabalho foi tentar desvendar uma pequena parcela de fenômenos recentes. Uma das tendências que mais marcou a economia mundial e que é tema principal da

pesquisa foi o fato de as grandes indústrias terem absorvido as menores com intuito de concentrar investimentos e mercados, produtividade, faturamento, aumentar lucro, transferências e troca de tecnologia e conter e redução de gastos. Tal concentração e transformação se processou através de aquisições ou de fusões (cujos dados vem apresentando recordes desde 1998)¹⁵⁵ e associações de empresas, ou simples parcerias com foco nas inovações, diversificação e redução dos custos de produção.

É correto afirmar que a indústria brasileira entrou na década de 1980 sem avanços significativos. Que nas décadas de 1980-90 houve retração do mercado nacional? O funcionamento do parque industrial nacional se manteve inalterado, apenas herdeiro das políticas industriais do passado? E os anos 1990 significaram verdadeiros retrocessos para segmentos representativos da indústria nacional? E qual o diagnóstico da indústria nos recentes anos 2000? E quanto às perspectivas? Quais e onde foram os principais investimentos produtivos? O que ficará marcado na formação econômica catarinense deste período? Se não analisarmos cada setor e suas individualidades o diagnóstico será falho.

Por exemplo, algumas indústrias de setores consagrados de Santa Catarina já adentraram os anos 1990 com altíssimo grau de inovação, principalmente gerencial, o que permitiu dobrar o faturamento em um ano, como o caso do Grupo Cipla S. A. de Joinville, marca consagrada e um dos nomes mais respeitados do mercado consumidor de plásticos nacional e da América do Sul, que inicialmente integrava o grupo Hansen (um dos cinco maiores do Sul do País) e já a partir de 1988 passou a ser uma empresa individual e através de um plano de segmentação, passou a adotar o princípio da administração por linhas e gerenciamento autônomo e independente de empresas de um mesmo grupo, porém com penetração em setores diferenciados no mercado. Estas mudanças permitiram dobrar o seu faturamento de US\$ 42 milhões em 1988 para US\$ 86 milhões em 1989. Devido a esta visão inovadora, desde 2002 a empresa vive uma segunda nova fase, onde os trabalhadores assumiram o controle operacional, administrativo e financeiro.

Como estava o cenário econômico nacional e o catarinense nos anos 1990? Concordamos com Mamigonian¹⁵⁶ que os anos 1990 tiveram diferente impacto para as

¹⁵⁵ Uma pesquisa da Thomson Financial Securities Data indicou que as fusões e aquisições anunciadas em 1999 alcançaram a marca recorde de US\$ 2,6 trilhões, 23% a mais do que o valor de 1998. Nos EUA o volume das fusões e aquisições alcançou S\$ 1,72 trilhão, respondendo por 51,6% do total. Depois vem a Europa com 39%. O destaque de 1999 foi o setor de telecomunicações, com US\$ 561 bilhões no mundo.

¹⁵⁶ Comentários na banca de qualificação em março 2007.

estatais, nacionais e multinacionais. As duas primeiras levaram uma bordoadada, quanto às últimas, são privilegiadas.

Acredita-se que uma possível recuperação da indústria nacional deu-se nos anos 2000?

Em 1990, Fernando Collor assumia a presidência da República, em meio a uma crise na economia nacional, herdando um recorde de inflação¹⁵⁷, uma acumulação da perda real dos salários, juros altos¹⁵⁸, dívida interna maior que a externa, e outros problemas. Sua equipe conduziu a abertura da política econômica¹⁵⁹. A ideologia política chamava a atenção para as principais manchetes que alardeavam que o país precisava de novos investimentos¹⁶⁰ básicos em infra-estrutura e de crescimento de produtividade e que somente a iniciativa privada teria condições de aplicar e investir os bilhões de dólares anuais necessários para construção de novas usinas hidrelétricas.

Dentre as medidas da nova política econômica, as duas principais metas do primeiro Fernando foram as privatizações e o fim do controle às importações¹⁶¹.

Segundo os discursos da época, com exceção de alguns setores considerados estratégicos, quase a totalidade das empresas do setor produtivo se sujeitaram à privatização. A medida impunha o limite de 20% das ações à participação do capital estrangeiro. Entretanto, hoje se sabe que a história se mostrou bem diferente do discurso político. O mercado financeiro apresentava como fato novo e significativo a entrada de recursos através dos fundos de investimentos de capital estrangeiro, com uma maior confiança mundial no mercado de ações. O país pretendia participar dessa “ciranda financeira”. Mas o país vivia nos últimos momentos da era da reserva de mercado, cujo modelo já não servia e o país deixava de ser competitivo, uma vez que a política da reserva de mercado beneficiava interesses privados e não o nacional.

¹⁵⁷ No começo da década de 1980, a inflação estava na casa dos 100% ao ano (1980, 81 e 82). Nos três anos seguintes, o patamar anual ficou em torno dos 220%. Em 1986, com o Plano Cruzado, caiu para 62,40%. Mas cresceu violentamente em 1987 para 366%, em 1988 para 933% e em 1989 atingiu o impressionante número de 1.764,86%. Enquanto isto o salário mínimo teve uma perda real acumulada de 23,62%.

¹⁵⁸ A taxa de juros de crédito ao consumidor estava em torno de 90%.

¹⁵⁹ Na realidade o Plano de Zélia não trouxe novidades em relação aos planos anteriores (Cruzado, Bresser e Plano Verão). A questão da modernização da economia era o ponto forte do plano, onde estavam previstas as privatizações de empresas, inclusive com a participação de acionistas estrangeiros.

¹⁶⁰ De 1985-1990, os investimentos no Brasil ficaram entre 16% e 19% do PIB, as taxas mais baixas dos últimos 30 anos.

¹⁶¹ A Cacex (carteira de comércio exterior) passou para a esfera do Ministério da Economia

Collor deu início à perseguição do princípio da abertura da economia ao capital estrangeiro, em 1990, levantando a bandeira contra a reserva de mercado, os monopólios e a cartorialização na economia¹⁶², iniciando a luta a favor da desburocratização de privatizações.

Nesta época as automobilísticas japonesas iniciaram interesse pelo mercado brasileiro. Entretanto, o empresariado do Japão ainda demonstrava ceticismo em relação à economia brasileira. Nenhuma indústria se disporia a se instalar no Brasil pra enfrentar tanto controle de preços. O veículo brasileiro era um dos mais caros do mundo devido aos quase 60% de impostos cobrados no preço final. A abertura do mercado ofereceria maiores condições de competitividade. A instalação de novas indústrias dependia de subsídios e incentivos fiscais.

Ocorre que a abertura somente se concretizou para a economia nacional com Fernando Henrique Cardoso em cujos mandatos presidenciais foram concretizadas as medidas de desestatização, redução das barreiras para importação, extinção do anonimato fiscal, extinção do anonimato das aplicações financeiras, medidas que vieram para favorecer, beneficiar e incentivar novos investimentos, barateando e reduzindo os custos de transação no Brasil. Em 1996, foi regulamentada a redução das alíquotas de IPI Importação sobre produtos industrializados no setor de bens de capital, a isenção de ICMS, cujas medidas já haviam sido introduzidas no governo anterior¹⁶³.

Ainda com relação a políticas públicas, foi a partir de 1996 que se iniciaram os programas de reformas administrativas e fiscais no coração dos órgãos públicos dos Estados. O BID - Banco Interamericano de desenvolvimento concedeu aos Estados empréstimo para programas de modernização administrativa e fiscal mediante uma contrapartida de igual valor.

Pode-se dizer que este foi o início do controle e fiscalização das máquinas administrativas e do atos do Poder Executivo oriundos das esferas estaduais, pelos Órgãos Internacionais que decidiriam sobre a permissão dos futuros investimentos externos ao longo dos anos?

¹⁶² Claro que o foco principal não foi uma política visando aos benefícios e interesses da indústria nacional, pois foi um fiasco seu curtíssimo mandato presidencial.

¹⁶³ Uma lei aprovada durante o governo Collor reduziu a zero a alíquota de IPI de bens de capital. A lei, entretanto, atribuiu ao Ministério da Fazenda a responsabilidade de listar os produtos que se beneficiariam da redução, e até 1996 muitos produtos ainda pagavam impostos. Foi baixada em 1996 uma medida provisória com uma nova relação de máquinas, equipamentos e instrumentos isentos do IPI.

Durante o governo FHC, as crises mexicana em 1994 e a asiática em 1997 impactaram o sistema capitalista mundial. Em 1998, após o boom das privatizações dos setores estatais, foram criadas agências reguladoras ANP e ANS, dentre muitas outras¹⁶⁴.

A legislação federal foi sofrendo alterações estruturais ao longo dos anos 1990, sendo que os novos regulamentos e leis foram paralelamente sendo adotadas e seguidas na esfera estadual com relação a alterações de alíquotas fiscais, reduções, isenções e quedas de barreiras alfandegárias comerciais e de importação.

Conseqüentemente os estados obtiveram prerrogativas legais para também oferecer incentivos regionais e benefícios fiscais, atraindo investimentos e quebrando as barreiras às importações. Foi dado início a uma verdadeira guerra fiscal entre os estados, a questão da indústria automobilística ilustra as batalhas entre os vários estados brasileiros nos últimos anos. Vários “pacotes” e “convênios” nacionais foram aos poucos alterando e reduzindo de 17% para 12% a alíquota interna do ICMS.

O setor automobilístico nacional balançava e demonstrava muita preocupação no início dos anos 1990. Os associados da Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - se articulavam devido ao temor da concorrência internacional que se instalava.

Duas das mais importantes marcas japonesas de automóveis a Nissan¹⁶⁵ e a Honda¹⁶⁶, apesar de ter iniciado seu interesse pelo Brasil em 1990, somente fixaram sede no Brasil no final dos anos 1990. Quanto à Nissan, a instalação do parque fabril só veio ocorrer mesmo no final de 2001.

Em 1998, a Toyota¹⁶⁷ inaugurou a segunda fábrica no Brasil, com investimento de US\$ 150 milhões, em Indaiatuba, interior de São Paulo, onde passou a ser fabricado o

¹⁶⁴ Nacional do Petróleo e Nacional da Saúde.

¹⁶⁵ Em 1998, a Nissan fixa sede no Brasil. Em 1999, A Nissan e a Renault assinam em Tóquio um acordo para uma aliança global. Em fins de 2001, Renault e Nissan inauguram a primeira fábrica conjunta da Aliança Renault-Nissan em São José dos Pinhais, Brasil, com capacidade nominal de 20.000 veículos. São gerados 100 empregos diretos.

¹⁶⁶ A história das motocicletas da Honda começa bem antes. Quanto ao setor de automóveis, foi a partir de 1992 que começaram as importações de automóveis Honda para o Brasil. A princípio, com a comercialização do Honda Accord, e em seguida do Accord Wagon, Civic Sedan, Civic CRX, Prelude e o Civic esportivo hatchback. Em 1995, construir uma fábrica de automóveis no terreno que mantinha há mais de 20 anos em Sumaré. Em 3 de junho de 1996 começam as obras da nova fábrica, que foi inaugurada em 06 de outubro de 1997, com capacidade para produzir 15 mil unidades do modelo Civic Sedan por ano. Também em 1996 a Honda atingiu a marca de 2 milhões de motocicletas produzidas no Brasil.

¹⁶⁷ A Toyota é uma das maiores fabricantes de automóveis do mundo, presente em mais de 160 países. Líder incontestável do mercado japonês e asiático, a Toyota é o maior vendedor de veículos não-americanos nos EUA e a marca japonesa líder na

Corolla, carro mais vendido em todo o mundo, com mais de 30 milhões de unidades comercializadas desde 1966.

A partir de 1996 foram autorizadas, pelo Banco Central, aquisições e fusões no sistema financeiro. O Banco Alemão (Dresdner Bank da Alemanha - DSB Deutsch Bank) comprou o Banco Grande Rio que se encontrava em liquidação extrajudicial desde 1991. A fusão do Bamerindus com o BCN (9º maior banco do país). O Unibanco (banco de grande porte) comprou o Banco Nacional que decretou falência neste período e assumiu os prejuízos da operação. O Banco Econômico também falido foi transferido para o Excel. Em 1997, também por autorização do Banco Central, o Bank Boston Banco Múltiplo S A aumentou seu capital. Em 1996 houve a reestruturação do grupo Credicard (associação entre Citibank, Itaú e Unibanco) sendo criada a Redecard empresa de serviços. Em 1999, BIF Banco Internacional de Funchal S A comprou 100% das ações representativas do Banco Primus e o HSBC, maior banco britânico comprou o americano Republic New York - Safra.

Foi em janeiro de 1999, às vésperas da desvalorização do real que o país viveu uma grave crise financeira, com uma taxa de juros básicos superior a 40% e encerrava-se uma década de estagnação da produção industrial. Quando ocorre a desvalorização, há um incremento às exportações. Quando o real está forte e valorizado frente a moedas estrangeiras os investimentos externos correm para cá.

Em 1999 houve a fusão, num negócio de US\$ 82,2 milhões unindo as duas maiores americanas do petróleo Exxon e Móbil Corp.

Em Santa Catarina¹⁶⁸, em 1990 o governador era Pedro Ivo Campos, passando em 1992 para Vilson Kleinubing. O Estado, na condição de uma unidade produtora da federação e pólo de produção de bens industriais, serviços e capitais, sofreu impactos com os processos transformadores mundiais de globalização econômica e financeira. E também sofreu os impactos do agravamento da crise na qual entrou o Brasil. Segundo matéria publicada em 11/05/1999, 70% do território de Santa Catarina estava destinado à agropecuária.

Europa. No Brasil, a empresa completou 50 anos em 2008, a fábrica da Toyota foi inaugurada em São Bernardo do Campo/SP em 1962.

¹⁶⁸ Face aos demais Estados da Federação, Santa Catarina se destaca pelo montante do seu PIB *per capita* que chega a se apresentar como 20% superior à média nacional. Além disto, o forte dinamismo do setor secundário projetou no cenário nacional os setores de têxtil-vestuário, agroindustrial (suínos e aves) e de cerâmica de revestimento. Mesmo em setores mais modernos, como o metal-mecânico, Santa Catarina lidera a oferta nacional em determinados nichos de mercado. Além disto, seu parque industrial permanece regionalmente bem distribuído, tanto em pequenas e médias cidades do Estado quanto em termos de tamanho das empresas.

Deve-se ter presente que foi o capital regional familiar que alavancou e liderou a formação socioespacial catarinense até os anos 1990. Os complexos industriais tiveram como capital predominante as famílias Hansen, Zípperer, Nielson, Meister, Schneider, Schmidt, Douat, citando algumas das principais famílias poderosas da região.

Em 1991, o governo anunciava que as estatais Casan, Celesc e Telesc encontravam-se deficitárias desde 1982.

Com a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, investindo na infra-estrutura social básica e na regulação econômica e financeira, o grande capital multinacional, principalmente o financeiro, passa de fato a controlar o processo de acumulação. As privatizações e as desnacionalizações suicidas, associados ao novo ciclo de endividamento especulativo externos dos anos 1990, ao mesmo tempo enfraqueceu e fortaleceu o Estado: enfraqueceu no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; e fortaleceu para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro, que se encontra completamente desregulado¹⁶⁹.

Em 1989, segundo levantamento da FIESC, o emprego na indústria de transformação teve um acréscimo de 4,08%. As indústrias gráfica, metalúrgica e mecânica tiveram o maior incremento de pessoal. Isto equivale a dizer que foram contratados pela indústria em 1989, 8.120 novos trabalhadores. Os gêneros industriais que apresentaram maior incremento de pessoal foram Editorial e Gráfica (13,46%), Metalúrgica (11,29%), Mecânica (11%), Produtos Alimentares (8,52%), Diversos (7,18%) e Material Elétrico e de Comunicação (6,40%). Isso permitiu que o volume de pessoal empregado no final de 1989 fosse 5,86% superior ao de 1988. Houve um aumento da produção estimulado pelo aquecimento das vendas internas.

No final dos anos 1990, a região sul já se tornara atrativa pelo seu potencial econômico e pela sua proximidade com os demais países do Mercosul e cada vez mais o mercado regional era visado por grandes empresas. Por exemplo o setor de informática, através da instalação do escritório da IBM Brasil em Porto Alegre.

É dentro deste movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense ocorridas após 1990, como a relativa redução das atividades estatais,

¹⁶⁹ Nas condições em que a situação de crise se agrava, como no caso brasileiro, o papel do Estado é fundamental como atrativo de desenvolvimento e atrativo de investimentos. Segundo Rangel, a saída para crise é o ganho de produtividade, é a busca do aumento da produtividade.

as reestruturações da indústria cerâmica e a reestruturação patrimonial do complexo eletro-metal-mecânico, o desmonte parcial do complexo carbonífero, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial. Entretanto, não só as grandes empresas receberam os investimentos estrangeiros como também houve a entrada de capital externo junto a pequenas e médias empresas que se encontravam bem estruturadas, mas com escassez tecnológica.

Em 1998, com foco na inovação tecnológica, a Zen (administrada pelos irmãos Zen), indústria de impulsores de partida para motor de arranque em Brusque, firmou joint venture com a norte-americana Delco Remy produtora de motores para automóveis e caminhões, buscando firmar novos contratos de venda para novos clientes. A Docol Metais Sanitários Ltda. de Jaraguá do Sul buscou parcerias com a argentina FV S.A. fabricante de metais sanitários.

Mesmo em meio à forte recessão do início dos anos 1990, dados revelam crescimento da produtividade da indústria regional e também avanços significativos quanto aos recursos de infra-estrutura que foram implementados pelo plano político do governo estadual como a pavimentação de mais 660 km de rodovias estaduais e a instalação de 172.420 novos terminais telefônicos. Porém o setor de energia foi ampliado em apenas 19% da proposta inicial de construir 400 km de linhas de transmissão.

Em 1990, iniciou-se a nível federal e com o conseqüente efeito cascata a todos os estados da federação brasileira, o boom do modelo de privatização adotado para setores tradicionalmente públicos como a privatização de usinas hidrelétricas¹⁷⁰. Em Santa Catarina, foi aberto um consórcio de indústrias que investiu US\$ 50 milhões na instalação da usina hidrelétrica com capacidade de 45 mil KW no Rio Cubatão em Joinville, contou com a participação dos projetos da Celesc (com o fornecimento de seu sistema de transmissão que foi utilizado pelas empresas mediante o pagamento de uma taxa de serviço). Para isso, a Celesc firmou convênio com a concessionária de energia elétrica da Baviera, na Alemanha, trazendo um engenheiro alemão para assessorar no processo de implantação e comercialização do novo sistema autoprodutivo de energia.

¹⁷⁰ Falava-se de um sistema novo no Brasil, mas existente há bastante tempo em países desenvolvidos. Um sistema autoprodutivo.

Em 1999, o setor industrial respondia por 44% do mercado de compra de energia elétrica. A Celesc operava com 12 usinas hidrelétricas gerando 4% da energia elétrica distribuída, sendo o restante fornecido pela Itaipu 29% e a antiga Gerasul 67% (que havia acabado de ser adquirida pela Tractebel do Grupo Suez, em 1998). O setor elétrico era coordenado pela Eletrobrás e regulado pela Aneel Agência Nacional de Energia Elétrica, ambos controlados pelo Governo Federal.

Hoje a Tractebel Energia, com sede na cidade de Florianópolis, é responsável por cerca de 20% da geração total do país, é a líder em geração privada de energia elétrica no Brasil. Seu parque gerador, com 13 usinas hidrelétricas e termelétricas nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás, tem capacidade instalada de 5.860 MW. Empresa da Suez Energy International, pertencente ao Grupo francês SUEZ, a Tractebel Energia conta com aproximadamente 900 colaboradores no país e tem como maiores clientes as concessionárias de distribuição de energia e indústrias - além de prestar serviços associados, como a implantação de instalações de co-geração, operação e manutenção de equipamentos de produção de energia e monitoramento da qualidade da energia.

Se no início dos anos 2000, havia uma visão pessimista quanto alguns setores da indústria regional. Falava-se numa possível desindustrialização do tradicional setor têxtil da indústria catarinense com a crescente terceirização de produção na Ásia, especialmente na China, por parte de indústrias catarinenses de vários setores¹⁷¹.

A preocupação girava em torno da falta de políticas que melhorassem as condições para a produção no país. Sindicatos, associações, federações, entidades ligadas à produção industrial já se mobilizavam em lutar por algum tipo de barreira na tentativa de evitar ser o Brasil no futuro apenas um corredor de commodities de baixo valor agregado, com menos empregos e salários baixos, gerando postos de trabalho na Ásia e importando produtos mais baratos daquele mercado¹⁷².

¹⁷¹ Os dados do setor têxtil mostram que houve uma recuperação até meados de 2008 (a pesquisa compreende até junho/08)

¹⁷² Em matéria publicada em setembro/1999: Grandes empresas vendem mais 7,7% - As vendas das 300 maiores empresas da região Sul do país cresceram 7,7% no ano passado e chegaram a R\$55,9 bilhões total equivalente a cerca de 35% do PIB da região. O setor de alimentos passou de 15% para 26% do total das vendas. As informações constam da última edição da Revista Expressão, que traz um relatório sobre as 300 maiores empresas do Sul. A chegada de grupos estrangeiros, conforme a Expressão, mudou o controle de 10% das maiores empresas e uma série de multinacionais passou a ocupar destaque em SC, PR e RS. Esta talvez tenha sido a maior mudança que a economia da região. Na lista dos setores que não tiveram evolução no período o relatório dá destaque ao têxtil, papel e celulose e o eletrônico.

A realidade se altera a partir de 2003 e os de 2004 mostram que Santa Catarina arrecadou R\$ 4,5 bilhões em ICMS. Desse valor R\$ 1, bilhão saiu das microrregiões de Joinville e Jaraguá do Sul. Acrescenta-se o fato de que somente três municípios São Francisco do Sul, Joinville e Jaraguá do Sul apresentavam-se responsáveis por 23,53% do ICMS arrecadado em território catarinense. É a explosão da demanda interna e os bons índices das exportadoras que se mantiveram mesmo com o dólar em baixa.

O primeiro e dois terços do segundo mandato do Governo Lula, e os mandatos de Luis Henrique foram de retomada da onda de expansão econômica nacional e regional. Os conhecidos ciclos curtos ou médios.

Em 2006, dados mostravam que várias empresas catarinenses do setor têxtil haviam conseguido parceiros e já estavam produzindo parte dos itens na China¹⁷³, como Cia. Hering, Marisol, Malwee e Cativa. E a maioria das indústrias têxteis¹⁷⁴ estava produzindo cerca de 5% fora do país. Aliás Hering, Artex e Sulfabril, empresas tradicionais, que desde 1995 vinham tentando reforçar a imagem do pólo têxtil de Blumenau, já terceirizavam grande parte da confecção para aproveitar a eficácia de organizações menores. Apesar de algumas melhoras, as exportações das empresas catarinenses aos EUA (um dos principais mercados consumidores) continuavam encolhendo, até que em 2008 acordos bilaterais entre os países são celebrados e, paralelamente, é criada a frente parlamentar do setor.

Indústrias de outros setores, como o cerâmico e o metalúrgico (parafusos), seguindo uma nova estratégia passaram a produzir em países da Ásia, chegando até a comprar matéria-prima naquele continente. Um dado que aponta crescimento preocupante das importações desses mercados é a balança comercial de Santa Catarina. No primeiro trimestre de 2006, a China desbancou os EUA e o Chile e ocupou o segundo lugar no ranking de origem dos produtos mais importados pelo Estado Catarinense. As compras da China, que foram de US\$ 25,5 milhões no primeiro trimestre de 2005, chegaram a US\$ 89,7 milhões no mesmo período de 2007, um salto de 253%. As importações da Indonésia, no primeiro trimestre de 2006 cresceram 335%.

Todos estes dados são importantes para retratar que apesar das turbulências e “bordoadas” levadas pela indústria ao longo dos anos 1990, os anos 2000 (apesar da retração

¹⁷³ Fatores que influenciam o avanço das importações dos produtos asiáticos: 1) a China foi reconhecida mundialmente como economia de mercado; 2) o custo Brasil e 3) o dólar baixo.

¹⁷⁴ 95% dos felpudos do país em 1999 saíam das fábricas de SC - toalhas, roupões.

dos dois primeiros dois anos) marcam a retomada do crescimento da produção industrial¹⁷⁵. Conclui-se que contribuíram para a forte expansão da indústria regional¹⁷⁶ os maciços investimentos externos e governamentais nos principais setores da indústria de transformação e no setor de infra-estrutura (distribuição e geração de energia e portos).

Por outro lado, o mérito não é só da entrada avassaladora do capital estrangeiro e dos investimentos recentes¹⁷⁷. Mas também o fato de a indústria catarinense estar fortalecida, tecnologicamente robusta e madura para receber esta gama de investimentos, sabendo aproveitar-se da onda das aquisições e fusões ocorridas¹⁷⁸, principalmente firmando parcerias com unidades multinacionais e se fortalecendo mais ainda.

¹⁷⁵ A indústria do país encerrou 2007 com crescimento de 6% em produção, a melhor expansão desde 2004, segundo o IBGE. Esta boa fase continua este ano, apesar do impacto que a crise americana deve provocar em todos os mercados mundiais. O maior impulso vem do mercado interno. Outro sinal de que a indústria terá um resultado bom em 2008 foi o aumento da taxa de investimento no terceiro trimestre do ano de 2007 que cresceu 18,3% frente ao mesmo período de 2006. O PIB do país também cresceu em 2007 e saltou para os 5,4%. Entre alguns fatores que mais pesaram para essa expansão está a taxa de investimento de 17,6%, impulsionada pela formação bruta de capital fixo (FBCF), indicador que mostra a expansão dos investimentos em máquinas e equipamentos e construção civil e que cresceu 13,4% em 2007. A agropecuária, oferta de crédito, mais empregos formais e melhor distribuição de renda também pesaram.

¹⁷⁶ O boom de crescimento do Estado de Santa Catarina refletiu-se nos números do Produto Interno Bruto (PIB) do ano de 2007 que fechou em 8,2%, uma expansão bem acima da nacional, cuja última projeção do BC ficou em 5,2%. O crescimento do PIB foi em função de outros indicadores. Um deles é o crescimento do consumo de energia elétrica, que apenas em Joinville foi de 14,8% no ano de 2007 em comparação com 2006. Esta é uma das provas de que a economia de SC está em ritmo acelerado. No ano de 2007 o consumo de energia no Estado cresceu 9%. Outro fato detectado é a volta de grandes consumidores para a Celesc, como a Sadia e a Perdigão.

¹⁷⁷ Notícia divulgada no primeiro trimestre de 2008, o Brasil já era o vice no ganho de recursos externos. País só perdeu para Holanda no crescimento de investimento estrangeiro (IED) em 2007, segundo (Unctad) órgão da ONU para o comércio. O IED recebido pelo Brasil chegou a US\$ 37,4 bilhões, um crescimento de quase 100% sobre o ano anterior. De acordo com os analistas da Unctad, a maior parte dos investimentos recebidos pelo Brasil teve como foco o aumento da capacidade industrial. A Holanda, país que liderou a pesquisa em aumento de investimentos no ano 2007, havia recebido em 2006 apenas US\$ 4 bilhões. Em 2007 o IED passou para US\$ 104,2 bilhões. A diferença é explicada pela venda do banco ABN Amro para o espanhol Santander por US\$ 98,5 bilhões, um negócio concluído no segundo semestre de 2007. Outro ponto que o organismo da ONU chamou a atenção está no fato de que quase duplicou o IED direcionado para o México, em 93%, e para o Chile, em 92%. A Colômbia experimentou um avanço do IED de 30,6% e a Argentina, uma queda de 39,6%. China recebeu menos 3%. Um dado interessante no ano de 2007 foi a queda do investimento estrangeiro direto na China, de 3%. O país recebeu US\$ 67 bilhões. Na análise da América Latina e Caribe, a Unctad concluiu que os investimentos estrangeiros chegaram a US\$ 125,8 bilhões no ano de 2007. O crescimento foi de 50% em relação ao ano anterior com novos investimentos e expansão da produção de empresas já instaladas. Como o estudo da Unctad leva em consideração o crescimento de um ano para o outro, os EUA com o ingresso de US\$ 193 bilhões no ano de 2007, tiveram uma evolução de 10% sobre o total de 2006. Para os analistas o dólar desvalorizado serviu como atrativo para os investidores. Depois dos EUA, foi o Reino Unido que mais recebeu recursos de IED no ano de 2007, US\$ 171 bilhões, ou seja 22% a mais do que em 2006. O volume líquido de investimento direto recebido pelo Brasil deve dobrar (alta de 99,3%) em relação a 2006 e chegar a US\$ 37,4 bilhões. A previsão é diferente da avaliação do Banco Central segundo a qual o volume total do ano deve chegar a US\$ 35 bilhões. Os dados até novembro/2007 mostram um acumulado de US\$ 33,37 bilhões. De acordo com os economistas da Unctad, a maior parte dos investimentos recebidos pelo Brasil destina-se a aumentar a produção industrial. O país onde o investimento estrangeiro mais cresceu foi a Holanda, onde a entrada de capital externo passou de US\$ 4 bilhões em 2006 para US\$ 104,2 bilhões em 2007, uma variação de 2.285%. O volume total de investimento estrangeiro no mundo chegou ao montante recorde de US\$ 1,5 trilhão. O país que mais recebeu recursos foi os EUA, com um volume de US\$ 192,9 bilhões e crescimento de 10% sobre o ano anterior. Dados do Banco Central de dezembro/2007 colocam a Espanha como o segundo país que mais investiu no Brasil, totaliza de US\$ 29,6 bilhões. No setor de turismo, dois grupos espanhóis, o Iberostar e o Sol Meliá, se destacam com mais de 20 empreendimentos.

¹⁷⁸ Segundo matéria da Gazeta Mercantil de 2007: O mercado de Fusões e Aquisições vem dando o tom dos negócios desde 2007 e entrou para a história como o ano em que o Brasil alavancou suas operações. A tendência é percebida não apenas em empresas e escritórios de advocacia, mas também pelo CADE, que desde quando foi criado, nunca recebeu acentuado

Mas realmente foi final dos anos 1990, mas precisamente a partir do ano do início dos anos 2000 que houve os frutos do grande impulso da economia regional. A partir destes anos, o governo não cessou mais de realizar investimentos, chegando a soma de US\$ 165 bilhões entre 2000 e 2007, sendo que 50% dos investimentos vinham do setor privado e outros 50% do setor público. Estes investimentos combinados com os investimentos externos via empresas estrangeiras, abertura de capital de indústrias de setores importantes e mais ainda com a internacionalização de empresas locais como a WEG, Tupy Fundições e Tigre que internacionalizaram-se, abriram unidades e escritórios nos EUA, México, Alemanha, Inglaterra, Itália, Japão, Argentina e até na China, tornando-se gigantes multinacionais catarinenses.

Pelos números do BRDE, a indústria de Santa Catarina foi o segmento que mais investiu em 2007. A cifra liberada pelo banco atingiu R\$ 201,7 milhões, 132% mais que no ano 2006. Os três primeiros trimestres de 2008 foram ainda melhor com redução das taxas de intermediação solicitadas ao presidente do BNDES.

Certamente, além dos significativos números de expansão da indústria de transformação em geral e recuperação gradativa do setor têxtil, colabora para a marcante presença da economia regional o importante setor das cooperativas, um setor bilionário de Santa Catarina. O faturamento geral do cooperativismo catarinense atingiu em 2007 R\$ 9,118 bilhões, com expansão anual média de 17%. O sistema de cooperativas (baseado na produção social e que reúne 1/3 da população de SC, abrangendo 771 mil famílias) e que cresceu numa média anual de 43%, vem gerando 2 mil empregos diretos anualmente, o que resulta numa expansão de 10% ao ano. Ao final de 2007, o setor estava empregando 24,765 mil pessoas sem contar com a garantia de retorno aos produtores rurais no caso da agropecuária.

E finalmente, as gigantes do Complexo Agroindustrial Catarinense Sadia e Perdigão que, de gênese de capital familiar, passaram as companhias catarinenses a líderes multinacionais, completamente adaptadas e protagonistas na nova dinâmica no capitalismo

número de processos para serem analisados Muitos casos envolvem mega-operações, mas existem também as empresas de pequeno e médio portes preocupadas em ganhar escala para aumentar sua participação em mercados específicos. A realidade movimentou outro segmento corporativo, empresas com objetivo de identificar melhores estratégias na aquisição de ativos (empresas ou estabelecimentos), e todos os aspectos envolvidos no processo de *due diligence* jurídica, *valuation* e a captação de recursos para alavancar os negócios em M&A. Ainda sobre o tema o volume de fusões e aquisições no Brasil em 2007 dobrou, crescendo 98% para US\$ 17 bilhões, segundo a Thomson Financial Securities. Ao final de 2007, Brasil registrou 677 fusões e aquisições, número recorde segundo a consultoria KPMG. O total cresceu 43% em relação a 2006. Uma das maiores foi a aquisição da gaúcha Eleva pela Perdigão. Em 2008 esperou-se que o número de fusões e aquisições batessessem novo recorde, superando o ano anterior.

brasileiro. Santa Catarina vive a era das megaempresas, que ganham importância no jogo mundial e desafiam gigantes globais estabelecidos. Apesar de ser fenômeno recente. Entre 2002 e 2008, o valor de mercado das 10 maiores empresas de capital aberto do país foi multiplicado, em média, por 14 (ou valorização de 1.300%) e as catarinenses, de origem familiar estão entre elas.

As raízes do avanço são inúmeras e bem complexas. Por um lado exógenas: uma combinação de ambiente econômico estável e amadurecimento do mercado de ações no Brasil, crescimento mundial acelerado e gestões eficientes nestas empresas. É impossível desprezar o câmbio no agigantamento das empresas. Esse período coincide com grande valorização do real ante o dólar. Melhora dos indicadores gerou mais estabilidade. Mas as empresas tiveram um papel fundamental nos resultados. São companhias profissionalizadas e competitivas, inseridas no mercado internacional, com acesso a capital barato e pouco dependentes do governo. Embora o Brasil ainda cresça mais devagar que outros emergentes, a melhora recente dos principais indicadores econômicos - inflação, dívida pública, a juros e balança de pagamentos - gerou mais estabilidade para decisões estratégicas. O crescimento mundial criou oportunidades para empresas bem posicionadas em estudo sobre a internacionalização das empresas. Endógenas: a dinâmica própria do desenvolvimento catarinense desde sua formação até o presente.

CAPÍTULO 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Editora Nobel, 1997.
- ANDERSON, Sarah; CAVANAGH, John **Report on the Top 200 corporations**. December 2000. <<http://www.corporations.org/system/top100.html>> Acesso em 15/01/2007
- ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia econômica**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____, Manuel C. de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 4.ed. 2002.
- ANDREFF, Wladimir. **Multinacionais globais**. Bauru: Edusc, 2000.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____, & SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.
- ATLAS DE SANTA CATARINA. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986. Santa Catarina. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática.
- BARON, Atilio A. **Nova Hegemonia Mundial: alternativas de mudanças e movimentos sociais**. 1.ed. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales, 2004.
- BARRIOS, Sonia. **A produção do espaço**. In: DE SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton (orgs). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 1-24.
- BASTOS, José M. **Reestruturação do comércio varejista no anos 90**. In *Cadernos Geográficos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. - n.1 (maio 1999). Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.
- BEAUD, M. **Le système national-mondial hierarchies**. Paris: La Découverte, 1987
- _____, M. **História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias**. 2.ed. São Paulo.
- BENAYON, Adriano. **Globalização versus desenvolvimento: o jogo das empresas transnacionais - ETNs e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros - IDES**. Brasília: LGE, 1998.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BORGES, J.P. **Indústria brasileira: os desafios da reestruturação**. In VELOSO, J.P.R. (coord). *A crise mundial e a nova agenda de crescimento*. RJ: Ed. José Olympio, 1999 pp.237-262.

- BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense (das origens à integração no desenvolvimento brasileiro) de 1880 a 1945**. Ed. comemorativa 50 anos Confederação Nacional da Indústria, 1988. 38 anos Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Mandato 12/08/1986 a 12/08/1989.
- BOURGUINAT, H. **Finance internationale**. Paris, Presses Universitaires de France, col. Thémis, 1992.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BUENO, Ricardo. **O abc do entreguismo no Brasil**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1981
- CARLEIAL, Liana M. da F. **Sistemas regionais de inovação (SRI) e a relação entre firmas: as “pistas” para um formato de desenvolvimento regional**. Anais da Anpur, 1997.
- CARVALHO, Getúlio (coord.). **Multinacionais: os limites da soberania**. 3.ed. Rio de Janeiro:FGV, 1980.
- CASTRO, Antonio B. **A reestruturação industrial brasileira no anos 90. Uma interpretação**. Revista de Economia Política, vol. 21, n.3 (83), julho-setembro/2001.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultural**. vol 1. Trad. Roneide Venâncio Majer. 6.ed.São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CAULLIRAUX, Heitor M. **Estratégias de empresas e modernização industrial**. In *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*. CASTRO, Antonio de; POSSAS, Mario L.; PROENÇA, Adriano. (organizadores). Forense Universitária, 1988.
- CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)**. Florianópolis, 1980.
- CHANDLER, Alfred D. Jr. et al. **Big Business and the Wealth of Nations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CHARDONNET, Jean. **Os Grandes Tipos de Complexos Industriais**. Boletim Geográfico, 1965. Apud POSO, Antonio T. *Relatório de qualificação. Gênese e Estrutura do Parque Siderúrgico Brasileiro: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*. USP, julho/2006.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHIOCCHETTA, Eliana B. de S. **Reestruturação produtiva no subsetor de bens de capital mecânicos de Joaçaba – Santa Catarina**. Florianópolis: CSE/UFSC, 2001.
- CHOLLEY, André. **Les Préalpes de Savoie (Genevois Bauger) et Leur Avant Pays**. Etude de Géographie Regionale. Paris, 1925.

- CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- COUTINHO, Luciano G. & FERRAZ, João C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1995
- _____, Luciano G. **O Brasil pós-real: A política econômica em debate**. Campinas: Papirus, 1994.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. A conjuntura e a nova agenda da política industrial in **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1997.
- CUNHA, Idaulo J. **A economia catarinense rumo a um novo século**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1999.
- _____, Idaulo J. **A indústria catarinense rumo ao novo milênio: desafios, evolução e oportunidades**. Florianópolis: DIESE/SEBRAE-SC, 1997.
- _____, Idaulo J. **Aglomerados industriais de economias em desenvolvimento: classificação e caracterização**. Florianópolis: Edeme, 2003.
- _____, Idaulo J. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- CZINKOTA, Michael R.; RONKAINEN, Ilkka A.; MOFFET, Michael H. & MOYNIHAN, Eugene O. **Global business**. The Dryden Press, 1998.
- DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. Trad. Sérgio Bath. 2.ed. Brasília: UnB, 1988.
- DAL RI JUNIOR, Arno & OLIVEIRA, Odete M. de. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Unijuí, 2003.
- DOELLINGER, Carlos von e CAVALCANTI, Leonardo Caserta. **Empresas Multinacionais na indústria brasileira**. 2.ed. RJ, IPEA/INPES. 1979.
- DRUCKER, Peter. **Frontiers of management**. Harper & Row, Publishers, New York, 1986.
- DUNNING, J.H. The new style multinationals - Circa the late 1980s and 1990s. In J.H. Dunning, Explaining Multinational Production, Londres, Unwin Hyman, 1988.
- ERNST, Dieter e O'CONNOR David. **Technology and Global Competition**. The Challenge for Newly Industrialising Economies/OECD, 1989.
- ESPÍNDOLA, Carlos J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.
- _____, Carlos J. **Análise crítica do pós-fordismo no Brasil a partir da perspectiva de Elizabeth B. Silva**. Florianópolis, fevereiro de 1998.
- _____, Carlos J. **Reestruturação Agroindustrial e as principais estratégias empresariais no anos 90**. In Cadernos Geográficos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de

- Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. - n.1 (maio 1999). Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.
- ESTRADA, M. Lúcia. **O processo de produção do espaço urbano-industrial: um exercício teórico-metodológico**. In: DE SOUZA, M. Adélia A.; SANTOS, Milton (orgs). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986, p. 71-96.
- EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Trad. Waltensir Dutra. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982
- FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.
- FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Desempenho e perspectivas da indústria catarinense: investimentos industriais 2005-2009: resultados e cenários: 2006/2007. Florianópolis: FIESC, 2007
- FILHO, Calixto S. **O novo direito societário**. 2.ed reformulada. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2002.
- FIORI, José Luís et al. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____, José Luís et al. **Globalização: o fato e o mito**. Organização: José Luís Fiori, Marta Shinner Lourenço, José de Noronha. Trad. Anamaria Skinner, Ana Silvia Gesteira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- FREEMAN, Christopher. **Inovações e ciclos longos de desenvolvimento econômico**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 5 (1): 5-20, 1984.
- GALIZA CIG - CONFEDERACIÓN INTERSINDICAL GALEGA **Fidel Castro analisa situação internacional**. Em: <http://www.galizacig.com/actualidade/200112/avante_fidel_castro_analisa_situacao_internacional.htm> Acesso em 25/02/2007.
- GALL, Norman. **Nova era da economia mundial**. Livraria Editora Pioneira, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GONÇALVES, Reinaldo; et al. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- _____, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- GRADY, Dennis O. **'Business group influence in state development policymaking'**. *State and Local Government Review* – Fall 1991. v.23, n.3, p.110-17.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- HAZARD, Heather A. & YOFFIE, David B. **New theories of International Trade**. Harvard Business Review, 1990.

- HELD, David; MCGREW, Anthony; GOLDBLATT, David & PERRATON, Jonathan. **Global transformations: politics, economics, and culture**. Stanford University Press, 1999.
- HOBSON, John Atkinson. **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada**. Trad. Benedicto de Carvalho. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade** Trad. Wanda Caldeira Brant. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital**. Tradução de Aloísio Teixeira. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IEDI **O descuido com o investimento produtivo cobra o seu preço**. <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em 18/01/2007.
- KANTER, Rosabeth M. **World class - thriving locally in the global economy**. Simon & Schuster, 1997.
- KAUTSKY, Karl; LENNIN, Vladimir Ilitch. **A ditadura do proletariado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- KECK, Margaret E. & SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. New York: Cornell University Press, 1998.
- KEOHANE Robert O. & NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 3.ed. New York: Longman, 2001.
- KING, Preston. **O estudo da política internacional**. Trad. de José Luiz Porto de Magalhães. Brasília: Unb, 1980.
- KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, Maurice. **International economics, theory and practice**. Addison Wesley Longman, Inc., 1997.
- KUPFER, D. **Trajetórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e estabilização**. RJ: UFRJ/IE, 1998 (tese de doutorado).
- KLUG, Jonas Fernandes. **Estudo das estratégias operacionais das empresas de tubos e conexões de PVC na indústria plástica joinvilense nos anos 90**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- KONDRATIEFF, N. **As ondas longas da conjuntura**. Revista de Occidente, Madrid, 1946.
- KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo**. Trad. de Anna Terzi Giova. São Paulo: Futura, 1996.

- KPMG Corporate Finance **Fusões & Aquisições no Brasil - Análise dos anos 90**. Fevereiro 2001<http://www.kpmg.com.br/publicacoes/corporatefinance/structuredfinance/fa_90s.pdf>
- LOBO, Jorge (coord.). **Reforma da Lei das Sociedades Anônimas. Inovações e Questões Controvertidas. Lei 10.303 de 31.10.2001**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- LOCO Monitor **Brazil FDI Report** <http://www.locomonitor.com/index.cfm?page_title=FDI%20By%20Country&child_page=Latin%20America%20%2F%20Caribbean&c=Brazil&ShowAll=yes>. Acesso em 21/01/2007.
- MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. **Projeto de ensino de geografia: natureza, tecnologias, sociedades, geografia geral**. São Paulo: Moderna, 2000 [comunicação cartográfica Marcello Martinelli].
- MAMIGONIAN, Armen. **A escola francesa de geografia e o papel de A. Cholley**. Cadernos Geográficos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. Florianópolis, n.6, maio 2003.
- _____, A. **A Geografia e “A Formação Social Como Teoria e como Método**. In O mundo do Cidadão. Um cidadão do mundo, 1996.
- _____, A. **Capitalismo e socialismo em fins do século XX** (visão marxista).
- _____, A. **Ciclos econômicos e organização do espaço**. Geosul, Florianópolis, v.14, n.28, p.152-157, jul./dez. 1999.
- _____, A. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia, 1965.
- _____, A. **Tecnologia e Desenvolvimento desigual no Centro do Sistema Capitalista**. In: Revista de Ciências Humanas – vol.1 – n.2 – julho de 1982, p. 38-48.
- _____, A. **Neoliberalismo ou Projeto Nacional do mundo e no Brasil**. In: Repgeo n. 06, 2001. Curitiba, p.15-23.
- _____, A. **Neo-darwinismo social e múltiplas tensões no capitalismo em crise**. In: Revista ADUSP, n.18, outubro de 1999. São Paulo, p.36-40.
- _____, A. **Brusque: estudo de geografia urbana e econômica**. In: SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE> Álbum do 1º Centenário de Brusque. Brusque: SAB, 1960.
- _____, A. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n.3, v.27, 389-481, julho-setembro/1965.
- _____, A. **Indústria**. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis:Gaplan, 1986.
- _____, A. **Teorias sobre a industrialização brasileira**. In Cadernos Geográficos, n.2, Florianópolis, Ed. UFSC, 2000.

- MARTINEZ, Paulo. **Multinacionais: desenvolvimento ou exploração**. São Paulo:Moderna, 1987.
- MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 2.ed. São Paulo: Polis, 1984.
- MESA, Roberto. **La nueva sociedad internacional**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.
- MENDONÇA DE BARROS, J., GOLDENSTEIN, L. **Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro**. Revista de Economia Política, v.17, n.2., p. 11-31, mar.1997.
- MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Trad. de Ivonne Jean. Brasília: UnB, 1981.
- MICHALET, C.-A. **Le capitalisme mondial**. Paris: Presses universitaires de France, col. Economie em liberte, 2.ed., 1985.
- MONTEIRO, Carlos A. de F. Os geossistemas como elemento de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente.
- NAPOLEÃO, Fabio. **Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvillense de materiais de construção em pvc: 1941-2002**. Florianópolis: UFSC, 2005. [Tese de doutorado em Geografia - Orientador Prof. Dr. Armen Mamigonian]
- OLIVEIRA, Odete M. de. **Relações internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2001.
- _____, O. M. de. **O fenômeno das corporações transnacionais: agentes da globalização**. In: PAVIANI, Jayme e DAL RI JUNIOR, Arno. *O humanismo latino no Brasil de hoje*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001, p. 408-431.
- OLSSON, Giovanni. **O fenômeno da globalização e o novo cenário dos atores das relações internacionais**. Florianópolis: UFSC, 2001. [Dissertação de Mestrado em Direito – Orientadora Profa. Dra. Odete M. de Oliveira]
- PEREIRA, Luiz C. B. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. 16.ed. Editora Brasiliense.
- PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Trad. de Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____, M. E. **The Competitive Advantage of Nations**. The Free Press, 1990.
- PIMENTA, Margareth de C. A. **Reestruturação produtiva e espaço regional no sul do Brasil**. 8º Encuentro de Geografos da America Latina.
- PINHO, Themistocles A. **A reforma da Lei das Sociedades Anônimas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

POSO, Antonio T. **Gênese e Estrutura do Parque Siderúrgico Brasileiro: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**. USP, julho/2006. Relatório de qualificação.

PRICEWATERHOUSE&COOPERS **Fusões e Aquisições no Brasil**. Junho, 2006. < http://155.201.240.62/images/bz/FA_062006.pdf> Acesso em 06/01/2007

RANGEL, Ignácio. **Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro**. Livraria Progresso Editora, 1955.

_____, I. **A inflação brasileira**. 1963.

_____, I. **Economia: milagre e antimilagre**. Rio de Janeiro Zahar, 1985

_____, I. **História da Dualidade Brasileira**. Revista de Economia Política vol.1 n.4, 1981.

_____, I. **1914-1994 obras reunidas**. (org. César Benjamin). Coleção os desenvolvimentistas BNDES. Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Revista Amanhã - **As 500 Maiores do Sul - Grandes e Líderes: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Agosto 2007. Ano 21. Edição 234.

ROCHA, Isa de O. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações**. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____, I. de O. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. São Paulo: Curso de Pós Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). [Tese de doutorado. Orientador Prof. Dr. Armen Mamigonian. 2004].

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo:Vértice, 1986 b.

_____, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo:Hucitec,1996

_____, M. **Brasil: País subdesenvolvido industrializado**, 1975. Apud POSO, Antonio T. Relatório de qualificação. Gênese e Estrutura do Parque Siderúrgico Brasileiro: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). USP, julho/2006.

_____, M. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. in Espaço e Sociedade (ensaios). Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

_____, M. **Pensando o espaço do homem**. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980.

_____, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

- _____, M. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. Trad. Maria Silvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHWARZEBN BERGER, George. **La política del poder: estudios de la sociedad internacional**. Trad. J. Campos y E. González. México: Edit FCE, 1960.
- SIFERTI Fº, Nelson S.; SILVA, Carla S. E. **As Grandes Empresas nos Anos 90: Respostas Estratégicas a um Cenário de Mudanças** In: *A Economia Brasileira nos anos 90* Organizadores: Fabio Giambiagi, Maurício Mesquita Moreira. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 1999 <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro /eco90_11.pdf> Acesso em 05/01/2007.
- SILVA, Marcos Aurélio da. **Gênese e dinâmica competitiva da indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil**. São Paulo: USP, 2005.
- _____, Marcos Aurélio da. **O processo de industrialização no Sul do Brasil**. Caderno Geográfico nº 15. Maio/2006.
- SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas**. Regiões do Brasil. 30ª edição ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 2001.
- SKLAIR, Leslie. **Sociologia do sistema global**. Trad. Reinaldo Orth. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOBEET. **O Investimento Direto Estrangeiro em 2003**. Boletim n.22. Janeiro, 2004. <<http://www.sobeet.com.br/boletim/ boletim22.pdf>> Acesso em 17/01/2006.
- SOROS, George. **The crisis of global capitalism**. Perseus Books Group, 1998.
- SOUZA, Herbert J. de. **O capital transnacional e o Estado**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- STOPFORD, John M & STRANGE, Susan. **Rival States, Rival Firms: Competition for World Market Shares**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- STORPER, Michael. **A industrialização e a questão regional no terceiro mundo** (lições do pós-imperialismo; perspectivas do pós-fordismo). In *Industrialization economic devepment and the region question in the Third world..*
- STRANGE, Susan. **Strange Power**. Aldershot; Burlington, vt: Ashgate, 2000.
- _____, Susan. **Mad money: When Markets outgrow Governments**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- SWEDBERG, Richard. **International financial networks and institutions**. In: Current Sociology – Autumn/Winter 1990, vol. 38, n.2/3.

- TAVARES, Maria da C. e FIORI, José L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997.
- THORSTENSES, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio**. São Paulo: Aduaneiras, 1999.
- UNCTAD **Investment Brief number 5**. 2006 < http://www.unctad.org/en/docs/webiteia200610_en.pdf> Acesso em 12/01/2006
- VASCONCELLOS, M.A.S; GREMAUD, A.P.; TONETO JR., R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.
- VERNON, R. **Tempestade sobre as multinacionais**. Trad. de Eduardo Suárez. México: FCE, 1980.
- _____, R. (editor). **Big Business and the State: changing relations in western Europe**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1974.
- VIEIRA, Paulo F. et al. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002
- _____, Paulo F. et al. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel M. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Trad. Ricardo Anibal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.
- WETZEL, Ursula. **Histórias de recomeço: privatização e downsizing**. Rio de Janeiro: Mauad:COPPEAD, 2000
- WIGHT, Martin. **A política do poder**. Trad. Carlos Sérgio Duarte. Brasília: UnB, 1985.

Sites pesquisados

- <http://fulltext.cibera.de>
- <http://www.alesc.gov.br>
- <http://www.bndes.gov.br>
- <http://www.cedeplar.ufmg.br>
- <http://www.ceramicaindustrial.org.br>
- <http://www.corporations.org>
- <http://www.dc.clicrbs.com.br/coluna> informe econômico
- <http://www.desenvolvimento.gov.br>
- <http://www.econ.puc-rio.br>

- <http://www.estadao.com.br>
- <http://www.eumed.net>
- <http://www.fiescnet.com.br/scindustriadetalentos/empresas.htm>
- <http://www.ibge.gov.br>
- <http://www.iedi.org.br>
- <http://www.ihgsc.org.br>
- <http://www.ipea.gov.br>
- <http://www.kpmg.com.br>
- <http://www.locomonitor.com>
- <http://www.observatoriosocial.org.br>
- <http://www.portal.an.uol.com.br>
- <http://www.sc.gov.br>
- <http://www.scielo.br>
- <http://www.sobeet.com.br>
- <http://www.ub.es>
- <http://www.unctad.org>
- <http://www.arcelormittal.com.br>
- <http://www.perdigao.com.br>
- <http://www.sadia.com.br>
- <http://www.tractebelenergia.com.br>
- <http://www.celesc.com.br>
- <http://www.ciser.com.br>
- <http://www.amanco.com.br>
- <http://www.bunge.com.br>
- <http://www.eletrosul.gov.br>
- <http://www.seara.com.br>
- <http://www.souzacruz.com.br>
- <http://www.whirlpool.com.br>
- <http://www.embraco.com.br>
- <http://www.lorenzettiquimica.com.br>
- <http://www.schneider.ind.br>
- <http://www.bracelpa.org.br/bra/associadas/albany/index.html>
- <http://www.albint.com.br/>
- <http://www.celuloseonline.com.br>

- <http://www.jorplast.com.br/jpfev07/pag11.html>
- <http://www.valoronline.com.br>
- <http://www.gazetamercantil.com.br>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)